



ÂNGELA MEIRELLES DE OLIVEIRA
ISMARA IZEPE DE SOUZA
MATHEUS CARDOSO DA SILVA
(ORGANIZAÇÃO)

A GUERRA CIVIL ESPANHOLA E AS AMÉRICAS



EDITORA
TODAS AS
MUSAS

A GUERRA CIVIL ESPAÑHOLA E AS AMÉRICAS



Ângela Meirelles de Oliveira
Ismara Izepe de Souza
Matheus Cardoso da Silva
(Organização)

A Guerra Civil Espanhola e as Américas

1ª edição
São Paulo
Todas as Musas
2022

Supervisão Editorial: Fernanda Verdasca Botton

Editor: Flavio Botton

Ilustração da capa: Rafa Black

Capa e diagramação: Studio Vintage Br

Ângela Meirelles de Oliveira[©]

Ismara Izepe de Souza[©]

Matheus Cardoso da Silva[©]

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a prévia
autorização da organização



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Kátia Aguilar CRB – 8/8898

| | |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| G934 | <p>A Guerra Civil Espanhola e as Américas/ Organização de: Oliveira, Ângela Meirelles de; Souza, Ismara Izepe de; Silva, Matheus Cardoso da; Prefácio de: Meihy, José Carlos Sebe Bom. São Paulo: Todas as Musas, 2022. PDF. 215p.</p> <p>Bibliografia ISBN 978-65-88543-52-8</p> <p>1. Guerra Civil Espanhola 2. Guerra Civil Espanhola e as Américas I. Oliveira, Ângela Meirelles de; II. Souza, Ismara Izepe de; III. Silva, Matheus Cardoso; IV. Meihy, José Carlos Sebe Bom</p> <p>CDD 946.081</p> <p>Catálogo Sistemático Guerra Civil Espanhola 946.081; Guerra Civil Espanhola e as Américas 990.</p> |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Coleção Tempos Históricos 23

Coordenação: Profa. Dra. Ângela Meirelles de Oliveira

Conselho Editorial

Adrián Carbonetti (UNC-CONICET/AR)

Adriana Facina (Museu Nacional/UFRJ)

Alessandro Portelli (Univ. La Sapienza di Roma/IT)

Alexander Freund (Univ. of Winnipeg/CA)

Ana Lúcia Nötzold (UFSC/SC)

Arno Alvarez Kern (PUC/RS)

Astor Antônio Diehl (UPF/RS)

Beatriz Olinto (UNICENTRO/PR)

Carlos Zacarias de Senna Junior (UFBA/BA)

Célia Rocha Calvo (UFU/MG)

Chiara Vangelista (Univ. di Genova/IT)

Cláudio Pereira Elmir (Unisinos/RS) – in memoriam

Cristina Scheibe Wolff (UFSC/SC)

Darío Néstor Sánchez Vendramini (CONICET/AR)

Enrique Serra Padrós (UFRGS/RS) – in memoriam

Ernesto Bohoslavsky (UNGS/AR)

Eurelino Coelho (UEFS/BA)

Fábio Nigra (UBA/AR)

Gilmar Arruda (UEL/PR)

Gustavo Guevara (UBA-UNR/AR)

Heloisa de Faria Cruz (PUC/SP)

Irma Antognazzi (UNR/AR)
Jaime de Almeida (UnB/DF)
João Klug (UFSC/SC)
Jorge Luiz Ferreira (UFF/RJ)
José Rivair Macedo (UFRGS/RS)
Jozimar Paes de Almeida (UEL/PR)
Julián Casanova Ruiz (UNIZAR/ES)
Lincoln Ferreira Secco (USP/SP)
Luis Fernando Cerri (UEPG/PR)
Manuel Loff (UP/PT)
Marcelo Badaró Mattos (UFF/RJ)
Mário José Maestri Filho (UPF/RS)
Marta de Almeida (UNIRIO/MAST)
Osvaldo Coggiola (USP/SP)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC/SC)
Paulo Roberto de Almeida (UFU/RJ)
Paulo Zarth (UNIJUI/RJ)
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP/SP)
Pere Ysàs Solanes (UAB/ES)
Raquel Varela (UNL/PT)
Sidnei José Munhoz (UEM/PR)
Sílvia Zanirato (USP/SP)
Stefan Rinke (Freie Universität/DE)
Virgínia Fontes (FIOCRUZ/RJ)

“... la Guerra de España ha de ser ganada en la retaguardia y en los países extranjeros mas que en los campos de batalla.” (Manifiesto de la Milicia Española de America, (s/d), flo6 in: Prontuário 747 – Federación Española. DEOPS-SP/Arquivo do Estado de São Paulo)

Sumário

Prefácio – A Guerra Civil Espanhola e a Moral Histórica Americana

José Carlos Sebe Bom Meihy 7

Introdução

Ângela Meirelles de Oliveira, Ismara Izepe de Souza e
Matheus Cardoso da Silva 12

Entre la diplomacia y la propaganda: reflejos de la Guerra Civil Española en América Latina

Nuria Tabanera García 25

Entre rojos y fascistas, el consulado argentino en Alicante. Solidaridad y no intervención en la guerra civil española

Beatriz Figallo 57

A imprensa e a internacionalização da Guerra Civil Espanhola no Cone Sul (1936-1939)

Ângela Meirelles de Oliveira e Ismara Izepe de Souza 93

Guerra Civil Espanhola e a história alternativa da Intervenção dos Estados Unidos da América

Christopher Vials 111

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A conferência emergencial internacional de apoio aos refugiados espanhóis de julho de 1939: o apoio humanitário às vítimas da Guerra Civil Espanhola como causa transnacional | |
| Matheus Cardoso da Silva | 137 |
| O Brasil no turbilhão da Guerra Civil Espanhola | |
| Paulo Roberto de Almeida..... | 161 |
| Mulheres na guerra e a memória do conflito civil espanhol | |
| Maria Helena Rolim Capelato | 197 |
| Autores e Autoras..... | 213 |

Prefácio – A Guerra Civil Espanhola e a Moral Histórica Americana

José Carlos Sebe Bom Meihy



A Guerra Civil Espanhola (GCE), ocorrida entre 1936 e 1939, é um dos temas mais frequentes na historiografia contemporânea. Sem exagero, acervos e bibliotecas poderiam se compor com registros que enredam atividades de Estados Nacionais, grupos emigratórios, voluntários, exilados, partidos ou orientações políticas, protagonistas de expressões artísticas e formadores de opinião pública em geral, tudo angulado por aquele evento. Com nítida vocação globalizada, estudos e referências sobre a GCE têm se atualizado, incorporando lances provocadores de desdobramentos progressivos, ainda que inesgotáveis. Em decorrência desse impulso irresistível, por mais que se amplie o abarcamento historiográfico, ou se multipliquem arquivos e soluções de abordagens, sabe-se de carências imediatas, capazes de satisfazer a curiosidade que cresce na mesma proporção das possibilidades.

No momento, portanto, o grande passo a ser dado reside na qualificação de perspectivas político-culturais comungadas, avizinhas por serem aglutinadoras de afinidades plausíveis de explicações conjuntas. Essa condição, aliás, atenua as fronteiras de análises pontuais, singulares, mormente referidas a partir de diversos Estados Nacionais em face dos acontecimentos dramatizados na Espanha então beligerante. Sob essa ótica, o *universalismo* comum às análises da GCE funcionaria como denominador comum, difuso, mas evocado, no mais das vezes, sob o apelo romântico de uma causa humanitária utópica. O mesmo se diz da história espanhola vista com certa autonomia e independência em termos de contágio cultural ou político, em particular na relação com a América Latina. Ciente dos inefáveis vazios, cogitações sobre a GCE se exibem como desafios abertos à almejada “história total” – no sentido pronunciado por Braudel e ressignificado por Hobsbawn. Isso, por si, deixa supor os alcances aglutinadores permitidos por aquela Guerra em diálogo com fatores construídos a partir de fatores históricos de longa duração.

O presente livro intitulado *A Guerra Civil Espanhola e as Américas*, organizado por Ângela Meirelles, Ismara Izepe de Souza e Mathews Cardoso da Silva, responde a esses apelos e assim se formula como marcador capaz de conferir relevância ao envolvimento do continente americano em um dos eventos capitais para a abertura de

dilemas cabíveis no horizonte contemporâneo. Sem se constituir na vertente de uma história comparada, os textos arrolados sugerem costuras que certamente clamarão por bem-vindas reformulações interpretativas. Ademais, os ensaios fiados no livro refletem tensões de uma nova geração de historiadores locais que, prezando o desenrolar da historiografia feita na América Latina, busca sentido em pesquisas que dialogam com questões que lhes são comuns com essência diferenciada de outras razões históricas. Nessa linha, aliás, a GCE se presta como referência por não desconectar processos colonizadores e a redefinição dos papéis nacionais modernos.

Sob o que poder-se-ia chamar de “síndrome de fragmento”, dois faróis potentes iluminam os caminhos de quantos, no geral, têm trilhado o entendimento e as explicações afeitas aos diferentes motivos e desdobramentos daquele formidável embate: *a abordagem temporal* – inscrita na cadência histórica ampliada em linhas graduadas mundialmente, com ênfase no Ocidente – e *a espacial* – mais devotada aos agravantes derivados dos complexos processos internos e particulares da Espanha na década de 1930. Funcionando de maneira especular, os “iguais contrários” – *a abordagem temporal* e *a espacial* – têm se apresentado pedindo, um do outro, definição do pressuposto analítico de seu encadeamento crítico. Face a face, o que merece distinção é o exame da *guerra civil* em cotejo com o *internacionalismo* das questões filtradas por aquela experiência contextualizada. A participação continental americana, além dos pressupostos universalistas difusos, se apresentaria com um ideário próprio, ainda que não explícito e devidamente codificado. O reconhecimento disso se constitui no alvo proposto por esta coletânea que atravessa possibilidades. Dizendo de outra forma, seja qual for o viés analítico, por militância política, defesa religiosa, compromissos com parâmetros humanitários, o peso do passado histórico daria contornos especiais.

A tensão *temporal*, de idade estendida, presente na dinâmica política europeia revela a disputa entre o “velho e o novo”, entre o “tradicional e o modernizador”. Sob a perspectiva conjuntural, portanto, pergunta-se: qual teria sido a *raison d'être* do envolvimento americano na GCE e, por decorrência, de sua situação no panorama do “velho mundo”? Em complemento, o que teria o “novo mundo” a

dizer disso sobre aquele jogo dicotômico? Caberia reconhecer alguma moral histórica na troca de atuações da Espanha e da América – ou das Américas? Juntando os pontos, retraça-se a pergunta: teria aquela “disputa nacional” motivações exclusivas, fratricidas, ou seria resultante de agravamentos maiores, do mundo europeu, que se inflamaram nas circunstâncias espanholas desde o longo fim do império colonial? Haveria relação entre o chamado “fim de século” com a também conhecida “nova era”? Na mesma sequência – e esta ponderação é prometedora de graves desafios – indaga-se se é válido baratear o reverso, ou seja, a condição que advogaria ser a Espanha em crise, depois das perdas coloniais, uma espécie de usina capaz de gerar alternativas inéditas, situações de vanguarda, condições sugestivas de aventuras emergentes.

As relativizações facilitadoras das possibilidades polarizadas demandam negociações da interpenetração de certas “casualidades” identificadas umas nas outras, ainda que os campos de batalhas tenham se dado no confinamento do solo ibérico. Enfim, cabe reforçar a pergunta sobre a “essencialidade” espanhola da própria guerra civil e, assim, de maneira alegórica, questionar o dilema da árvore explicada a partir da unidade de sua espécie vegetal ou dela percebida na vasta floresta que a abriga. E teria havido motivação especial, de nosso continente, para as variadas experiências vivenciadas naquele fenômeno? E que dizer das respostas particulares da América Latina independente lutando na Espanha tanto pela república como pela ordem tradicional?

No primeiro caso, sob a perspectiva do momento histórico estendido, a temporalidade ampla e continuada que situa a GCE, sugere um arco que, minimamente, perfaz o trajeto inaugurado a partir da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) – inscrita nela a Revolução Russa de 1917 – e o epílogo do processo de disputas eclodidas naquela que foi estranhamente considerada por Studs Terkel como “*A Boa guerra*” (“*The Good war*”), ou seja, a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). Por essa perspectiva, os eventos espanhóis se formulariam primeiro mais como resposta às tensões gerais acumuladas em inconformismos políticos que se comunicavam internacionalmente. Em segundo lugar, seu termo ou fim, em 1939, funcionaria como

uma antevéspera ou ensaio do dramático, epílogo mesmo, do grande conflito de feições progressivas, globalizantes. Um dos efeitos do filtro analítico histórico – que projeta a GCE como conta de um rosário empolgante de conflitos concatenados – remete à consideração do fim da Segunda Guerra como auge e limite máximo de problemas trançados com fios internacionais. Sob tal jugo, a GCE funcionaria como continuidade de processo intraeuropeu, inevitável. Mesmo respeitando-se esta periodização, outra vez buscando o liame continental americano, vale considerar o deslocamento dado anteriormente pelo ano de 1898, época que tanto marcou o fim do colonialismo europeu como um segmento que, na Espanha, assumiu causas enfeixadas na conhecida “*Generación del 98*”. Por uma ou por outra via, as Américas não deixariam de se constituir em argumentos analíticos.

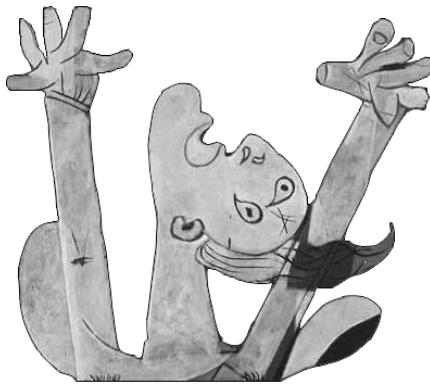
Vale lembrar que a situação da GCE no “entreguerras” – considerando-se as grandes balizas universais – limita a significância e a abertura dos eventos espanhóis a ângulos que têm ficado em planos secundários, mas que agora, em vista da fortuna crítica e das demandas globalizantes, começam a desafiar entendimentos carentes de espaços explicativos no ambiente “mundializado”. Para valorizar o recorte latino-americano, desdobra-se a questão aliando “outras razões de participação” – como do Oriente, por exemplo. Sugere-se a valorização de motivações interditas, subjetivas e que elas começam a repontar convidando a novos enfoques. Por certo, o conteúdo deste livro ajudará na ampliação de diálogos.

Introdução

Ângela Meirelles de Oliveira

Ismara Izepe de Souza

Matheus Cardoso da Silva



O ano de 2019 marcou mais um capítulo na longa duração da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), um conflito que parece não ter terminado em 1939. No mês de abril de 2019, completaram-se 80 anos do término oficial da guerra, o maior conflito intraeuropeu no período entre as duas Guerras Mundiais. Em setembro, o Tribunal Superior espanhol atendeu ao pedido do governo socialista de Pedro Sanchez (PSOE) para exumação dos restos mortais do caudilho Francisco Franco e sua esposa, Carmen Polo, do *Valle de los Caídos*, monumento construído nas cercanias de Madri por prisioneiros republicanos para celebrar a versão franquista da guerra civil. O traslado da ossada de Franco para um cemitério local – e não para a *Catedral de la Almudena*, como queriam os familiares do ditador – representou não apenas mais um marco contemporâneo para repassar a memória institucionalizada da guerra civil, como também uma vitória pré-eleitoral (do pleito que ocorreria no mês de novembro daquele ano) da esquerda espanhola.

Todas as ocasiões reafirmam, uma vez mais, que o debate sobre a Guerra Civil Espanhola nunca deixou de ser um tema do tempo presente. E isso não apenas por seu peso na formação histórica da Espanha contemporânea, como pôde ser visto nos embates jurídicos em torno do processo de exumação da ossada de Franco, que demonstraram peso fundamental nas disputas políticas e de memória histórica daquele país, mas também para todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, se envolveram nela. Inclusive no continente americano.

Por suas características, o conflito se estendeu para além de uma disputa entre forças rivais pelo controle do Estado espanhol para se tornar, desde seu início, um conflito transnacional. Pelo desenho dos interesses em disputa, a Guerra rapidamente transformou-se no centro de gravidade para as disputas europeias que, já na segunda metade da década de 1930, principiavam o realinhamento de forças que se concluiria com o raiar da Segunda Guerra Mundial no final daquela década. Por isso atraiu potências europeias antagônicas, como Alemanha e União Soviética que, além da Itália que participou ativamente no suporte das forças franquistas junto com a Alemanha nazista, marcavam posições claras em relação aos seus interesses internacionais naquele momento (posições antagônicas que seriam, mais

adiante, atenuadas pelo Pacto Molotov-Ribbentrop). A tênue Paz de Versalhes, assentada numa enfraquecida Sociedade das Nações, já se mostrava fracassada.

Até então, no entanto, a Guerra Civil Espanhola definira dois campos claros de disputa na reconfiguração internacional do período entreguerras: entre aqueles que, reconhecendo a legitimidade democrática da Segunda República espanhola eleita em 1931, a suportariam contra a insurreição militar de um grupo de oficiais conservadores, e aqueles que viam no movimento insurrecional a oportunidade para brevar o avanço de um governo socialista na Espanha.

Diante desse realinhamento de forças na geopolítica internacional, a repercussão da Guerra foi global. Da China à Argentina, do México ao Brasil, dos EUA à Rodésia do Sul, a solidariedade internacional, que se traduziu em diversas formas – do engajamento militar e logístico ao apoio intelectual – especialmente à causa republicana por meio da organização das Brigadas Internacionais (fundadas em setembro de 1936), foi massiva. Da mesma maneira, o lado insurreto recebeu apoio internacional: ao lado das forças expedicionárias italianas e da aviação alemã, soldados advindos especialmente das colônias espanholas na África (do Marrocos especialmente), compuseram uma força feroz que transformou a Espanha em um campo de batalha sangrento.

Enquanto diversos governos declararam neutralidade diante do conflito – casos exemplares da Inglaterra, França e EUA – membros da sociedade civil, inclusive destes países, organizaram “Comitês de ajuda à Espanha Republicana”, transformando a solidariedade internacionalista em um dos grandes dínamos do conflito. Esses comitês foram fundamentais para a arrecadação de ajuda humanitária para as vítimas da Guerra – em especial às vítimas dos bombardeios da *Luftwaffe* alemã no País Basco.

Na América Latina, com exceção do México, cujo governo Lázaro Cárdenas (1934-1940) foi um dos primeiros a declarar apoio incondicional à Segunda República, as posições foram ambíguas. Países como Brasil e Argentina, governados respectivamente por Getúlio Var-

gas (1930-1945)¹ e Agustín Pedro Justo (1932-1938), ao acatar as determinações da Sociedade das Nações, acabaram por alinhar-se às posições de neutralidade da Inglaterra e França, passando a equilibrar-se entre uma defesa tímida da democracia representativa – mantendo assim relações diplomáticas com o governo Republicano – e o veto ao engajamento de seus cidadãos no conflito. Ainda assim, Vargas faria uma importante doação de sacas de café que foram destinadas ao lado rebelde – doação que seria agradecida em carta enviada por Francisco Franco a Vargas, como demonstrou Ismara Izepe de Souza (2009). A mesma ambiguidade se espalhou por outros países, entre o apoio a um dos lados do conflito por grupos conservadores e progressistas locais que buscaram inspiração ora nas falanges espanholas, ora nas forças de defesa republicana, como no Peru, Chile, Uruguai, Nicarágua, Bolívia, Colômbia entre outros (SANZ, 1995; TABANERA, 1996).

Mesmo em um cenário politicamente ambíguo, com governos conservadores que flertavam com os regimes fascistas europeus, a repercussão da guerra civil em países como o Brasil e a Argentina foi imensa, muito devido ao tamanho das comunidades imigrantes de origem espanhola nesses países. O que se refletiria no engajamento de muitos cidadãos nacionais locais, direta ou indiretamente, no conflito – no caso brasileiro, figuras emblemáticas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) como Apolônio de Carvalho e José Gay da Cunha (ALMEIDA, 1999) –, ou ainda a edição de um decreto sobre o “Direito de Asilo” pelo governo argentino nos meses seguintes ao início do conflito, em 1936, permitindo que qualquer cidadão espanhol, sem distinção ideológica, pudesse solicitar asilo político na Argentina (FIGALLO, 1996).

No México, devido a receptividade positiva da causa republicana pelo governo local, o apoio seria muito mais aberto, tanto na imprensa periódica quanto na imprensa comunista e anarquista (SOUZA, 2016). Personalidades, como os pintores Diego Rivera, Frida Kahlo e

¹ Getúlio Vargas (1882-1954) governou o Brasil em quatro períodos: Governo provisório (1930-1934); Governo Constitucionalista (1934-1937); Estado Novo (1937-1945); Governo eleito (1951-1954).

David Alfaro Siqueiros (que se engajou como soldado voluntário na Guerra na frente de Teruel), ajudaram a popularizar o conflito no imaginário público mexicano. Para Cárdenas, aliás, a Guerra Civil Espanhola serviu como espelho para rechaçar as disputas políticas internas, identificando os grupos da direita “com o golpismo, a sublevação, a inconstitucionalidade, a desordem e o atraso”, enquanto o próprio México (e seu governo) se desenhava no cenário internacional como defensor da legalidade, da justiça e da solidariedade (REVAH, 2005). Assim como a Argentina, o México adotaria uma política institucional de acolhimento de refugiados da Guerra, em especial crianças órfãs – assim como os “*Niños de Morellia*”, que desembarcaram no Estado de Vera Cruz, em 7 de Junho de 1937.

A Guerra Civil Espanhola ajudou a transportar para a América Latina os debates entre a solidariedade antifascista e os grupos de apoio ao fascismo internacional. Não à toa, a região se tornou também um foco importante para a propaganda franquista durante a Guerra, a fim de convencer as mentes locais sobre a validade do levante militar contra o governo republicano eleito (SANZ, 2009). Com isso, inúmeros intelectuais, entre emigrados e refugiados, transformaram a imprensa periódica local em palco de debates sobre os sentidos da guerra, as posições dos envolvidos, suas repercussões para o desenvolvimento da política europeia, para o imperialismo no além-mar etc. Debates esses que costuraram redes transnacionais de alcance intercontinentais, como demonstrou Ângela Meirelles de Oliveira (2015).

Reunimos neste livro contribuições que ajudem o leitor do século XXI a pensar a Guerra Civil Espanhola na ocasião dos 80 anos do fim (oficial) do conflito, como um evento transnacional que extrapolou as fronteiras espanholas e, devido às suas características, tornou-se o grande centro de gravidade da solidariedade internacionalista daquela geração. Nesse sentido, o livro pretende pensar nas diversas formas de repercussão dos eventos nas Américas, região em que o conflito teve especial atenção, apesar das posições conflitantes dos governos locais em relação aos lados em disputa – posições essas que ajudam a compreender em muitos sentidos, as disputas políticas desses governos em seus respectivos países.

As repercussões diplomáticas do conflito na América Latina serão tema do capítulo assinado por Nuria Tabanera, da Universidad de Valencia. Nele, Tabanera traça um panorama sobre as relações espanholas com o subcontinente em três fases: 1ª) entre 1931-1936, quando a Segunda República é democraticamente estabelecida; 2ª) a partir da eleição da Frente Popular, em janeiro de 1936; 3ª) o período do governo de Juan Negrín, entre março de 1937 até o final da guerra civil, em 26 de março de 1939. Da inicial reestruturação difícil das relações diplomáticas com suas ex-colônias americanas, tentando reconstruir o aparato diplomático sobre escombros da monarquia espanhola, passando pela reação das democracias liberais ao advento do republicanismo, lidos por conservadores em países como EUA, Inglaterra e França como antessala da revolução bolchevique, o novo governo espanhol viu as dificuldades em reconstruir sua diplomacia a partir da já caquética Liga das Nações e sua incapacidade em equilibrar as rivalidades entre as potências, o medo geral do ocidente contra o comunismo e os ecos da crise de 1929.

Mesmo assim, o reconhecimento internacional do novo governo veio rápido, especialmente na América Latina: primeiro no México, Argentina e Uruguai e em seguida no Chile e Bolívia. Ao mesmo tempo, a legitimação por esses países da soberania do novo governo republicano, contrária a qualquer ideia de intervenção estrangeira, poderia ajudar, como no reflexo de um espelho, o próprio ambiente político latino-americano. Mais ainda, apoiar um novo regime espanhol, superando os entraves impostos pela ditadura de Primo de Rivera (1923-1930), entre eles o de retirar a Espanha da Liga das Nações entre 1926 e 1928, deveria ajudar a reconstruir o foro internacional e afastar a guerra como mediadora dos debates entre as nações.

Os horizontes diplomáticos redesenhados pelo governo republicano para a Espanha, além de tornar sua política internacional ativa em dois campos principais – o pacifismo ativo e a neutralidade positiva –, restabeleceu suas conexões com as principais potências europeias e, adiante, com as Américas. Tabanera demonstra que a tônica de todos os governos republicanos espanhóis foi manter relações pacíficas com todos os governos latino-americanos, independente-

mente de suas posições ideológicas, o que permitiu manter relações diplomáticas com ditaduras, como na Argentina, Venezuela e El Salvador, ou apoiar, ao mesmo tempo, movimentos revolucionários, como no Chile, em 1932 e em Cuba, em 1933. O que tornaria então a Espanha a grande mediadora diplomática dos conflitos interamericanos no âmbito da Liga, como os conflitos entre Peru e Colômbia e a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai.

Em 1936, com o avanço golpista, que culminou no início da guerra em 18 de julho daquele ano, todo o esforço dos governos republicanos em restabelecer canais diplomáticos seria substituído por uma política de isolacionismo administrativo, com o fim prático de manter as embaixadas longe das forças golpistas, mesmo que, ao menos na América Latina, todos os diplomatas “políticos” tivessem se mantido fiéis ao governo republicano. Os ecos internacionais da guerra civil foram mais ouvidos em localidades em que a imigração espanhola era expressiva. A América Latina se tornou um palco de disputas das narrativas pró-república e pró-nacionalistas, evidenciadas no engajamento do aparato cultural e político construído por esses imigrantes, desde a imprensa étnica até as associações de imigrantes, de diferentes matizes ideológicas, variando de acordo com o tempo e tamanho das colônias locais.

A Argentina foi, certamente, um dos países que mais sentiu os impactos do conflito espanhol e que mais próximo estava da Espanha, no que tange às relações culturais e comerciais. O governo argentino manteve, até fevereiro de 1939, as relações com a República espanhola, o que não impediu que as narrativas pró-nacionalistas tivessem espaço junto à sociedade argentina, ainda que em menor proporção que aquelas que defendiam a causa republicana. O asilo oferecido pela diplomacia argentina aos que se sentiram ameaçados pelo governo legalista foi um dos maiores, em termos quantitativos, se comparado com os demais países latino-americanos. O texto de Beatriz Figallo, professora da Universidade Católica Argentina, e pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet)*, esmiúça o asilo diplomático oferecido nas representações argentinas, focando especialmente no consulado de Alicante. Nesta cidade portuária, o consulado argentino estava sob coman-

do de Eduardo Lorenzo Barrera que, ao oferecer auxílio a centenas de pessoas, colocou à prova as relações entre a República espanhola e a Argentina. A evacuação de centenas de cidadãos argentinos e a fuga de cerca de duas mil pessoas, dentre eles, muitos religiosos e o célebre Serrano Suñer, cunhado de Francisco Franco, contaram com o auxílio do cônsul Barrera, a despeito da neutralidade mantida por seu país no conflito.

As repercussões da Guerra na imprensa dos países do Cone Sul, em especial na Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, serão o tema do capítulo de Ângela Meirelles de Oliveira, professora da Universidade do Oeste do Estado do Paraná, e de Ismara Izepe de Souza, professora da Universidade Federal de São Paulo. O texto foca na repercussão que as revistas espanholas *El Mono Azul* (1936-1939) e *A Hora de España* (1937-1938) tiveram junto à intelectualidade desses países, bem como nos órgãos de imprensa nacionais. Além do movimento de circulação das ideias em perspectiva transnacional oferecida pelo estudo da recepção da produção cultural republicana e pelas colônias imigrantes espanholas, tendo a imprensa como ponte de mediação, o texto de Souza e Oliveira se engaja no estudo da opinião pública das sociedades latino-americanas no período em que a guerra civil se desenrola na Espanha, compreendendo, por exemplo, como os regimes de Vargas (Brasil), Justo (Argentina), e Gabriel Terra (Uruguai), atuaram para filtrar (no caso dos regimes que assumiram a neutralidade diplomática como política diante da guerra) ou divulgar (no caso exemplar do México) as notícias advindas da Espanha.

Outro país do continente americano em que os ecos da guerra civil na Espanha soaram de maneira estrondosa foram os EUA, tema do capítulo de Christopher Vials, professor da *University of Connecticut*. O texto de Vials avalia a participação dos cidadãos estadunidenses nas Brigadas Internacionais, especialmente através da Brigada Abraham Lincoln, que driblou a política estatal de não-intervenção do governo de Washington. O autor traz uma indagação interessante: como a recepção do conflito dentro dos EUA ecoou também às próprias linhas de força e os diferentes espectros políticos em disputa naquele país no preâmbulo da Segunda Guerra Mundial. Assim como em outros países no continente americano ou mesmo na

Europa, o engajamento de diferentes setores da sociedade estadunidense à causa espanhola, equacionou as disputas entre grupos conservadores, simpáticos ao fascismo europeu e grupos progressistas, simpáticos à República. É sabido que mesmo o nazismo tinha forte apoio entre diversos setores da sociedade estadunidense, tendo o *American Nazi Party*, inclusive, performado grandes eventos públicos em cidades como Nova York e Chicago, ligado a comunidade imigrante alemã.² O que Vials demonstra é que, antes da declaração de guerra dos EUA contra os países do Eixo, em 11 de dezembro de 1941, aqueles grupos simpáticos ao fascismo se engajaram no apoio aos nacionalistas espanhóis, pressionando Washington a manter a adesão às políticas de não-intervenção na guerra espanhola, o que teria peso decisivo no conflito. Vials divide os grupos que se engajaram na causa da Guerra Civil Espanhola na sociedade estadunidense à época entre “isolacionistas” e “intervencionistas”, com o intuito de demonstrar como cada grupo atuou não apenas de maneira efetiva, por exemplo, com a organização de campanhas em prol de um lado ou de outro (tendo o lado republicano angariado maior apoio social em torno de vários grupos humanitários). Mostra ainda como cada um dos lados atuou na opinião pública local para formar posição em relação às razões do conflito, desdobrando em peso na própria atuação diplomática do país em relação à guerra. A tese central do autor é que, caso tivesse agido de maneira diferente em relação à Espanha durante a guerra civil, a atuação dos EUA na política internacional no pós-1945 talvez pudesse ter tomado outro rumo que não a ação imperialista.

² *National Socialist Germans Worker's Party of the USA* foi formado em 1933, por Heinz Spanknobel, imigrante alemão e membro do Partido Nazista na Alemanha. O partido tinha forte presença em Chicago, mas era baseado em Nova York. Contava com um jornal oficial publicado em alemão, chamado *New Yorker Staats-Zeitung* e performou grandes eventos públicos, como os comícios públicos no *Madson Square Garden*, em 20 de fevereiro de 1939, poucos meses antes do início da Segunda Guerra Mundial. Para referência ver: Diamond, Sander A. “The Years of Waiting: National Socialism in the United States, 1922–1933.” *American Jewish Historical Quarterly*, vol. 59, no. 3, 1970, pp. 256–271. *JSTOR*, Disponível em www.jstor.org/stable/23877858.

A formatação da guerra civil na Espanha como um conflito que extrapolou as fronteiras nacionais locais desde muito cedo, inclusive na perspectiva humanitária, será o tema do texto de Matheus Cardoso da Silva, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. A campanha da Legião Condor, composta por aviões da *Luftwaffe* alemã, com apoio da *Aviazione Legionaria* italiana, no País Basco desde 1936, que chegaria ao seu auge com o bombardeio da vila basca de Guernica, em 26 de abril de 1937, eternizada no quadro de Pablo Picasso, trouxe de volta as democracias liberais ocidentais o medo de uma nova guerra em escala internacional³. A população civil basca que se viu dragada por um conflito moderno de proporções até então nunca vistas – pela primeira vez se utilizou bombardeios a áreas civis em larga escala –, ajudou a levar o terror da guerra para países como os EUA e a Inglaterra que, oficialmente, adotaram o isolacionismo como prática diplomática. Contudo, o número de vítimas civis ajudou a formatar uma campanha internacional para o acolhimento de dezenas de milhares de mulheres e crianças bascas, como nas vizinhas França, Bélgica e Inglaterra, mas também as distantes ex-colônias espanholas como o México e a Argentina. E os refugiados espanhóis constituíram uma onda constante ao longo de todo o conflito, já que os bombardeios dos nacionalistas às áreas civis republicanas permaneceram em curso (como em Barcelona, em março de 1938 e em Alicante em maio do mesmo ano). Os comitês internacionais formados para aplastar as agruras das vítimas civis da guerra se espalharam pelo mundo desde 1936, quando a primeira conferência internacional para discutir às vítimas civis da guerra foi

³ Em termos contextuais, é preciso lembrar, no entanto, que a Guerra Civil Espanhola não foi o primeiro conflito de proporções internacionais (envolvendo dois ou mais Estados) após a Primeira Guerra Mundial. Antes dela já havia ocorrido a Guerra do Chaco (1932-1935), na América do Sul e a Segunda Guerra Ítalo-Abissínia (1936-1936), na África. A guerra entre Itália e Abissínia representou na verdade o primeiro grande conflito de proporções internacionais que evidenciaria a incapacidade da Liga das Nações em resolver as contentas entre Estados, especialmente quando se tratava de mediar interesses coloniais das potências europeias. A crise da Abissínia foi também a primeira a mobilizar grande apoio intelectual em proporções transnacionais, no entanto, tendo um apelo muito maior entre o movimento Pan-africano e seus apoiadores, do que entre outros grupos.

organizada em Paris, e se seguiram até o final do conflito três anos depois, conectando intelectuais e movimentos sociais ao redor do globo, incluindo nas Américas.

O caráter transnacional da guerra civil que se desenrolou na Espanha entre 1936 e 1939 é evidenciado, como demonstra o texto do diplomata Paulo Roberto de Almeida, pelo envolvimento do Brasil no conflito. Poucos brasileiros se engajaram diretamente como voluntários na luta armada na Espanha e, se comparado a outros países latino-americanos como o México, a Argentina ou o Uruguai, praticamente não houve campanhas públicas para arrecadação e envio de ajuda humanitária às vítimas do conflito. Mesmo assim, o envolvimento do Brasil demonstra que a guerra civil na Espanha envolveu um conjunto de questões muito mais amplas que apenas disputas internas da política local entre nacionalistas e o governo republicano de esquerda, eleito em 1936. O caleidoscópio de temas políticos e culturais que se desdobraram na forma de um conflito armado em território espanhol, todos eles reflexos dos conturbados anos de 1930, também tinham claros efeitos no Brasil. A fundação da Aliança Nacional Libertadora (ALN), no segundo semestre de 1934, de onde se originariam todos os brasileiros que se engajaram como brigadistas na Espanha, foi o reflexo local das Frentes Populares instadas como modelo global de combate ao avanço internacional do fascismo. No Brasil, o crescimento de uma frente ampla de orientação comunista debelou uma série de revoltas armadas no ano de 1935, dando sentido à repressão política do governo Vargas – levando à queda do então Partido Comunista do Brasil (depois rebatizado de Partido Comunista brasileiro) à ilegalidade – que, mais a frente, em novembro de 1937, instauraria o chamado Estado Novo (1937-1945).

O capítulo escrito por de Maria Helena Capelato, professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo, finaliza esta coletânea, abordando a memória da Guerra Civil Espanhola e o papel das mulheres durante e após o conflito. Capelato demonstra que a instauração da Segunda República deu impulso à luta das mulheres espanholas por direitos sociais e políticos, e que o desencadear do conflito levou milhares delas a se engajar na defesa da legalidade. Com a vitória dos rebeldes, a condição da mulher espanhola passa

por uma drástica revisão oficial. Ao longo dos primeiros anos da ditadura franquista, a Seção Feminina da Falange ganha projeção política e será responsável por conformar um projeto educacional e moral voltado aos valores católicos e conservadores, que se constituiu como um dos alicerces para a manutenção do regime.

Os textos que ora se apresentam trazem ao leitor múltiplas dimensões da internacionalização do conflito civil espanhol, contribuindo para o robusto arcabouço de conhecimento sobre um dos eventos europeus mais estudados no século XX. Tal interesse pela Guerra Civil Espanhola pode ser atribuído a inúmeros motivos, mas é fato que um dos principais está em sua capacidade de despertar a atenção, o engajamento e a solidariedade dos povos americanos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Brasileiros na Guerra Civil espanhola: combatentes na luta contra o fascismo.” *Revista de Sociologia e Política*. n.12, pp.33-66, junho, 1996.
- DIAMOND, Sander A. “The Years of Waiting: National Socialism in the United States, 1922–1933.” *American Jewish Historical Quarterly*, vol. 59, no. 3, 1970, pp. 256–271. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/23877858.
- FIGALLO, Beatriz. *La Argentina ante la guerra civil española: el asilo diplomático y el asilo naval*. By Beatriz J. Figallo. Rosario, Argentina: Instituto de Historia, Pontificia Universidad Católica Argentina, 1996.
- OLIVEIRA, Ângela Meirelles. *Palavras como balas. Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. São Paulo: Alameda, 2015
- REVAH, Mario Ojeda. *México y la Guerra Civil española*. Madrid: Turner, 2005.
- SANZ, Rosa Pardo. “Diplomacia y propaganda franquista y republicana en America Latina durante la Guerra Civil española”. *Casa del Tiempo*, n.24, vol. 4, pp.146-152. 2009.
- SANZ, Rosa Pardo. “España, Cuba y Estados Unidos durante la Segunda Guerra Mundial: antifascismo en América Latina.” Estu-

dios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe. N.1, vol.6, pp.52-56, enero-junio, 1995.

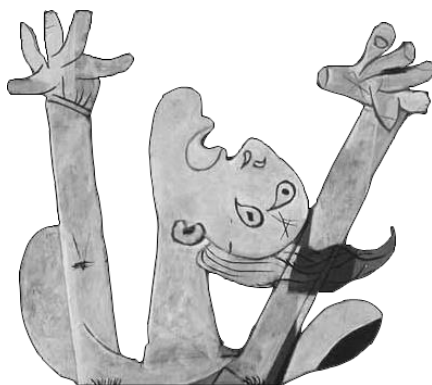
SOUZA, Ismara Izepe de. *Caminhos que se cruzam: relações históricas entre Brasil e Espanha (1936-1960)*. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-26042010-100713. Acesso em: 2019-01-09.

SOUZA, FDAS. “Um cigarro para um amigo: a Guerra Civil Espanhola na imprensa comunista mexicana.” *Outros Tempos*, n.21, vol.13, pp.222-245, 2016.

TABANERA, Nuria. *Ilusiones y desencuentros: la acción diplomática republicana en Hispanoamérica (1931-1939)*. Madrid: CE-DEAL, 1996.

Entre la diplomacia y la
propaganda: reflejos de la
Guerra Civil Española en
América Latina

Nuria Tabanera García



AMÉRICA LATINA EN LA POLÍTICA DE LA II REPÚBLICA (1931-1936)

Con una alegría popular muy visible en las principales ciudades de España y un gran desconcierto en los gabinetes de las principales potencias internacionales, el 14 de abril de 1931 se proclamó la II República española, poniendo fin al reinado de Alfonso XIII.

El nuevo Gobierno Provisional dirigido por Niceto Alcalá Zamora, referente del republicanismo conservador, tuvo que hacer frente a múltiples retos derivados de la difícil coyuntura interna y de la tensa situación internacional. Los efectos económicos y sociales de la depresión de 1929 y la movilización política dibujaban el telón de fondo de un nuevo régimen, que no dispuso inicialmente de muchos amigos en el exterior. Así, las reacciones a las peticiones de reconocimiento que el nuevo régimen envió a las cancillerías europeas y americanas reflejarían los temores que entre muchas de ellas se tenía a que se extendiera en España la inseguridad institucional, a que se produjera un cambio en el sistema de alianzas europeo con implicaciones en el Mediterráneo y el Norte de África o, lo que podía ser – peor, a que se orientara inexorablemente hacia el comunismo.

La actitud norteamericana sirve de ejemplo de parte de ese recelo entre las grandes potencias, aun procediendo de regímenes democráticos. El Departamento de Estado norteamericano y el embajador en España Irwing B. Laughlin prestaban gran atención – desde los meses previos a la proclamación republicana – a las actividades de grupos bolcheviques, ante la posible inminencia de una intentona revolucionaria. Los acontecimientos del 14 de abril fueron interpretados sombríamente por el embajador del gobierno de Herbert Hoover, muy preocupado por el futuro de las importantes inversiones norteamericanas en España, así como por la posible contaminación de la radicalización española en otras áreas de influencia norteamericana, especialmente en América Latina. Tras el reconocimiento oficial de la República el 22 de abril de 1931, en paralelo al de la Gran Bretaña y Alemania y cinco días después del de Francia, el embajador Laughlin comenzaría a matizar sus informaciones sobre el nuevo régimen,

reconociendo su moderación y la ausencia de influencias comunistas reales (BOSCH, 2012, p.21).

En América Latina, a pesar de la existencia también de grupos políticos claramente recelosos de los nuevos líderes españoles, la II República encontró los primeros reconocimientos internacionales de la mano de México, Argentina y Uruguay, en fecha tan temprana como la del 16 de abril, seguidos de Chile y Bolivia, al día siguiente. En aplicación de la Doctrina Estrada, México y otros países americanos, mantenían el reconocimiento de un estado independientemente de posibles cambios de régimen, como muestra de su respeto a la soberanía nacional de terceros y del rechazo a la intervención en procesos internos, que suponía la práctica del reconocimiento internacional de la legalidad de un nuevo gobierno. Con todo, era frecuente que se mencionara en las comunicaciones diplomáticas de la región que la nueva identidad compartida de regímenes podría ayudar a fortalecer los lazos históricos entre España y las repúblicas americanas (TABANERA, 1996, p.20 y 170).

En efecto, el cambio de régimen podía situar a España en una nueva posición internacional si se cumplían las propuestas de cambio que planteaban los nuevos dirigentes republicanos en su política exterior. Cambios frente al relativo aislamiento propiciado por la monarquía, roto parcialmente por la pretenciosa “política de prestigio” de la dictadura de Miguel Primo de Rivera (1923-1930), que mantuvo una visión utilitarista y reticente de la Sociedad de Naciones (visible con la retirada española entre 1926 y 1928) y que no había logrado romper la supeditación de España respecto de Francia y Gran Bretaña (SAZ, 2002, p.48-49). Cambios que debían hacer de la política exterior española una política democrática, que rechazaba la guerra como instrumento de política exterior, confiada a las organizaciones multilaterales – como la Sociedad de Naciones – para garantizar un neutralismo activo, la no supeditación a las grandes potencias europeas y que, además, mantuviera una relación preferente con Portugal y, especialmente, con América Latina¹.

¹ La idea de que la II República no tuvo una política exterior propia fue superada tras un debate historiográfico intenso, que desmontaría esa tesis arraigada tanto entre la historiografía franquista, como en la antifranquista. Tra-

A cien días del nacimiento de la República su presidente, en sesión de las Cortes Constituyentes, hacía un inicial resumen de la política exterior que el nuevo régimen “ha sabido tener”: un rumbo propio, manteniendo las continuidades necesarias en toda política de estado, la carencia de interés egoísta ante los conflictos europeos y la intención de recobrar la fuerza moral precisa para ser un “factor de paz” en el sistema internacional. En ese discurso, Alcalá Zamora puso especial énfasis en que, “por primera vez”, España tenía una política americana alejada de demagogias y que daba a las repúblicas americanas “la sensación, no de una supremacía que pretendiera sujetarlos con el yugo de una institución que ellos habían sacudido, y si la semejanza de ideario, de fórmulas políticas y de estructura social que permitiera en una confraternidad igual convivir, sin que hubiera más diferencias que aquella veneración que en ellos se mantiene y aquel amor que en nosotros es natural”².

Algunas de aquellas intenciones comenzaron a concretarse en los meses siguientes, con los pobres medios de que podía disponer un régimen recién implantado y unos sucesivos gobiernos que no siempre contaron con la fidelidad de sus funcionarios ni con un aparato institucional eficaz. Por un lado, la apuesta por el sistema de seguridad colectiva representado por la Sociedad de Naciones quedó confirmado con la aprobación de la Constitución en diciembre de 1931, en la que se rechazaba explícitamente el uso de la guerra como instrumento de política nacional (art. 6) y en la que se incluían explícitamente los principios del Pacto de Locarno en su articulado (EGIDO, 2000, p.194). Por el otro, las dificultades surgidas ante la presencia de funcionarios heredados de la Monarquía y no siempre dignos de confianza, tanto en el servicio central como exterior del Minis-

bajos renovadores como los de SAZ, 1985 y 1986; EGIDO, 1987; PÁEZ-CAMINO, 1990; QUINTANA, 1993 y NEILA, 1993, entre otros, serían fundamentales para sostener la existencia de una política exterior republicana, aunque marcada por los vaivenes generados por la política interior y por la alteración del contexto internacional durante la década de los años treinta. Para acceder a un balance sobre los avances de la historiografía en torno a la política exterior republicana ver NEILA, 2004.

² Discurso del Presidente del Gobierno Provisional. Diario de Sesiones de las Cortes Constituyentes, nº 10, 28 de julio de 1931, p. 173.

terio de Estado, fueron afrontados con el pragmatismo propio del “intento de abordar una reforma que asegurase fidelidad y eficacia y la cautela para no lesionar derechos adquiridos de una amplia masa de empleados de los que había que asegurarse al menos la neutralidad política” (ARÓSTEGUI, 2010, p.40). Así, desde muy pronto, la aceptación de la dimisión presentada a los pocos días de la proclamación republicana por los diplomáticos encargados de las embajadas en París, Londres, Washington, Roma, Berlín o la Santa Sede fue cubierta después por hombres de prestigio, fieles al régimen y ajenos a la carrera diplomática, con los que se pretendía que el nuevo régimen ganara crédito y respetabilidad.

Entre los nuevos cargos encontraríamos a Ramón Pérez de Ayala, destinado en la embajada en Londres, a Luis Araquistáin, destinado en París, a Américo Castro, enviado a Berlín y los únicos dos casos iniciales de embajadores políticos en América Latina, a los que se unirían otros algunos años después: los nombramientos en mayo de 1931 de Julio Álvarez del Vayo como primer embajador en México, al elevarse esa representación de legación a embajada, y de Ricardo Baeza Durán como embajador de España en Chile. Si Julio Álvarez del Vayo era un significado socialista, conocido como periodista y escritor, asesor de Francisco Largo Caballero y cuñado de Luis Araquistáin, Ricardo Baeza se había ganado cierto prestigio como periodista, traductor, ensayista y empresario teatral. Ambos nombramientos indicaban que también se consideraban relevantes las representaciones españolas en América, especialmente la de México, aunque en otros importantes destinos se mantuviera a los ya nombrados por la Monarquía (Argentina, Uruguay y Perú) o se recurriera para el relevo a diplomáticos de carrera (Cuba y Venezuela) (TABANERA, 1996, p.150-151).

Siendo muy activa la diplomacia republicana del primer bienio en el ámbito de la Sociedad de Naciones, marco en el que se podían concretar principios como el del pacifismo activo y la neutralidad positiva (JORGE, 2016, p. 65), su vertiente americana también cobró nuevos rasgos, que la distinguían de la desarrollada con anterioridad. En primer lugar, debemos señalar que la presencia diplomática de España en América Latina tuvo que hacer frente a las restricciones presu-

puestarias que se generalizaron en la administración española, por efectos de la crisis económica iniciada en 1929, aunque en menor medida que las padecidas por legaciones y embajadas fuera de esa área, lo que podría ser indicativo del renovado interés republicano por mantener en tiempos difíciles la relación con la región (TABANERA, 1988, p.118).

En segundo lugar, en la acción en América Latina también se intentó hacer efectivo uno de los principios rectores de la propuesta pacifista republicana, concretada en la intención de mantener relaciones amistosas con todos los países del mundo y trabajar por la resolución diplomática de los conflictos. Así, una de las primeras acciones de Alejandro Lerroux como ministro de Estado fue la de alentar la entrada de México en la Sociedad de Naciones, dificultada desde el origen de la Sociedad por el no reconocimiento inicial del gobierno revolucionario mexicano por las grandes potencias y por el rechazo mexicano a considerar la doctrina Monroe como parte de las condiciones del Pacto, como establecía su artículo 21. Las gestiones de Lerroux, que presidiría la Asamblea de la Sociedad de Naciones en septiembre de 1931, con la ayuda de Álvarez del Vayo lograrían que México aceptara la invitación para integrarse en la Sociedad de Naciones que su Asamblea cursó el 7 de septiembre de ese año (Sánchez y Herrera 2011, 146-149). Comenzaba así una relación preferente de la República con el gobierno mexicano, que tendría en el embajador Álvarez del Vayo a su principal impulsor y a la Sociedad de Naciones como su principal escenario, cobrando este una fuerza insospechada cuando el gobierno de Lázaro Cárdenas y sus representantes en Ginebra se convirtieron en los principales defensores de la legitimidad republicana al estallar la guerra civil³.

Junto a las acciones favorables a la integración de México en el principal, aunque poco efectivo, organismo multilateral que pretendía garantizar la seguridad colectiva, los diversos gobiernos republicanos mantendrían la posición de reconocer a todos los gobiernos latinoamericanos, al margen de su naturaleza y origen, por lo que se

³ Junto al texto de Sánchez y Herrera 2011, sobre estas relaciones en la Sociedad de Naciones y sobre la actuación de Julio Álvarez de Vayo, ver Jorge, 2016 y García, 2013.

mantuvieron abiertas las relaciones con gobiernos dictatoriales, como los de Argentina, Venezuela, El Salvador o la República Dominicana, al igual que con los que surgieron de movimientos revolucionarios, como los triunfantes en Chile en 1932 o en Cuba en 1933 (TABANERA, 1996, p.140). Y en paralelo a esta actitud conciliatoria y al compromiso español con la Sociedad de Naciones, los tradicionales intentos de mediación internacional de España en los conflictos interamericanos se desarrollarían ahora en el marco de esa instancia multilateral. Por ello, siempre representantes españoles estarían implicados en las mediaciones que desde Ginebra se desplegarían para resolver los dos principales conflictos interamericanos de la década: el conflicto de Leticia, entre Perú y Colombia, y la guerra del Chaco, que enfrentaría a Bolivia y Paraguay entre 1932 y 1935.

En el primero de ellos, el éxito de la Comisión societaria, formada por representantes de España, Irlanda y Guatemala se consumó con un acuerdo que suponía la entrega de Leticia a Colombia en junio de 1936. En el segundo conflicto, el más sangriento de la región en el siglo XX, la Comisión mediadora de la Sociedad de Naciones presidida por Julio Álvarez del Vayo se saldó con un sonoro fracaso “para la diplomacia de las organizaciones multilaterales, tanto procedentes de la Sociedad de Naciones como de la Unión Panamericana”, al resolverse finalmente con la intervención del grupo ABCP (Argentina, Brasil, Chile y Perú), con participación de Uruguay y apoyo norteamericano (TABANERA, 2018, p.195). La paz en el Chaco se alcanzaría en 1938, logrando Paraguay la soberanía sobre la mayor parte del Chaco Boreal y Bolivia sus yacimientos petroleros y una salida franca al río Paraguay.

Estas y otras acciones españolas en el orden internacional, con efectos en América Latina, se desplegaron en unos años marcados por la inestabilidad gubernamental y el cambio en la dirección política. Por ello, es posible distinguir algunos matices y gradaciones en la aproximación republicana a una región con la que se mantenían ambivalentes conexiones históricas, sociales, culturales y económicas, en directa relación con las diversas concepciones del hispanoamericanismo que tuvieron los principales actores de la diplomacia española.

Como es sabido, desde la pérdida de las últimas colonias españolas en América, el hispanoamericanismo regeneracionista se extendió entre intelectuales y políticos, como alternativa superadora del fracaso implícito de la relación española con América, que se había construido sobre la incomprensión y la supuesta superioridad de la antigua metrópoli sobre sus ex colonias americanas. Hispanoamericanistas como Rafael M.^a de Labra, Rafael Altamira o Adolfo González Posada le servirían de punto de partida a los republicanos opuestos al hispanismo imperante en el régimen de Primo de Rivera, basado en el catolicismo y en la exaltación de una supuesta comunidad espiritual, e incluso racial, hispanoamericana sobre valores tradicionales. Para los republicanos y socialistas como Luis Araquistáin o Luis de Zulueta, ministro de Estado del gobierno de Manuel Azaña entre diciembre de 1931 y junio de 1933, el hispanismo conservador debía dar paso a un hispanoamericanismo que se cimentase sobre el rechazo, tanto a la defensa de posiciones españolas de superioridad, como a la primacía en la definición de identidades compartidas en la religión y a las jerarquizaciones sociales tradicionales⁴.

Como señaló Luis de Zulueta ante los representantes hispanoamericanos en la Sociedad de Naciones, la colaboración entre los países de la “gran familia hispanoamericana”, formada por países que compartían el idioma, la estirpe y la cultura, debía hacerse en un plan de “absoluta igualdad”, para contribuir “eficazmente al desarrollo de la total cultura humana, a su unidad y al progreso general del mundo” (ZULUETA, 1932, p. 419-422). Con esa base, que situaba a la cultura en un punto central del programa de acción republicana, en marzo de 1933 Zulueta logró la aprobación por el Consejo de ministros del llamado “Plan de Política de España en América” o Plan P. Un Plan diseñado en sus líneas generales en 1929 por José M.^a Doussinague, diplomático de carrera con experiencia profesional en América durante la dictadura de Primo de Rivera, y que sólo remodeló parcialmente siendo director de Política y Comercio Exterior con Zulueta, manteniendo propuestas de creación de una especie de Su-

⁴ Sobre la tensión entre el hispanismo conservador y el hispanoamericanismo liberal se puede ver el texto clásico de Pike, 1971, así como los trabajos de Tabanera, 1997, y, especialmente, de Sepúlveda, 2005.

perestado en el que se preservaría una posición preferente para España.

La inconsistencia de las acciones políticas propuestas en este plan, más propias del hispanismo más conservador que de los programas republicanos, y su incompatibilidad con las propuestas y posibilidades reales que podía emprender el gobierno republicano llevó al plan P a caer en el olvido (TABANERA, 1996, p.149). Por ello y en consonancia con las posiciones antes resumidas de Zulueta, se entiende mejor que la atención del Ministerio se centrara en el Plan de Expansión Cultural de la Junta de Relaciones Culturales⁵, aprobado en julio de 1933, poco después de la llegada del nuevo ministro de Estado, el influyente catedrático socialista Fernando de los Ríos. Con la intención de hacer política exterior con la cultura, este programa concretó relevantes logros, incluso tras la reducción presupuestaria sufrida desde 1934 con los gobiernos del partido Radical, como fueron la creación de 11 bibliotecas en América, la fundación del Instituto de España en Buenos Aires, la fundación del Instituto de Estudios Hispanoamericanos del Centro de Estudios Históricos en Madrid y la aparición de la revista *Tierra Firme* (NIÑO, 1992, p. 629-653 y TABANERA, 1996, p.216).

En medio de cambios ministeriales frecuentes, de vaivenes políticos tan profundos como los acontecidos con las victorias de las derechas en las elecciones de noviembre 1933 y del Frente Popular en febrero de 1936, la política exterior republicana hacia América Latina mantuvo unos rasgos distintivos reformistas, diseñados en el primer bienio y que trataban de recuperarse a la altura de julio de 1936.

⁵ La Junta de Relaciones Culturales aparece como instrumento de acción exterior del Ministerio de Estado en 1926. Hasta la proclamación republicana su actividad principal era la de becar estudiantes, financiar a la tradicional Unión Iberoamericana y colaborar en la organización de exposiciones y conferencias. Su relanzamiento desde 1931 puede entenderse como parte de la concepción de la República como gran proyecto cultural que, según el artículo 50 de la Constitución de 1931, incluía la expansión cultural en el extranjero y, especialmente, en Hispanoamérica.

PRIMEROS IMPACTOS DE LA GUERRA DE ESPAÑA: LA FRACTURA DE LA DIPLOMACIA REPUBLICANA

Los principales actores del sistema internacional en los meses centrales de 1936 no le prestaban demasiada atención a España, pequeña potencia europea, poco relevante en la posible resolución de las tensiones suscitadas en Europa y África por la política revisionista de Alemania e Italia, y con escasa influencia en la evolución de la alianza francobritánica. Es bien sabido que la victoria del Frente Popular había acrecentado los temores de ciertos sectores, tanto en América como en Europa, a una posible radicalización del proceso español, en un contexto ya marcado por la dicotomía comunismo-fascismo y por la preferencia que todavía mostraban muchos liberales por el segundo frente al primero, al desconfiar en esos momentos más de la Unión Soviética que de la Alemania nazi.

Los insistentes rumores de golpe de estado que corrían por Madrid y las diversas expresiones de violencia política⁶ no preocupaban tanto a la mayoría de los representantes diplomáticos extranjeros destinados en España como para renunciar a su traslado, desde principios de julio, a San Sebastián para disfrutar sus vacaciones estivales como era habitual. Pocos miembros del cuerpo diplomático, por tanto, se habían preparado para que el fracaso de un alzamiento militar iniciado el 18 de julio en el Norte de África se convirtiera, en pocas semanas, en una guerra civil con importantes intervenciones internacionales.

La respuesta positiva del 19 de julio del gobierno frentepopulista de Leon Blum a la petición de ayuda del gobierno republicano fue modificada rápidamente ante las tensiones internas y las reacciones británicas que podía suscitar. Así, la posición no intervencionista del gobierno británico, seguida por la norteamericana y la francesa, pri-

⁶ Trabajos como los de González Calleja, 2015, han demostrado que no existía en esas fechas una violencia revolucionaria izquierdista organizada para la toma del poder, como se difundió a posteriori con gran éxito para justificar la sublevación nacionalista, cuando si predominaban las muestras de la acción paramilitar de extrema derecha.

varía a España de cualquier colaboración activa de las principales democracias occidentales. La ayuda italogermana que recibirían los sublevados desde finales de julio sería respondida, en una medida menos determinante, por la ayuda de la Unión Soviética a la república, rompiendo las tres potencias desde entonces, incluso, los acuerdos que suscribirían dentro del Comité de No Intervención. La Sociedad de Naciones, como en otros conflictos previos, mostró su incapacidad para evadirse de las posiciones de las grandes potencias, prontamente inclinadas a aceptar la intervención de algunas y la neutralidad pro rebelde de otras (VIÑAS, 2012). La reacción de la opinión pública internacional se inscribiría rápidamente, una vez definidas las alianzas y colaboraciones de los beligerantes, en la lógica fascismo-antifascismo, condicionando más aún la respuesta internacional ante la crítica situación española.

Y en ese tablero de posiciones prontamente establecidas ante la guerra en España, las cancillerías y las calles de América Latina se posicionarían dependiendo de diversos factores ligados, entre otros, a la naturaleza del gobierno, la relación de este con Estados Unidos y Gran Bretaña o a la magnitud y características de la colonia de emigrantes españoles instalados en el país.

Así, en la absoluta mayoría de los casos, la neutralidad británica y norteamericana influirían de forma relevante en la posición de neutralidad o “prescindencia” que adoptaron los gobiernos latinoamericanos conservadores o dictatoriales, alimentada por el temor a la influencia comunista que podía desatarse de la mano de la solidaridad con una República española presentada como anticlerical, revolucionaria y rendida a Moscú. Para muchos de estos sectores, el alzamiento militar era la respuesta necesaria al desorden social y a la anarquía republicana resultante de una democracia incapaz, al tiempo que la intervención extranjera que debía combatirse no era la del eje nazi-fascista, sino la del bolchevismo soviético, absolutamente contrario a los valores tradicionales “hispanicos” de religión y orden social. Incluso los gobiernos más simpatizantes con la República española, como el de México, debieron soportar presiones y críticas intensas, al establecerse comparaciones interesadas entre la deriva radial experimentada durante los primeros meses en la zona bajo el

control republicano y las posibles implicaciones de los programas oficiales, en este caso los del Partido Nacional Revolucionario de Lázaro Cárdenas en materia religiosa, sindical o educativa⁷.

La guerra de España, en definitiva, polarizó posiciones, pasiones y acciones en la política y en las sociedades latinoamericanas, formando parte del argumentario tanto de los que se enfrentaban por el poder en los distintos gobiernos nacionales, como de los que se comprometían ideológicamente en la lucha fascismo-antifascismo en escenarios más distantes.

Con esos condicionantes de partida, para el gobierno republicano ya desde finales de julio de 1936 iba a ser fundamental contar con toda la ayuda internacional posible, ya fuera diplomática, financiera o propagandística. La coordinación de esa necesaria reacción diplomática contó con muchas dificultades iniciales, dado el profundo impacto que en las instituciones estatales causó el desmantelamiento de la administración pública durante los primeros días de respuesta a la sublevación. Mientras esta se trataba de contener en España, en el frente exterior los diplomáticos españoles debían tener una participación esencial en la neutralización de los apoyos que podían reunir los rebeldes, organizados desde el 24 de julio en la llamada Junta de Defensa Nacional, presidida por el general Miguel Cabanellas con la intención de asumir “todos los Poderes del Estado y representa(r) legítimamente al País ante las Potencias extranjeras”⁸. En correspondencia con esa posición, Cabanellas enviaría al día siguiente una orden a los secretarios más antiguos de las embajadas y representaciones exteriores de España, por la que se les instaba a asumir la representación del autodenominado Gobierno Nacional de España tras la destitución de los diplomáticos republicanos.

Y antes de que esta junta, el 29 de septiembre de 1936, nombrara al general Francisco Franco como jefe de Gobierno del Estado espa-

⁷ Podemos encontrar múltiples ejemplos de esta lectura ante el conflicto español en grupos conservadores, antiliberales y fascistas o fascistizados en trabajos como los de Matesanz, 1999; Ayala Diago, 2011 o Figallo, 2016.

⁸ *Boletín Oficial de la Junta de Defensa Nacional de España*, n. 1, Burgos, 25 de julio de 1936, p. 1.

ñol para que asumiera todos los poderes del estado⁹, ya se había manifestado la generalizada deslealtad de los diplomáticos españoles destinados en América Latina, en plena consonancia con el comportamiento de la mayoría de los diplomáticos de carrera, así como con la escasa sintonía con el régimen republicano de aquel grupo de altos funcionarios, tradicionalmente vinculado a los sectores más conservadores de la sociedad española y que se vio muy poco afectado por las reformas democratizadoras implantadas por Luis de Zulueta en 1932.

Los efectos de la adhesión de muchos diplomáticos a la Junta de Burgos y después a Franco fueron devastadores para la República, pues, de los cerca de 390 diplomáticos del servicio exterior, el 85% habían tenido que ser cesados por su desafección ya durante 1936, a los que se sumará otro 5% en los años siguientes (VIÑAS, 2010, p.268). El gobierno legítimo, por tanto, tuvo que prescindir del 90% de sus representantes, debiendo cubrir tan numerosas bajas tanto con otros funcionarios como con personal ajeno al ministerio. Muchos de ellos estuvieron obligados a hacer frente a grandes dificultades económicas, a la descomposición de las legaciones ante la deslealtad de sus predecesores, a la animadversión de muchos gobiernos, e, incluso, a su escasa preparación o entusiasmo para representar con eficacia a la República.

En América Latina todos los diplomáticos “políticos” se mantuvieron fieles: en la embajada de Argentina, Enrique-Díez Canedo, en la de México, Félix Gordón Ordás, en la de Cuba, Domingo Barnés Salinas y en la de Chile, Rodrigo Soriano¹⁰. Sin embargo, la adhesión

⁹ *Boletín Oficial de la Junta de Defensa Nacional de España*, n. 32, Burgos, 30 de septiembre de 1936, p. 2.

¹⁰ Enrique Díaz-Canedo era un poeta y traductor extremeño, amigo de Manuel Azaña, que fue ministro en la Legación española en Uruguay entre febrero de 1933 y julio de 1934. Miembro de la Academia de la Lengua en 1935, desde 1938 se exiliaría en México hasta su muerte en 1944. Félix Gordón Ordás, veterinario de gran prestigio, se implicó en varios partidos republicanos, hasta encabezar desde 1934 Unión Republicana. Desde su exilio en México publicaría unas interesantes memorias, publicadas en siete volúmenes entre 1961 y 1972. El pedagogo Domingo Barnés, llegaría a ser ministro de Instrucción Pública en 1933 y, como los anteriores, también moriría en el exilio mexicano en 1940.

mayoritaria a los rebeldes del resto del personal dejaría a estas representaciones prácticamente desmanteladas, dificultando toda actuación dirigida a canalizar la ayuda diplomática, propagandística, económica o, incluso, militar a la República española. En la correspondencia publicada de Enrique Díez-Canedo se ilustra claramente el punto de partida y el desarrollo del conflicto abierto en las representaciones diplomáticas españolas encabezadas por estos embajadores políticos. Así, el agregado cultural en Buenos Aires, Amado Alonso, tranquilaba a Díez-Canedo poco antes de su llegada en estos términos:

Ya sabe Ud. que, en general, los del cuerpo diplomático ven con recelo y desagrado el que den embajadas y legaciones a personas ajenas al cuerpo. Hasta ha habido a veces disimuladas resistencias pasivas, no ayuda espontánea, etc. Pues bien, quiero decirle a Ud. enseguida que en la Embajada de Buenos Aires va a contar Ud. en cada hombre con el más fiel y leal ayudador (15 de abril de 1936) (DÍEZ-CANEDO, o 2010, p.132).

Sin embargo, días después de que llegaran las noticias del golpe de estado, Díez-Canedo informó a Madrid de que había colgado en la embajada un escrito con su adhesión a la República, solicitando la firma al resto de sus miembros. Gesto simbólico, que no impidió que incluso muchos de los firmantes dejaran solo al embajador y terminaran por manifestar su lealtad a la Junta de Burgos, empezando por el ministro consejero, Manuel Casulleras, y los tres secretarios, Francisco Amat, Julio López Lago y Manuel Oños, así como el agregado comercial, J. Manuel Muñoz, el militar, comandante Fernández Martos, y el civil, Pedro González Arnao. Igualmente, la red de consulados quedó también desmantelada, con la adhesión a los rebeldes del cónsul general en Buenos Aires, acompañado de los de Córdoba y Mendoza, permaneciendo fieles sólo los de Rosario y La Plata (TABANERA, 1996, p.258). Similares efectos tuvo la organización de los rebeldes en el resto de embajadas, donde también encontramos entre los diplomáticos separados del servicio a la República, a los primeros organizadores de las representaciones rebeldes, como en Cuba, donde el secretario de 1ª Miguel Espelius cumpliría esa misión, o en Chile, donde el secretario consejero, Joaquín Pérez de Rada, encabezaría

la Representación del Gobierno Nacional, mientras que él era secretario de 2ª, Miguel María de Lojendio, se significaría fundando la sección chilena de la Falange y dirigiendo el periódico *La Voz de España*, principal medio de propaganda rebelde (SAPAG, 2003, p.67 y ALMONACID,2004,p.172). En México, igualmente, el secretario de mayor antigüedad, Ramón M.ª de Pujadas, se uniría al gobierno de Burgos desde el 29 de julio con el resto de secretarios, aunque el importante agregado comercial, José Lión Depetre, y el Cónsul General, Emilio Zapico, seguirían las órdenes del embajador Gordón Ordás, junto al canciller José M.ª Argüelles, muy activo en la gestión de la llegada a España de armamento y alimentos mexicanos (MATEOS 2010, p. 244).

El descalabro de la representación republicana allí donde no había embajadas y si legaciones fue mucho más determinante, pues sólo tres de las once¹¹ se mantuvieron leales, en manos de los diplomáticos destinados en Bolivia, la República Dominicana y El Salvador (con jurisdicción en Honduras y Nicaragua). Antes incluso de que Fernando González Arnao, ministro de España en El Salvador, tuviera que ceder la delegación a su antiguo secretario, separado del servicio a la República el 1 de septiembre por su lealtad a Burgos, dado el reconocimiento del gobierno de los rebeldes, que oficializó el gobierno de El Salvador, junto al de Nicaragua, el 8 de noviembre de 1936, se puede confirmar que algunos Jefes de Misión aprovecharon los días o las semanas previas a su separación del servicio para boicotear iniciativas del gobierno de Madrid y para preparar la puesta en marcha de las futuras representaciones, ya fueran oficiosas u oficiales, del gobierno de Burgos.

En Buenos Aires, Díez-Canedo estaba al corriente de la dudosa fidelidad de los funcionarios en la legación de Montevideo, gracias a la información que le remitía desde allí el canciller del consulado en Montevideo José Mora Guarnido¹². En sus cartas confirmaba que tenía

¹¹ Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

¹² El periodista y escritor granadino José Mora Guarnido se exilió en Uruguay durante la dictadura de Primo de Rivera en 1923, no volviendo nunca

“datos muy serios que confirman y agravan mis sospechas. Existe una comunicación diaria entre ciertos elementos de la embajada y los miembros “de carrera” de aquí. [...] Todos los pasos que usted da, se saben aquí. Se sabía la renuncia del agregado militar antes, mucho antes de haberla presentado [...] Yo no le envió esta carta por intermedio de la franquicia consular porque tengo la certeza comprobada en varias ocasiones de que tenemos “censura interna” y sospecho que acaso la tenga usted también...” (carta sin fecha, DÍEZ - CANEDO, 2010, p. 136).

Finalmente, informaría de oscuras maniobras antirrepublicanas, cuando el 31 de agosto de 1936 denunció que el cónsul José Buigas Dalmau “se ha incautado de los fondos del Consulado y ha sacado los que había en el banco. Como la caja del consulado es poco segura, yo creo que se ha llevado todo el dinero con él para que si el gobierno toma alguna medida y nombra a otro, este se encuentre sin fondos” (DÍEZ-CANEDO, 2010, p.136).

El boicot a las actividades de embajadas, legaciones y consulados republicanos por parte de su personal en América Latina pudo no ser tan llamativo como el sufrido en París o Londres (MORADIELLOS, 2010, p.90 y MIRALLES, 2010, p.125), aunque también servirían para retrasar la capacidad de respuesta del gobierno de Madrid y para fortalecer en esos primeros momentos de desconcierto los argumentos de los enemigos internos y externos. Buen ejemplo de ello lo encontramos en la actuación del ministro de España en Colombia, Manuel del Moral, diplomático de carrera que llegó en mayo de 1936 y que dimitió el 24 de septiembre para unirse a los rebeldes, no sin antes dar una entrevista en la que mostraba su confianza en el ejército español y su negativa a solidarizarse con los asesinatos que cometían los “agentes del gobierno español” (HERNÁNDEZ GARCÍA, 2006, p.137), en clara referencia al asesinato de algunos familiares suyos en la zona republicana – así como del de siete religiosos colombianos – perpetrado por milicianos a principios de agosto en Barcelona. En el ambiente político y periodístico colombiano, enrarecido por la muerte de estos religiosos, parece que del Moral empleó

más a España. Amigo de Federico García Lorca, se casó con una sobrina del presidente uruguayo José Batlle y Ordoñez, sobre el que escribió varios ensayos laudatorios. Abandonó la diplomacia en 1939, viviendo en Montevideo hasta su muerte en 1967 (Belbachir y Peyrègne, 1999).

las semanas previas a su salida en maniobrar para que el gobierno liberal de Alfonso López Pumarejo renunciara a la idea de ofrecer a la República española parte del material bélico (dos aviones de bombardeo “Belanca” y bombas de diversos calibres) adquirido durante el conflicto de Leticia (TABANERA, 1996, p.261).

La recuperación de la presencia republicana en América tras el duro impacto que supuso la desafección y, en ocasiones, la abierta traición de algunos de sus diplomáticos fue lenta y difícil, dadas las dificultades económicas, institucionales y políticas a las que se debió hacer frente. La descomposición del aparato estatal republicano también hizo que la sustitución de los desafectos no comenzara a producirse hasta el verano de 1937, con la formación del primer gobierno del socialista de Juan Negrín, conformado básicamente para reorganizar y centralizar la administración, neutralizar la disidencia interna, transformar la retaguardia para construir una eficiente economía de guerra y “desarrollar una activa y densa política exterior” (TORRES FABRA, 2017, p. 107).

En consecuencia, el despliegue diplomático en América Latina comenzaría con el traslado a puestos vacantes, en las embajadas de México y Buenos Aires, de nuevos secretarios ajenos a la carrera diplomática y con reactivación de la propuesta de que las legaciones de México asumieran la defensa de los intereses de la República, en los países donde había quedado sin representación. Así, en Ecuador, el representante de México, Oscar Crespo de la Serna, un joven diplomático, de gran capacidad, firmes ideales y vehemente defensor de la Revolución mexicana (KIDDLE, 2016, p.41) se hizo cargo de la defensa de los intereses de España, yendo más allá de esa función, convirtiéndose en un activo organizador de la propaganda y de la captación de ayuda a la República. Al otro lado de la frontera ecuatoriana, la separación del servicio del ministro de España en Perú, Luis Avilés y Tiscar, no había impedido que este ocupara la legación, defendiéndola incluso con violencia cuando el representante mexicano intentó recuperarla en junio de 1937, con permiso del gobierno del general Oscar Benavides, que había permitido tanto las actividades de Avilés y Tiscar como representante oficioso del gobierno de Burgos, como las de los comités de propaganda y captación de ayuda organizados

por los pro rebeldes. Sólo pudo recuperarse la legación en febrero de 1938, apenas un mes antes de que Perú rompiera definitivamente sus relaciones con la República, tras la ocupación de la legación peruana en Madrid, ante las supuestas actividades de contraespionaje que desarrollaban los allí asilados (BONILLA, 2014, p.219-222).

En Panamá, la República había encontrado en el representante mexicano, Vicente Estrada Cajigal, un fiel aliado también. Este activo político formado en la revolución mexicana, tanto durante su ejercicio como gobernador de Morelos, como durante su misión como representante de México en la Sociedad de Naciones entre 1934 y 1936¹³, ya había mostrado su simpatía hacia la República española. Mientras representó a la España republicana se ocupó de gestionar el pláacet para el nuevo ministro de España, el dramaturgo Jacinto Grau, llegado en octubre de 1937, mientras encabezaba las campañas de captación de fondos y propaganda a favor de la República y colaboraba con Rafael Alberti y M.^a Teresa León en la creación de la sección panameña del Socorro Rojo Internacional para orientar su ayuda a España (IMBERT, 2006, p.40-41 y TABANERA, 1996, p.263).

Este apoyo mexicano a la diplomacia republicana en América no pudo extenderse más allá de Ecuador y Panamá, así como de Perú y Uruguay, tras la ruptura de las relaciones diplomáticas de estos países con anterioridad al reconocimiento oficial de los rebeldes¹⁴, por la oposición de las autoridades americanas implicadas, como en el caso de Costa Rica. Con este compromiso, se completaba la ayuda diplomática – fundamentalmente en la Sociedad de Naciones – militar,

¹³ Azuela de la Cueva (2010, 88) relata como Estada Cajigal siendo gobernador contactó con el embajador Julio Álvarez del Vayo a principios de 1933, para proponer la inclusión de una alegoría de la amistad hispanomexicana junto al mural de Diego Rivera en el palacio de Cortés de Cuernavaca, en ese momento objeto de protestas desde la representación española dada su visión negativa de la conquista y de los españoles.

¹⁴ Como hemos visto, Perú rompió sus relaciones con la República tras la ocupación de su representación en Madrid en marzo de 1938 y el Uruguay, bajo la dictadura del general Terra, dejó en suspenso sus relaciones tras el asesinato de tres hermanas del vicecónsul uruguayo en Madrid, en septiembre de 1936. En ninguno de los dos casos se llegó a reconocer *de iure* al gobierno de los rebeldes hasta febrero de 1939.

alimenticia y humanitaria que México prestó a la República durante todo el conflicto¹⁵.

DIPLOMACIA REPUBLICANA EN GUERRA: ENTRE LA AYUDA Y LA PROPAGANDA

La soledad diplomática de la República, abandonada por las principales democracias occidentales, era manifiesta también en América Latina a pesar de esa colaboración mexicana y podía ser difícilmente mitigada por la reacción del Ministerio de Estado republicano, visible entre abril y agosto de 1938, de la mano del equipo del nuevo ministro Julio Álvarez del Vayo. En un desesperado intento por recuperar la iniciativa en el frente diplomático americano se designaron once nuevos diplomáticos, para sustituir parcialmente a los 39 que ya habían sido cesado en sus cargos, con lo que se cubrieron puestos en las embajadas de Santiago y La Habana, se envió al primer representante republicano en Paraguay desde el comienzo de la guerra, se elevó la categoría de los representantes destinados en Colombia, Panamá y Venezuela y se sustituyó a Enrique Díaz-Canedo en la embajada en Buenos Aires, aunque algo más de un año después de su salida, con la llegada de Ángel Ossorio y Gallardo¹⁶. A pesar de todo este esfuerzo, la diplomacia republicana en América no contribuyó de forma significativa a resolver favorablemente para el gobierno de Madrid dos de los principales asuntos de interés para algunos países latinoamericanos durante la guerra: una posible mediación para acabar con el conflicto y la dispar aplicación del derecho de asilo en las legaciones americanas instaladas en Madrid¹⁷.

¹⁵ Ver sobre este muy estudiado tema, entre otros, Matesanz, 1999; Ojeda, 2004; Mateos, 2009; Jorge, 2016; Lida, 2013 o Herrera León, 2014.

¹⁶ La labor como diplomático y propagandista del abogado católico y conservador Ángel Ossorio y Gallardo en Argentina puede seguirse en López García, 2015.

¹⁷ Sobre la mediación frustrada propuesta por diversos países latinoamericanos ver Tabanera 1996, 281-289. El derecho de asilo y su incidencia en las relaciones entre la República y países como Argentina, Chile o México, ver, entre otros, Rubio, 1979; Figallo, 2007; Ojeda, 2004 y Moral, 2003 y 2006.

A esas alturas, las funciones de los representantes republicanos en América Latina estaban, lógicamente, ligadas a mantener abiertas sus representaciones por encima de los obstáculos que muchos gobiernos ponían, a contrarrestar la activa propaganda de los pro rebeldes y a tratar de captar, con múltiples formas de propaganda y movilización, la mayor cantidad de ayuda posible que pudiera enviarse a España; todo ello en medio de las graves dificultades económicas que les condicionaban. Sus principales competidores serían los llamados Representantes de la España Nacional, diplomáticos desleales a la República, que desde noviembre de 1936 se consolidan como tales en Chile (Joaquín Pérez de Rada), Argentina (Francisco Amat), Cuba (Miguel Espelius), Uruguay (Rafael Soriano), Ecuador (Joaquín Tibau), Perú (Luis Avilés y Tiscar) o, durante un tiempo, en México (Ramón María de Pujadas¹⁸). Algunos de ellos serían relevados por hombres de más prestigio o influencia en el bando rebelde, como Juan Pablo de Lojendio en Buenos Aires o Tomás Suñer en Chile, hasta cerrar un plantel de 9 representantes que sólo no pudo completarse en México, Colombia y la República Dominicana (donde el encargado de negocios, Fernando Careaga, se mantuvo fiel a la República española) (CAREAGA, 2000), casos similares a los de Bolivia y Venezuela¹⁹.

Estos agentes oficiosos trataban de obtener el reconocimiento de gobiernos que, en muchas ocasiones, ya recibían con benevolencia los mensajes anticomunistas, nacionalistas, antiliberales y católicos procedentes de Burgos, y que permitían sin muchos miramientos sus actos públicos, sus escritos en la prensa o sus movimientos para controlar a la diversa colonia de emigrantes españoles, aprovechando que muchos de ellos procedían de zonas controladas por los rebeldes

¹⁸ En México, dado el apoyo del gobierno de Cárdenas a la República, sólo actuó este representante oficioso entre julio y diciembre de 1936, cuando fue definitivamente expulsado del país.

¹⁹ En un documento del gobierno de Burgos fechado el 15 de febrero de 1938 se relacionan los representantes del Gobierno Nacional de España en el extranjero, apareciendo los destinados en Argentina, Brasil, Cuba, Chile, El Salvador (el mismo que en Honduras, Nicaragua, Costa Rica y Guatemala), Perú, Puerto Rico, Paraguay y Uruguay. Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores (España), Archivo Renovado, R. Leg. 1301, exp. 92.

(especialmente Galicia y Asturias, desde octubre de 1937, o Canarias, entre otras), por lo que precisaban de sus gestiones para resolver asuntos típicamente consulares. Comentarios como los que J. P. de Lojendio enviaba a sus superiores desde Buenos Aires en febrero de 1938, confirmando que su representación “está reconocida de hecho (...), pues como Ud. Sabe, tenemos amplia libertad para el ejercicio de nuestras funciones diplomáticas, consulares y facilidades de propaganda”, podrían haber sido compartidos por los representantes en Chile o Cuba (TABANERA, 1996, p.307).

La tensión por el control de las colectividades de emigrantes estaba en directa relación con la magnitud de la emigración española en la región y con la abierta fractura que en ellas generó la guerra en España entre pro republicanos y pro rebeldes. Una fractura explícita y visible en las asociaciones creadas por esos emigrantes con funciones asistenciales, recreativas o políticas, así como en la prensa y la publicística, ya fuera étnica o no. En términos generales, en las repúblicas americanas donde la emigración española era más numerosa y de implantación más reciente, mayoritariamente se movilizó a favor de la república, como en Argentina, Cuba o Uruguay; mientras que donde la emigración de masas de finales del siglo XIX y principios del XX no fue tan relevante – por lo que la colonia era más antigua, más reducida y más conectada con las élites oligárquicas – como en Chile y Perú (ALMONACID, 2004, p.173 y MARTÍNEZ, 2006, p.355), o contrarrevolucionaria, como en México, la mayoría de los españoles se identificarían con los rebeldes (MATESANZ, 1999, p.88).

La aparición rápida de múltiples comités, campañas y colectas de ayuda a los contendientes, con origen tanto en asociaciones y grupos de españoles como en partidos, sindicatos y organizaciones de profesionales americanos ha sido objeto de análisis de numerosos estudios, que señalan la trascendencia de la actividad en favor de uno u otro bando en la movilización y la politización de las sociedades americanas en esos años. Los Comités Pro-Defensa de la República, Solidaridad con el Frente Popular Español o Solidaridad con el Pueblo Español, así como los Comités de Ayuda a España de sindicatos, partidos políticos izquierdistas y asociaciones estudiantiles, profesionales o de emigrantes de distinto origen al español proliferaron a lo

largo y ancho de las repúblicas americanas, en abierta competencia con los grupos pro rebeldes, sobre los que los agentes oficiosos de Burgos y los delegados de Falange quisieron ejercer mayor control, no siempre con éxito.

Es de destacar que las tensiones entre los representantes oficiosos rebeldes y los delegados de Falange en la región llegaron a ser en algunos casos manifiestas, como expresión de los conflictos por el control de la colonia de emigrantes, de la propaganda, de la gestión de la ayuda y de la real representación del Nuevo Estado. Podríamos señalar, como ejemplo, el conflicto abierto en agosto de 1937 en Cuba entre el agente oficioso, Miguel Espelius, y el delegado de Falange, Gregorio Prende, aunque la multiplicación de estos enfrentamientos hizo que en mayo de 1938 el Ministerio de Asuntos Exteriores emitiera desde Burgos una orden por la que se limitaban las funciones de los delegados de Falange, quienes debían estar siempre sujetos a la obediencia y el servicio de sus representantes, como respuesta a la presión por la “fascistización” de la diplomacia franquista que trataban de forzar los delegados de Falange en el exterior (GONZÁLEZ CALLEJA, 1994, p.291 y NARANJO Y TABANERA, 1998, p.52).

En el otro bando, los representantes de la República tenían que enfrentarse a distintos problemas, ligados en unos casos a las dificultades impuestas por los gobiernos americanos a su actividad de captación de ayuda o propaganda, asociadas al empleo de mecanismos diversos de presión, como el cierre de los centros de reunión o la censura de prensa, muy presente en casos como el brasileño (TUCCI CARNEIRO, 2015), así como a la dispersión y disparidad de los objetivos, mecanismos de captación y remisión de la ayuda a la República allí donde esta era más importante, como en Argentina, Uruguay o Cuba. Mucha de esta ayuda se reúne y se envía sin el control ni la intermediación de ningún organismo republicano, con lo que su administración y distribución podía perder eficacia, sin contar con la posibilidad de que la ayuda a España se pudiera convertir en un ámbito con intereses políticos e, incluso, económicos en nada relacionados o beneficiosos para la causa a la que debía ir destinada. Prueba de ello pudo ser la incomodidad de la embajada en Buenos Aires ante la centralización de la ayuda en Argentina desde septiembre de 1937

por parte de la FOARE (Federación de Organismos de Ayuda a la República Española), de clara orientación comunista, y tanto por la un tanto oscura administración de los fondos, que en una parte destacable se destinaba a su propia propaganda y mantenimiento, como por sus conexiones con la política interna argentina, suscitando el enfrentamiento con otros sectores pro republicanos, como la Comisión Coordinadora de Ayuda a España, de filiación anarquista (QUIJADA, 1991, p.170). En este caso, la colaboración con la embajada era más operativa con la Agrupación de Amigos de la República Española, fundada por el Centro Republicano Español de Buenos Aires al poco de iniciarse la guerra, aunque insuficiente para lograr que parte de sus envíos fueran conocidos por las autoridades que en la península se debían encargar de su distribución²⁰.

Para evitar estos y otros efectos de la descoordinación en el envío de fondos y de suministros, desde el gobierno republicano se remitieron de manera insistente diversas instrucciones para tratar de minimizar los efectos negativos de la autónoma actuación de las miles de asociaciones y grupos de ayuda en el exterior. Así, se ordenó a los representantes republicanos en el exterior, tanto en agosto de 1937, como en marzo de 1938, que el importe de los fondos obtenidos en el extranjero debía ingresarse en una cuenta específica abierta en el Banco Exterior de París, con resultados poco efectivos, al igual que se debía recordar, desde septiembre de ese mismo año de 1937, la obligatoriedad de remitir a la dirección General de Abastecimientos del Ministerio de Hacienda y Economía todos los envíos de víveres y otros productos (TABANERA, 1996, p.327).

Los déficits en la eficacia de los mecanismos establecidos durante los primeros años de la guerra explican que la Presidencia del Consejo de Ministros decretara, el 29 de abril de 1938, la creación de un Comité Nacional de Ayuda a España con la misión de “activar las aportaciones humanitarias extranjeras, coordinando la acción inter-

²⁰ Como ejemplo podemos señalar la queja emitida por la Dirección General de Abastecimientos desde Barcelona en noviembre de 1937, al tener que enfrentarse a la petición de muchos particulares que solicitaban la entrega de los paquetes de víveres que envió esta Agrupación en julio sin que fuera informada. Tras diversas averiguaciones se pudieron localizar parte de los paquetes en la Subsecretaría de Armamentos, Tabanera 1996, 328.

nacional con el cuerpo Diplomático y Consular español, que habrá de servir de órgano de relación, a través de sus jerarquías, con los distintos organismos nacionales competentes”, estableciendo que entre sus funciones estaban las de “organizar la propaganda pro-ayuda la pueblo español”, “servir de enlace entre las dependencias del estado y las organizaciones internacionales de ayuda a España”, cuidar que se cumplieran las demandas de los donantes y poner en marcha las medidas precisas para que siguiera llegando a España la solidaridad internacional de los “amigos de la paz”²¹. Desgraciadamente para la República este Comité Nacional tuvo una vida efímera, ya que entre la constitución de su comité permanente y el nombramiento de Francisco Ayala²² como secretario general, merced al reglamento aprobado en julio de 1938, y el desmantelamiento de las instituciones republicanas con la caída de Barcelona en enero del año siguiente, apenas tuvo tiempo y posibilidad de desarrollar su labor.

No obstante, en esos meses se intentó que algunos diplomáticos y cónsules, como delegados del Comité Nacional, pudieran centralizar y coordinar las ayudas a España, tal y como trataron de hacer en Argentina Manuel Blasco Gascón, cónsul general en Buenos Aires, o José María Argüelles Leal, secretario de 2^a en la embajada en México. Mientras en el primer caso no fue posible la creación de ninguna instancia organizativa centralizadora, dada la fortaleza, volumen, diversidad y magnitud de las organizaciones de ayuda, tanto creadas por españoles como por argentinos – a lo que habría que unir la debilidad de la representación republicana ante las autoridades argentinas – en México las condiciones más favorables facilitaron que a instancia de José M.^a Argüelles se creara en el verano de 1938 la FOARE (Federación de Organismos de Ayuda a la República Española en México). En ella se integraron mayoritariamente asociaciones creadas por la colonia española, aunque hubo también participación de algunas organizaciones mexicanas, como el Sindicato Nacional de

²¹ Decreto de la Presidencia del Consejo de Ministros, 29 de abril de 1938. Gaceta de la República, n^o 121, 1 de mayo de 1938, p. 623.

²² El escritor Francisco Ayala, doctor en derecho y letrado de las Cortes republicanas, se integró en el Ministerio de Estado durante la guerra, siendo colaborador de su maestro Luís Jiménez de Asúa en Praga desde 1937.

Artes Gráficas, al que se unirían meses después los comités de entes tan potentes como los del oficialista Partido de la Revolución Mexicana o de la Confederación de Trabajadores de México. A pesar de ese impulso, la FOARE dedicó sus actividades a la propaganda y a facilitar el envío de fondos, no muy cuantiosos, a través de los servicios consulares de la embajada de Gordón Ordás (VELÁSQUEZ, 2018, p.147-148). Como en otros casos, este organismo se reconvertirá tras la derrota republicana en organismo de ayuda a los exiliados españoles, aprovechando la movilización y la politización generada durante la guerra, en la que la propaganda de partidarios de ambos bandos dibujó un campo de batalla de múltiples facetas (PIZARRO-SO, 2005).

En este campo, los diplomáticos republicanos también tuvieron que actuar en medio de iniciativas de muy diverso tipo a favor de la causa republicana, teniendo que enfrentarse, también aquí a la improvisación inicial, la falta de medios y, en múltiples casos, a la oposición oficial y la censura, aplicada en Argentina, Venezuela o Brasil contra toda la propaganda comunista y que podía extenderse a otras informaciones pro republicanas. A pesar de todo ello, desde las representaciones republicanas se aprovecharon las posibilidades de cooperación con medios de comunicación y agencias de noticias americanas de inclinación pro republicana, como la agencia *Trens* mexicana, o los importantes diarios argentinos *Crítica* y *Noticias Gráficas*. Esta colaboración se mantenía también con los medios de propaganda de asociaciones españolas, subvencionando en la medida de lo posible su edición, sin hacer pública esa aportación económica para mantener alejada a la representación española de las críticas a esas campañas. No obstante, con la voluntad de difundir noticias propias o elaboradas en España por el Servicio Español de Información, así como las reunidas con material de ciertas agencias extranjeras, en algunas embajadas, como la de Buenos Aires, se pudo crear una oficina de Prensa y Propaganda con el nombre de *Prensa Hispánica*.

En Buenos Aires, *Prensa Hispánica* surge en enero de 1937 bajo la dirección de José Venegas López, con la intención de elaborar materiales de diversa procedencia para remitirlos a medios de comunicación argentinos, organizar exposiciones o publicar libros y opúscu-

los favorables a la causa republicana, como la novela *No pasarán* del norteamericano Upton Sinclair, que mostraba el heroísmo del sitio de Madrid, y que fue editada también con fondos de la embajada en Chile. Los problemas financieros de las representaciones españolas lastraron la proyección de estas empresas oficiales de propaganda o de las actividades de las legaciones y embajadas sin oficina de prensa, siendo muy ilustrativo el caso chileno. En Santiago, según las notificaciones enviadas a sus superiores en España, Rodrigo Soriano informaba que en octubre de 1938 podía disponer de cinco mil pesos mensuales para propaganda, mientras que en la misma fecha el representante de Burgos, Tomás Suñer, escribía a Burgos que su Oficina de Prensa y Propaganda podía contar mensualmente con veinte mil pesos (TABANERA, 1996, p.349).

Así, en la mayor parte de las repúblicas americanas, la labor de propaganda que podía desplegarse desde las representaciones diplomáticas dependió del entusiasmo y de la capacidad de adaptación de su personal a las duras condiciones establecidas. Su discurso público en defensa de la legalidad republicana, exaltando la superioridad moral de un pueblo que resistía al fascismo y a la agresión extranjera, y que debía mantener la confianza en la victoria de su causa no siempre encontraba buena acogida. No obstante, podemos encontrar el rastro del entusiasmo de uno de esos hombres en el discurso que el embajador Ángel Ossorio y Gallardo dictó a finales de 1938 ante la Organización de Ayuda a la República Española de los Médicos Argentinos, en presencia de Indalecio Prieto, de paso en Buenos Aires al ser destinado por el presidente Azaña para asistir en Chile a la toma de posesión del presidente Pedro Aguirre Cerdá. En ese discurso, recuperado por la Asociación Manuel Azaña de Talavera de la Reina (España), se resumía la base del argumento propagandístico republicano: frente a la agresión, la injusticia y la indiferencia, la España republicana resistía gracias a la ayuda “del pueblo, de los pueblos de todas partes” que sensibilizados ante la resistencia de los españoles “sobre todo, nos comprenden”²³.

²³ “Discurso de Don Angel Ossorio y Gallardo ante la Organización de Ayuda a la República Española de los Médicos Argentinos”. Video disponible en https://www.youtube.com/watch?v=PtoGl_aeQsA

Como hemos visto, muchos latinoamericanos comprendieron y se movilizaron por la causa de España. En esa lucha se pudieron cruzar con diplomáticos españoles, de carrera los menos, políticos los más, que durante la guerra de España trataron de defender, con mucho en contra, a un gobierno legítimo. Su trabajo no fue determinante para evitar la derrota, pero sí para mantener abierta una disputa política, ideológica y cultural, allí donde estaban destinados, que dejaría espacio para que poco después muchos de los desplazados forzosamente por el vencedor encontraran refugio en tierras americanas.

REFERENCIAS

- ALMONACID, Fabián. “Españoles en Chile: reacciones de la colectividad frente a la República, Guerra Civil y Franquismo (1931-1940)”, *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 30, pp. 149-185, 2004.
- ARÓSTEGUI, Julio. “De lealtades y deserciones. La República y la memoria de la utopía”. VIÑAS, Ángel (Dir.). *Al servicio de la República. Diplomáticos y guerra civil*. Madrid: Marcial Pons, pp. 23-54, 2010.
- AYALA DIAGO, César Augusto. “Trazos y trozos sobre el uso y abuso de la Guerra Civil Española en Colombia”. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, vol. 38, n. 2, pp. 111-152, 2011.
- AZUELA DE LA CUEVA, Alicia. ““Un muro entre dos imperios: los frescos de Diego Rivera en el Palacio de Cortés”. AZUELA DE LA CUEVA, Alicia y GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Carmen (eds.) *México y España: huellas contemporáneas*. Resimbolización, imaginarios, iconoclasia. Murcia: Univ. De Murcia, pp. 69-98, 2010.
- BELBACHIR, Catherine y PEYRÈGNE, Françoise. “José Mora Guarnido, un andaluz uruguayo”. *Exils et migrations ibériques au XXe siècle*, n° 6, pp. 251-248, 1999. Disponible en: https://www.persee.fr/doc/emixx_1245-2300_1999_num_2_6_1017.
- BONILLA, Heraclio. “El Perú y la guerra civil española”. *Revista Virajes*, vol. 16, n° 2, 2014. Disponible en [http://vip.ucaldas.edu.co/virajes/downloads/Virajes16\(2\)_10.pdf](http://vip.ucaldas.edu.co/virajes/downloads/Virajes16(2)_10.pdf)

- BOSCH, Aurora. *Miedo a la democracia. Estados Unidos ante la Segunda República y la guerra civil española*. Barcelona: Crítica, 2012.
- CAREAGA, Virginia. “Fernando Careaga: diplomático y escritor”. *La cultura del exilio vasco: Euskal erbesteratuen kultura*, Vol. 1, San Sebastián: Saturrarán, pp. 531-544, 2000.
- DÍEZ-CANEDO, Aurora. “Enrique Díez-Canedo, Buenos Aires, 1936: Selección de cartas recibidas”. *Olivar*, nº 14, pp. 129-147, 2010. Disponible en: <http://www.fuentesmemoria.fahce>.
- EGIDO, M.^a Ángeles. *La concepción de la política exterior española durante la 2ª República*. Madrid: UNED, 1987.
- EGIDO, M.^a Ángeles. “La dimensión internacional de la Segunda República: un proyecto en el crisol”. TUSSELL, Javier et alii. *La política exterior de España en el siglo XX*. Madrid: Biblioteca Nueva, pp. 189-220, 2000.
- FIGALLO, Beatriz. *Diplomáticos y marinos argentinos durante la crisis española. Los asilos de la Guerra Civil. Buenos Aires: Librería Histórica, 2007*.
- FIGALLO, Beatriz. “Con la república y contra la república. La Argentina y la guerra civil española”. *Temas de Historia argentina y americana*, XXIV, pp. 41-82, 2016.
- GARCIA, Hugo. “Las utopías de la diplomacia. Julio Álvarez del Vayo y la construcción de la amistad hispano-mexicana (1931-1933)”. PÉREZ LEDESMA, Manuel, ed. *Trayectorias trasatlánticas (siglo XX). Personajes y redes entre España y América*. Madrid: Polifemo, pp. 249-292, 2013.
- GONZALEZ CALLEJA, Eduardo. “El servicio Exterior de Falange y la política exterior del primer franquismo: consideraciones previas para su investigación”, *Hispania*, LIV, nº 186, pp. 279-307, 1994.
- GONZALEZ CALLEJA, Eduardo. *Cifras Cruentas. Las víctimas mortales de la violencia sociopolítica en la Segunda República Española (1931-1936)*. Granada: Comares, 2015.
- GORDON ORDÁS, Félix. *Mi política en España*. México D.F.: Imprenta Fígaro, 3 vols., 1961-1963.
- GORDON ORDÁS, Félix. *Mi política fuera de España*. México D.F.: Talleres Gráficos Victoria, 4 vols., 1965-1972.

- HERNÁNDEZ GARCÍA, José Ángel. *La guerra civil española y Colombia*. Chía: Unv. De La Sabana, 2006.
- HERRERA LEÓN, Fabián. *México en la Sociedad de Naciones, 1931-1940*. México: Secretaría de Relaciones Exteriores, Dirección General del Acervo Histórico Diplomático, 2014.
- IMBERT, Julio. *Jacinto Grau. La joya del teatro*. Buenos Aires: Ed. Dunken, 2006.
- JORGE, David. *Inseguridad colectiva. La Sociedad de Naciones, la Guerra de España y el fin de la paz mundial*. Valencia: Tirant Humanidades, 2016.
- KIDDLE, Amelia M. *Mexico's Relations with Latin America during the Cárdenas Era*. Albuquerque: Unv. Of New Mexico Press, 2016.
- LIDA, Clara Eugenia. "La fundación de la Casa de España en México: un eslabón entre México y la Segunda República española: 1931-1940". *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza*, n° 91-92, pp. 9-18, 2013.
- LÓPEZ GARCÍA, Antonio Miguel. "Ossorio y Gallardo en Argentina: ¿Embajador o publicista?". *Segle XX. Revista catalana d'història*, n° 8, pp. 23-45, 2015.
- MARTÍNEZ RIAZA, Ascensión. "A pesar del gobierno". *Espanoles en el Perú, 1879-1939*. Madrid: CSIC, 2006.
- MATEOS, Abdón." México y la España republicana. Intervención y solidaridad". MATEOS, Abdón (ed.). *¡Ay de los vencidos! El exilio y los países de acogida*. Madrid: Ed. Eneida, pp. 103-114, 2009.
- MATEOS, Abdón. "Gordón Ordás y la guerra de España desde México". VIÑAS, Ángel (Dir.). *Al servicio de la República. Diplomáticos y guerra civil*. Madrid: Marcial Pons, pp. 241-266, 2010.
- MATESANZ, José Antonio. *Las raíces del exilio. México ante la guerra civil española, 1936-1939*. México: El Colegio de México, UNAM, 1999.
- MIRALLES, Ricardo. "El duro forcejeo de la diplomacia republicana en París. Francia y la Guerra Civil española". VIÑAS, Ángel (Dir.). *Al servicio de la República. Diplomáticos y guerra civil*. Madrid: Marcial Pons, pp. 121-154, 2010.

- MORADIELLOS, Enrique. “La embajada de Gran Bretaña durante la Guerra Civil”. VIÑAS, Ángel (Dir.). *Al servicio de la República. Diplomáticos y guerra civil*. Madrid: Marcial Pons, pp. 89-120, 2010.
- MORAL RONCAL, Antonio Manuel. “Chile ante la Guerra Civil Española: la cuestión del asilo diplomático”, *Cuadernos de Investigación Histórica*, nº 20, pp. 239-267, 2003.
- MORAL RONCAL, Antonio Manuel. “El asilo diplomático como condicionante de las relaciones internacionales de la República durante la Guerra Civil”, *Congreso Internacional La Guerra Civil española 1936-1939*, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales, 2006. Disponible en <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2571065>.
- NEILA, José Luis. *España república Mediterránea: Seguridad colectiva y defensa nacional (1931-1936)*. Tesis Doctoral, Madrid, 1993.
- NEILA, José Luis. “La política exterior de la España republicana (1931-1936): excepcionalismo y normalidad historiográfica”. *Studia histórica. Historia Contemporánea*, n. 22, pp.47-83, 2004.
- NIÑO, Antonio. “La II República y la expansión cultural en Hispanoamérica”. *Hispania*, n. 181, pp. 629-653, 1992.
- OJEDA REVAH, Mario. *México y la Guerra Civil Española*. Madrid: Turner, 2004.
- OROVIO, Consuelo y TABANERA, Nuria. “La Falange Española en América Latina”, *Historia* 16, nº 268, pp. 50-61, 1996.
- PÁEZ-CAMINO, Feliciano. *La significación de Francia en el contexto internacional de la Segunda República Española (1931-1936)*, Tesis Doctoral, Madrid, 1990.
- PIKE, Frederick. *Hispanismo, 1898-1936: Spanish Conservatives and Liberals and Their Relations with Spanish America*. London-Notre-Dame: University of Notre Dame Press, 1971.
- PIZARROSO, Alejandro. “La Guerra Civil española, un hito en la historia de la propaganda”, *El Argonauta español*, nº 2, 2005. Disponible en <http://journals.openedition.org/argonauta/1195>; DOI: 10.4000/argonauta.1195.

- QUIJADA, Mónica. Aires de República, aires de Cruzada: la Guerra Civil española en Argentina. Barcelona: Sendai, 1991.
- QUINTANA, Fernando. *España en Europa, 1931-1936: del compromiso por la paz a la huida de la guerra*. Madrid: Nerea, 1993.
- RUBIO, Javier. *Asilos y canjes en la guerra civil española*. Barcelona: Planeta, 1979.
- SÁNCHEZ, Agustín y HERRERA, Fabián. *Contra todo y contra todos. La diplomacia mexicana y la cuestión española en la Sociedad de Naciones, 1936-1939*. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2011.
- SAPAG, Pablo. *Chile, frente de combate de la Guerra Civil española. Propaganda republicana y franquista al otro lado del mundo*. Valencia: UNED, 2003.
- SAZ, Ismael. “La política exterior de la Segunda República en el primer bienio (1931-1933): una valoración”. *Revista de Estudios Internacionales*, n. 4, pp.843-858, 1985.
- SAZ, Ismael. *Mussolini contra la II República*. Valencia: IVAI, 1986
- SAZ, Ismael. “La dictadura de Primo de Rivera: un revisionismo a media tensión”. BALFOUR, Sebastian y PRESTON, Paul, eds. *España y las Grandes Potencias en el siglo XX*. Barcelona: Crítica, pp.34-49, 2002.
- SEPULVEDA, Isidro. *El Sueño de la Madre Patria: Hispanoamericanismo y nacionalismo*. Madrid: Marcial Pons, 2005.
- TABANERA, Nuria. “Las dotaciones presupuestarias de la Segunda República española para el servicio diplomático en Hispanoamérica, 1931-1936: embajadas, legaciones y consulados”. *Quinto Centenario*, n. 14, pp.105-118, 1988.
- TABANERA, Nuria. *Ilusiones y desencuentros: la acción diplomática republicana en Hispanoamérica (1931-1939)*. Madrid: CE-DEAL, 1996.
- TABANERA, Nuria. “El horizonte americano en el imaginario español, 1898-1930”. *EIAL*, vol. 8, n. 2, pp. 67-87, 1997.
- TABANERA, Nuria. *Historia internacional de América Latina. De las Independencias a la II Guerra Mundial (1776-1945)*. Madrid: Síntesis, 2018.

- TORRES FABRA, Ricard Camil. “Negrín tenía razón. Reflexiones sobre el planteamiento bélico del doctor”. *EBRE 38. Revista Internacional de la Guerra Civil (1936-1939)*, nº 7, pp. 102-131, 2017. Disponible en [_https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6170384](https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6170384).
- TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. “La Guerra Civil española a través de las revistas ilustradas brasileñas: imágenes y simbolismos”. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, vol. 2, nº 2, 2015. Disponible en <https://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/1279/1305>.
- VELÁZQUEZ HERNÁNDEZ, Aurelio. “La movilización mexicana a favor de los republicanos españoles: el caso de la FOARE (1938-1956)”. *Historia Actual Online*, nº 46 (2), 2018, pp. 145-158.
- VIÑAS, Ángel. “Una carrera diplomática y un Ministerio de estado desconocidos”. VIÑAS, Ángel (Dir.). *Al servicio de la República. Diplomáticos y guerra civil*. Madrid: Marcial Pons, pp. 267-424, 2010.
- VIÑAS, Ángel. *La República en guerra. Contra Franco, Hitler, Mussolini y la hostilidad británica*. Barcelona: Crítica, 2012.
- ZULUETA, Luis. “Las relaciones entre los pueblos de la gran familia hispanoamericana”. *Revista de las Españas*, n. 73-74, pp. 419-422, 1932.

Entre rojos y fascistas, el
consulado argentino en
Alicante. Solidaridad y no
intervención en la guerra civil
española

Beatriz Figallo



A MODO DE INTRODUCCIÓN: REPUBLICANOS O NACIONALES

Frente al alzamiento militar contra la II República Española que desembocó en guerra civil en julio de 1936, la Argentina se plegó a la política de no intervención colectiva sostenida por los principales países europeos.¹ El gobierno del general Agustín Justo, a través de su canciller Carlos Saavedra Lamas, se mantuvo, en lo formal, prescindente ante lo que se consideraba que era un estado de insurrección – sin reconocer la existencia de dos bandos beligerantes – lo que hubiera justificado la declaración de neutralidad. Dicha abstención oficial fue continuada por Roberto Ortiz, el mandatario que sucedió a Justo desde febrero de 1938 y su ministro de Relaciones Exteriores José María Cantilo. El Poder Ejecutivo Nacional recién estimó suspendidas las relaciones con la España republicana el 25 de febrero de 1939, pocas horas antes que Gran Bretaña y Francia reconocieran al régimen del generalísimo Francisco Franco. El criterio jurídico sostenido durante el “*proceso de la revolución española*”, fue el mantenimiento de las relaciones diplomáticas con el gobierno republicano – en Madrid y luego en las sucesivas sedes de Valencia y Barcelona – mientras este permaneció en territorio español.

La postura legalista de los gobiernos porteños se sostuvo al mismo tiempo que se manifestaba una gran conmoción, por lo que se ha considerado una guerra civil del mundo hispanoamericano, tanto en la comunidad de emigrantes en Argentina y de ciudadanos hispano-argentinos en España, como en la sociedad austral. La repercusión que imponía la cercanía vital entre los pueblos determinó una urgente reacción de Buenos Aires, que le sumó a su política exterior una connotación aún más compleja: la defensa del derecho del asilo, enviando para asegurarlo a dos unidades navales de guerra al Mediterráneo y negociando oficialmente la evacuación de sus refugiados. Durante el primer año de la guerra, la Argentina atendió el pedido de ayuda de hombres y mujeres españoles acompañados de familiares que buscaban huir de la zona republicana, algunos para ponerse a

¹ Sobre la posición de los Estados Unidos, entre la no intervención y la neutralidad, ver Bosch, 2012.

salvo de persecuciones o por fundados temores de perder la vida y otros para sumarse a las fuerzas sublevadas. Esa actitud fue la de varias naciones, especialmente de las latinoamericanas, al sostener la potestad de sus representantes de conceder refugio a perseguidos por razones políticas, sociales o religiosas, en sedes diplomáticas, consulares y en buques de guerra.² Si del lado republicano algunos vieron los asilos como una intromisión en los asuntos internos del país, un involucramiento inadmisibles y, en todo caso, un problema internacional que se resolvió las más de las veces en tolerancia hacia las protecciones concedidas, en la zona nacional se trata de un tema hasta ahora poco investigado, aunque se infiere – por la prensa de la época, alguna documentación consultada y las memorias que siguen apareciendo – que frente a las medidas de represión que se implantaron con militar ejecutividad en los territorios dominados por los golpistas – por caso, en Galicia, donde la colectividad hispanoargentina era numerosísima – poco fue posible proteger a los perseguidos republicanos.³

Se suele resaltar la afición mayoritaria de la sociedad argentina por “la causa del pueblo español” y por la II República – y dentro de

² Sin que falten relatos autobiográficos de protagonistas de aquellos acontecimientos, tras la obra clásica de Javier Rubio (1979), la historiografía ha avanzado mucho sobre la cuestión, sobresaliendo las contribuciones de Antonio Moral Roncal, sus numerosos artículos y en particular su libro de 2008. Con el antecedente de la obra testimonial de los diputados republicanos Clara Campoamor y Federico Fernández Castillejo, que se embarcaron en Alicante para comenzar una travesía que los llevó a exiliarse en la Argentina (1939), Beatriz Figallo investigó la posición argentina frente al conflicto y las acciones humanitarias con los asilados en distintos trabajos desde 1985 a la fecha.

³ José Luis Pubul Martín refleja en unas memorias publicadas en Buenos Aires en 2016, la experiencia de su familia arribada a la Argentina a mediados de 1940 en el buque *Cabo de Buena Esperanza*, pero que comenzó con su “*abuela materna, exiliada bastante antes con dos hijas y un tío menor, bajo protección del gobierno argentino, después del fusilamiento vil de su marido [...] los militares fusilaron en mi maravillosa ciudad natal de La Coruña a mi abuelo materno, abogado y secretario general del Ayuntamiento durante muchos años, junto con otros civiles funcionarios y compañeros, a pocos metros de la Torre de Hércules*”. Sobre algunas referencias sobre la labor de los cónsules argentinos en Gijón, Bilbao, Santander, ver Figallo, 2007.

ella, de agrupaciones de inmigrantes – e incluso de grupos liberales de las elites dirigentes argentinas, que valoraban los avances que, en cuanto a institucionalización, separación de iglesia y estado, y educación, se estaban realizando. Pero también cabe advertir la existencia de un significativo sector de su ciudadanía que, frente a las controversias ideológicas que estaban en juego en España, se alarmaron por las promesas revolucionarias, las imágenes creadas en torno al divulgado peligro de bolchevización, las convulsiones sociales, el anticlericalismo y la violencia que la crisis española contenía (FIGALLO, 2016). Publicaciones de gran difusión en la Argentina alertaban al público lector sobre la orden de Lenin de constituir “al Oeste de Europa un segundo estado bolchevique” (TELECHEA, 1937). Otras obras como la de Manuel F. Fernández, publicada por la Central General de Trabajadores en Buenos Aires en 1938, aunque comparaba la Guerra Civil Española con la rusa de 1918-1920, auguraba que en España se terminaría por implantar “una República democrática, de fuerte tendencia socialista”. Argumentado afinidad con ideales conservadores y en coincidencia con valores tradicionales –“Dios, Patria, Familia, Propiedad”– se conformó una militante opinión a favor del bando nacional, cuya principal expresión fue el rechazo frente a los desbordes protagonizados por el “terror rojo”, que también existió entre distintos grupos dentro de la colectividad de españoles emigrados.

De aquella posición crítica hacia la República, no fueron ajenos los brazos ejecutores de la política exterior argentina en España. Este trabajo se centra en una de esas figuras, que estuvo durante todo el conflicto al frente de la sede consular de Alicante, puerto que quedó fiel al gobierno republicano y que se constituyó en vía privilegiada para el abastecimiento, tráfico de pasajeros e incluso la evasión de la España en guerra. Eduardo Lorenzo Barrera, argentino de origen, nacido en 1887⁴, llevó adelante distintas misiones para ocultar en la

⁴ Había sido nombrado vicecónsul argentino en Jaén en abril de 1910, cuatro años después en Córdoba y a partir de 1921 pasó a Alicante, ciudad-puerto que venía experimentando un fuerte crecimiento demográfico desde principios de siglo y había sido objeto del interés de los gobiernos de Buenos Aires por fomentar la venta de sus carnes.

ciudad y lograr el traslado al exterior de personas en peligro, gentes de derechas, conservadores, desafectos al gobierno del Frente Popular, así como religiosos y víctimas de “odio político”. Su ayuda para salir del “infierno rojo” – como era el léxico de la época, que Barrera también utilizaba – fue para muchos nacionales la de un “hombre generoso que se había tomado nuestra causa como propia” (ÁLVA-REZ DE MIRANDA, 2003, p.166). Aunque el cónsul apenas logró disimular su propósito de “salvar gente” que se identificaba con el alzamiento y protegerlos del “régimen marxista” que los amenazaba, favoreció también la huida de españoles, republicanos o no, que se sentían perseguidos y concedió documentación consular a quienes, previendo el desenlace de la guerra, buscaban alejarse de España antes de la derrota. Las fuentes para encarar esta investigación se benefician de documentación original que hemos manejado para distintos trabajos y, en particular, de las valiosas memorias inéditas que Barrera redactó en febrero de 1951 a pedido de su hijo Alberto Barrera Berro, sacerdote de la Compañía de Jesús.⁵

LA PROTECCIÓN DE LOS BUQUES DE GUERRA ARGENTINOS EN LOS PUERTOS REPUBLICANOS

En los días iniciales de la guerra, atemorizados argentinos que estaban de paso en España se alejaron del país rumbo a Marsella, Génova o Lisboa, vía Barcelona y Valencia, rutas tomadas por miles de extranjeros que abordaban barcos surtos en la costa levantina. Pero con el correr de los días, fue el mismo gobierno republicano el que prefirió que Alicante fuera el puerto desde donde efectuar la evacuación de la población foránea y de viajeros que abandonaban la zona centro-sur de España. Aunque sus comunicaciones directas con Madrid – con líneas férreas que llegaban hasta los muelles – facilitaban los traslados, se trataba de una plaza riesgosa, ya que la ciudad care-

⁵ El texto mecanografiado de Eduardo Lorenzo Barrera está titulado como *Memorias de mi actuación al frente del consulado argentino en Alicante, durante la guerra civil española (1936 al 1939)*. Dicha documentación original nos fue remitida por el exembajador de la Argentina en España entre 1993 y 1996, Dr. Guillermo Jacovella, junto con una serie de impresos facilitados por la familia de Barrera, quién falleció en España en 1961.

cía de defensas antiaéreas, no se tomaban las previsiones de oscurecerla de noche y en sus muelles comenzaron a atracar mercantes de diversas nacionalidades que descargaban mercaderías y armamentos para abastecer a la II República; así como en los primeros meses lo hacían unidades de guerra de Italia, Alemania, Francia, Gran Bretaña y Portugal, lo que lo haría blanco de la aviación que respondía a las fuerzas sublevadas. A los diplomáticos argentinos les tocó participar de diversas operaciones que los representantes extranjeros asumieron también con quienes obtenían su amparo: evacuar connacionales que demandaban a su patria auxilio, responder a los pedidos de protección para personalidades ligadas cultural o afectivamente al país, que llegaban desde la Argentina o de las embajadas de París, Londres y Roma, y también hacerse cargo de las misiones que implicaban la ayuda a huir para los españoles asilados, utilizando medios legales o valiéndose de astucias.

La dependencia de numerosos argentinos residentes en España y de sus representantes, respecto de la buena voluntad de otros países para poder asegurar las salidas en barcos de diferentes banderas, y sobre todo, la inquietante situación por la que atravesaba en la localidad turística de Zarauz el embajador argentino Daniel García Mansilla, al haber otorgado asilo en su residencia veraniega a familias españolas de su amistad, fueron los determinantes de la decisión del gobierno de Justo de enviar a España una unidad de la Armada nacional. Con ello se reforzaba la razón jurídica que animaba su política exterior. Se pensó que el asedio de milicianos a la casa de García Mansilla se prolongaría lo bastante como para permitir la llegada de la nave argentina al mar Cantábrico, con instrucciones de rescatar al diplomático, su familia y sus asilados, pero no fue así; tras ser liberados y conducidos a territorio francés por buques ingleses y alemanes, ya con el crucero *25 de Mayo* en alta mar, se decidió que fuera Alicante el puerto de arribo.

Con el triunfo del Frente Popular en febrero de 1936, ya se había refugiado en la casa-oficina del cónsul argentino el padre jesuita Joa-

quin Vendrell⁶, asesor espiritual de la Cofradía de la Dolorosa y de San Juan, que se había disuelto tras el incendio de la iglesia del Carmen. Desde entonces Barrera supo que sería “solicitado para amparar y proteger en el Consulado a personas de mi amistad, de ideas contrarias al régimen republicano que gobernaba España” (BARRERA, 1951, p. 2). En efecto, ello ocurrió tanto en el piso del Paseo del Dr. Gadea, número 7 – elegante pero antiguo edificio de dos plantas, con una gruesa y ancha puerta de madera, donde un cartel metálico indicaba: “*Consulado de la República Argentina*”, que era a la vez despacho y domicilio particular –, como en la finca Villa Marco, de la que disponía el vicecónsul para descanso en el cercano municipio de El Campello, residencia señorial también de dos plantas con jardín y huerta, que poseía incluso una capilla.⁷

El intento de sublevación contra la República fracasó en Alicante y muchos de los implicados fueron detenidos y luego juzgados por “delito de excitación para la rebelión militar”. Mientras los militares eran conducidos presos al Reformatorio de Adultos y de allí a distintas reparticiones, para ser los principales cabecillas, condenados a pena capital, muchos civiles se escondieron por la ciudad y sus alrededores o huyeron por distintos medios (ROSSER, 2016, p.35).

La tarde misma del 18 de julio se asilaron en la sede del consulado argentino el médico personal de Barrera, Evaristo Manero Pineda con todos sus familiares, y por la noche, el abogado, liberal que había sido diputado provincial en 1934, Francisco Alberola Such y su esposa. Al día siguiente, pasaban de quince las personas acogidas en el asilo. El cónsul refiere en sus *Memorias* que sus colegas acreditados en Alicante en principio no estaban dispuestos “a dar protección a nadie”, a la par que él mismo no se decidía a informar de su proceder a la embajada argentina en Madrid, por temor a ser desautorizado. Desde entonces, y por meses, el flujo de refugiados no cesó: entre

⁶ Sobre el accionar de Vendrell durante el régimen franquista cómo capellán en una cárcel alicantina, ver el artículo de 1995 de Juan Martínez Leal y Miguel Ors Montenegro.

⁷ Viudo y con siete hijos, el cónsul Barrera utilizó esta residencia que era propiedad del cónsul honorario de Francia Teófilo Renato Bardin y Delille, donde falleció de tifus su hija mayor en mayo de 1939. Ver la tesis doctoral de María Teresa Riquelme Quiñero (2016).

ellos estuvo la esposa y las cuatro hijas del teniente coronel José Alvarez Entrena, jefe de la legión, que pertenecía a las fuerzas militares que estaban operando contra Madrid en noviembre del '36; que pudieron ser evacuadas por la otra nave argentina que arribaría a Alicante, el torpedero *Tucumán*.⁸ Su hijo mayor, Manuel Barrera Berro, que no tenía veinte años al momento, sin que el cónsul lo supiera, se arriesgó a proteger y evacuar clandestinamente a amigos suyos perseguidos. Con el transcurrir de las semanas y la llegada de nuevos asilados, algunos fueron trasladados a Villa Marco. Esas zonas aledañas también eran peligrosas, pues no escaparon a requisas de chalets, destinados a albergar familias de milicianos de Madrid o funcionarios republicanos.

Barrera recién se animaría a revelar los refugios concedidos – sin comunicar a las autoridades republicanas como era de precepto – cuando el 22 de agosto arribó el *25 de Mayo* y su comandante Miguel Ángel Ferreyra “se puso a mi disposición para ayudarme a sacarlas del infierno rojo, embarcándolas a bordo del crucero de guerra” (BARRERA, 1951, p.3). Un par de días después se lo informó al agregado civil de la embajada en Madrid, el Dr. Julio López Lacarrere, que viajó a reunirse con Ferreyra, el capitán de navío. Cuando el 27 Barrera recibió la visita del encargado de negocios Edgardo Pérez Quezada – a cargo de la representación argentina por ausencia del embajador – supo que en Madrid tenían refugiados a cuatrocientos españoles. Ya se habían iniciado negociaciones con el gobierno republicano, pero dadas las condiciones de muchos – hombres en edad militar, desertores, personajes de la derecha, acusados de sublevación y de atentar contra la República – se preveía que se lograría autorización sólo para un grupo minoritario, “pero que el resto era imposible como no fuera embarcándolos clandestinamente”.

Entre la espontaneidad del cónsul y las instrucciones de sus superiores, sería en el lapso que contó con el respaldo de los buques de guerra argentinos cuando Barrera se convirtió en gestor directo de asilos y evacuaciones. Por ello, la mayor intensidad de su actividad se registra entre agosto del 36 y junio del 37, durante la permanencia en

⁸ Dos de aquellas jovencitas se casaron con los hijos mayores del cónsul Barrera.

Alicante primero del *25 de Mayo* y a partir de noviembre también del *Tucumán* (IRURZUN, 1994; FIGALLO, 2007).

CÓNSULES Y CONSULADOS: ENTRE NORMAS Y PRÁCTICAS

La historiografía europea viene dedicándole creciente atención a los estudios consulares y a los cónsules como agentes de vinculaciones políticas, económicas y culturales, y de recepción y difusión de modelos identitarios en el sistema internacional de la temprana contemporaneidad (AGLIETTI, HERRERO SÁNCHEZ, ZAMORA RODRÍGUEZ, 2013). En el ámbito latinoamericano, el papel de estos funcionarios en los procesos de las organizaciones nacionales y el protodesarrollo de sus políticas exteriores, como también su participación en las dos guerras mundiales, ha despertado un desigual interés por investigarlos en sí mismos y en su proyección, constituyendo una producción diseminada por países, atenta a protagonismos o relacionada a estudios migratorios o culturales.

Más allá de la distinción que en los años treinta se podía trazar con los consulados generales, de mayor importancia y atendidos por personal de carrera, lo cierto es que los consulados y viceconsulados honorarios a los que accedían los ciudadanos de un país asentados de largo tiempo en la zona donde eran designados – que en ocasiones eran incluso extranjeros con lazos comerciales o personales que los ligaban a la nación que representaban – implicaban un involucramiento concreto con la vida política local. Aquellos cónsules tenían allí relaciones, negocios y familias establecidas, circunstancias que no los eximían de la protección de connacionales, aunque sin contar con una cobertura oficial demasiado rigurosa. Si la connotación política singularizaba a los funcionarios diplomáticos, que debían asumir la representación del estado que los designaba, estos compartían con los cónsules la misión de contribuir al acercamiento económico, comercial y cultural entre las naciones (SOLVEIRA, 1997).

Las repúblicas latinoamericanas estaban sujetas a normas en torno a los asilos que habían sido acordadas en Montevideo en 1889, 1933 y en La Habana en 1928, que por ser todo lo laxas que la práctica imponía, no especificaban sobre los refugios a conceder en consu-

lados o residencias de verano de los diplomáticos, sino que se centraban en lugares - “legaciones, naves de guerra, campamentos o aeronaves militares” - y en profesionales habilitados - “agentes diplomáticos, jefes de navíos de guerra, campamentos o aeronaves militares”-, así como en su potestad para calificar lo que constituía el “delito político” que justificaba los amparos, haciendo hincapié en los “casos de urgencia”. Sin embargo, aquellos preceptos apenas se adecuaron a la dura realidad que se impuso en la guerra española. Es casi insondable lo escrito sobre la cuestión, pero para intentar explicar la convulsión, atropellos e incluso matanzas de los primeros tiempos, cabe aceptar que mientras los militares franquistas imponían un nuevo orden en los territorios que conquistaban por las armas, en muchas regiones el estado republicano “desaparece en su esencia [...] ni ejércitos, ni justicia, ni propiedad privada, ni instituciones, tienen ahora valor”, suplantados por los organismos de la revolución social (CUBERO, 2016, p.78-9).

Sabemos que muchos representantes extranjeros concedieron con una amplitud inusitada los asilos en la capital republicana durante “el verano sangriento de 1936” y después, pero se conoce menos de las acciones de los cónsules, excepción hecha de la información que han ofrecido algunos de estos protagonistas en memorias y registros - por ejemplo, Félix Schlayer, de origen germano, cónsul de Noruega en Madrid y el cónsul mexicano en Málaga Porfirio Smerdou - o de las noticias sobre el destino trágico de otros, que incluyen la ejecución de las hermanas del vicecónsul honorario del Uruguay en Madrid, Teófilo Aguiar, las uruguayas Consuelo y Dolores⁹, el asesinato del industrial Vicente Noguera Bonora, cónsul honorario de Polonia en Valencia en septiembre y los fusilamientos, acusados de espionaje, de los cónsules de Austria y Paraguay (español de nacimiento), cerca de Bilbao en noviembre (NIEBEL, 2009). En todo caso, aunque la normativa jurídica no amparaba la inviolabilidad de la residencia de

⁹ El 11 de marzo de 2001 Consuelo y Dolores Aguiar fueron declaradas Mártires de la Fe, por el papa Juan Pablo II, ceremonia en la que se beatificaron un total de doscientos treinta y tres sacerdotes diocesanos, religiosos, religiosas, laicos casados y solteros de diferentes profesiones que pertenecían a la Acción Católica y otros movimientos eclesiales, asesinados durante la guerra civil.

los cónsules, una interpretación poco estricta extendió una suerte de tolerancia con sus actividades en aquellas ciudades portuarias como Valencia y Alicante, que se constituyeron en puntos de salida de expediciones de refugiados que organizaban las embajadas en Madrid para dirigirse al extranjero (RUBIO, 1979, p.291). Así, el consulado de Barrera, como refugio temporal necesario, como anexo de la misión diplomática, fue una pieza fundamental en la política de evacuación pergeñada por la Argentina, constituyéndose en una etapa más del asilo concedido en Madrid. Y lo hizo también con los requerimientos de otros diplomáticos como el embajador de Chile, Aurelio Nuñez Morgado, el ministro Juan de Osma de Perú y el mismo Schlayer.

REFUGIARSE, ESCONDERSE O HUIR

Sin poder ocultar su tarea, Barrera optó por desarrollarla amparado en su condición de representante de uno de los países latinoamericanos más importantes, y tal vez entonces, más cercano a España. Desde los primeros días de la guerra, el gobernador civil de Alicante, Francisco Valdés Casas, de Izquierda Republicana, le advirtió que en un mitin de las organizaciones sindicales se discutieron acciones violentas contra el consulado para apresar a los enemigos de la República que se sabía que Barrera amparaba, pero que él había tomado medidas de precaución, apostando guardias de asalto. La Comisión de Orden Público insistía en reclamar por Francisco Alberola, con el objetivo de hacerlo declarar sobre el paradero de su hermano Rafael, ex diputado de la C.E.D.A. (Confederación Española de Derechas Autónomas), a quien se buscaba en Valencia. Según Barrera, “desde Alicante le mandé los medios para pasarse a la zona nacional” vía Francia (BARRERA, 1951, p.23). Su esposa Josefina Manero permanecería escondida desde julio hasta el 12 de noviembre “en que, provista de la documentación necesaria para poder viajar al extranjero, se trasladó a Santa Pola con sus cuatro hijos y una sirvienta, embarcando sobre las dos de la madrugada en una gasolinera que los condujo hasta el buque de guerra argentino *25 de Mayo* que estaba fondeado en el puerto de Alicante y los llevaría a Marsella”

(MONTERO GÓMEZ, 2018, p.74). A días de la primera advertencia, Valdés Casas, preocupado porque no lograba apaciguar a la Comisión de Orden Público “ve que la catástrofe es inevitable y van a incitar a las masas a que asalten el Consulado”, convenció a Barrera para que Francisco Alberola concurriera a la Gobernación para declarar, donde a pesar de las promesas de respetar su libertad, se lo apresó.

Con el terror que produjo el bombardeo sobre el puerto por parte de la aviación nacional, cuyo objetivo eran los buques mercantes y petroleros rusos que estaban amarrados cerca de la escollera, ataque que ocasionó dos víctimas mortales y numerosos heridos, unos milicianos que dijeron ser del Tribunal de Justicia de la Comisión de Orden Público – “tres facinerosos, cada uno con una pistola ametralladora que casi les llegaba al suelo”– se presentaron ante el cónsul para pedirle que de repetirse el ataque aéreo contra el puerto, el crucero argentino le disparara contra esos aviones, – “absurda pretensión, que revelaba la ausencia absoluta de toda cultura y mentalidad de esa gente” – a cambio de lo cual le concedieron la libertad de Francisco Alberola y también de Pedro Creixel, propietario del Hotel Palace, siendo devueltos al consulado argentino (BARRERA, 1951, p.25). Producto de la pugna interna entre los milicianos, un inspector de Policía con dos agentes, con un oficio de la Comisión de Orden Público intentó recuperar a los liberados, advirtiéndole a Barrera que “su vida peligra mañana en la calle”. El cónsul recibió instrucciones de Pérez Quesada, en el sentido de que si fuera necesario acudiera al auxilio del *25 de Mayo*. De urgencia, el comandante destacó a su segundo con doce marineros “que traían debajo de la guerrera, las pistolas y un buen número de balas”. Las autoridades republicanas de Alicante no quisieron un conflicto internacional, y se optó porque el cónsul garantizara que los asilados “no saldrán a la calle [...] y que se quedan allí bajo su responsabilidad”. Barrera informó a sus superiores que para su defensa contaba con armas en la oficina consular – algunas eran pistolas provenientes del *25 de Mayo* y luego del *Tucumán* – y una regular protección de sus tripulantes “la sola vista de los uniformes de los marineros de buques de guerra, es lo que más respeto impone a la gente y no se animarían a hacer nada viendo la

guardia” (BARRERA, 1951, p. 24). La posición de Argentina era firme: no entregar bajo ningún concepto a los asilados.

Pero esas no eran las únicas urgencias de Barrera. Caído el gobierno de José Giral el 4 de septiembre, ante la inminencia de la lucha por Madrid, los representantes argentinos impartieron instrucciones para que todos los connacionales abandonasen la ciudad, advirtiéndoles que aquellos que optaran por quedarse lo harían por su cuenta y riesgo. Con el avance de las fuerzas nacionales llegando hasta la sierra de Guadarrama, cuando a principios de noviembre la prensa señalaba que ya se combatía en los arrabales madrileños, el gobierno se trasladó a Valencia, mientras parte de la población civil procuraba salir rumbo a Levante. Fue necesario pergeñar una serie de arriesgados operativos para lograr sustraer a los asilados del Madrid sitiado, que incluiría a los marinos argentinos y al cónsul Barrera.

Para entonces, Alicante se había convertido en activo centro político e internacional. Trasladado el personal de la embajada de Alemania, se arrimó al puerto también el acorazado *Admiral Graf Spee* para colaborar en las tareas de evacuación de la colonia alemana en España, donde se colaron mujeres de la familia de José Antonio Primo de Rivera y algunos prelados católicos. Organizadas allí las dependencias consulares, hasta el momento de la ruptura del gobierno de Hitler con la II República el 18 de noviembre, peligrosas actividades de espionaje y de salvamento de adherentes a los nacionales fueron llevadas adelante por el cónsul honorario en la ciudad Hans Joachim von Knobloch, expulsado a fines de octubre, para ser trasladado por un torpedero alemán a zona nacional. El historiador Ángel Viñas, refiriendo la sintonía entre el cónsul germano y Barrera en la evacuación de “destacados elementos de la derecha” (VIÑAS, 1984, p.60-97), dio cuenta pormenorizada de los designios alemanes por salvar a José Antonio, preso en la cárcel alicantina de la Florida. Desde la Argentina se interesaron por el líder de Falange de las JONS. El PEN Club de Buenos Aires, a través de su presidente, Carlos Ibarguren, realizó en la Cancillería diversas gestiones para que sus representantes diplomáticos pidieran por su vida, en razón de que era socio de la institución en Madrid, al igual que el presidente

republicano Manuel Azaña. Producido el bombardeo del 5, resultó evidente que la presencia del jefe falangista en la cárcel no protegería a la ciudad de posibles ataques. Hasta último momento, Barrera recibió instrucciones de sus superiores para que se ocupara de la cuestión: "Estrictamente reservado: Mañana se verá el proceso contra Primo de Rivera. Tenemos orden de nuestro gobierno de gestionar no se le condene a muerte. Por otra parte, la embajada alemana amenaza con destruir Alicante si fuera ejecutado", le escribía Barrera al comandante del *Tucumán*, Mario Casari. Pero José Antonio fue fusilado el 20 de noviembre. Tras ello vinieron las represalias en uno y otro bando: bombardeo de Alicante de ocho horas entre el 28 y el 29 de noviembre, que causó tres muertos, con bombas lanzadas por una escuadrilla italiana que operaba desde Mallorca y, horas después, una 'saca' de presos afines al alzamiento que terminó en ajusticiamientos y ejecuciones de sacerdotes en Elche.

EVACUACIONES NEGOCIADAS Y CLANDESTINAS: EL ENGRANAJE BARRERA-TUCUMÁN

Encargado de conseguir pasaportes o salvoconductos para sus propios asilados, de atender los telegramas de averiguación de paraderos que llegaban a diario desde la Argentina, visitar a la Gobernación para hacer trámites, procurar provisiones y resolver las graves situaciones de los asilados en el crucial momento de las evacuaciones navales, el cónsul argentino fue protagonista de facilitar las salidas de perseguidos. Numerosos asilados iban llegando de Madrid enviados por Pérez Quesada, arribados en grupos pequeños y en días alternos, con pasaportes legales. Escaseando las libretas impresas y numeradas, se empezaron a presentar simples hojas de papel oficial donde se autorizaba la salida. A la hora del embarque, inspectores de emigración comparecían a un galpón del puerto y allí mismo se tomaba nota de las salidas sin demasiadas investigaciones y controles. Terminados todos los trámites, los pasajeros ya despachados salían a un espacio acotado por vallas de madera rumbo al embarcadero donde debían permanecer hasta subir al buque argentino. Desde agosto, la colaboración del *25 de mayo* fue decisiva, pues daba alojamiento a

los que iban llegando, logrando trasbordar a algunos pasajeros hasta juntar un número considerable y ahí sí emprender el viaje a puertos extranjeros. El crucero fondeaba en Alicante, por lo general a unas tres millas de los muelles del puerto, en la cercana playa de Camello, para evitar los bombardeos o que la tentación de la gente de ganar a nado el buque produjera incidentes. Se llegaba a él a través de las lanchas propias, o incluso de las mismas motoras del puerto, que eran conducidas por un guardiamarina y tres marineros armados. El espectáculo de los embarques era público, así como las gentes que pedían ayuda en el consulado: “el despacho, la oficina y hasta la escalera, era un mar humano – señoras principalmente – que venían a pedirme salvara a sus maridos, sus padres o sus hermanos” (BARRERA, 1951, p.4).

Paulatinamente los controles se fueron extremando: los pasaportes, tanto de españoles como de extranjeros, se debían presentar con cuarenta y ocho horas de antelación en la Comisión de Orden Público, para luego ser inspeccionados por un comité de la Federación Anarquista Obrera (FAI) en el puerto, en el momento del embarque. Fiscalizaban también las operaciones aduaneras miembros de las dos centrales obreras la Confederación Nacional del Trabajo (CNT), de orientación anarquista, y la UGT, Unión General de Trabajadores, de filiación socialista. Para el cónsul, eran “cuatro facinerosos en camiseta, armados hasta los dientes, que sometían a cada persona a un interrogatorio que hubo veces que duró media hora y que hacía perder la serenidad más templada” (BARRERA, 1951, p.5). Recomendaba el cónsul, por cuestiones de prudencia, no llevar consigo “devocionarios, escapularios, medallas de santos, etc., que era lo que enfurecía a los “rojos” y provocaba mayores cuestiones” (BARRERA, 1951, p.65). A fines de octubre, ya los comités sindicales exigían en algunos casos la presentación de partidas de nacimiento o de libretas de enrolamiento cuando se dudaba de los pasaportes expedidos. Cuando la situación lo requería, el consulado pedía en la Argentina actas del Registro Civil, para hacer pasar por ciudadano argentino a españoles, creando así documentos que habilitaran la expedición de pasaportes. Restaba luego esperar ocultos el momento de contar con la documentación, para después ser sometidos a las averiguaciones del comité en

el puerto. Barrera admite en sus *Memorias* haber recurrido al soborno de policías para informarse de la combatividad de los milicianos de guardia, a fin de proceder a embarques sólo los días que se esperaba mayor tolerancia.

En uno de los viajes realizados a Marsella por el crucero argentino en el mes de noviembre se embarcó Agapito García Atadell, jefe de la Brigada de Investigación Popular, milicianos “que, de acuerdo con los órganos directivos de la policía, realizaran investigaciones en relación al movimiento desencadenado por la reacción”¹⁰, detectaban enemigos de la República provenientes de “fuerzas políticas de la extrema derecha”, así como propaganda antirrepublicana.

Instalada en el Palacio de los Condes del Rincón de la calle Martínez de la Rosa, cerca de la embajada argentina de Castellana, 42, funcionaba allí un lugar de detención de desafectos: una checa.¹¹ García Atadell, al igual que autoridades de la República que creyeron que las fuerzas de Franco tomarían Madrid, se trasladaron hacia Levante para abandonar España. Montero Gómez señala que la decisión estuvo determinada “por los cambios que se produjeron en la Dirección General de Seguridad”, que implicó el predominio de comunistas y “las críticas amenazantes expresadas contra él”, que era socialista.¹² Munido de un pasaporte de nacionalidad cubana se presentó en noviembre en el consulado argentino para sellarlo. Barrera accedió a ayudarlo a abordar el *25 de Mayo*, pero estableciendo con él un pacto: además de alquilar una lancha para embarcarse junto con sus acompañantes y familia, debía costear otra para permitir el salvataje de Ana Conesa, viuda del general José García Aldave, comandante militar de Alicante fusilado en octubre, con su hija Ana García Aldave – cuyo marido había sido ejecutado el 15 de agosto en Cartagena – y sus cuatro nietos en el *Tucumán*.

Barrera llegó a refugiar hasta un total de unas doscientas personas, a las que fue embarcando clandestinamente, “para que pasaran a la zona nacional”. Desde enero a fines de marzo tuvo un promedio

¹⁰ El Herald, Madrid, 20 de agosto de 1936.

¹¹ Sobre la actividad de la brigada de García Atadell, ver Cervera Gil, 2006, 70 y ss.

¹² *La Prensa*, Santa Cruz de Tenerife, 10 de noviembre de 1936

diario de treinta personas, cada uno con su cama, porque había comprado la cantidad necesaria de catres desmontables que se armaban por las noches y ocupaban casi todas las estancias.¹³ A aquel número, sus *Memorias* agregan otros tantos de los que no tomaba nota, “porque eran los que se presentaban a mi oficina, pidiendo (algunos de rodillas) que los salvara enseguida por estar perseguidos de cerca”. Barrera accedió a custodiar “valores, alhajas y dinero de casi todas las familias conocidas de Alicante que venían a pedirme les guardara todo lo expuesto en el Consulado, ante el temor de los frecuentes registros domiciliarios” (BARRERA, 1951, p.8). Tras la guerra, se lamentaría en sus *Memorias* que pocos reconocieran su honestidad y arrojo en preservar tantos bienes ajenos.

Cuando a fines de noviembre los dos buques de guerra argentinos coincidieron en Alicante, el cónsul Barrera y el encargado Pérez Quezada intentaron que ambos quedaran sirviendo los intereses argentinos. Pensaron en contar con dos unidades, una para la ayuda directa en Alicante y la otra para atender las constantes solicitudes de los consulados de Barcelona, Valencia y Almería, que requerían auxilio para poder sacar ciudadanos argentinos. Además, la embajada en Madrid no tenía servicio de telégrafo, por lo que la comunicación se hacía vía el consulado de Alicante. Afirmaba Barrera:

“la situación de este país es cada día más grave, sin dejar de reconocer que a los argentinos, nos distinguen y estiman más que a los de otras nacionalidades, dándonos preferencia y facilidades para el mejor desempeño de nuestras misión. Pero si Madrid cae en poder de los militares, todo el gobierno y las fuerzas adictas a él, vendrán a esta región, adonde se correrá la guerra, jugándose aquí la última parte de esta espantosa lucha civil. Y será entonces cuando de todos estos puertos se reclame más la ayuda y protección de nuestros buques de guerra por los argentinos que quedan y el personal consular [...] y en este puerto, que es al que más afluyen los buques de guerra extranjeros solo quedan los argentinos, ingleses y franceses, de los que a pesar de todos los buenos ofrecimientos hechos, hemos sacado la impresión [...], de que no tendríamos por los buques de esas naciones

¹³ Su solidaridad con los refugiados españoles, confiesa Barrera en sus *Memorias*, p.10, se saldó con una gran pérdida económica para su patrimonio – unas cien mil pesetas de entonces – pues el gobierno de Buenos Aires censuró lo mucho que se había gastado, sin aprobar tal proceder.

más que una aparente y mezquina protección” (IRURZUN, 1994, p.86).

Pero el gobierno argentino no lo consideró posible, y reiteró la orden de regreso para el crucero *25 de Mayo*, en atención al enorme costo que representaba mantenerlo en el Mediterráneo. El *Tucumán* era un buque más maniobrable para llevar adelante los embarques legales y los no convencionales que habían alcanzado su auge, tanto de la embajada como del consulado, labores a las que sumó la provisión de víveres para las sedes diplomáticas y sus asilados.

El constante aumento de la ofensiva aérea por parte de los nacionales, como también el deseo de imprimir mayor rapidez a las evacuaciones hicieron que se redoblaran los esfuerzos por obtener la completa liberación de la sede diplomática madrileña, apurando los acuerdos entre los gobiernos argentino y republicano. Se llegó incluso a tener la intención de evacuar los consulados argentinos que en las principales capitales republicanas estuvieran en peligro, dando instrucciones para que en caso de urgencia se retirara el personal con los archivos al puerto más próximo de Francia, o que se entregasen para su guarda al *Tucumán* (IRURZUN, 1994, p. 59).

EL PACTO ENTRE EL GOBIERNO DE JUSTO Y LA II REPÚBLICA POR LOS ASILADOS

A principios de enero, Pérez Quesada junto con el agregado José María Jardón viajaron a Valencia para entrevistarse con el jefe del gobierno Francisco Largo Caballero y con el ministro de Asuntos Exteriores Julio Álvarez del Vayo. Después de discusiones y trabajosas consultas en el seno del Consejo de ministros, el gobierno español autorizó la partida en automóvil – y su posterior evacuación desde Alicante – de las mujeres, niños y hombres fuera de la edad militar asilados por la Argentina en Madrid. La Cancillería había llevado a cabo en Buenos Aires gestiones de apoyo a la petición argentina ante el embajador español.

Ambos gobiernos terminaron por asumir compromisos mutuos. España facilitaría en todo lo posible la salida de los refugiados, con el propósito de que la Argentina clausurara el edificio de la embajada

en Madrid y se viera así libre de tener que aceptar nuevos asilados y, además, en condiciones de seguir al gobierno republicano a su nueva sede de Valencia. En principio, se otorgó autorización sólo para un porcentaje de los refugiados que tenía la representación argentina, sin más documentación que un salvoconducto general expedido por el consulado en Alicante y el listado de los autorizados a embarcar.

Con el acuerdo conseguido, fue urgente preparar estas evacuaciones. Los asilados tanto legales como clandestinos comenzarían a ser enviados en contingentes reducidos a Alicante y también a Valencia, en coches de la embajada y autobuses con salvoconductos de nombres reales y supuestos; acompañados por un secretario o un agregado civil, para estar dispuestos a ser embarcados ni bien se presentara la ocasión precisa. El procedimiento aceptado por el gobierno republicano prefirió evitar la movilización de un convoy que se viera en la obligación de trasladar a más de dos centenares de personas que aún restaba evacuar y que inevitablemente llamaría la atención, provocando descontento entre las demás representaciones diplomáticas – donde más de ocho mil personas se hallaban asiladas en distintas embajadas y anexos – y los defensores de Madrid. Se alquilaron plazas en hoteles e inclusive casas particulares fueron utilizadas de albergue. En ocasiones eran las viviendas de argentinos que se habían ausentado, dejándolas al cuidado de los representantes consulares. Marineros del *Tucumán* se apostaron en los portales para prevenir ataques, ya que la actividad era muy notoria. A la par, las autoridades de Alicante, empeñadas también en librarse del “problema obsesivo de la evacuación”, pusieron guardias de asalto en las inmediaciones del consulado, para su protección.

La autorización concedida por los órganos legales republicanos por parte del gobierno de Valencia, la Junta de Madrid y el gobernador de Alicante, Valdés Casas, quedarían supeditadas a la intemperancia de las milicias populares y de los grupos sindicales que dominaban el puerto, “que no solían acatar las disposiciones del Gobierno”, mientras los hoteles eran controlados por policías y vigilados por espías. Sabiendo que el consulado argentino propiciaba la salida de muchos ciudadanos españoles, lo hicieron objeto de observación y de amenazas al mismo tiempo. La situación era alarmante:

“He sabido también, que el Jefe de la Emigración, que es un agente de policía, ha increpado duramente al gobernador en su despacho por la posibilidad de salida de los asilados y ha amenazado al gobernador con acabar con ellos con ametralladoras. El gobernador le ha instruido expediente para expulsarlo de la policía, pero se teme la campaña que hará ese hombre” (FIGALLO, 2007, p.169).

Comenzó a intervenir también en el control de lo atinente a los embarques, el comisario de Guerra en Alicante.

El primer contingente autorizado a embarcar no se realizó como se había inicialmente previsto: ochenta personas, en un solo grupo, llegaron a Alicante en el tren de la mañana a fines de enero, acompañados por un agregado civil, siendo hospedados por Barrera en el Hotel Victoria. Al día siguiente fueron llevados al galpón ubicado en los muelles donde hacía la inspección el Comité, no sin alarma, pues la policía alertó a Barrera “que la F.A.I. y la C.N.T. van a ir al puerto a impedirlo y que dicen de asesinar a don Tomás Ibarra”¹⁴, extremo que ocultaba el verdadero motivo de disgusto, “que los ministros no adoptaran determinaciones sin su aprobación”, impidiendo el embarque para “ponerse encima de la autoridad del Gobierno”. Suspendida la operación por un par de días, tras que el ministro de gobernación intervino ante los sindicatos de Valencia, se dieron órdenes severas a los afiliados de no oponerse y se pudo efectuar el abordaje del grupo de asilados al *Tucumán*.

Las evacuaciones no sólo provenían de los asilados en Madrid. El día anterior al viaje del 23 de enero, Barrera le refería a Casari: “Hay en tierra para embarcar cerca de 70, por los compromisos inevitables de los recomendados por Consulados Extranjeros”. Para más, por esos días comunicaron de la embajada en Madrid que quedaban más de veinte hombres refugiados, “todos dentro de la edad militar de los llamados a filas [...] personas de la aristocracia”, para los cuales era imposible conseguir autorización para ser evacuados legalmente. Se apeló entonces a la “*táctica diplomática*” de compensar la ayuda de algún republicano o combatiente necesitado de huir, con la contrapartida de embarcarlo en los buques de guerra argentinos “para es-

¹⁴ Empresario naviero, dueño de la Compañía Ibarra de buques de carga y pasajeros.

caparse de la zona roja” (BARRERA,1951, p.46), o directamente con la negociación por dinero, que Barrera consideraba “funesta” pero que, merced a la intervención de algunos de los agregados civiles nombrados de apuro por el encargado de negocios Pérez Quesada, se llevaron adelante.

La toma de Málaga por las fuerzas nacionales – reforzadas por tropas italianas – a principios de febrero, produjo la huida de la población y una gran afluencia de refugiados en Alicante y en Valencia. La crítica situación no impidió que embarques encubiertos se pudieran lograr, como el del con cuñado del general Franco, Ramón Serrano Suñer, quién llegó en un coche del ejército republicano conducido por un militar, que también procuraba evadirse hasta la sede del consulado en Alicante. Pérez Quesada “había recibido empeñosas presiones” para organizar aquella evasión, pero no se les ocultaba a él y a Barrera que era un asunto de extrema gravedad por el personaje del cual se trataba. Serrano Suñer debió esperar algunos días en el consulado, hasta que Barrera encontró el momento favorable para hacerlo abordar al *Tucumán*, disfrazado como marinero. Entre los diplomáticos argentinos de Madrid y Barrera lograron también evacuar a su mujer Zita Polo, a sus hijos y su hermano político Felipe Polo, por quienes habían pedido desde la embajada en París. En noviembre de 1939, ya ministro de gobernación del régimen de Franco, Serrano Suñer y su mujer estuvieron de paso en Alicante y llegaron a visitar a Barrera que estaba residiendo en la cercana localidad de Santa Pola. El objetivo era “testimoniarle su gratitud por la ayuda eficaz y generosa que a ellos y sus hijos, como a otros tantos cientos de españoles, prestó para evadirse de la cruel persecución de la zona roja”¹⁵.

Los primeros días de marzo, Pérez Quesada, funcionarios y empleados trabajaron con celeridad para proceder a cerrar la embajada en Madrid. El 10 se informó oficialmente la clausura de la representación, estableciéndose desde entonces en el edificio de la calle Cirilo Amorós, número 52 de Valencia, y nombrándose un nuevo encargado de negocios, el doctor Felipe Chiappe. Ese mismo día, Pérez Quesada abandonó Madrid en automóvil, y recorriendo territorio republicano,

¹⁵ *Gaceta de Alicante*, Alicante, 22 de noviembre de 1939.

arribó primero en Alicante, con el objeto de despedirse del cónsul Barrera. Sólo quedaba un rezagado de los asilados por la embajada, Agustín de Figueroa, hijo del conde de Romanones, quien vendría con el encargo de negocios. Para entonces, los confidentes que tenía entre la policía de Alicante se entrevistaron con Barrera para prevenirlo de que, desde Valencia, el gobierno y la Dirección General de Seguridad, habían enviado un comisario y varios agentes desconocidos que traían la misión de observar y descubrir los embarques secretos que hacía el consulado argentino, aconsejándole suspender tales actividades hasta que desapareciera la vigilancia. Pero Pérez Quesada exigió el embarque de Figueroa, que lo había pedido también el embajador de Argentina en Francia, Tomás Le Breton, que, a pesar de las dificultades, se logró.

Otro problema preocupaba a Barrera y a Casari: la situación de quienes tenían nacionalidad argentina – en muchos casos, aquellos que por trabajos o traslados de sus padres habían nacido circunstancialmente en la Argentina –, que comenzaron a afluir a la ciudad a raíz de nuevas ofensivas militares nacionales. Al decir del capitán Casari, su situación era afligente, pues el gobierno republicano exigía que el consulado los evacuase a la brevedad, tratándose en muchos casos de personas en la indigencia. Por esos mismos días de marzo, el *Tucumán* recibió a bordo en Alicante a más de un centenar de asilados, la mayoría hombres, todos ellos admitidos sin salvoconductos, a través de los más variados medios y artificios.

BARRERA Y LA PROTECCIÓN DE RELIGIOSOS

Desde que en la II República primó el hosco clima anticlerical que imperaba en algunos de sus seguidores, fue luego difícil detener la fuerza destructora que se ejerció contra edificios, instituciones y personas (LÓPEZ VILLAVERDE, 2009, p.420). Iniciada la guerra, sacerdotes y monjas, en especial provenientes de aquellas órdenes que gestionaban colegios y se dedicaban a la enseñanza, fueron objeto de persecución. Alicante, que había visto prohibidas las procesiones religiosas, quemados lugares de culto y establecimientos de educación católica en mayo de 1931, fue escenario de ese tipo de violencias

y más a partir de febrero de 1936 (ÁLVAREZ TARDIO Y VILLA GARCÍA, 2013; NÚÑEZ DÍAZ-BALART, 2017). En todos esos años, Barrera ayudó a muchos religiosos, asilándolos o auxiliándoles a huir de Alicante.

Católico declarado, Barrera protegió en particular a miembros de la Congregación de los hermanos Maristas y de la Compañía de Jesús, que estaba legalmente disuelta en España desde 1932. Entre las “personas amparadas en el consulado y embarcadas clandestinamente”, en sus *Memorias* aparecen los nombres de seis religiosos jesuitas, seis hermanos maristas, un religioso pasionista, dos sacerdotes del clero secular y tres monjas, entre ellas una de las hijas del duque del Infantado.¹⁶

Pocos días después de comenzada la guerra se presentó en la casa-consulado el padre Miguel Baro S. J., quién había pertenecido a la residencia de jesuitas de Alicante. El alzamiento sorprendió en su ciudad natal que era Lérida, de la que debió huir por ser allí muy conocido. Otro jesuita, el padre Francisco García pidió ayuda en la casa de un “matrimonio muy piadoso propietarios de un establecimiento de ortopedia”. Aterrados de tenerlo escondido, lograron convencer a Barrera de que lo refugiara también, cosa que el cónsul aceptó por la amistad que mantenía con el religioso. Eran los días primeros de la guerra, y todavía no había arribado el *25 de Mayo* a Alicante, ni tampoco funcionaba el “Comité “rojo” del puerto que intervenía e investigaba sobre los que salían”, sino sólo la Inspección de Emigración. El objetivo de los dos sacerdotes era primero ir a Roma y después a la zona nacional. Barrera fraguó unos pasaportes como ciudadanos argentinos, ingenieros de profesión y los embarcó

¹⁶ Nacida en Zarauz en 1902, María Cristina de Arteaga cursó la carrera de Historia en la Universidad de Madrid, donde se doctoro con honores. Además, fue presidenta de la Acción Católica Femenina, “luego entró en el monasterio de la Concepción Jerónima de Madrid, donde hizo su primera profesión el 18 de mayo de 1936. Meses después estalla la Guerra Civil y tiene que abandonar el monasterio. En 1937 logra pasar a la otra zona”, en *Diccionario de la Real Academia de la Historia* [en línea]. Se desempeñó como priora del Monasterio de Santa Paula en Sevilla, por cuatro décadas. Desde 2009 está en proceso de canonización, “por considerarla modelo de virtudes a imitar [...] para monjas y monjes jerónimos en su vida monástica”.

en un buque mercante que los trasladó a Marsella. El inspector de Emigración “resultó ser una persona de ideología contraria al régimen marxista y tolerante con nuestros ardides” (BARRERA, 1951, p.33). El cónsul daba con cierta frecuencia con funcionarios policiales que continuaban desempeñando sus cargos porque no les quedaba más remedio, pero que no comulgaban con la evolución de la situación en la República y, por tanto, sabiendo “la labor” que realizaba Barrera, lo ayudaban. También el inspector de Policía de Investigación de consulados de Alicante, apellidado Richart, era confidente del argentino, “me servía de él y de sus informaciones, pero no le confiaba mis secretos”, afirmando que su objetivo era “estar en buenas relaciones conmigo por lo que pudiera pasar al fin de la guerra” (BARRERA, 1951, p.42).

Para septiembre, el jesuita Vicente Muedra se presentó en el consulado. Munido de documentos falsos, se había dedicado a mantener el contacto con los jesuitas que se hallaban escondidos, pero al ser descubierto prefirió intentar el embarque y la huida de Alicante. También ese mes, se refugió el cónsul argentino en Tortosa que venía huyendo de aquella ciudad del sur de Cataluña, pues atendiendo a una carta del arzobispo de Buenos Aires, había protegido a tres sacerdotes que allí vivían. Una labor similar pudo llevar adelante desde el consulado el jesuita Vendrell, avisando a otros padres de la Compañía para que se trasladaran a Alicante a fin de que Barrera se ocupara de embarcarlos en los buques de guerra argentinos o en mercantes. Vendrell mismo fue sacado del consulado a fines de 1937, con documentos españoles falsos y tomando un avión de Air France, que procedente de París, hacía paradas en Alicante y Orán.

En octubre el sacerdote Ramón Terré Bertrand, por quién había intercedido un significativo funcionario argentino de quién era pariente, fue ayudado a embarcar por Barrera en el *25 de Mayo*. Semanas después se apersonó en el consulado el jesuita Manuel Reboll, vestido de “camarada rojo” para disimular su presencia: “ataviado con alpargatas, un pantalón negro, una camisa blanca abierta hasta el cuello, mangas remangadas hasta el codo, y la americana encima del hombro”. Barrera lo tuvo unas semanas refugiado, pero dada su edad

y aspecto físico, no resultaba posible vestirlo con uniforme de marino, así que se optó por embarcarlo con documentación argentina.

Rector de la Escuela Primaria Luis Vives – con la que la orden marista pretendió reanudar de manera seglar sus funciones educativas después de 1931 – el hermano Antonio Linaje se presentó en septiembre frente a Barrera, quedando refugiado en el consulado hasta el final de la guerra. La congregación en la Argentina le mandó desde Buenos Aires un acta de nacimiento legal, con el nombre de otro hermano de la orden que coincidía con su edad, pero su propósito no era huir, sino tener mayor libertad de movimiento para poder ayudar a maristas presos en Madrid y ocultos en otras capitales. No era sencillo que la policía considerara auténticos aquellos documentos sellados por el consulado, con posterioridad al alzamiento, pero Barrera consiguió la ayuda del jefe de la Policía de Extranjeros, el agente Rogelio Jover “*de carrera*” quién se lamentaba “amargamente el verse mezclado entre la chusma de policías “rojos”” (BARREIRA, 1951, p.39). La de Linaje fue para los refugiados una presencia amable, “dando a todos los consuelos de la religión, sin misticismos, siempre sonriendo y animoso [...] un religioso admirablemente bien educado”. Finalizada la guerra, Linaje fue nombrado hermano provincial de Cataluña y Levante. En tanto, ya a fines de agosto, se logró evacuar en el crucero *25 de Mayo* a un religioso que enseñaba con Linaje, el hermano Segundo que llegó a Génova el 29. También fue refugiado el hermano Nicolás Clemente en el *Tucumán*, en uno de los viajes del mes de marzo del 37 (BELTRÁN LEGUEY, 2008, p.49).

EL FIN DE LOS EMBARQUES MASIVOS

Chiappe, el nuevo encargado de negocios, fue trasladado en el *Tucumán* desde Marsella hasta Alicante, para ser impuesto personalmente de las condiciones en que se desenvolvían las operaciones de rescate llevadas a cabo entre el mando del torpedero y Barrera, además de las actividades del consulado; y para que tuviera la oportunidad de observar la situación afligida en que se encontraban los argentinos que llegaban día a día, formando parte de los núcleos de evacuados que huían del avance nacional. Barrera se ofreció para ir tres

veces por semana a Valencia a despachar con Chiappe, saliendo en coche a la madrugada y regresando por la noche. Esa tarea que insu-
mía seis horas de carretera se prolongó por nueve meses, hasta que el
gobierno republicano se trasladó a Barcelona.

La permanencia del buque argentino amarrado a los puertos de
Alicante y Valencia comenzaron a ser considerados como tentación y
provocación a la vez, y se le dieron instrucciones a Casari para que
buscara permanecer el menor tiempo posible en los puertos españo-
les, debiendo en adelante aguardar en Marsella el requerimiento de
los diplomáticos para cuando los contingentes de asilados estuvieran
ya listos para ser embarcados. Recibida aquella orden el 29 de marzo,
no obstante, se esperó al contingente de asilados que la embajada de
Chile tenía en viaje desde Madrid, tramitando en Valencia su salida,
siendo mayoritariamente hombres en edad militar.

A partir de abril, una celosa vigilancia policial fue apostada en la
sede consular en Alicante, con el objeto de identificar a todas las per-
sonas que entraban y salían, incluso llegando a revisar los bultos y
equipajes de las mismas. La medida fue dispuesta por el gobernador
de Alicante, aunque Valdés Casas no hizo más que dar curso a una
denuncia del cónsul inglés al comisario general, que señalaba que al
consulado argentino entraban hombres y mujeres españoles para
gestionar la fuga, mientras que él, al igual que el cónsul francés, de-
bían estar presentando listas de gentes de derecha y esperar del go-
bernador la respectiva autorización. Barrera supo por sus confidentes
que el gobierno en Valencia seguía recibiendo informaciones policia-
les desde Alicante, en el sentido de que clandestinamente se embar-
caban “*fascistas*” en el *Tucumán*. La inquina contra Barrera conti-
nuaba y este se decidió a ir armado con una pistola.

No obstante, numerosos españoles abordaron el torpedero en
mayo, algunos a través de procedimientos desesperados, como ga-
narlo a nado o presentarse con uniformes falsos o facilitados por los
marineros. El pasaje también recogía argentinos, latinoamericanos y
algún europeo. El capitán Casari informaba a Buenos Aires que la
salida del 11 de mayo debió demorarse por pedido especial del gober-
nador de Alicante quien solicitó que “se salvará la vida a un correli-
gionario político perseguido de muerte por elementos comunistas. El

embarque del referido señor se efectuó con los propios medios del gobierno siendo personalmente acompañado por el secretario del gobernador” (FIGALLO, 2007, p. 226). El 24 se recogió en Alicante un contingente de cincuenta y una personas provenientes de Madrid, todas ellas con pasaportes, de los cuales quince eran españoles, regresando a Valencia por la tarde. Allí se procedió al embarque de otras cuarenta y dos personas evacuadas de Madrid por diversas representaciones extranjeras con autorización gubernamental.

Mientras, desde París, el embajador Le Breton telegrafió al canciller Saavedra Lamas para darle cuenta de los peligros en que se hallaban sus diplomáticos y marinos, a causa de los bombardeos cada vez más frecuentes de la aviación franquista y de la amenaza de disturbios en Alicante, Valencia y Barcelona. El Ministerio de Marina dispuso el inmediato retorno del *Tucumán* a su base de operaciones. Informaciones reservadas aseguraban que el mismo vicecónsul Barrera parecía correr riesgo y por ello la Cancillería solicitó al *Tucumán* que, antes de retornar, hiciera una última escala en Alicante para proceder a evacuarlo junto con sus hijos, dentro de un grupo de pasajeros que serían conducidos a Lisboa. Barrera declinó el ofrecimiento: le contestó a Saavedra Lamas que prefería no abandonar Alicante por poseer una pequeña fortuna en propiedades y tierras heredadas de su difunta esposa, que era española. Reconocía que había escapado a confiscaciones estatales y rapiñas personales por su condición de cónsul argentino y consideraba que la única manera de conservar esos bienes para sus hijos era permanecer en la ciudad. Entendía, además, que no tenía más profesión ni habilidad que la de atender los asuntos de la Argentina y que, por ello, de abandonar España, él y sus hijos caerían en la pobreza, ya que tampoco tenían familiares en la Argentina. Sin embargo, admitió el ambiente de marcada hostilidad que se había gestado contra él por las organizaciones extremistas. Reconoció que Valdés Casas había procurado evitar toda acción contra el consulado, aunque atribuyó aquella tolerancia a que el gobernador estaba gestionando un cargo de cónsul republicano en la Argentina, en la ciudad de Córdoba. Sin embargo, distintos testimonios señalan sus intentos de controlar desmanes, y en concepto de

los marinos argentinos, “su buena predisposición” para realizar los embarques de refugiados.

Tras nueve meses de estadía, en el atardecer del 7 de junio, el torpedero argentino abandonó definitivamente Alicante. A pesar de ello, Barrera no se veía libre del compromiso diario de hacer embarcar asilados en buques extranjeros. Su trabajo no mermó, pues recibió órdenes de ocuparse de los consulados de Almería y Valencia, que habían quedado aislados por el avance nacional, y de recibir y despachar la valija diplomática de correspondencia. Refiriéndose a los jefes de las organizaciones republicanas, “con motivo de la ausencia del Tucumán comenzaron a acercarse a mi y a preguntarme si, llegado el caso de una derrota volvería el buque argentino, me agregaban que se habían dado cuenta de mis actividades a favor de los Nacionales, pero que la mayor parte de las veces se habían desentendido pensando que éramos neutrales y lo hacíamos por sentimientos humanitarios, y que lo mismo haría por ellos, llegado el caso” (BARRERA, 1951, p.15). Barrera alentaba esas esperanzas de protección para que lo consideraran como un posible y futuro salvador, que años después diría “que no las merecían ni habían de recibir”. Significó también para el cónsul comenzar a sentir la falta de alimentos, casi agotados en la zona republicana, suplidos por lo que le mandaba el comandante Casari. En Alicante, lo más que se conseguía a diario eran habas y acelgas, y por ello Barrera utilizó su coche para buscar alimento para sus hijos y sus refugiados, en granjas cercanas y pequeños caladeros de pescado.

ALICANTE, LA DERROTA REPUBLICANA Y LA ESTAMPIDA FINAL

Tomada Barcelona por las tropas franquistas a fines de enero de 1939, iniciado el exilio hacia Francia, con la renovada ofensiva franquista contra el frente de Madrid, la derrota de la República era inminente. En estos últimos días de marzo, muchos marcharon a Alicante para tratar de huir. Si algunos pudieron evadirse en barcos pesqueros que salieron de diferentes pueblos de la costa levantina y centenares de refugiados fueron abordando buques comerciales fran-

ceses e ingleses (MORENO SÁEZ, 2018), las autoridades locales intentaron organizar las evacuaciones de los miembros más comprometidos de las organizaciones sindicales, proporcionando pasaportes y billetes de transporte, mientras los consulados de México y Francia los visaban. Barrera se mostró renuente a hacer tales trámites, aduciendo temor a ser víctima de alguna venganza.

En los días previos a la “liberación”, el cónsul argentino retrató en sus *Memorias* el escenario que mostraba Alicante. Las calles céntricas estaban casi despobladas, la mayoría de los comercios permanecían cerrados y muchos edificios se encontraban derruidos o amenazaban ruina. Por la ciudad deambulaban miles de fugitivos con la expectativa de evacuarse en barcos de distintas nacionalidades. La gente, llegada a pie, en carros, coches, camiones, portando maletas, bolsos, bultos, estaba en calma, aunque se percibía la tensión en el ambiente. Por la forma de vestir, se veía que la mayoría era pobre, aunque había otros con atuendos menos humildes.

Para el 28 de marzo la zona portuaria estaba invadida de personas y se presagiaba la inminente llegada de las fuerzas de Franco. Mientras presos “que sobrevivieron a las matanzas” salían de las cárceles, aquellos nacionales que se habían mantenido ocultos y los que provenían de zonas cercanas comenzaron a desplegarse por la ciudad y a ocupar edificios públicos. Señalaba Barrera que al puerto, utilizado para la escapatoria de los “rojos” rumbo a Orán, acudían caravanas interminables, aglomerándose todos en los muelles “provistos de fusiles, cañones, ametralladoras y todas las armas de la guerra” (BARRERA, 1951, p.16). Una multitud se encontraba en los alrededores del edificio de Aduanas, controlado por un puñado de carabineros y funcionarios, que se desentendieron al saberse la noticia de la caída de Madrid. Aquella mañana había apenas dos naves en el puerto: el carbonero *Stanbrook* y el *Maritime*, ambos con las escalerillas a medio alzar. El buque inglés se llenó, embarcando oficialmente a 2638 pasajeros y zarpó por la noche, mientras el otro mercante, en cambio, partió con menos de cincuenta, la mayoría autoridades republicanas alicantinas. Miles quedaron en los muelles.

Son numerosas las reconstrucciones históricas y las memorias de los protagonistas de aquellas horas postreras de los republicanos en

el puerto de Alicante. Señala el cónsul argentino que fue llamado “la ante víspera de la liberación” por el nuevo gobierno militar donde no faltaban exasilados por él, pidiéndole que en razón de que había concentrados en el puerto

“cinco mil “rojos” armados esperando buques franceses que los llevaran a Orán”, y “que se veía probable que antes se lanzasen al saqueo de las casas para llevarse lo más posible [...] que como defensa no cuentan más que con un reducido piquete de carabineros y guardias de asalto”, actuara para frenar aquella “excitación”.

Munido de un brazalete con la bandera argentina en el brazo izquierdo y con el acompañamiento de los centinelas, fue conducido a las oficinas de la Junta de Obras del Puerto. Allí se habían instalado algunos dirigentes republicanos, “la plana mayor roja”: entre ellos el coronel Ricardo Burillo, jefe de las fuerzas de asalto – fusilado en 1940 –, el teniente coronel Antonio Ortega Gutiérrez, que había sido el director de Seguridad, “un malvado”, el fundador y organizador del “fatídico y terrorífico” Servicio de Inteligencia Militar, el S.I.M – ejecutado mediante garrote vil en Alicante el 15 de julio siguiente. Barrera les pidió evitar excesos y según el cónsul “comenzaron a llorar”, se pusieron a su disposición y le pidieron que se encargara de dirigir el embarque cuando llegaran los buques franceses, porque era posible que no hubiera lugar para todos y “se mataran unos a otros a puñaladas por subir”. Barrera los exhortó al desarme, considerando que el puerto era zona internacional, bajo intervención de los cónsules.¹⁷ Los jefes de aquel grupo ordenaron que se fueran dejando las armas en los camiones, quedándose solo con unos pocos armamentos para mantener el orden. Mientras se unieron a las negociaciones los cónsules de Cuba y de Francia, el argentino observaba: “paseando por los muelles ¡que cuadros! ¡que desdicha!, deshechos de cuerpos y de ropas sentados en el suelo sufriendo la llovizna que caía, abatidos, famélicos de hambre”.

A las diez de la noche seguían sin llegar los buques que se esperaban y en ese momento comienza a entrar por el Paseo de la Esplanada la columna de ocupación que era la División Littorio italiana, en-

¹⁷ Ver Zugazagoitia, 2001, 604-610; Chipont Martínez, 1974, 150-1.

cabezada por el general Gastone Gambará, pasando de largo sin detenerse. El cónsul describe la escena de conmoción: “corrían a los camiones a apoderarse de las armas para defenderse”, pero al pasar las fuerzas de ocupación de largo, sin detenerse en el puerto, la calma se restableció un poco, para dar paso al desasosiego: “uno se suicidó disparándose un tiro. A poco otro hizo lo mismo dándose una puñalada en el vientre”.

Sobre las dos de la madrugada el gobernador militar impuesto por los vencedores se comunicó con Barrera – que estaba pernoctando en reparticiones del puerto –, para convocarlo a una reunión en la mañana siguiente. Para el amanecer “el puerto estaba enfilado por una serie de cañones de la columna de ocupación y como ya había perdido toda esperanza de la llegada de buques, volvió otra vez la efervescencia, y el nerviosismo apoderándose nuevamente de las armas para defenderse”. Se le pidió que continuara por unas horas con su tarea humanitaria – aunque Barrera admite que “había aceptado esa misión, sola y exclusivamente para ver de evitar el saqueo de la ciudad mientras llegaban las tropas nacionales”–, que convenciera a los republicanos en el puerto de que no se les iba a atacar, que habría más buques para evacuación y que entregaran todo el armamento. Les comunicó a los que aún parecían resistir que “siendo ellos el resto de un ejército derrotado, no sería posible que la autoridad militar fuera donde se continuaba en pie de guerra y con todo el armamento” (BARRERA, 1951, p.18).

A las dos de la tarde del 30, ya todas las armas habían sido entregadas. Cuando horas después Barrera “pasaba nuevamente por el puerto, encontrando que fuerzas de ocupación habían entrado y detenido a todos, a los que se llevaban en columna a un campo de concentración”, reflexionaría luego en sus *Memorias*, “me di cuenta de que el encargo final que me dio la autoridad no había sido más que una estratagema para lograr el desarme de los “rojos” y evitar sucesos de última hora. Estimé que debía haberme dicho la verdad” (BARRERA, 1951, p.19). Para entonces, los derrotados comienzan a romper en pedazos los documentos que acreditaban su filiación; otros, antes de entregarse, vuelven a elegir el suicidio. Los demás siguen las órdenes de los soldados italianos que los conducen a campos de de-

tención improvisados. Mientras, van arribando unidades navales y batallones del Ejército franquista. En pocas horas, Alicante se convierte en un gran presidio, comienzan los juicios sumarísimos y los primeros fusilamientos.

Según sus *Memorias*, aquel primer trimestre de 1939 el cónsul argentino lo vivió en extrema preocupación pues el SIM de Valencia lo acusó de colaborar con una organización secreta de Falange, que se había formado en la zona para agrupar “fascistas” y se le incluyó en un proceso bajo el “delito de espionaje por valija diplomática”. Afirma Barrera que, para su alivio, “terminó la Guerra Civil antes de que le llegara el turno a mi sumario” (BARRERA, 1951, p.79). ¿Puede ello, la angustia por la enfermedad de su hija, la ruptura de relaciones del gobierno argentino con la II República decidida el 25 de febrero o simplemente su ideología, explicar lo que alguna investigación indica en el sentido de que Barrera no se empeñó demasiado en asilar a dos republicanos de trágico destino al fin de la guerra? Luis Arráez Martínez, que fue el último gobernador civil de Málaga y Miguel Villalta, diputado socialista, tenían previsto embarcar en el *Maritime* y por ello estuvieron el 29 en el puerto, pero junto con otros republicanos, anarquistas y socialistas, no se les permitió subir. Ambos se dirigieron a

“Villa Marco, término de San Juan, donde Zaragoza, canciller del consulado argentino nos introdujo a ver al sr. Barrera, quien nos admitió por unos días [...] Allí esperamos en dicho consulado o domicilio a que vinieran los barcos para ir al puerto y el día 30 por la noche el sr. Barrera dijo que esperaban la llegada de un destroy francés y barcos [...] que si queríamos marchar después de cenar nos veríamos y si nos quedábamos, él daría cuenta a las autoridades y si no le permitían tenernos, él que después de pasar unos días nos tendrían que entregar” (PAYÁ LÓPEZ, 2013, p.447).

Fue entonces cuando Villalta y Arráez decidieron marchar al puerto, pero tras comprobar la situación en la que se encontraba optaron por volver para tratar de conseguir un asilo político que les fue denegado. Escondidos ambos en sus localidades de origen junto a sus familiares, fueron descubiertos, encausados y condenados a muerte.

CONSIDERACIONES FINALES

Presentada la propuesta de que se concediera la medalla de la ciudad a Barrera, en razón de su “meritoria labor durante la dominación roja, gracias a la cual muchos alicantinos pudieron salvarse del martirio que les hubiera sometido la horda roja, y pudieron embarcar en este puerto, en buques de guerra de la gran República de la Playa [sic], para dirigirse al extranjero y llegar a la España liberada”, en la sesión extraordinaria del pleno municipal del 27 de noviembre de 1939 se dio curso a la moción y se amplió la propuesta a los comandantes del *Tucumán* y del *25 de Mayo*. También recibió Barrera la Medalla de Plata de la Cruz Roja Española. El cónsul alemán le entregó en nombre de su gobierno la Medalla de Oro de Caballero de la Orden del Águila Imperial.

Barrera señaló que “al terminar la guerra y cesar el estado de excitación en que vivía, quedé enfermo de los nervios” (BARRERA, 1951, p.9). Se lamentaba que excepto las órdenes religiosas a las que había protegido – la Compañía de Jesús y los maristas le enviaron sendos diplomas de Bienhechor insigne de la Orden – y algún pequeño grupo de gentes salvadas por él, en general “humildes”, recibió de los alicantinos “la indiferencia y el olvido del bien que les había hecho”. En la vorágine de la guerra, el cónsul argentino apenas pudo sustraerse de una solidaridad parcial, la que le mandaba su condición de español por adopción, de allí era su familia, allí tenía sus propiedades, sus vinculaciones. Su pensamiento y sus acciones rechazaron la revolución social. Ejecutó las órdenes de hacer valer los asilos concedidos por la Argentina, facilitando la huida de unas dos mil personas, la mayoría afines al bando nacional – aunque no exclusivamente – en los buques de guerra argentinos y en otras naves extranjeras; y concedió refugios por su propia decisión, sea por convicción o por estrategia frente a las autoridades republicanas. La neutralidad del representante y nación a quién representaba fue casi una quimera, que a su pesar contribuyó a repartir a suerte, bien y mal, vida y muerte, cómo en todas las guerras.

REFERENCIAS

- i AGLIETTI, Marcella; Herrero Sánchez, Manuel; Zamora Rodríguez, Francisco Javier (coord.), *Los cónsules extranjeros en la Edad Moderna y a principios de la Edad Contemporánea*, Madrid, Ediciones Doce Calles, 2013.
- ÁLVAREZ DE MIRANDA, Sarah, *Melquíades Álvarez, mi padre. En el canto de la moneda*, Oviedo, Ediciones Nobel, 2003.
- BELTRÁN LEGUEY, Antonio, *Cien años de presencia Marista en Alicante. 1907-2007*, Zaragoza, Editorial Edelvives, 2008.
- BOSCH, Aurora, *Miedo a la democracia. Estados Unidos ante la Segunda República y la guerra civil española*, Barcelona, Crítica, 2012.
- CAMPOAMOR, Clara y CASTILLEJO, Federico Fernández. *Heroísmo criollo. La Marina argentina en el drama español*, Buenos Aires, 1939[Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1983].
- CERVERA GIL, Javier, *Madrid en guerra. La ciudad clandestina, 1936-1939*, Madrid, Alianza Editorial, 2006.
- CHIPONT MARTÍNEZ, Emilio, *Alicante. 1936-1939, Madrid*, Editora Nacional, 1974.
- CUBERO, Anabel, *España 1936. Apuntes sobre la revolución social*, Madrid, Ruta Ediciones, 2016.
- El Heraldo* de Madrid, 20 de agosto de 1936, en Félix J. Montero Gómez, *La muerte en Sevilla de Agapito García Atadell*, Sevilla, 2018 [en línea] [Consulta: 1-06-19].
- FERNÁNDEZ, Manuel P., *Al pasar. Cronología heroica. Por una España libre (tercera edición)*, Buenos Aires, Confederación General de Trabajo, 1938.
- FIGALLO, Beatriz, *Diplomáticos y marinos argentinos durante la crisis española. Los asilos de la Guerra Civil*, Buenos Aires, Librería Histórica, 2007.
- FIGALLO, Beatriz. “Con la República y contra la República. La Argentina y la Guerra Civil Española”. *Temas de historia argentina y americana*, n. 24, 2016, pp. 41-81.

- IRURZUN, Ricardo Ernesto, "*Crucero 25 de Mayo: proa al Mediterráneo ...8 de agosto de 1936*, Buenos Aires, Ediciones Theoría, 1994.
- Gaceta de Alicante*, Alicante, 22 de noviembre de 1939.
- La Prensa, Santa Cruz de Tenerife, 10 de noviembre de 1936*, en Félix J. Montero Gómez, *La muerte en Sevilla de Agapito García Atadell*, Sevilla, 2018 [en línea] [Consulta: 1-06-19].
- LÓPEZ VILLAVERDE, Ángel Luis, "El conflicto católico-republicano "desde abajo", 1931-1936", en Julio de la Cueva-Fernando Montero (editores), *Laicismo y catolicismo. El conflicto político-religioso en la Segunda República*, Universidad de Alcalá de Henares, 2009.
- MALLOL ALBEROLA, José, *La estampida. Final de la Guerra Civil en el puerto de Alicante*, Alicante, Crevillent, 2000. [Digitalizado].
- MARTÍNEZ LEAL, Juan y MONTENEGRO, Miguel Ors, "De cárceles y campos de concentración. En el Reformatorio de Adultos de Alicante", *Canelobre*, nº 31, primavera-verano de 1995.
- MORENO SÁEZ, Francisco, *La represión franquista en la provincia de Alicante*, Archivo Digital de la Universidad de Alicante, 2018, [en línea] [consulta: 14-04-19].
- NIEBEL, Ingo, *Al infierno o a la gloria. Vida y muerte del ex cónsul y espía Wilhelm Wakonigg en Bilbao. 1900-1936*, Zarautz, Alberdania, 2009.
- NÚÑEZ DÍAZ-BALART, Mirta, "La ira anticlerical de mayo de 1931. Religión, política y propaganda", *Cahiers de civilisation espagnole contemporaine* [En línea], 18, 2017, consultado el 30 mayo 2019.
- PAYÁ LÓPEZ, Pedro, *Ni paz, ni piedad, ni perdón. La guerra después de la guerra y la erradicación del enemigo en el partido judicial de Monóvar: la responsabilidad compartida (1939-1945)*, Tesis de doctorado, Universidad de Alicante, 2013 [en línea] [consulta: 14-03-19].
- PUBUL MARTÍN, José Luis, *Hijos de la guerra civil. Exilio: arraigo y retorno*, Buenos Aires, Dunken, 2016.

- Real Academia de la Historia, *Diccionario Biográfico electrónico* (en red, www.rah.es).
- RIQUELME QUIÑERO, María Teresa, *Lectura arqueológica de los espacios públicos y privados en la arquitectura residencial de la huerta alicantina en el siglo XIX*, Universidad de Alicante, 2016, tesis doctoral [en línea] [consulta: 25-05-19].
- ROSSER, Pablo, “Contra la República en Alicante”, en Olmo Ibáñez, María del (coord.), *Guerra Civil y Memoria Histórica en Alicante*, Alicante, Archivo Histórico Provincial de Alicante, 2016.
- RUBIO, Javier, *Asilos y canjes durante la guerra civil española*, Barcelona, Planeta, 1979.
- SCHLAYER, Félix, *Matanzas en el Madrid republicano. Paseos, checas, Paracuellos ... Testimonio del diplomático que descubrió, entre otras, la masacre de Paracuellos*, Barcelona Áltera, 2005.
- SOLVEIRA, Beatriz R. *La Evolución del Servicio Exterior Argentino entre 1852 y 1930*, Córdoba, Centro de Estudios Históricos, 1997.
- TELECHEA, Joaquín, *La verdad sobre España*, Buenos Aires, Editorial Tor, 1937
- VIÑAS, Ángel, *Guerra, dinero, dictadura*, Barcelona, Crítica, 1984.
- ZUGAZAGOITIA, Julián, *Guerra y vicisitudes de los españoles*, Barcelona, Tusquets, 2001.

A imprensa e a
internacionalização da Guerra
Civil Espanhola no Cone Sul
(1936-1939)

Ângela Meirelles de Oliveira

Ismara Izepe de Souza



INTRODUÇÃO

Os estudos sobre o conflito espanhol foram atualizados e renovados na efeméride celebrada em 2019 e o que se depreende, passados 80 anos do final do conflito, é que debates historiográficos sobre as causas da guerra e, sobretudo, sobre a internacionalização do conflito, permanecem ativos entre os pesquisadores (GARCÉ, 2006, p. 126-127). Um exemplo é a discussão em torno do termo “civil” com relação ao conflito conhecido como Guerra Civil Espanhola (1936-1939). O termo já era questionado pelos solidários à República Espanhola atacada pelas tropas de Francisco Franco a partir de 18 de julho de 1936, que denunciaram o fato de que havia potências estrangeiras envolvidas na luta fratricida. No entanto, as acusações de envolvimento de poderes externos à Espanha ocorreram de ambos os lados do confronto. O envolvimento das potências fascistas, Itália e Alemanha, por meio do envio de armamentos e mesmo bombardeios em território espanhol, teria alçado o conflito a proporções mundiais. Já o apoio soviético às tropas republicanas – matizado recentemente por estudos que apontam um volume moderado de armamentos bem como a sua compra pelos republicanos à preço de ouro (CRUSELLS, 2001, p.40-41) – serviria aos franquistas para justificar a guerra nacionalista. Por fim, sobretudo o apoio fascista a Franco e o bombardeio de civis realizado por Alemanha e Itália, abalaram as então persistentes políticas de não-intervenção das potências ocidentais, como a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.¹

Além deste aspecto, são relevantes os estudos sobre a internacionalização da guerra a partir de diversos outros expedientes, como aqueles em torno das Brigadas Internacionais, e aqueles referentes ao exílio espanhol e à solidariedade internacional, que implicaram diretamente na mobilização em torno da luta na Espanha em diversas partes do globo (CANO REYES, 2016). Este trabalho dedica-se a averiguar o papel da imprensa na internacionalização da luta para os países do Cone Sul: Brasil, Argentina e Uruguai. Daremos enfoque na

¹ Inicialmente, o governo de Frente Popular francês chegou a auxiliar a República Espanhola, mas uma cisão política interna e a deferência à Inglaterra o levaram a desistir da ajuda.

circulação e disseminação de reportagens, autores e temas em torno da luta antifascista e da defesa do lado republicano.

Partimos do pressuposto de que a imprensa foi fundamental para a mobilização internacional, como foi sustentado na tese intitulada *Palavras como Balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul*. Defendida em 2013 por Ângela Meirelles de Oliveira, a pesquisa procurou mapear a circulação de ideias por meio de jornais e revistas entre o Brasil, Argentina e Uruguai, e destes com a França, que naquele momento concentrava os esforços de mobilização intelectual internacional (OLIVEIRA, 2015). O intercâmbio e a disseminação de ideias entre as publicações estudadas baseavam-se na reprodução e tradução de artigos, na colaboração direta de intelectuais em periódicos de outros países desta rede, bem como na difusão e debate de temas comuns à luta antifascista naquele momento. Há evidências, ainda não exploradas em sua totalidade, da circulação e impacto de parte da imprensa republicana espanhola no Brasil, Argentina e Uruguai que merecem um olhar mais atento.

Neste cenário, o caso brasileiro se apresenta bastante complexo. A historiografia entende que a solidariedade brasileira ao lado republicano foi bastante prejudicada pela conjuntura do governo Vargas (SOUZA, 2001), que acabara de reprimir um alçamento militar de inspiração comunista, em 1935, e reagira de forma a coibir toda manifestação de oposição à esquerda, por meio de prisões e perseguições. O que pretendemos demonstrar é que, apesar da censura à imprensa, segmentos da intelectualidade brasileira apoiaram os republicanos em periódicos de menor visibilidade ou por meio da imprensa produzida e voltada à comunidade espanhola.

A GUERRA DA ESPANHA: INTELECTUAIS E IMPRENSA NO CONE SUL

A luta fratricida na Espanha permeou o imaginário coletivo mundial. O conflito espanhol transformou-se em elemento de referência para a afirmação de um conjunto de valores éticos, morais e políticos sujeitos às generalizações de todos os tipos. Ambos os lados, republicano e nacionalista, foram vítimas de estereótipos que, inseridos nos

discursos políticos, se prestavam para subsidiar atos repressivos. Tais estereótipos fizeram-se presentes, tanto nos regimes autoritários, quanto nas liberais democracias, haja visto que o discurso anticomunista permeou tanto a sociedade norte-americana quanto a alemã nazista.

Não obstante, tais manifestações de apoio moral ou material advindas da sociedade civil, ocorreram muito mais em defesa da República. Donativos de várias espécies – alimentos, medicamentos, roupas – foram enviados à Espanha por comunidades nacionais distintas que, diante da passividade e omissão de seus governos frente ao conflito, solidarizaram-se aos flagelados da guerra

O sentido internacional do conflito ficou evidenciado pelo envolvimento de muitos artistas e intelectuais com a causa republicana. Ernest Hemingway – autor de *Por quem os sinos dobram*, famoso romance sobre a guerra civil – e o britânico George Orwell foram alguns dos escritores estrangeiros que partiram para a Espanha e defenderam a República. O chileno Pablo Neruda e o francês Albert Camus, mesmo após o término do conflito, tornaram-se notáveis porta-vozes do antifranquismo. Comitês de auxílio à República espanhola foram formados em muitos países, contando com a adesão de ilustres artistas como Charles Chaplin e Clark Gable.

George Orwell foi um dos intelectuais que participaram ativamente do conflito espanhol. Ao recordar sua experiência como combatente voluntário ao lado das forças republicanas, Orwell atentou para o papel que a imprensa escrita exerceu na formação da opinião pública a respeito do conflito. O autor de *1984* afirma ter sido na Espanha que, pela primeira vez, observou relatos jornalísticos que não possuíam qualquer relação com a verdade (ORWELL, 1967, p.255). Sob a retórica da imparcialidade diante dos fatos, os relatos jornalísticos sempre expressam uma determinada versão do acontecimento. O conflito espanhol e a polarização ideológica que acabou por engendrar fizeram com que a pretensa “imparcialidade” do periodismo se tornasse cada vez mais distante. Grande parte da imprensa jornalística, tanto na Espanha quanto em outros países, assumiu uma postura parcial diante dos acontecimentos, posicionando-se a favor de um dos lados conflitantes.

Diversos trabalhos sobre o envolvimento dos intelectuais com a guerra da Espanha apontam para a importância da escritura para a tomada de posição no espaço público, tarefa inerente ao papel deste grupo. Desta forma, diversos autores apontam a proliferação de livros e compêndios de poesia (BINNS, 2006), bem como jornais, edições especiais de revistas, entre outros. Pablo Rocca (2009, p.30), por sua vez, realizou levantamento e análise da repercussão da guerra entre os intelectuais uruguaios, entendendo que a solidariedade à Espanha era o principal motor da AIAPE (*Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores*) daquele país.

A pesquisa de Julia Miranda (2016), mais recentemente, debruçou-se sobre a relação entre a Guerra Civil Espanhola e a atividade jornalística e poética na América Latina. A autora sustenta que

“lejos de considerar a la GCE como una serie de sucesos de orden de la política y la historia social internacional, es decir, como telón de fondo o referencia temática para la poesía latinoamericana, se presenta la evidencia de que constituyo un avatar fundamental para los campos literarios latinoamericanos. No solamente por el impacto conyuntural, sino porque contribuyó a formular imaginarios muy sólidos para las vinculaciones entre vanguardia y política” (MIRANDA, 2016, p. 17).

Na América Latina, mais especificamente no Cone Sul, a solidariedade aos republicanos durante a Guerra Civil Espanhola também mobilizou inúmeros escritores, artistas, jornalistas e militantes nos países da região. Assim como em outras partes do globo, a mobilização pela Espanha esteve inserida em um grande movimento de oposição ao crescimento do fascismo, alavancado pela ascensão de Adolf Hitler ao poder em 1933. Na Argentina, Uruguai e Brasil foram criadas associações que se dedicaram a combater o fascismo em três frentes: os governos autoritários daqueles países, com maior ou menor proximidade à ideologia fascista, os grupos ou movimentos de inspiração fascista surgidos localmente e, por fim, a expansão do nazismo sobretudo nas comunidades de imigração alemã existentes ao sul da América do Sul. As AIAPE's da Argentina (1935) e do Uruguai (1936), além dos “braços culturais” da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no Brasil, como o Clube de Cultura Moderna (CCM) e a Liga de Defesa da Cultura Popular, agregaram boa parte dessa inte-

lectualidade. Para além dos comitês e grupos formados para a arrecadação de recursos para a luta na Espanha, dezenas de artigos e análises apareceram nos jornais e revistas criados ou apoiados por tais associações de intelectuais que surgiram neste momento.

Vale ressaltar que a solidariedade intelectual em relação ao conflito espanhol teve maior destaque na Argentina e no Uruguai que no Brasil, por conta da censura e da perseguição levada a cabo por Vargas, pela proximidade cultural dos países de fala hispânica com sua antiga metrópole e também pela expressiva comunidade espanhola nestes dois países. A oposição ao fascismo que grassava na Espanha envolvia a defesa do laicismo, da igualdade social, da democracia e da cultura: esses eram, de maneira geral, os motes da luta contra o fascismo tanto no “velho” como no “novo” mundo.

A imprensa espanhola republicana que ecoou significativamente nos países do Cone Sul foram as revistas *El Mono Azul* (1936-1939) e *Hora de España* (1937-1938). Ambas concentraram a intelectualidade espanhola ativa defensora da Espanha Leal, sendo que *El Mono Azul* (referência ao macacão azul dos soldados republicanos) tinha um caráter mais militante, mesclando cultura, literatura e orientações militares e de segurança (PEREIRA, 2019, p.563).² Já *Hora de España*, publicada em Valência, concentrou a produção cultural e literária, dedicando-se especialmente ao debate sobre o papel do intelectual frente ao conflito.³

A repercussão de *El Mono Azul* nos países latino-americanos esteve concentrada significativamente no México e no Chile. O primeiro por abrigar, naquele momento, o governo frentista de Lázaro Cárdenas (1934-1940) um dos poucos países que apoiou (oficialmente,

² *El Mono Azul* circulou com periodicidade variada, apresentando-se inicialmente como uma folha semanal da Aliança de Intelectuais Antifascistas, que circulou posteriormente como um suplemento do diário *La Voz*, de forma mensal, entre 1938 e 1939. Cf. *El Mono Azul*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional de Espanha.

<http://hemerotecadigital.bne.es/details.vm?q=id:0003750150&lang=es>
Acesso em 24 mai 2020.

³ *Hora de España*, referência ao momento pelo qual passava o país, circulou até dezembro de 1938. O último número, de janeiro de 1939, teria sido destruído após a queda de Barcelona (PEREIRA, 2019, p. 570).

em termos diplomáticos) o governo republicano. Já o Chile possuía relações intensas com a República, sobretudo pelo papel do poeta Pablo Neruda como embaixador em Madri entre 1934 e 1936 e pelas relações intelectuais e de amizade que estabeleceu com poetas e escritores espanhóis. Neruda e Vicente Huidobro colaboraram nas páginas de *El Mono Azul*, e há referências na revista de uma conferência do músico chileno Acário Cotapos transmitida por rádio da Espanha para a América.

Hora de España, por sua vez, teve forte ressonância no boletim da AIAPE uruguaia, que por diversas ocasiões desenvolveu os mesmos temas em consonância com a revista espanhola. É o caso das reflexões em torno da morte de Miguel de Unamuno (*Hora de España*, n. 4, abril de 1937 e *AIAPE, Por la defensa de la cultura*, n. 4, abril de 1937), quando a trajetória do intelectual foi recuperada quanto aos enfrentamentos com os nacionalistas vividos pelo filósofo bem como sua contribuição para o pensamento espanhol.

O diálogo da revista *Hora de España* com a publicação brasileira *Revista Acadêmica* (1933-1945) é evidente. Em diversos momentos durante os anos de 1937 e 1938, trechos de artigos do periódico espanhol foram reproduzidos na revista brasileira, que foi uma das poucas publicações ativas com alguma tonalidade política que circulou no país nos anos de repressão varguista (OLIVEIRA, 2015, p. 63). Um exemplo são os trechos traduzidos das reflexões de Juan de Mairena⁴, personagem da obra de Antônio Machado que desenvolvia teses diversas sobre educação, filosofia e política⁵. A tradução foi acompanhada de gravuras dos intelectuais participantes do II Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura, ocorrido entre 14 de 17 de julho de 1937 (OLIVEIRA, 2015, p. 195). Na edição espanhola, as reflexões de Antônio Machado foram publicadas em diversos números durante o ano de 1937.

⁴ MACHADO, A. Apuntes y recuerdos de Juan de Mairena, *Hora de España*, n. 6, jun 1937 e Idem. Apontamentos e recordações de Juan de Mairena, *Revista Acadêmica*, n. 33, mar 1938.

⁵ O personagem Juan de Mairena foi recuperado pela obra *Juan de Mairena. Sentencias, donaires, apuntes y recuerdos de un profesor apócrifo*, de 1936.

Outro indício do diálogo entre as revistas espanhola e brasileira é a edição da *Revista Acadêmica* n. 29, de agosto de 1937, quando diversos textos sobre a situação da Espanha foram publicados, em uma corajosa manifestação política frente ao silêncio predominante do lado solidário à República na imprensa do Brasil naquele momento. Neste número, apareceram homenagens a Federico García Lorca, por Benjamin Soares Cabello, pequenas notas de denúncia de Manuel Azaña e manifestos de intelectuais europeus a favor da Espanha republicana, além de poemas de Murilo Mendes e de García Lorca.

É muito relevante a identificação entre os intelectuais antifascistas do Cone Sul e o assassinato de García Lorca. Pode-se afirmar que as homenagens à figura do poeta concentraram muito das ações de solidariedade ao povo espanhol, tanto pela violência do ato – uma morte que resultou insepulta, ocorrida sob circunstâncias pouco esclarecidas –, quanto pela forte carga simbólica que o assassinato de um escritor, pelos fascistas, simbolizava para a luta dos intelectuais.

Córdoba Iturburu, importante membro da AIAPE argentina, faz referência a este episódio nos seguintes termos: “Cuando los telegramas de España difundieron [...] el asesinato del poeta, tuvimos la sensación, esta vez en carne de nuestra carne, de que nada sería bastante sagrado para detener el ímpetu bárbaro de las hordas mercenarias...”⁶. A partir deste momento, proliferam atos de homenagens e poemas ao mártir fuzilado na Espanha, assim como dezenas de antologias (ROCCA, 2009, p.15). Há de se levar em conta que Lorca estivera na região do Prata entre 1933 e 1934, onde estabelecera alguns laços de amizade (SOARES, 2007, p.390).

No Brasil, Álvaro Moreyra recordava que as notícias sobre o conflito na Espanha chegavam com atraso, como no caso da morte de Lorca, sugerindo que isto ocorria por causa da censura estatal sobre temas relacionados a ações violentas dos nacionalistas:

Outubro de 1937 – Só agora os jornais, aqui, deram notícia do fuzilamento de García Lorca pelos “nacionalistas” da Espanha. Teleograma da Associated Press, que custou a chegar: “Segundo notícia o jornal socialista de Valência, “Adelante”, os insurretos fuzilaram o

⁶ ITURBURU, Córdoba. García Lorca, símbolo de la España mártir. *AIAPE, por la defensa de la cultura*, Montevideo, n. 3, p. 8, marzo 1937.

conhecido poeta andaluz Federico Garcia Lorca, cujos poemas, inspirados no rico “folk-lore” da Andaluzia, refletem a vida e as aspirações dos humildes trabalhadores espanhóis”. Há seis meses, a imprensa de Buenos Aires tinha informado os seus leitores, dessa triste verdade (MOREYRA, 1954, p. 162).

Denúncia no mesmo sentido da realizada por Moreyra acerca da censura às informações sobre a Espanha esteve presente no poema *Notícias de Espanha*, de Carlos Drummond de Andrade. Embora publicada somente em 1947, a poesia alertava para a necessidade de “romper os muros” que envolviam as notícias sobre a Espanha naquele momento dramático de conflito. Manuel Bandeira, no poema *No vosso e em meu coração*, exaltou a República Espanhola e dois de seus mais célebres defensores: Garcia Lorca e Pablo Picasso.

Ao lado de Lorca, o já citado poeta Antônio Machado também esteve muito presente na imprensa antifascista do período, em virtude de sua militância pela causa republicana e seu trágico falecimento em um campo de refugiados francês em 1939. A morte dos dois escritores foi interpretada como fruto da mesma ação bárbara: Lorca, fuzilado, e Machado, doente e exausto da luta. A perda dos poetas estava inserida num mesmo ciclo de barbárie, como ilustra o trecho da reportagem na Revista Acadêmica: “Lorca abre o livro, Machado o fecha.”⁷

A IMPRENSA E A DEFESA DOS REPUBLICANOS NO BRASIL

Renomados escritores brasileiros manifestaram, por meio de suas obras, o apoio aos republicanos espanhóis. Exponentes das artes e da intelectualidade brasileiras, mesmo após o término do conflito, criticaram o franquismo e seu caráter autoritário, tais como Carlos Drummond de Andrade e Erico Veríssimo (MEIHY, 2011).

Entender como a chamada “opinião pública” no Brasil avaliava o que ocorria na Espanha durante a guerra é um trabalho desafiador, não só pelo amplo espectro de interpretações que este termo possui, mas também porque o Brasil vivia, e de forma mais densa a partir do

⁷ GARCIA Lorca e Antônio Machado. *Revista Acadêmica*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 46, set. 1939.

Golpe do Estado Novo de 1937, um período de intensa censura governamental à imprensa. É preciso considerar também que grande parte da população brasileira não era letrada e vivia nas zonas rurais, nas quais o acesso às informações sistematizadas sobre eventos políticos domésticos e internacionais eram difíceis de chegar. Nos centros urbanos, nos quais a circulação da imprensa era mais notória, e contemplava maior número de leitores, é perceptível uma cisão no que tange à visão sobre os acontecimentos espanhóis.

A imprensa brasileira, de forma geral, e mesmo aqueles veículos que possuíam um perfil mais liberal e, portanto, contrários ao autoritarismo inerente ao golpe perpetrado contra a República da Espanha, não manifestavam simpatias ao governo republicano espanhol.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, um dos mais antigos e de maior projeção no cenário brasileiro, se referia aos republicanos, de forma recorrente, como “selvagens e incendiários” (NEGRÃO, 2005). O jornal gaúcho *Correio do Povo*, e tantos outros que oscilavam ou mesmo aglutinavam posturas conservadoras e liberais, proporcionavam uma visão do movimento liderado por Francisco Franco como atrelado à defesa da religiosidade e da nacionalidade, valores que no Brasil também justificavam o viés autoritário do Estado Novo (FRAGA, 2014).

Com a instauração de um governo ditatorial, em 1937, as imagens e relatos favoráveis aos nacionalistas espanhóis foram fomentadas, dadas às simpatias do Governo de Vargas ao ideário político anticomunista. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) data de 1939, mas, mesmo em anos anteriores, o aparato estatal já contava com estratégias para controlar as informações veiculadas à população. Parte da imprensa nacional, defensora de princípios conservadores, noticiou o conflito espanhol como resultado das “forças demolidoras do comunismo internacional” (CARNEIRO, 1991). Isso nos remete à afirmação de George Orwell (1967, p.255), de ter sido na Espanha que, pela primeira vez, observara relatos jornalísticos que não possuíam qualquer relação com a verdade. A imprensa brasileira, especialmente após a censura estabelecida pela ditadura estado-novista, atribuía uma unanimidade comunista à condução dos rumos da República que não condizia com a realidade.

O leque de tendências político-ideológicas reunidas na defesa da República espanhola era amplo, abrigando comunistas, socialistas, anarquistas e liberais.

Parte considerável da intelectualidade brasileira e da comunidade espanhola nutria simpatias aos republicanos espanhóis. Eliane Venturini (2015, p.150) atenta para o fato de que o governo rebelde espanhol não realizou nenhuma campanha para conquistar a simpatia junto à opinião pública popular no exterior. Mas cabe observar que houve, por parte dos golpistas, um esforço por introduzir diplomatas oficiosos nos meios políticos oficiais dos governos sul-americanos. No Brasil, os representantes do Governo de Burgos chegaram a solicitar permissão do Itamaraty para a utilização de placas diplomáticas em seus veículos, dada a segurança que tinham das simpatias ideológicas entre o Governo Vargas e os nacionalistas espanhóis. Segundo Venturini, foram os representantes oficiosos espanhóis que forneceram material sobre a Espanha republicana para a Exposição anticomunista de 1937 (2015, p.146). Já o governo republicano espanhol envidou esforços no sentido de garantir que, ao menos, os imigrantes espanhóis na América fossem sensibilizados em torno da defesa da legalidade e dos ideais da República.

A Junta de Relações Culturais do Ministério de Instrução Pública do governo republicano enviou ao Brasil o professor Domingo Rex Muñoz, que proferiu várias palestras no estado de São Paulo, sendo homenageado em eventos promovidos pelos imigrantes espanhóis. Um contingente destes imigrantes radicados no Brasil se mobilizou na tentativa de auxiliar seus compatriotas na defesa de uma ou outra facção em luta na Espanha. Reunidos em associações, milhares de espanhóis engajaram-se na promoção de atividades culturais e benéficas garantindo, desta forma, auxílio material e moral para aqueles que defendiam a restauração da ordem republicana (SOUZA, 2005).

Um programa de rádio denominado *Hora Hispano Brasileira de Espanha Republicana*, coordenado pelo professor Rex Muñoz, chegou a ser veiculado, mesclando a leitura de artigos sobre a situação política e militar da Espanha com propagandas de eventos e atividades promovidas em apoio aos republicanos espanhóis. A preocupação

dos seus idealizadores era afirmar o caráter democrático e não extremista da causa republicana. É possível que tal postura se configurasse numa estratégia de cidadãos que, mesmo nutrindo simpatias à Espanha republicana, almejavam, com um discurso mais moderado, conquistar simpatias e confiança dos que ainda hesitavam em tomar partido. O programa radiofônico contou com a manifestação pública de apoio de muitos jornalistas brasileiros.⁸

Segmentos da comunidade espanhola que apoiavam a causa republicana perceberam que o auxílio aos compatriotas poderia ser otimizado com a propaganda constante dos ideais republicanos por meio da imprensa. A imprensa hispânica em solo brasileiro era composta por inúmeros jornais e revistas que, na sua maioria, colocavam-se como porta-vozes das sociedades espanholas. Idealizados por imigrantes preocupados em valorizar a cultura e os valores do país de origem, tais periódicos geralmente exaltavam a unidade entre a comunidade espanhola no Brasil, noticiando informações sobre a pátria-mãe e pretendendo apresentar-se como fator de aglutinação grupal. Neste sentido, este periodismo produzia um discurso de representação de “toda a comunidade espanhola”, algo que sabemos encontrar limitações na reprodução, em solo brasileiro, dos regionalismos que imperavam na Espanha.

Tendo em vista que a primeira onda imigratória foi composta de grande porcentagem de imigrantes espanhóis iletrados, infere-se que os jornais tinham alcance limitado aos grupos de imigrantes das áreas urbanas e que possuíam certo grau de instrução. Esta limitação é evidenciada pela efêmera existência de muitos periódicos que sofreram paralisações, rearticulando-se em vários momentos.⁹

⁸ Transcrição das falas emitidas na *Hora Hispano Brasileira de Espanha Republicana* em 15 jul. 1937. (Folha 856 do Inquérito Policial de fechamento do *Comité Central de Propaganda de España Republicana*). *Prontuário 80136 – Comité Central de Propaganda de España Republicana*, 1º vol. DEOPS-SP/DAESP.

⁹ Através da bibliografia sobre a presença dos espanhóis em São Paulo e demais referências constantes nos autos policiais e sociedades espanholas, pudemos elencar os nomes de vários periódicos espanhóis surgidos antes da década de 1930: *Eco del Braz*; *El Correo Español*; *Intercambio Hispano Brasileiro*; *La Gaceta Española*; *La Nación*; *La Voz de España*; *Tribuna Española*; *El Heraldito Español*; *Revista Hispano Americana*; *El Progreso*;

Entre os periódicos espanhóis que circularam nos anos 30, *Gaceta Hispana* merece destaque por ter assumido, durante o conflito espanhol, a defesa da causa republicana.¹⁰ Sua direção esteve a cargo de Paschoal Nunes Arca, jornalista espanhol, bastante atuante na imprensa da comunidade espanhola e que dirigiu outros periódicos em distintos momentos.¹¹

Os temas abordados por *Gaceta Hispana* eram bastante variados, sendo suas páginas reservadas, tanto aos anúncios comerciais – de rádios à consultórios médicos – quanto às notícias sobre a Espanha. Nos exemplares que se referem ao ano de 1937, percebemos certa ênfase aos assuntos relacionados ao conflito espanhol e à propaganda a favor do lado legalista. Muitas das informações reproduzidas neste jornal eram retiradas do *Servicio Español de Información*, jornal publicado em Valência e frequentemente remetido ao *Comité Central de Propaganda de España Republicana (CCPER)*. Em agosto de 1937, Juan Domenchina, chefe do periódico valenciano, enviou ao comitê um total de cinquenta e quatro fotografias para serem reproduzidas e ilustrarem as reportagens sobre a guerra da Espanha.¹²

Gaceta Hispana divulgava os eventos realizados em prol da causa republicana e, sob sua responsabilidade, ficava também a divulgação

Diario Español; La Heria. Constatamos que estiveram em circulação no início dos anos 30 e, possivelmente no período da Guerra Civil Espanhola, os seguintes jornais: *Diário Español, La Raza*, e *El Progreso*.

¹⁰ Em uma carta destinada ao encarregado de Negócios da República Espanhola no Brasil, o remetente afirma ser o jornal *Gaceta Hispana* o único periódico espanhol “republicano governista do Brasil”: Carta (s/ass.) para Fernando Moralles Llamas, encarregado de Negócios da República Espanhola. São Paulo, 15 out. 1937. *Prontuário 80136 – Comité Central de Propaganda de España Republicana*, 2º vol. DEOPS-SP/DAESP.

¹¹ Paschoal Nunes Arca fundou em 1921 o jornal *La Raza* que, em 1933, estava vinculado ao *Comité Republicano Nueva España* no Rio de Janeiro. Segundo Elena Pájaro Peres, na década de 1950, Nunes Arca foi diretor da *Revista Hispano-Americana*: PERES, Elena Pájaro. *Op. cit.*, p. 224. Nunes Arca foi membro do *Centro Republicano Espanhol* de Santos, tendo sido fichado pela Polícia Política. Em seu prontuário constam cartas remetidas da Argentina onde o remetente emite opiniões favoráveis à República Espanhola: *Prontuário 579 – Paschoal Nunes Arca*. DEOPS-SP/DAESP.

¹² Carta de Juan Domenchina para *Comité Central de Propaganda de España Republicana*. Valência, 14 ago. 1937. *Prontuário 80136 – Comité Central de Propaganda de España Republicana*, 2º vol. DEOPS-SP/DAESP.

das listas com os nomes dos contribuintes e as quantias correspondentes ao auxílio financeiro oferecido por centenas de pessoas. Por meio da leitura de seus exemplares é possível constatar a amplitude desses gestos de solidariedade que, em apenas uma lista, conseguiu reunir cerca de cento e trinta espanhóis, arrecadando a quantia de 1091\$000 réis.¹³

Em agosto de 1937, *Gaceta Hispana* deixou de ser um órgão de imprensa particular, vinculando-se ao *CCPER*. O desejo de informar e formar opiniões favoráveis à República podem ser constatadas nas manchetes dos artigos que versavam sobre a situação espanhola: “*Aniversario de la vil traición? Quién ha perturbado la vida española? Una Jornada de civismo y Democracia – Antecedentes y significación de la Guerra de España.*”¹⁴ Este jornal conclamava os espanhóis radicados no Brasil a auxiliarem seus compatriotas: *Español: “¿Has contribuido con tu óbolo para aliviar la situación de tus hermanos? No basta que te emocione el heroísmo del pueblo español... Ayuda a la España heroica, necesita también tu ayuda material.*”¹⁵ É nítida a preocupação dos dirigentes do jornal em fomentar entre a comunidade espanhola o sentimento de solidariedade e de urgência no auxílio moral e material à República da Espanha. A intensificação da propaganda e da campanha em prol dos republicanos coincide, em 1937, com momentos dramáticos da guerra naquele país. Um ano após o início do conflito, os simpatizantes da República radicados no exterior, começaram a perceber que tal apoio se fazia emergencial para que a situação de indefinição, característica desse momento, começasse a se reverter a favor do lado legalista.

Eram comuns elogios a este periódico, emitidos por espanhóis que ressaltavam o seu importante papel junto à opinião pública da comunidade. Notícias e imagens acerca do conflito garantiam-lhe o perfil de “porta-voz” da causa republicana. Ao que tudo indica, sua manutenção deveu-se à iniciativa de imigrantes que doavam somas

¹³ “Lista 478, a cargo do Snr. Francisco Feijó Rodriguez”: Jornal *Gaceta Hispana*. São Paulo, 17/07/1937, p. 2. AEL

¹⁴ Jornal *Gaceta Hispana*. São Paulo, 17/07/1937, p. 2. AEL

¹⁵ Recorte do jornal *Gaceta Hispana* de 16/10/1937. *Prontuário 4144 – Domingos Rex Muñoz*. DEOPS-SP/DAESP.

financeiras expressivas a sua direção. Doações também afluíam do *Centro Republicano Espanhol* de São Paulo que, em muitos casos, intermediava as relações e donativos efetuados por seus sócios ao periódico.¹⁶

Por sua postura de apoio incondicional à República Espanhola, *Gaceta Hispana* passou a ser vigiado pelos agentes do DEOPS, que sugeriram o seu fechamento sob alegação de promoção de “*agitação de ordem política e social*”.¹⁷ Ao contrário das sociedades espanholas que foram desarticuladas pela repressão policial em 1937, este periódico permaneceu ativo nos anos subsequentes. No entanto, a finalização das doações em prol da causa republicana, a troca do quadro diplomático em decorrência da vitória de Franco e as dificuldades de revitalização das sociedades fechadas pela polícia política, fizeram com que *Gaceta Hispana* enfrentasse dificuldades financeiras, tendo sua última edição impressa em julho de 1940.¹⁸

A postura diplomática do Brasil, durante os três anos de conflito, foi caracterizada pelo pragmatismo. Mantiveram-se oficialmente as relações oficiais com o governo republicano espanhol, apesar das simpatias que importantes setores das elites políticas dedicavam ao movimento rebelde. Getúlio Vargas e o Ministério das Relações Exteriores avaliaram que não seria prudente alterar a postura brasileira antes de uma orientação contundente sobre o lado vencedor. No entanto, internamente, o governo praticou a censura aos órgãos da

¹⁶ O administrador de *Gaceta Hispana*, Victor Martin, escreveu ao *Centro Republicano Espanhol* de São Paulo agradecendo a doação de 200 mil réis ao periódico. Carta de Victor Martin para presidente do *Centro Republicano Espanhol*. *Gaceta Hispana*. São Paulo, (s/d). *Prontuário 3184 – Centro Republicano Espanhol de São Paulo*. DEOPS-SP/DAESP.

¹⁷ Informe do delegado de Ordem Social, Venancio Ayres para superintendente. Delegacia de Ordem Social. São Paulo, 24 nov. 1937. *Prontuário 3817 – Andres Rodriguez Barbeito*. DEOPS-SP/DAESP.

¹⁸ A informação de que o jornal teria tirado sua última edição em 6 de julho de 1940 consta num extenso relatório policial em que o investigador descreveu minuciosamente a situação das sociedades espanholas do Estado de São Paulo. Cf. Relatório de Investigação (cópia) de Carlos Marques, encarregado da Seção de Investigações na Ordem Social para Elpidio Reali, delegado adjunto à Ordem Social. Seção de Ordem Social. São Paulo, 23 jul. 1940. *Prontuário 3184 – Centro Republicano Espanhol de São Paulo*. DEOPS-SP/DAESP.

imprensa ou aos grupos que, de alguma forma, manifestavam simpatias à causa republicana (SOUZA, 2009).

A imprensa, como representativa de interesses dispersos, reverberou em sua análise sobre o conflito espanhol as dissidências políticas que, em termos genéricos, já se configuravam no antagonismo fascismo x antifascismo. Ela foi fundamental para a circulação da causa antifascista nos países do Cone Sul, pela amplificação da causa republicana e mobilização da solidariedade internacional.

Na Argentina e no Uruguai, as associações de intelectuais criadas nos contextos de luta contra o autoritarismo e o fascismo tiveram entre os principais motes da luta o tema da defesa da República. As revistas e jornais produzidos por estas AIAPes publicaram artigos traduzidos ou inspirados nas revistas espanholas, fazendo com que o debate e a mobilização ampliassem a solidariedade internacional. No Brasil, a situação peculiar da repressão varguista fez com que a mobilização dos intelectuais pela República ficasse mais dispersa e menos visível. Contudo, os diálogos com as revistas espanholas também ocorreram, assim como a mobilização de escritores, poetas e jornalistas em torno do tema. Nas comunidades de origem espanhola do Brasil, a imprensa foi fundamental para a causa, por lograr a articulação de grupos em apoio da luta contra Franco ocorrida na Espanha. Como visto, a circulação de impressos foi fundamental para as ideias em defesa da luta antifascista encontrarem terreno entre a intelectualidade do Cone Sul.

REFERÊNCIAS

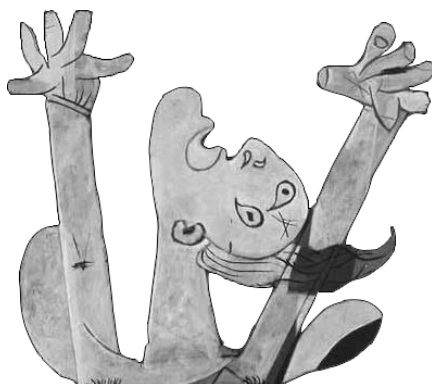
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. O Brasil no contexto da Guerra Civil Espanhola. *O Olho da História. Revista de História Contemporânea*, v. 2, p. 117-124, 1996.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. A Guerra Civil Espanhola e a Crítica Intelectual Brasileira ao Franquismo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois*. São Paulo: Edusp, 2011.

- BINNS, Niall. La Guerra Civil Española en Hispanoamérica: antologías poéticas desde una lejana retaguardia. In: *Congreso La Guerra Civil Española (1936-1939)*, s.l., 2006.
- CANO REYES, Jesus. La Lejana retaguardia: impacto y huella de la guerra civil española en Hispanoamérica. Conversación con Niall Binns. *Revista Forma*, vol. 16, 2016, p. 11-20.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. La Guerra Civil Española através de las revistas ilustradas brasileñas: imagenes y simbolismos. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*. Jerusalém, Universidade Hebraica de Jerusalém, v.2, n 2, p. 39-50,1990.
- CRUSELLS, Magí. «La URSS y la Guerra Civil española», dentro de *La historia a través del cine: la Unión Soviética, País Vasco*, Universidad del País Vasco, 2001, p. 39-93.
- DUTRA, Eliane de Freitas. *O ardil totalitário: Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- FRAGA, Gerson Warsen. *Branco e Vermelho: a Guerra Civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GARCÍA, Hugo. A historiografia sobre a Guerra Civil espanhola no início do século XXI. *Relações Internacionais*, Junho: 2006, n. 10.
- MIRANDA, Julia. *Frenética armonía. Vanguardias poéticas latino-americanas en la Guerra Civil Española*. Rosario, Beatriz Viterbo Editora, 2016.
- MOREYRA, Álvaro. *As amargas, não... Lembranças*. Rio de Janeiro: Lux, 1954.
- NEGRÃO, João Henrique Botteri. *Selvagens e Incendiários: o discurso anti-comunista e as notícias da Guerra Civil Espanhola*. São Paulo: Humanitas/ Fapesp, 2005.
- ORWELL, George. *Lutando na Espanha e o ensaio: recordando a guerra civil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SILVEIRA, Eliana Ávila. *A Guerra Civil Espanhola e as elites políticas brasileiras: 1936-1939*. Porto Alegre, 1991. Dissertação (Mes-

- trado em História Ibero-Americana), Pontifícia Universidade Católica.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional. A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a polícia política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2005. Coleção Histórias da Intolerância, 5.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Caminhos que se cruzam: as relações históricas entre Brasil e Espanha (1930-1960)*. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *República Espanhola: um modelo a ser evitado*. Coleção Inventários DEOPS. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado de São Paulo, 2001.
- THOMAS, Hugh. *La Guerra Civil Española (1936-1939)*, 4ª ed., Barcelona: Ed. Grijalbo, 1978, 2 vol.
- OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como Balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)*. São Paulo: Alameda, 2015.
- PEREIRA, Douglas de Freitas. Engajamento e produção intelectual em El Mono Azul e Hora de España. *Temporalidades – Revista de História*, Edição 30, v. 11, n. 2 (Mai./Ago. 2019).
- ROCCA, Pablo. *Dos revistas culturales en la guerra civil española. Literatura e imágenes en Boletín de AIAPE y Ensayo de Montevideo (1936-1939)*, Montevideo: CCE/SADIL/ FHCE, 2009. 94p.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear Horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, 504p.
- VENTURINI, Eliane. *Republicanos y rebeldes más allá de las fronteras: Brasil y la Guerra Civil Española*. Valencia, 2015. Tese de Doutorado (História), Universidad de Valencia.

Guerra Civil Espanhola e a história alternativa da Intervenção dos Estados Unidos da América¹

Christopher Vials



¹ Tradução: Ângela Meirelles de Oliveira; Matheus Cardoso da Silva. Revisão: Sean Purdy.

A Guerra Civil Espanhola alinhou, de um lado, as colunas fascistas sob Franco, Mussolini e Hitler. Em oposição, estavam as forças liberais da República Espanhola, as Brigadas Internacionais à esquerda e a União Soviética. Como tal, essa guerra foi de fato um ensaio geral da Segunda Guerra Mundial. Depois de Franco ter declarado vitória em abril de 1939, Hitler voltou-se para a Polônia apenas cinco meses depois para sua próxima e mais decisiva conquista armada. É amplamente aceito, no entanto, que a derrota da República Espanhola – e todas as esperanças de transformação revolucionária que ela disseminou pelo mundo – não ocorreu por conta de uma falta de dedicação entre as forças leais, nem por causa de alguma estratégia brilhante por parte de Franco e seus generais. Ao invés, a República pereceu por inanição de recursos – armamentos, aviões, alimentos, combustível – causados pelos poderes do Ocidente. Após o bombardeio de *Pearl Harbor*, até a propaganda dos EUA levou aos americanos a mensagem implacável de que, se as potências ocidentais resistissem ao fascismo na Espanha e na China, e antes disso na Tchecoslováquia, e antes na Etiópia, a história poderia ter tomado um curso diferente. Não é uma coincidência que o 80º aniversário do começo da Segunda Guerra Mundial é também o 80º aniversário da queda da República Espanhola.

À luz dos recentes impulsos revisionistas, este trabalho celebra o fatídico ano de 1939, refletindo sobre a campanha da sociedade civil nos Estados Unidos em apoio à República Espanhola e aos voluntários estadunidenses da Brigada Abraham Lincoln que lutaram lá. A derrota da campanha por forças protofascistas nos Estados Unidos acarretou profundas consequências para a história espanhola, assim como gerou reverberações para a história mundial. Este ensaio situa os movimentos antifascistas e protofascistas nos Estados Unidos nos debates do país sobre “intervencionismo” e “isolacionismo”, a fim de mostrar como esse debate, frequentemente esquecido, foi polarizado em torno de um eixo político de esquerda-direita. Além disso, as mobilizações antifascistas da época representavam uma forma fascinante e subestimada de intervencionismo de esquerda. De fato, a Brigada Abraham Lincoln foi a primeira e a última unidade militar considerável que a esquerda estadunidense criou e implantou em

combate no exterior. Este intervencionismo de esquerda demandou políticas comerciais antifascistas, ainda que ele não tenha clamado pela intervenção das forças armadas dos Estados Unidos para além das fronteiras do país. Eles procuraram, ao invés disso, requerer do Estado um livre caminho para os voluntários civis irem lutar contra o fascismo em seus próprios termos, enquanto buscavam alavancar o poder econômico dos Estados Unidos para ajudar a diminuir as desigualdades sociais existentes no mundo. Como tal, o intervencionismo de esquerda, que ganhou um impulso surpreendente nos círculos políticos e com o público americano durante a Segunda Guerra Mundial, representou um “caminho não percorrido” na política internacional norte-americana, que retomou seu curso imperial após 1945.

A GUERRA CIVIL ESPANHOLA NA MEMÓRIA CONTEMPORÂNEA DA EUROPA E DA AMÉRICA DO NORTE

Em 19 de setembro de 2019, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução para marcar o 80º aniversário do início da Segunda Guerra Mundial. Sua linguagem sinalizou uma profunda mudança geracional sobre as “lições” da guerra para muitos europeus. Intitulado *Resoluções pela Importância da Memória Europeia para o futuro da Europa*, ele foi baseado no curioso indefensável princípio de que a União Soviética e a Alemanha Nazista foram igualmente responsáveis pelo início da Segunda Guerra. Seus autores declararam, sem rodeios:

... the Second World War, the most devastating war in Europe’s history, was caused by the notorious Nazi-Soviet Treaty of Non-Aggression of 23 August 1939, also called the Molotov-Ribbentrop Pact, and its secret protocols, which allowed two totalitarian regimes that shared the goal of world conquest to divide Europe into two zones of influence (European Parliament, 2019).

A resolução usa, de forma persistente, a palavra “totalitarismo”, um termo que se tornou uma forma fácil e conveniente de igualar os regimes fascista e comunista durante a Guerra Fria, ainda que ele tenha sido usado inicialmente por Benito Mussolini para descrever positivamente seu próprio regime. Porém, a despeito da atribuição

igualitária de culpa a Hitler e a Stalin, o documento está muito mais preocupado com os crimes soviéticos do que com os fascistas. Ao ler este documento, supostamente sobre memória histórica, fica fácil de esquecer que a Segunda Guerra Mundial adveio a uma onda anterior de direita, que solapou a Europa, guiada por fascistas e seus anseios de remodelar o continente a sua imagem. A palavra “comunismo” aparece quinze vezes no documento e o Pacto Molotov Ribbentrop, onze vezes. Por outro lado, o Holocausto é citado apenas duas vezes e o Pacto de Munique, uma. Palavras-chave do período crítico às gerações anteriores não aparecem, como antifascismo, fascismo, apaziguamento, racismo, antissemitismo e, obviamente, judeus. Luciana Castellina, uma italiana antifascista que se lembra da guerra, observou que a linguagem da resolução “poderia ter vindo do neofascista Casa Pound (MYERS, 2019)”. No entanto, talvez por causa da mudança para a direita em todo o continente, provocou pouca crítica popular ou mesmo muito diálogo.

À luz dessa recente revisão na Europa, vale a pena refletir, como comparação, sobre as narrativas que moldam a memória norteamericana em torno das causas da Segunda Guerra Mundial. A Guerra Civil Espanhola é um lugar de memória chave no contexto estadunidense. Nos Estados Unidos, a memória dominante a respeito da responsabilidade da guerra advém de uma narrativa profundamente fixada nas mentes dos estadunidenses pela propaganda de guerra dos anos 1940. Isto é, a responsabilidade pelo avanço de Hitler recai nos poderes do Ocidente, com sua política de “apaziguamento”, simbolizada mais claramente pelo Primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain. Durante a guerra, a propaganda estadunidense lembrava os cidadãos locais, de forma persistente, de que suas crenças anteriores no isolamento do país dos assuntos mundiais (concretizado pelos Atos de Neutralidade) foram compreensíveis, ainda que tenha levado à furiosa conflagração mundial subsequente. A Guerra Civil Espanhola, segundo esta narrativa, foi o momento crucial de falência moral de parte dos aliados ocidentais, que apenas encorajou Hitler e Mussolini. A famosa série documental de Frank Capra *Why We Fight (Porque lutamos)* – que foi exibida para todos os militares dos Estados Unidos – serve como exemplo. No episódio *War Comes*

to America (1945), o narrador lembra aos telespectadores os noticiários que eles viram da Espanha em 1936 e 1937, enquanto vídeos mostram homens e mulheres da República Espanhola chorando e puxando crianças desfalecidas para fora dos escombros bombardeados. “[Pela] pela primeira vez”, a voz nos conta, “vimos grandes cidades esmagadas, civis bombardeados e mortos”. E, no entanto, não fizemos nada, o narrador implica vergonhosamente.

Esta rejeição retroativa da política de isolacionismo e do apaziguamento nos Estados Unidos – com a Espanha em um lugar chave – é uma narrativa substancialmente diferente da que alimenta a direita europeia atualmente, baseada na culpabilidade soviética da guerra. Contudo, a narrativa de apaziguamento não serviu aos fins antifascistas nos Estados Unidos do pós-guerra, mas serviu como justificativa persistente para a intervenção das forças militares dos Estados Unidos no exterior, não importando o fim político desta intervenção. George H. W. Bush, por exemplo, usou a narrativa do apaziguamento – que ele inicialmente aprendeu pelos filmes de Capra como um recruta na Segunda Guerra Mundial – para justificar a primeira Guerra do Golfo contra Saddam Hussein. Em uma carta ao cardeal Law em 1991, ele expressou um de seus temas mais consistentes do período em que afirmou: “Devo confessar que minha mente sempre voltava às perguntas: e se a agressão de Hitler tivesse sido verificada mais cedo? Quantas vidas teriam sido salvas?” (BUSH, 1999, p.506).

No entanto, a narrativa de apaziguamento nem sempre serviu de justificativa para a maioria dos usos da força militar dos EUA, nem estava destinada a ser usada dessa maneira. Como sugere um reexame das batalhas políticas em torno da Espanha na década de 1930, os americanos que lutavam contra o “apaziguamento” e o “fim da neutralidade” naquela década tinham uma noção muito diferente do lugar de seu país nos assuntos mundiais e um objetivo muito específico em mente.

AS BRIGADAS ABRAHAM LINCOLN E O ANTIFASCISMO DOS EUA

Os voluntários das famosas “Brigadas Internacionais” (BIs) começaram a chegar à Espanha em outubro de 1936, apenas alguns meses após os combates lá terem chegado ao nível de uma guerra civil completa. Treinados em Albacete, sob o comando do comunista francês Andre Marty, eles desempenharam um papel decisivo na defesa de Madri em novembro e viriam a prestar assistência crucial nos campos de batalha e depois ao moral espanhol. Cerca de 60.000 voluntários serviram nas Brigadas Internacionais, entre os quais 9.934 morreram e outros 7.689 ficaram gravemente feridos (PRESTON, 1986, p.84-85,96,141). Embora tivessem uma série de perspectivas políticas, suas unidades foram levantadas e montadas pela Internacional Comunista, ou *Comintern* (o congresso mundial de partidos comunistas da época), com a participação dos Partidos Comunistas Francês e Italiano. Os homens e mulheres das Brigadas Internacionais são oriundos de mais de cinquenta países, um dos quais são os Estados Unidos.

Aproximadamente 3.000 estadunidenses serviram nas BIs, dos quais quase 800 foram mortos, uma taxa de baixas muito maior do que nas BIs em geral (CARROLL, 2007, p.14-15). As Brigadas eram tipicamente organizadas por país de origem, com cada nacionalidade lutando em uma unidade com o nome de um herói nacional. Os estadunidenses lutaram sob o nome de *Abraham Lincoln Brigade*, apelidado pelo Partido Comunista dos EUA (CPUSA), que organizou os voluntários dos EUA (um esforço mais curto do Partido Socialista local para criar uma *Brigada Eugene V. Debs* falhou em face da mobilização bem-sucedida da CPUSA) (WARREN, 1974, p.155). Os homens e mulheres dos *Lincolns*, como eram chamados, tinham origens em setores diferentes da escada social, embora fossem desproporcionalmente da classe trabalhadora. Entre suas fileiras estavam estudantes universitários, engenheiros, escritores e médicos, embora as pessoas nas ocupações manuais superassem em número os profissionais: entre 500 e 600 dos *Lincolns* eram marinheiros e estivado-

res, por exemplo, tornando-os o maior grupo ocupacional (BYRNE, p.74-75). Eles vieram de todo o país, embora os voluntários da cidade de Nova York estivessem altamente super-representados, com até um terço advindo de cinco cidades. Muitos *Lincolns* vieram da cidade por causa da forte presença da esquerda em Nova York, porque era o centro dos esforços de organização do CPUSA e o ponto de desembarque para todos os voluntários que navegavam para a zona de batalha. Como escreveu Justin Byrne: “A grande presença de novaiorquinos entre os *Lincolns* era em parte simplesmente uma questão de logística. Eles exigiram apenas uma viagem de metrô ou uma caminhada até o porto para começar a jornada que os levaria à Espanha” (BYRNE, p.72). Etnicamente, muitos dos *Lincolns* eram imigrantes de segunda geração da Europa, com judeus americanos formando o maior grupo demográfico (aproximadamente um terço dos *Lincolns* em geral). Certamente nem todos esses voluntários tinham origem europeia. Aproximadamente 90 afro-americanos serviram, juntamente com um pequeno número de americanos-asiáticos como Jack Shirai; além disso, 10% dos *Lincolns* tinham sobrenomes hispânicos, com porto-riquenhos e cubano-americanos formando um contingente distinto (CARROLL,15; BYRNE, 75; FERNANDEZ, 87).

É importante ressaltar, no entanto, que as contribuições militares da *Brigada Abraham Lincoln* foram apenas a ponta de lança mais visível, perigosa e dramática de um vasto e muitas vezes esquecido esforço da sociedade civil. Em suma, eles eram a vanguarda de um amplo movimento de massas antifascista nos Estados Unidos. A esquerda estadunidense e o comunismo em particular – estava no auge de sua influência na política dos EUA nas décadas de 1930 e 1940 (DENNING, 1996), especialmente durante o período da “Frente Popular” do CPUSA após 1935, quando o Partido formou coalizões amplas com organizações liberais que chegaram até às margens do governo do presidente Franklin D. Roosevelt. A maior e mais eficaz organização aqui foi a *American League against War and Fascism*, fundada pelo CPUSA em 1933 (seu nome foi alterado para *American League for Peace and Democracy* em 1937, mas a seguir irei me referir a ela como Liga). A Liga reuniu esquerdistas e liberais de vários tipos, a fim de combater não apenas regimes fascistas no exteri-

or, mas também “desenvolvimentos que levam ao fascismo” em casa. No final da década, tornou-se o órgão de coordenação das atividades antifascistas de 1.023 organizações afiliadas, representando mais de 7 milhões de pessoas. Seus comícios, congressos e mesas redondas tiveram o patrocínio de congressistas, estados, governadores e prefeitos dos EUA (VIALS, 2014, p.48-49). Outras organizações antifascistas importantes nos Estados Unidos da época, a maioria das quais trabalhavam com a Liga, incluíam o *American Jewish Committee*, o *Jewish Labor Committee*, *North American Committee to Aid Spanish Democracy*, o Partido Socialista e *Friends of Democracy*.

A Espanha se tornou um dos focos mais importantes da Liga e de outras organizações antifascistas entre 1936 e 1939, mas não foi o único. A imprensa comunista, socialista e liberal de esquerda dedicou quase tanto espaço à guerra na China durante esse período, e nunca perdeu de vista os persistentes avanços de Hitler e Mussolini, sem mencionar as correntes e movimentos fascistas em outras partes do mundo. No geral, a coalizão antifascista de base ampla nos Estados Unidos ajudou a tornar o antifascismo “senso comum” na cultura dos EUA, como argumentou Michael Denning, preparando assim o terreno para a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial. Organizando persistentemente protestos contra as mais recentes ofensivas dos governos alemão e italiano, defendendo boicotes a produtos alemães e japoneses, apontando os perigos da extrema direita dos EUA e, mais relevante aqui, lançando uma campanha em apoio à *Brigada Abraham Lincoln* e à República Espanhola, tudo isso ajudou a tornar o “fascismo” um conceito aversivo nos Estados Unidos.

Em outubro de 1936, a Liga cofundou o *North American Committee to Aid Spanish Democracy* (doravante, *NAC*) e permaneceu uma força motriz por trás da organização. Sediada na cidade de Nova York, a *NAC* atuou como um guarda-chuva para outros grupos que organizaram grupos constituintes específicos, como o *United Youth Committee* (um grupo que incluía a *Young Men’s Christian Association* e a *Young Women’s Christian Association*), a *Young Communist League*, o *American Sunday School Union*, *Brooklyn Urban League*, *Abbyssinian Baptist Church*, *Junior Federation of Jewish Charities*, sindicatos em todo o país e organizações profissionais de assistentes

sociais, profissionais médicos e advogados. Ao longo da guerra, o NAC lançou várias campanhas para enviar suprimentos médicos, alimentos e ambulâncias para a Espanha, com as campanhas mais visíveis orientadas para o envio de ambulâncias. Toda a ajuda humanitária foi enviada para a cidade de Nova York, de onde foi enviada à Espanha. Em Nova York, as mercadorias foram entregues em mais de 150 pontos de coleta alojados em sindicatos, sociedades de ajuda mútua, empresas e residências particulares, sendo transportadas para um armazém central em Manhattan, onde outros voluntários as embalavam para o transporte. O NAC também coordenou os “Dias da Espanha”, quando centenas de nova-iorquinos saíram às ruas com latas de coleta para arrecadar dinheiro para pagar os custos de envio do grande volume de suprimentos que haviam coletado. Eles também organizaram vários eventos de arrecadação de fundos com base na comunidade, incluindo jogos de futebol entre diferentes sindicatos, eventos beneficentes, bailes, alguns dos quais apresentaram os melhores artistas, como Benny Goodman e Art Fletcher. O evento mais divulgado, que reuniu uma vasta gama de organizações sindicais e de esquerda na América do Norte, foi o “Navio de Socorro para a Espanha”. Com grande alarde, partiu de Nova York em setembro de 1938, o navio *Erica Reed*, com 5.000 toneladas de alimentos, roupas e suprimentos médicos no valor de US\$ 250.000 (SMITH, 2007, p.44-48)²

ANTIFASCISTAS E FRANKLIN ROOSEVELT: A CAMPANHA CONTRA OS ATOS DE NEUTRALIDADE

Além de recrutar a Brigada Abraham Lincoln e enviar suprimentos para a República Espanhola, essa coalizão da Frente Popular tentou ajudar os legalistas de uma maneira ainda maior, tentando ativamente mudar a política externa dos EUA. Aqui, a pressão legislativa sobre o Congresso foi central para anular os Atos de Neutralidade. A Liga identificou tais atos como seu principal objetivo legislativo de

² Fraser Ottanelli, “The New York City Left and the Spanish Civil War,” in *Facing Fascism*, 63-66. Eric R. Smith, “New York’s Aid to the Spanish Republic,” in *Facing Fascism*, 44-48. 2007.

1936 até sua dissolução em 1939. Os Atos de Neutralidade eram uma série de leis federais aprovadas entre 1935 e 1939. Seu objetivo ostensivo era manter os Estados Unidos fora das guerras em curso na Europa e na Ásia, impedindo a venda de armas e materiais de guerra a todas as partes beligerantes. A ideia de ficar de fora das guerras europeias era muito popular entre o público americano na década de 1930: a depressão econômica os deixara atolados em seus próprios problemas e, igualmente importante, a maioria deles considerava retroativamente o envolvimento dos EUA na Primeira Guerra Mundial como um desperdício de vidas sem sentido. A popularidade da não-intervenção alimentou uma situação internacional ainda mais instável, pois o desenrolar da guerra na Espanha ilustrava claramente como essa “neutralidade” realmente favorecia os fascistas, um ponto que a Liga martelava implacavelmente. A Itália e a Alemanha intervieram fortemente na Guerra Civil Espanhola em termos de suprimentos e tropas quase desde o início, enquanto o persistente fracasso das potências ocidentais em equilibrar as escalas teve consequências trágicas. A União Soviética foi o único país a oferecer alimentos, armas e matérias-primas para a República sitiada e seus suprimentos, que começaram a chegar em outubro de 1936, continuaram sendo a única salvação da República.

Tal era a importância da ajuda externa que, quando o governo da Frente Popular Francesa, sob Leon Blum, abriu brevemente a fronteira para uma inundação de suprimentos em março de 1938, interrompeu o avanço aparentemente irrefreável dos nacionalistas e mudou temporariamente a maré da guerra (o avanço foi retomado e ao seu fim sangrento, quando um novo governo francês chegou ao poder sob Daladier e fechou a fronteira mais uma vez) (PRESTON, 1986, p.137-138). No entanto, o governo dos EUA nunca quebrou o embargo, nem por um momento. Pior ainda, a Lei de Neutralidade de 1936 continha uma brecha que permitia que alguns materiais de guerra em potencial – ou seja, caminhões e petróleo – fossem vendidos por empresas americanas a partes em guerra. O fundador pró-nazista da *Texaco Oil* – *Thorikild Rieber* – usou essa brecha para fornecer aos nacionalistas uma parcela substancial de suas necessidades de petróleo em crédito, apostando a fortuna de sua empresa em uma vitória

fascista (PRESTON, 1986, p.70). Como a Liga argumentou: “Ao negar ao governo reconhecido da Espanha o direito de comprar os meios de defesa em nossos mercados, a Lei de Neutralidade de maio de 1937 fortaleceu as forças de guerra porque deixou a Alemanha e a Itália, os apoiadores de Franco, livres para comprar suprimentos de guerra aqui, diretamente e através de outras nações.”³

Na segunda metade da década de 1930, Roosevelt concordou cada vez mais com a esquerda – sem reconhecê-lo publicamente – sobre a necessidade de uma intervenção mais ativa para impedir a propagação do fascismo no exterior. Roosevelt, que assumiu o cargo no mesmo mês em que Hitler consolidou seu poder, ficou perturbado com o regime nazista desde o início de seu mandato, mas, durante anos, permaneceu seguro de que entraria em colapso internamente devido às suas enormes despesas militares economicamente improdutivas. Ele pouco disse publicamente sobre o fascismo no exterior nos primeiros anos de sua presidência, mas com as agressões alemãs, italianas e japonesas aumentando a partir de 1935, ele começou a defender abertamente a pressão econômica dos EUA (não a força militar) para conter a maré fascista. Seu discurso “Quarentena aos agressores”, em outubro de 1937, marcou uma virada aberta para uma posição intervencionista, tanto que a esquerda comunista viu as opiniões de Roosevelt sobre política externa alinhadas com as suas. Em sua convenção em Pittsburgh, no mês seguinte, a Liga anunciou: “O discurso do Presidente em Chicago marca um ponto de virada na política externa de nosso país. Nos dá os *slogans* desta conferência no campo internacional. A neutralidade não é suficiente. Isolamento não vai funcionar. Coloque o agressor em quarentena. É necessário esforço concertado.”⁴ Roosevelt demorou a agir quando a guerra eclodiu na Espanha, mas em 1938, ele finalmente tomou medidas materiais e ativas para impulsionar a República Espanhola, desde o *lobby* do Congresso para alterar os Atos de Neutralidade a vários

³ American League for Peace and Democracy, *People's Program for Peace and Democracy* (1938). American League for Peace and Democracy, 1938, Box 2. American League Against War and Fascism Papers, Peace Collection, Swarthmore College, Swarthmore, PA.

⁴ Casey, 5-7; *People's Program*, 1938, 13, ALPD Papers.

esquemas ilegais para enviar ajuda encoberta aos legalistas pelas costas do Congresso. O mais notável desses esquemas era um plano secreto ilegal de enviar um grande número de aeronaves dos EUA para a República pela França, o que poderia ter alterado consideravelmente o equilíbrio militar na Espanha. Tais planos falharam e não pararam o colapso da República, mas também marcaram a primeira vez em que Roosevelt tomou medidas concretas para deter a propagação do fascismo (TIERNEY, 2007, 8-9, 102).

ISOLACIONISMO CONTRA INTERVENCIONISMO?

Os debates sobre política externa na década de 1930 são frequentemente caracterizados como uma disputa entre “intervencionistas” e “isolacionistas”, com os primeiros desejando um papel mais ativo para os Estados Unidos nos assuntos mundiais e os segundos desejando que o governo dos EUA se concentrasse em primeiro lugar nas necessidades de seus próprios cidadãos, deixando a menor influência possível no mundo. Certamente, esse debate ocorreu dentro de uma faixa específica da esfera pública. Houve um *lobby* numericamente pequeno, mas influente, de intervencionistas conservadores que queriam que os Estados Unidos usassem a crescente turbulência global como uma oportunidade de assumir uma liderança mais assertiva e agressiva nos assuntos mundiais. Essa posição foi mais visivelmente representada por Henry Luce, um barão da mídia que fundou e possuía as revistas *Time*, *Life* e *Fortune*, além dos noticiários da *March of Time*. Em seu famoso ensaio, *The American Century* (1941), ele escreveu:

Americans... have failed to play their part as a world power – a failure which has had disastrous consequences for themselves and for all mankind. And the cure is this: to accept wholeheartedly our duty and our opportunity as the most powerful and vital nation in the world and ... to exert upon the world the full impact of our influence, for such purposes as we see fit and by such means as we see fit.⁵

⁵ Henry Luce, “The American Century,” *LIFE*, February 17, 1941, 63.

Tais visões imperiais, coerentes na memória popular e histórica americana sob o rótulo de “intervencionismo”, são frequentemente vistas como precursoras de uma política externa hegemônica dos EUA durante a Guerra Fria. Por outro lado, sua oposição, “os isolacionistas”, não é tipicamente vista como pertencente a uma cosmovisão política específica, mas muitas vezes é lembrada como a de estadunidenses bem-intencionados, mas mal orientados, que eram compreensivelmente céticos em relação a conflitos estrangeiros.

No entanto, essa narrativa padrão falha em capturar adequadamente o cenário político dos EUA no final da década de 1930. Além de discrepantes, como Henry Luce, a questão do que fazer com a Europa e a Ásia era frequentemente abordada ao longo de linhas políticas de esquerda-direita e enquadrada em perspectivas políticas de esquerda e direita abrangentes. Em resumo, os da esquerda tendiam a argumentar pelo apoio das forças antifascistas no exterior e os da direita defendiam que os Estados Unidos deixassem os eventos no exterior seguirem seu curso. Os antifascistas da Frente Popular, incluindo muitos liberais, não estavam interessados em ver um mundo ordenado pelos interesses comerciais e pelo poder militar dos EUA. Na verdade, eles eram paradoxalmente antimilitaristas e tendiam a se opor a orçamentos militares expansivos ou ao destacamento de tropas dos EUA no exterior. A Liga, por exemplo, fez *lobby* contra o aumento de gastos no Exército e na Marinha, ao mesmo tempo em que pedia o fim dos Atos de Neutralidade. “A expansão contínua de nossas forças militares e navais só pode ter o objetivo de levar adiante conflitos armados longe das margens deste país”, argumentaram. Eles concordaram fundamentalmente com seus oponentes na isolacionista *America First* em exigir “uma política de defesa nacional consistente em manter os Estados Unidos fora de uma guerra estrangeira e proteger nossas costas e fronteiras da invasão”⁶.

Enviar tropas americanas para lutar no exterior estava além do pálido debate político na década de 1930, assim como estabelecer uma série de bases militares em praias estrangeiras, que se tornou a prática durante a Guerra Fria. Em vez disso, se houve um debate

⁶ American League for Peace and Democracy, *People’s Program for Peace and Democracy*.

entre intervencionistas e isolacionistas, foi em grande parte entre aqueles que favoreceram a escolha de lados no conflito global emergente através da política comercial (principalmente liberais e de esquerda) e aqueles que viram o favoritismo econômico como um passo que poderia levar seu país a guerra (mais tarde tendia a ser uma posição mantida por conservadores e pela direita). “Escolher lados”, por sua vez, girava em torno das concepções de uma pessoa sobre quem eram os amigos e os inimigos da nação no exterior, algo que está relacionado às suas crenças políticas fundamentais. Aqueles que viam o comunismo como a maior ameaça do mundo tendiam a tomar uma linha dura em relação a não intervir contra os avanços dos anti-comunistas Mussolini, Hitler, Franco e o Japão Imperial. Por outro lado, aqueles que viam o fascismo como uma ameaça existencial tendiam a querer fazer algo sobre tais avanços. Ver retroativamente os “intervencionistas” como defensores do século americano é perder o fato de que a maioria deles, antes do bombardeio de *Pearl Harbor*, eram contrários a enviar tropas dos EUA para o exterior, mas favoráveis em fornecer às forças antifascistas a ajuda dos EUA e abrir caminho para que os voluntários estadunidenses combatessem diretamente o fascismo em suas próprias milícias como os *Lincolns*, enquanto controlavam o crescimento do poder militar dos EUA além de suas fronteiras. Portanto, é mais preciso chamar os intervencionistas pelo rótulo universalmente reconhecido na época: antifascistas.

ALIADOS DE FRANCO NOS ESTADOS UNIDOS: A DIREITA POLÍTICA E OS CATÓLICOS AMERICANOS

Ao mesmo tempo, muitos dos que mais ativamente e publicamente instaram os Estados Unidos a permanecerem “neutros” não eram meros pacifistas, antimilitaristas, nem cidadãos preocupados, cautelosos com “emaranhados estrangeiros”, concebidos abstratamente. Em vez disso, muitos deles realmente se identificaram com a política fascista, no todo ou em parte, portanto, não viam o avanço territorial do fascismo como algo a ser veementemente combatido. Antes de os Estados Unidos entrarem na guerra em 1941, nem todos os estadunidenses concordavam que “fascismo” era um termo sujo. Na década

de 1930, o fascismo europeu inspirou uma série de emuladores de extrema-direita nos Estados Unidos, particularmente os “movimentos de camisas” do Meio-oeste e do Nordeste, como as camisas de prata ítalo-americanos, a Liga germano-americano, as camisas cáqui e outras.

Esses grupos, porém, permaneceram à margem da política. Mais alarmantes foram os grupos muito mais numerosos e influentes que emprestaram um grau de legitimidade socialmente significativo a Franco, a Mussolini e até a Hitler. Estes caíram em três constelações principais: a imprensa de negócios, principalmente o *The Wall Street Journal*; católicos socialmente conservadores, liderados pelo padre Charles Coughlin; e o que eu chamo “lei e ordem”, composto principalmente pela organização de veteranos, a Legião Americana e os barões da mídia impressa William Randolph Hurst e Bernarr MacFadden. Essas três constelações, todas de direita política, estavam unidas ideologicamente por seu antimarxismo e sua simpatia pela renovação nacional fascista, mas, por outro lado, eram muito divergentes em suas paixões mobilizadoras para se unirem em uma frente comum (VIALS, 2014, 35-46).

A organização isolacionista mais lembrada foi o *America First Committee*, formado em 1940. Começou como uma coalizão frouxa de organizações de todos os espectros políticos – de pacifistas de esquerda a simpatizantes de Hitler – que se uniram para impedir a entrada dos EUA no desenrolar das guerras na Europa e na Ásia. No entanto, os pró-fascistas dentro de suas fileiras logo dominaram a organização, especialmente depois que o famoso aviador e apoiador de Hitler, Charles Lindbergh, tornou-se seu porta-voz. Mas o *America First* era o herdeiro de uma onda anterior de isolacionismo de direita na década de 1930, que se reunira de maneira muito mais consequente para derrotar o fornecimento de armas e outros materiais à República Espanhola sitiada. Os isolacionistas obstinados no Congresso mantinham uma variedade de posições políticas, desde os senadores liberais Robert La Follette, em Wisconsin, e Burton Wheeler, de Montana, até políticos arquirreacionários como o senador Hamilton Fish III, de Nova York.

Aqueles que se concentram nos isolacionistas no Congresso, no entanto, sentem falta da cultura do movimento altamente organizada nos anos 30, que exerceu pressão bem-sucedida sobre os líderes políticos em questões de política externa.⁷ O movimento mais proeminente foi liderado pelo padre Charles Coughlin, um notável antisemita e pró-fascista. Nos primeiros dias do rádio, Coughlin transmitia um sermão político de uma hora aos domingos, que lhe rendeu a maior audiência de qualquer simpatizante fascista nos Estados Unidos, com as pesquisas *Gallup* estimando uma audiência de até 28 milhões de ouvintes em seu auge (quase um terço da população dos EUA na época).⁸ Em suas transmissões, Coughlin elogiou abertamente Mussolini e Franco e defendeu implicitamente os nazistas dizendo que sua perseguição aos judeus era “um mecanismo de defesa contra o comunismo”. Embora inicialmente apoiasse Franklin Roosevelt, logo se tornou um oponente aberto do presidente e do *New Deal*, embora ele e seus apoiadores fossem céticos em relação aos grandes negócios (ou seja, finanças) e apoiassem algumas reformas social-democratas. Além de seu programa de rádio semanal, ele fundou um grupo lobbista chamado *National Union of Social Justice (NUSJ)* em 1934, bancou uma candidatura alternativa sob a bandeira do *Union Party* em 1936 e fundou a revista *Social Justice* no mesmo ano. Em 1938, ele saudou a formação de uma Frente Cristã nos EUA formada em resposta ao chamado do General Franco por uma “Frente Cristã” para combater a Frente Popular de esquerda liberal. Nos Estados Unidos, a Frente Cristã se tornou uma organização nacionalista “antiestrangeiros”. Seus membros eram principalmente jovens irlandeses e germano-americanos nos centros urbanos do Nordeste; eles se formaram em organizações paramilitares, compareceram em comícios com congressistas estaduais, membros da Legião Americana e líderes de organizações de extrema-direita como os Mobilizadores

⁷ Um exemplo aqui é Steven Casey, *Cautious Crusade: Franklin D. Roosevelt, American Public Opinion, and the War Against Nazi Germany* (Oxford: Oxford University Press, 2001), 24.

⁸ Uma pesquisa *Gallup* de abril de 1938 colocou sua audiência em 24 milhões, com 83% deles aprovando sua mensagem. George Gallup, *The Gallup Poll: Public Opinion, 1935-1971: Volume 1* (New York: Random House, 1972), 100-101.

Cristãos, e foram responsáveis por espancamentos públicos daqueles que identificaram como judeus. No final da década de 1930, Christian Fronters vendia o *Social Justice* ao lado de jornais abertamente nazistas como o *Deutsche Weckruf*, da Liga Germano-Americana, e enquanto vendiam suas mercadorias, muitas vezes entravam em brigas nas esquinas com vendedores ambulantes de publicações de esquerda como *Equality* e *The Daily Worker* (VIALS, 2014, p.42-4).

Mais amplo que a rede de Coughlin, no entanto, era o poder organizado dos católicos americanos, que tendiam a apoiar a Espanha de Franco por causa do anticlericalismo da República e atrocidades contra o clero por seus apoiadores nos primeiros dias caóticos da revolta de Franco. Depois que a Igreja na Espanha perdeu suas terras nas reformas liberais do século XIX, tornou-se fortemente dependente da riqueza da aristocracia fundiária para sua continuidade e, assim, tornou-se intimamente alinhada a eles politicamente (BRENAN, 1990, p.44-45). Na década de 1930, era amplamente considerado pelo público espanhol como uma instituição da elite e uma extensão de sua vontade; sem surpresa, com exceção do país basco, seu clero apoiou Franco esmagadoramente. O Vaticano e a maioria dos católicos americanos recusaram-se a ver a posição sociopolítica da Igreja na Espanha e apenas viram o anticlericalismo da República como evidência de que fazia parte de uma vasta ameaça bolchevique atáista.

Uma pesquisa recente que examinou os arquivos do Vaticano descobriu que a relação entre Coughlin e o papa era tensa, não por causa do antissemitismo ou pró-fascismo do padre americano, mas porque ele compreendia o relacionamento deles com Roosevelt e porque representava um base independente imprevisível e incontrolável do poder administrativo ⁹. O órgão que oficialmente representava a Igreja nos Estados Unidos – a *U.S. National Catholic Welfare Conference* – era liberal e pró-*New Deal* e manteve distância de Coughlin. Seja como for, o Papa Pio XI considerava o comunismo uma ameaça

⁹ Thies Schulze, “Coughlin und sein guter Hirte. Die politische Agitation des Radiopredigers Charles Edward Coughlin und seines Bischofs Michael Gallgher im Spiegel Vatikanischer Quellen.” *Kirchliche Zeitgeschichte* 22.2 (2009), 567-594

maior ao catolicismo do que o fascismo, tinha um relacionamento confortável com Mussolini, apesar das críticas a políticas específicas, e o Vaticano apoiou firmemente as forças de Franco no início de 1937.

Em Roma, havia sinais pró-fascistas suficientes para preparar o terreno para uma figura como Coughlin e para sentimentos pró-fascistas em outras instituições católicas americanas. Consequentemente, as faculdades católicas nos Estados Unidos, assim como a imprensa católica, estavam cheias de sentimentos pró-Franco e pró-Mussolini. A *National Catholic Welfare Conference*, uma fonte significativa de notícias para os semanários diocesanos, concentrou sua cobertura na Espanha na destruição de igrejas, no estupro de freiras e no assassinato de bispos pelos legalistas (VIALS, 2014, p.42-43; TIERNEY, 2007, p.62).

A vasta audiência de rádio de Coughlin e as maneiras pelas quais sua posição na Espanha se alinhava com a maioria dos católicos americanos deram aos seus esforços de *lobby* sobre assuntos estrangeiros um capital político real. Além disso, a Igreja Católica era alinhada a Roosevelt porque seus paroquianos eram uma parte vital da coalizão do *New Deal* e geralmente apoiavam as políticas domésticas do presidente.

A oposição organizada à política externa cada vez mais antifascista assustou Roosevelt. Em 1938, ele disse ansiosamente ao secretário do Interior, Harold Ickes, que, se suspendesse o embargo às armas, temia a “perda de todos os votos católicos no próximo outono”. A luta política americana pelo embargo de armas atingiu um pico no início de 1939, quando ficou claro que a República estava em momento crítico.

Os pró-legalistas, trabalhando por meio do *Coordinating Committee to Lift the Embargo*, organizaram reuniões e comícios em todo o país. Em janeiro, eles realizaram uma “Semana do Levante do Embargo”, na qual enviaram 250.000 telegramas para Washington, exortando seus representantes a ajudar a República. O problema, no entanto, era que o *lobby* católico organizou simultaneamente uma “Semana do Embargo”. Enquanto Coughlin instou seus partidários a inundar a Casa Branca com telegramas e cartas, padres de todo o

país, nas missas de domingo, levaram seus paroquianos a escrever aos seus representantes e exortaram-nos a não revogar o embargo. O resultado foi de 1,75 milhão de mensagens pró-embargo recebidas na capital em 5 de fevereiro, eclipsando muito os telegramas pró-legalistas. O embargo nunca foi levantado (PRESTON, 1986, p.138-139; TIERNEY, 2007, p.128-129).

ANTIFASCISMO E OPINIÃO PÚBLICA

Apesar do *lobby* do bloco de direita e católico e seu sucesso em relação à Espanha, é claro que a maioria dos americanos estava mais próxima ao lado antifascista em termos de lealdade. Dados das pesquisas *Gallup*, criada em 1935, revelam que, no final da década de 1930, o grande público concordou com os liberais e a esquerda sobre quem era amigo e inimigo no exterior. Quando perguntado em dezembro de 1938, “Quem você gostaria de ver vencer se a guerra eclodisse entre a Rússia e a Alemanha?”, 83% disseram Rússia e apenas 17% disseram Alemanha (naquele mesmo ano, ao contrário, apenas 65% disseram que apoiariam Grã-Bretanha e França, se a guerra começasse com a Alemanha e a Itália, com 32% a favor de nenhum dos lados). Da mesma forma, 75% favoreceram os legalistas espanhóis no final dos anos 30 e 74% favoreceram os chineses na luta com o Japão em junho de 1939. Hitler e Mussolini foram muito mais agressivos em assuntos externos do que Stalin e isso sem dúvida ajudou a decidir a questão. O que é surpreendente, no entanto, é que a opinião pública oscilou, apesar de uma forte campanha enfatizando o perigo singular da ameaça comunista nos Estados Unidos e no exterior, praticada pela *National Association of Manufacturers* e outras organizações empresariais, a *Liberty League*, a *House Committee on Un-American Activities* e a hierarquia católica. No entanto, na véspera da derrota da República em fevereiro de 1939, as mesmas pesquisas da *Gallup* mostraram que a maioria dos americanos ainda não queria violar os Atos de Neutralidade para aliviar o lado antifascista – por uma margem esmagadora de 79% a 21% – e eles também eram a favor da política de apaziguamento de Neville Chamberlin (GALLUP, 1972, p. 121-128). A maioria do público dos EUA parece

ter sido profundamente solidária à República Espanhola e às forças antifascistas em geral, mas tinha muito medo de ser arrastada para outra guerra para correr o risco de realmente agir sobre essas simpatias. Eles queriam que os antifascistas vencessem, em outras palavras, mas apenas observá-los fazendo isso de uma posição muito segura à margem.

DO ANTIFASCISMO AO ANTICOMUNISMO: FRANCO E OS ESTADOS UNIDOS APÓS 1939

Quando os Estados Unidos finalmente entraram em guerra novamente, em dezembro de 1941, a natureza da batalha contra o fascismo teve implicações perturbadoras para sua política externa que até então sustentava inequivocamente os interesses de sua elite empresarial. Lutar contra o fascismo significava lutar contra um conjunto de regimes de extrema-direita construídos em torno do militarismo, supremacia racial e anticomunismo, e em um esforço de guerra que a esquerda política – de veteranos americanos da Brigada Abraham Lincoln a soldados chineses no Exército Vermelho de Mao – abraçou e moldou ativamente em todo o mundo. Até membros de alto escalão do governo Roosevelt elogiaram as implicações populistas de esquerda da luta. O vice-presidente Henry Wallace, a quem Roosevelt encarregou de elaborar grande parte da retórica do governo em tempo de guerra para o público, enfatizou que o maior perigo do fascismo pós-guerra viria das grandes empresas americanas e que a guerra traria uma ordem global baseada em sindicatos, cooperativas de agricultores, igualdade racial e educação universal (WALLACE, 1944, p.190-207; p.259-263). Para que os Estados Unidos retornassem ao curso colonial e expansionista que marcaram sua história com o mundo fora de suas fronteiras, seria necessário verificar as possibilidades antifascistas de uma ordem mundial menos hierárquica iniciada pela Segunda Guerra Mundial.

O caso da Espanha ilustra como esse antifascismo da sociedade civil dos EUA era bastante influente antes e durante a Segunda Guerra Mundial, mas foi eclipsado por uma política externa mais imperial nos anos seguintes. Após a guerra civil, as simpatias de Franco fica-

ram claramente com as potências do Eixo, mas a economia espanhola ficou arrasada demais para levantar uma força considerável para enviar ao exterior ou mesmo para o caudilho defender seu regime de uma invasão quando a guerra em todo o continente estourou, em setembro de 1939. Como é sabido, ele adotou uma política de neutralidade durante a guerra, mas ajudou os alemães quando e onde podia, principalmente desafiando os acordos com os Aliados e fornecendo-lhes tungstênio, um metal essencial para os cartuchos antitanque que os nazistas não poderiam adquirir em outro lugar. Os Aliados, por sua vez, temiam profundamente que ele permitisse que os alemães passassem pelo território espanhol e atacassem a base britânica de Gibraltar na foz do Mediterrâneo, com profundas consequências estratégicas, e assim tomaram medidas para negociar com a Espanha apenas o suficiente para mantê-la afastada de uma aliança aberta com as potências do Eixo.

O que é impressionante, no entanto, é como a hostilidade de Roosevelt e o público dos EUA ao governo de Franco mantiveram consistentemente um apaziguamento muito mais profundo de Franco pelos EUA. Diplomatas britânicos e americanos da elite da política externa de seus países pressionaram consistentemente por uma assistência econômica mais generosa à Espanha durante a guerra, mas a reação pública contra esses planos pela mídia de esquerda e liberal – que era especialmente forte nos Estados Unidos – acabou por pará-los. A hostilidade americana em relação ao regime direitista de Franco continuou nos anos imediatos da guerra, quando o presidente Harold Truman continuou a falar contra o caudilho e trabalhou nas recém-constituídas Nações Unidas para isolar diplomática e economicamente seu governo (SMITH, 1999, p.185-204).

Tais sensibilidades antifascistas não resistiriam às pressões da Guerra Fria, no entanto, quando a política externa dos EUA retomou um curso mais familiar. A mudança do pós-guerra de uma cultura política baseada no antifascismo para o anticomunismo foi bastante rápida, embora não fosse instantânea, nem emergiu organicamente do “povo”. A mudança começou nos círculos de elaboração de políticas, criados por uma elite de política externa melhor representada pelo diplomata George Kennan. Como argumentou Joel Kovel, o

anticomunismo americano começou como um projeto de elite porque o ataque do comunismo à propriedade privada ameaçava a própria base de seu governo. Logo após a Primeira Guerra Mundial, poucos privilegiados aprenderam rapidamente que podiam interpelar americanos comuns com base no anticomunismo, falando com sua piedade religiosa, sua xenofobia e seus desejos de pertencimento nacional (KOVEL, 1994, p.12). A Depressão e a guerra contra o fascismo haviam comprometido substancialmente “o amor à livre empresa” e dado um olho roxo à reação política; do ponto de vista dos formuladores de políticas de elite, neutralizar o espírito de antifascismo e a recente popularidade da União Soviética entre o público foi uma parte significativa de colocar o mundo em seu devido lugar.

A Espanha foi um caso indicativo aqui. Os planejadores militares dos EUA, o Departamento de Defesa, Kennan e sua equipe de planejamento de políticas, o Departamento de Estado e, finalmente, o presidente Truman, decidiram pela primeira vez que era necessária uma relação militar estreita com Franco. Essa posição tornou-se um consenso dentro dos círculos políticos em 1947 e os Estados Unidos começaram a afrouxar as restrições comerciais com a Espanha logo depois. Como fizeram durante a guerra, os planejadores militares dos EUA descobriram que a Espanha era de real importância estratégica, desta vez como um local potencial para bases aéreas e navais em uma possível guerra com a União Soviética. Durante a Guerra Fria, no entanto, os Estados Unidos não aplacaram Franco apenas com comércio suficiente para impedi-lo de ingressar no Eixo, mas forneceram-lhe generosos pacotes militares e econômicos que essencialmente reconstruíram a economia espanhola.

Tudo começou com os Acordos de Madri de 1953, quando, em troca da concessão de bases nos EUA, a Espanha recebeu US\$ 600 milhões em ajuda militar dos EUA e US \$500 milhões em assistência econômica. Esses acordos também foram um sinal verde para o capital privado dos EUA investir no país: nos próximos dez anos, os bancos privados dos EUA forneceram US\$ 1 bilhão em capital à Espanha, além de US \$ 500 milhões do *US Export Import Bank*. Como Boris Liedke escreveu, essa ajuda explica “o crescimento econômico que a Espanha experimentou nos anos seguintes. Isso contrasta dire-

tamente com as atividades econômicas estagnadas no final da década de 1940 e no início da década de 1950”.¹⁰ Durante e imediatamente após a guerra, as tentativas de apaziguar Franco foram recebidas pelo público estadunidense com indignação. O apoio de seu governo a Franco continuou sendo profundamente controverso entre os estadunidenses comuns, mesmo durante a Guerra Fria, embora uma clara maioria daqueles que conseguiam identificar Franco apoiassem dar-lhe ajuda militar em 1951, desde que ele concordasse em ajudar a combater a União Soviética, se necessário.

CONCLUSÃO

Seja como for, o significado do debate sobre o fascismo e o comunismo nos Estados Unidos durante a década da Depressão é frequentemente negligenciado. O que esse debate ilustra é que, antes do bombardeio de *Pearl Harbor*, talvez pela última vez na história do país não houvesse consenso sobre quem constituía os verdadeiros inimigos do país no exterior. Durante a Guerra Fria, por outro lado, houve um amplo consenso de que o “comunismo” era o maior mal a ser combatido no exterior. Ainda hoje, democratas e republicanos podem discordar sobre como lidar com “estados desonestos” perigosos, mas eles não discutem sobre onde estão (por exemplo, Coreia do Norte, Venezuela, Irã). No entanto, na década de 1930, houve uma grande discordância entre o público e até nos círculos políticos sobre se o principal inimigo era a União Soviética, o bloco fascista ou ambos em igual medida. Também houve uma grande pergunta, após o desastre da Primeira Guerra Mundial, sobre se os britânicos eram ou não amigos valiosos dos Estados Unidos. Além disso, o governo Roosevelt não estava comprometido com um curso anticomunista nos assuntos mundiais e estava aberto a fazer parceria com a União Soviética após a guerra para manter a paz no mundo. Tais opções foram certamente excluídas pelas manobras das elites nos anos imediatos do pós-guerra, que acabaram tornando o anticomunismo hegemônico entre o público estadunidense na década de 1950.

¹⁰ Boris N. Liedtke, “Spain and the United States, 1945-1975,” in *Spain and the Great Powers*. Quote on 238.

No entanto, o envolvimento antifascista dos EUA na Espanha – e o poder que esse envolvimento exerceu na imaginação pública, durante e após o conflito – ilustra como o envolvimento dos EUA no mundo poderia ter tomado um rumo muito diferente. Há um valor real em ver a campanha para salvar a República Espanhola através desta lente do “o que poderia ter sido”, um valor que tem implicações para a memória histórica de maneira mais ampla. A teórica cultural Lisa Lowe chama essa visão da história de “temporalidade condicional passada”, escrevendo:

The past conditional temporality of the ‘what could have been’ symbolizes aptly the space of a different kind of thinking, a space of productive attention to the scene of loss, a thinking with twofold attention that seeks to encompass at once the positive objects and methods of history and social science and the matters absent, entangled, and unavailable by its methods (LOWE, 2006, p.208).

Nesta perspectiva, a campanha para salvar a República Espanhola do fascismo representa, por um lado, uma luta material onde as forças antifascistas quase venceram e onde a derrota não foi predeterminada desde o início, onde vários fatores contingentes poderiam ter se estabelecido, caso escolhas diferentes tivessem sido feitas. Mas, mais no espírito do conceito de história de Lowe, as formas de ver e saber que entraram na campanha para “Salvar a Espanha” – formas de ver e saber que visavam criar um lugar diferente e menos hierárquico dos Estados Unidos no mundo – representam um rico arquivo e um espaço de possibilidade que pode ser recuperado pelos historiadores e reativado por seu poder de guiar o presente. Em ambos os sentidos, a campanha internacional para a República Espanhola – local e não local de intervenção dos EUA – representa para nós no século XXI não apenas um espaço de luto, mas também em nossas imaginações históricas que orientam nossas ações no mundo, um espaço de possibilidade também.

REFERÊNCIAS

BYRNE, Justin, “From Brooklyn to Belchite: New Yorkers in the Abraham Lincoln Brigade,” in *Facing Fascism*, 74-75.

- BRENAN, Gerald. *The Spanish Labyrinth: An Account of the Social and Political Background of the Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- BUSH, George H.W. *All the Best, George Bush: My Life in Letters and other Writings*. New York: Scribner, 1999.
- CARROLL, Peter. Introduction to *Facing Fascism: New York and the Spanish Civil War*. Eds. Peter N. Carroll and James D. Fernandez. New York: New York University Press, 2007.
- CASEY, Steven. *Cautious Crusade: Franklin D. Roosevelt, American Public Opinion, and the War Against Nazi Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2001
- DENNING, Michael. *The Cultural Front: The Laboring of American Culture in the Twentieth Century*. New York: Verso, 1996.
- GALLUP, George. *The Gallup Poll: Public Opinion, 1935-1971: Volume 1*. New York: Random House, 1972.
- KOVEL, Joel. *Red Hunting in the Promised Land: Anticommunism and the Making of America*. New York: Basic Books, 1994.
- LOWE, Lisa. "The Intimacies of Four Continents," in *Haunted by Empire: Geographies of Intimacy in North American History*. Durham, NC: Duke UP, 2006.
- OTTANELLI, Fraser, "The New York City Left and the Spanish Civil War," in *Facing Fascism*, 63-66. Eric R. Smith, "New York's Aid to the Spanish Republic," in *Facing Fascism*, 44-48
- PRESTON. Paul. *The Spanish Civil War, 1936-1939*. Chicago: Dorsey Press, 1986.
- SMITH, Denis. "Franco and the Allies in the Second World War," in BALFOUR, Sebastian; PRESTON, Paul. *Spain and the Great Powers in the Twentieth Century*. London: Routledge, 1999.
- TIERNEY, Dominic. *FDR and the Spanish Civil War: Neutrality and Commitment in the Struggle that Divided America*. Durham: Duke University Press, 2007.
- VIALS, Chris. *Haunted by Hitler: Liberals, the Left, and the Fight against Fascism in the United States*. Amherst: University of Massachusetts Press, 2014.
- WALLACE, Henry. *Democracy Reborn*. New York: Reynal and Hitchcock, 1944.

WARREN, Frank A. *An Alternative Vision: The Socialist Party in the 1930s*. Bloomington: Indiana University Press, 1974.

A conferência emergencial
internacional de apoio aos
refugiados espanhóis de julho
de 1939: o apoio humanitário
às vítimas da Guerra Civil
Espanhola como causa
transnacional

Matheus Cardoso da Silva



INTRODUÇÃO

Entre 15 e 16 de Julho de 1939, ou seja, alguns meses após a derrota da Segunda República diante do golpe militar promovido por oficiais de alta patente das forças armadas espanholas que encerrou a guerra civil, foi realizada a *International Emergency Conference for Spanish Refugees* (Conferência Emergencial Internacional de Apoio aos Refugiados Espanhóis). Organizada pelo Comitê executivo da *International Committee of Coordination and Information for Aid to Republican Spain*, organização fundada em 1936, a conferência teve a finalidade de coordenar as atividades de diversos comitês formados ao redor do globo desde o início da guerra civil.¹ Atenderam à conferência delegados de países como Chile, México, Argentina, Inglaterra, Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Colômbia, Cuba, Egito, Dinamarca, Tchecoslováquia, França, Finlândia, Escócia, Holanda, EUA, Uruguai, U.R.S.S., entre outros, além de representantes de diversas organizações sindicais que organizaram autonomamente o envio de ajuda humanitária para a Espanha durante a guerra civil. Além desses, também compareceram à conferência delegados de territórios coloniais europeus que possuíam comitês autônomos de apoio à causa Republicana, como Argélia e Tunísia (então colônias francesas), Índia e Palestina (então colônias britânicas).²

Com o fim da Guerra Civil Espanhola, em 1 de abril de 1939, e a vitória da frente golpista sobre as forças multinacionais que apoiavam a República, apenas uma etapa do conflito – aquela iniciada com

¹ “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939. LP/ID/CI/42/3. Esse artigo é baseado no relatório produzido pelos delegados britânicos presentes na Conferência, que resumiu as atividades dos grupos internacionais reunidos entre 15 e 16 de julho de 1936, disponível no *People’s History Museum*, Manchester, Inglaterra. Agradeço a ajuda do *staff* do centro de documentação e memória do museu e todo seu apoio durante minhas pesquisas ali entre os meses de setembro e novembro de 2019.

² Todos os nomes das entidades apresentadas no presente artigo seguem as grafias originais apresentadas no relatório da *International Committee of Co-ordination and Information for Aid to Republican Spain*, o que explica, por exemplo, nomes de entidades latino-americanas ora apresentadas em espanhol, ora em inglês.

a sublevação militar que irrompeu em um golpe de estado em 17 de julho de 1936 – havia se encerrado. Em termos políticos e diplomáticos, a polarização que havia sido ensaiada nos apoios a um lado e a outro no teatro espanhol, desde 1936, assumiria de vez seu caráter global com o início da Segunda Guerra Mundial, apenas cinco meses depois.

Em termos humanitários, o fim da guerra civil deixou um saldo de milhares de refugiados civis (incluindo centenas de crianças) que se espalharam por países vizinhos, como a Inglaterra e França, mas também para o outro lado do Atlântico, como no México e na Argentina.

Em maio de 1937, por exemplo, 4 mil crianças refugiadas bascas desembarcaram na Inglaterra. Sua presença sensibilizou a opinião pública britânica a um ponto até então não alcançado por qualquer outra campanha de arrecadação de ajuda para a guerra. Foi também o único momento em que as opiniões das várias organizações de ajuda humanitária pareceram confluír na mesma direção (BUCHANAN, 1997, p.109).

O momento de evacuação das crianças rumo a Inglaterra coincidiu com a ofensiva nacionalista sobre o País Basco, em abril de 1937, quando as forças rebeldes, apoiadas pelos bombardeios da *Luftwaffe* nazista, destruíram a capital Bilbao e outras cidades menores, como Guernica. Muitas crianças já tinham sido evacuadas primeiro para a França. A evacuação para a Inglaterra foi resultado, em grande parte, da campanha encabeçada por Leah Manning, então agente do *National Joint Committee* em Bilbao (BUCHANAN, p.109-10).

Apesar das várias posições contrárias – tanto de órgãos governamentais, tais quais o *Foreign Office* e o *Home Office*, quanto de organizações humanitárias, como a *Save the Children* e ainda da Igreja Católica – a campanha para a evacuação das crianças bascas contou com forte apelo popular. Os trabalhistas, por exemplo, arrecadaram cerca de 5 mil Libras e, somando outras doações, alcançaram um total de 22 mil Libras no primeiro mês desde a chegada das crianças em solo britânico. A presença das crianças bascas desencadeou, ao mesmo tempo, uma campanha conservadora pela sua repatriação entre católicos e liberais que se estendeu até o final da guerra civil,

em 1939. Em 1945, ainda permaneciam cerca de 410 crianças em solo britânico, a maioria delas sem parentes localizados na Espanha. Em comparação, a França recebeu em outubro de 1937 cerca de 70 mil refugiados e, até o final da guerra civil, esse número cresceria para 440 mil. Com isso, é possível notar que, mesmo com os esforços do *National Joint Committee*, o número de refugiados abrigados pela Inglaterra foi mínimo. Um problema que se estendia desde a Primeira Guerra Mundial. Com o final da guerra civil, em 1939, e o restabelecimento das relações diplomáticas entre Espanha e Grã-Bretanha, apenas alguns políticos e militares tiveram suas entradas como refugiados permitidas em solo britânico pelo governo (BUCHANAN, 1997, p.116).

A QUESTÃO HUMANITÁRIA DURANTE A GUERRA CIVIL ESPAÑHOLA COMO TEMA TRANSNACIONAL

A questão humanitária que se torna emergencial desde o início da guerra civil (PRESTON, 2012), quando a crise basca em 1937 exigiu a evacuação de centenas de crianças após os bombardeios da Legião Condor, mostrou-se também um campo de disputas de caráter transnacional tão importante quanto as próprias posições dos inúmeros grupos que integraram tanto o lado republicano quanto o lado golpista, mesmo depois do fim da guerra ³.

³ Os bombardeios da Legião Condor alemã, com apoio da *Aviazione Legionaria* italiana ao País Basco, desde 1936, mostraram-se, eles próprios, uma questão transnacional de ampla repercussão. Para o III Reich, o teatro basco serviu como campo de treinamento para uma renovada força aérea alemã que, valendo-se da fraca resistência da aviação basca ou mesmo da inexistência de defesas antiaéreas, utilizou caças para bombardeios e ataques ao solo. *Knowhow* que mais a frente seria utilizado em outros bombardeios durante a guerra civil, como a Barcelona e, a partir de 1939, nas campanhas da *Luf-twaffe* durante o avanço nazista pela Europa. WESTWELL, Ian. *Condor legion: the Wehrmacht's training ground*. Hershman: Ian Allan Pub. 2004. Para as nações liberais que tentavam equilibrar uma tênue política de não intervenção no âmbito da combalida Liga das Nações, os bombardeios à áreas civis criaram pânico na opinião pública em países como Inglaterra e EUA, ao ponto de, especialmente na Inglaterra, forçar a construção de políticas públicas para pensar as consequências de ataques aéreos à áreas civis nas principais cidades britânicas, políticas que envolveram arquitetos, engenhei-

O caso do México é emblemático para evidenciar como a Guerra Civil Espanhola repercutiu globalmente e teve influência direta nas políticas locais de muitos países, incluindo fora do contexto europeu. Para Lázaro Cárdenas, presidente mexicano entre 1934 e 1940, a guerra civil na Espanha serviu como ferramenta política fundamental para assentar as linhas ideológicas de seu governo dentro da política local, a partir da associação da direita mexicana “com o golpismo, a sublevação, a inconstitucionalidade, a desordem e o atraso”, enquanto o próprio México (e seu governo) se desenhava no cenário internacional como defensor da legalidade, da justiça e da solidariedade (REVAH, 2005). E, assim como a Argentina, no contexto latino-americano, o México adotaria ainda uma política de Estado de acolhimento de refugiados da guerra, em especial crianças órfãs – assim como os *Niños de Morelia* (figura 1), que desembarcaram no Estado de Veracruz, em 7 de Junho de 1937⁴.

Na Europa, países como a Inglaterra e a França viram a Guerra Civil Espanhola influenciar diretamente seus contextos políticos durante a segunda metade da década de 1930, ajudando a definir as linhas de orientação dos partidos e grupos políticos que integrariam a Frente Popular em ambos os países.

ros, cientistas, psicólogos, médicos, políticos, entre outros, na chamada *Air Raid Precaution Campaign*.

⁴ Os chamados *Niños de Morelia* como ficaram conhecidos as 464 crianças de famílias republicanas que desembarcaram no estado de Veracruz, no verão de 1937, marcou o primeiro desembarque de refugiados da Guerra Civil Espanhola no México. A iniciativa que levou as crianças refugiadas a cruzar o Atlântico, foi organizada pelo *Comité Iberoamericano de Ayuda al Pueblo Español*, organismo criado por um grupo de intelectuais latino-americanos em 1936, para ajudar na promoção da causa da republicana nas Américas. Esse grupo entrou em contato com a organização *Comité de Ayuda a los niños del Pueblo español*, presidido por Amélia Solozárno, esposa do presidente mexicano Lázaro Cárdenas. As tratativas diplomáticas entre o governo mexicano e o espanhol começaram em janeiro de 1937, rapidamente chegando a um acordo para o traslado e recepção das crianças. HERNANDEZ, Aurélio Velázquez. El proyecto de casas-hogar para los Niños de Morelia (1943-1948). Tzintun – *Revista de Estudios Históricos*. n.59, enero-junio 2014, pp.139-173. Disponível em: http://tzintzun.iih.umich.mx/num_anteriores/pdfs/tzn59/A4-CASAS-HOGAR.pdf



Figura 1 - Os *Niños de Morelia* posando junto com Lázaro Cárdenas, presidente do México, em foto de 7 de junho de 1937. Archivo General de la Nación, México. Reprodução no Facebook: <https://www.facebook.com/ArchivoGeneraldeLaNacion/photos/pcb.1826428330733759/1826427764067149/?type=3&theater>

A vitória da coligação socialista nas eleições parlamentares francesas em julho de 1936 empossou Léon Blum como o primeiro líder socialista a dirigir a França em sua história. Apoiado por socialistas e comunistas, Blum formou o *Front Populaire* francês como resposta direta à crise política e econômica que assolava a Europa na década de 1930. O início simultâneo da guerra civil na vizinha Espanha tornou a “questão espanhola” também um problema francês, não apenas pelo compromisso antifascista que a Frente Popular assumira ao aglutinar diferentes forças sociais francesas contra os grupos conservadores locais que viam na vitória de Hitler na Alemanha uma inspiração e na ascensão do fascismo como movimento transnacional, uma alternativa viável para sair da crise do pós-Primeira Guerra Mundial. Mais ainda, pelo compromisso com os pactos internacio-

nais firmados no âmbito da Liga das Nações em prol da estabilidade europeia – compromisso caro aos socialistas continentais que ainda viam na Liga uma ferramenta institucional importante para a manutenção da paz no continente. Não é à toa que a França recusa intervir diretamente em prol do governo Republicano contra os sublevados, respeitando os limites diplomáticos vigentes e dando uma aposta de fé no já combalido fórum internacional. Mesmo assim, o governo Blum aceita receber refugiados espanhóis ao longo de seus 2 anos de duração, os quais coincidiram com os bombardeios ao País Basco.

Na Inglaterra, assim como na França, a Guerra Civil Espanhola se torna um tema central desde seu início, em 1936. Por um lado, por ajudar a definir as linhas ideológicas das forças políticas locais em meio às disputas pela interpretação das razões da Guerra na opinião pública local. Por outro, por evidenciar que a neutralidade adotada pelas grandes potências – que assim como a França oficialmente, justificavam-na por meio dos compromissos diplomáticos da Liga das Nações – teria consequências em relação à expansão da influência do bloco fascista no continente Europeu às vésperas do desenlace que levaria o mundo a uma guerra total.

Durante a guerra civil, grande quantidade de dinheiro foi arrecadada na Inglaterra para ser enviada como ajuda para a Espanha. Foi por meio das campanhas públicas em prol de ambos os lados que o grande público britânico ficou a par do conflito e seus desdobramentos.

Tom Buchanan (1997) lembra que, apesar de ter havido manifestações públicas de intelectuais e políticos pró-Falange – especialmente entre conservadores e membros da Igreja – o apoio humanitário às vítimas da guerra civil mobilizou muito mais aqueles pró-República. No entanto, reforça o historiador britânico, é preciso separar as doações e intervenções individuais daquelas coletivas, tanto de organizações políticas como do governo, já que nessas, o altruísmo ideológico dava lugar a tentativas de intervenção nos rumos do conflito. Isso pode ser percebido, segundo Buchanan, quando se nota que tentativas de intervenção “imparciais”, ou seja, que visavam atingir os dois lados do conflito, tenderiam a não progredir com o avançar da guer-

ra. Com isso, conclui, a ajuda humanitária acabou sendo uma extensão da política durante a guerra (BUCHANAN, 1997, p.93).

O grande interesse despertado entre a população civil britânica sobre a guerra motivou a formação de inúmeras organizações *ad hoc*. Esse foi outro aspecto inovador trazido pela Guerra Civil Espanhola para as relações internacionais daquele período. A partir de 1945 e a reorganização global pós-guerra, o número de organizações internacionais de cunho humanitário cresceu e o apoio a refugiados tomou forma de políticas de Estado. Em 1936, contudo, organizações internacionais humanitárias eram iniciativas novas de atuação política, mediando as relações entre sociedades e Estados. O advento do “filantropismo internacionalista” se deu com a Primeira Guerra Mundial, atendendo especialmente às vítimas belgas, sérvias e britânicas. Contudo, as instituições que surgiram para esses fins eram pouco equipadas para atender a crises de proporções nacionais, como no caso espanhol. A Liga das Nações não era forte o suficiente para uma intervenção humanitária. As maiores organizações filantrópicas britânicas à época, a *Society of Friends* e a *Save the Children Fund*, desenvolveram grandes campanhas para arrecadação de auxílio, mas não podiam intervir em termos políticos, o que resultava em dificuldades em atuar apenas de um lado da guerra. A Cruz Vermelha britânica também fez forte campanha dentro da Inglaterra, mas não interveio logisticamente – por exemplo, com o envio de pessoal. Todos esses fatores iriam se coadunar, contudo, nas novas organizações criadas com a demanda da Guerra Civil Espanhola dentro da Inglaterra.

A ajuda humanitária do governo britânico, apenas com a evacuação naval de refugiados entre 1936 e 1937, custou 73 mil libras (BUCHANAN, 1997, p.94). Contudo, essa ajuda esteve condicionada a acordos diplomáticos que definiam que qualquer intervenção britânica, mesmo humanitária, deveria atender igualmente aos dois lados do conflito. Esquema que, no decorrer da guerra, jamais funcionaria devido às grandes hostilidades entre republicanos e nacionalistas (PRESTON, 2012).

A política institucional britânica de apoio humanitário às vítimas da guerra foi alterada em dezembro de 1937, sob sugestão de Antho-

ny Eden, para o apoio da *International Commission for Assistance of Child Refugees in Spain*. Essa parceria rendeu a arrecadação inicial de 25 mil libras e, mais adiante, a soma de 50 mil libras adicionais, doadas à Cruz Vermelha para o apoio das vítimas da guerra então refugiadas na França. Para Nevil Chamberlain, essas ações serviam especialmente como fachada política, em uma tentativa de mostrar a imparcialidade do governo britânico diante da situação espanhola (BUCHANAN, op. cit., p.94).

A política de não-intervenção do governo britânico, contudo, limitava as ações das entidades civis quanto ao envio de dinheiro para a Espanha, sob o argumento de que poderia ser usado para a aquisição de armamento. O governo britânico, por outro lado, não intervinha quanto ao envio de veículos ou mesmo na coleta voluntária de fundos dessas associações em solo britânico. Algumas tentativas foram empreendidas pelo *Foreign Office* para desencorajar o envio de unidades médicas britânicas para a Espanha em agosto de 1936, assim como o MI5 tentou brevar a emissão de vistos de voluntários que rumavam ao país durante os anos da guerra. O envio de pessoal para a Espanha, não obstante, foi visto ao final como um bom caminho para os órgãos de inteligência britânicos obterem informações sobre o lado republicano.

As divisões políticas no lado republicano também afetavam diretamente as atividades das organizações humanitárias, tanto dentro quanto fora da Espanha. Foi o caso da *Spanish Medical Aid*, que atuou diretamente na ajuda às crianças bascas refugiadas, cujo apoio devia soar como uma atividade “não-política”, em muitos casos, para não dividir muitos daqueles que suportavam financeiramente as ações dentro da Grã-Bretanha. Nessa divisão política que afetava as ações humanitárias, a atuação do movimento trabalhista e do *Independent Labour Party* eram direcionadas a suas organizações irmãs dentro da Espanha (no caso do ILP, o *Partido Obrero de Unificación Marxista*, o POUM), enquanto os comunistas apoiavam a *Spanish Medical Aid*, que atuava ao lado das brigadas internacionais. Da mesma maneira, o movimento trabalhista evitou a cooptação de suas ações na Espanha pelo governo espanhol (BUCHANAN, 1997, p.96).

UM HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE APOIO HUMANITÁRIO ÀS VÍTIMAS REPUBLICANAS DA GUERRA CIVIL

Desde os primeiros dias da guerra civil, em 1936, um movimento internacional de simpatia à Espanha Republicana foi formado com extensões transnacionais. Reuniu personalidades, acadêmicos, entidades civis de diversas matizes e partidos políticos de diversas colorações, que compreendiam que a rebelião de oficiais de alta patente das forças armadas espanholas contra o governo de Manuel Azaña (então presidente) e Francisco Largo Caballero (então primeiro-ministro), representava, mais do que um choque das forças conservadoras internas contra a Segunda República espanhola, eleita em 1931. Já era claro seu papel geopolítico, o primeiro grande conflito intraeuropeu desde o fim da Primeira Guerra Mundial, que ameaçava a tênue paz de Versalhes e a já combalida Liga das Nações, que se mostrava débil em equilibrar o reaquecimento das tensões entre as nações no continente.

Em resposta aos ecos internacionais da crise espanhola, diversas organizações foram formadas ao redor do globo, constituindo um verdadeiro movimento transnacional de apoio e ajuda humanitária, especialmente ao lado republicano. Esses comitês locais, diante das imposições diplomáticas de seus governos que queriam evitar o comprometimento com um dos lados do conflito, atuaram essencialmente na arrecadação de ajuda financeira e logística para suas vítimas civis. No entanto, esses comitês locais ajudaram também na divulgação internacional da Guerra, o que transformou o conflito num problema global e símbolo da escalada das tensões das potências europeias em meio a emergência global do fascismo como um movimento organizado e da incapacidade das democracias liberais em responder no mesmo tom que os Estados fascistas às questões do período.

Em 13 de Julho de 1936, uma conferência europeia foi realizada em Paris para tratar do caso espanhol. No âmbito da conferência, foi formado o *International Committee of Coordination and Information for Aid to Republican Spain* com um duplo objetivo: 1) formar ao redor do globo “Comitês Internacionais para ajuda da Espa-

nha Republicana”, a fim de centralizar os esforços de entidades organizadas nesses países e coordenar em escala internacional a solidariedade à Espanha Republicana; 2) informar os diversos comitês nacionais das necessidades da população espanhola e acompanhar as políticas governamentais relacionadas ao conflito ⁵.

Para atingir os objetivos propostos, o Comitê organizaria uma intensa campanha de propaganda internacional ao longo dos três anos de conflito, por meio de conferências, boletins, divulgação de pôsteres e panfletos. Além disso, em todas as conferências internacionais que reuniam delegados das várias sessões nacionais, exposições de filmes e reportagens fotográficas ajudariam não apenas a contextualizar o andamento do conflito, mas a sensibilizar as mentes dos presentes.

Da campanha, resultaria a primeira grande conferência internacional, realizada entre 16 e 17 de janeiro de 1937, com o objetivo de arrecadar ajuda financeira para os feridos, as viúvas e os órfãos republicanos. Compareceram a essa conferência 500 delegados de 36 países. A Conferência mostrou a urgência de organizar em termos logísticos o envio da ajuda arrecadada entre os diversos comitês nacionais e, paralela ao *International Committee of Co-ordination*, foi fundada a *Centrale Sanitaire Internationale*, uma entidade transnacional com a finalidade de organizar a ajuda sanitária e médica, como por exemplo, angariando fundos a fim de enviar ambulâncias para a Espanha (figuras 2 e 3) ⁶.

Depois da reunião do comitê executivo da entidade, realizada em Londres, em 12 de março de 1937, um grande evento público de apoio ao povo basco foi realizado em Paris, em 4 de Maio de 1937. A crise basca foi considerada o estopim para o envio de comida para a Espanha, especialmente para Bilbao. Da mesma maneira, a comoção internacional causada pelos bombardeios a Guernica e a outras áreas civis do País Basco reforçou a solidariedade internacional e o aumen-

⁵ LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.23.

⁶ LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.24.

to das pressões sobre a Liga das Nações e entidades como a Cruz Vermelha Internacional.



Figura 2 - “Pharmacy depot of the French charity Centrale sanitaire internationale”. No verso: “Le Dépôt de pharmacie de la Centrale Sanitaire Internationale à Perpignan/ Pyr. Orient. (Photo extradite du film “Un Peuple attend). Perpignan, França, 1938. Coleção: Amirah Inglis (Spanish Civil War), Australia National University, Open Research Library. Arquivo N171-56-2-6 , Disponível online: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/handle/1885/99045>

Entre 20 e 21 de novembro de 1937, outra conferência internacional para o envio de ajuda humanitária às crianças e refugiados espanhóis seria realizada. Na ocasião, outra entidade internacional, similar a *Centrale Sanitaire* seria criada, no entanto, focada no apoio às crianças vítimas da guerra: o *Office Internationale Pour L'Enfance*.

O envio de comida e ajuda humanitária às vítimas civis da guerra civil se tornou a principal questão para as entidades internacionais que se aglutinavam em torno do *International Committee of Coordination*. Em 14 de Abril de 1937, foi lançada a primeira grande campanha internacional coordenada com os comitês nacionais para o

envio de comida para a Espanha. O resultado foi, um mês depois, o envio de um navio com comida no valor de 3 milhões de francos.



Figura 3 - “Ambulance, donated to the Spanish Government by the Spanish Relief Committee, Perth”. 1937. Coleção: Amirah Inglis (Spanish Civil War), Australia National University, Open Research Library. Arquivo N171-55-15-1.

Disponível online: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/handle/1885/733712950>

Em 1 de Julho de 1938, o governo republicano espanhol definiu parâmetros legais para o envio de ajuda humanitária para o país. No seu parágrafo 8, o documento, assinado pelo então presidente do conselho de ministros, Juan Negrin, declarava o *International Committee of Coordination and Information for Aid to Republican Spain*, o *Centrale Sanitaire Internationale* e o *Office International Pour l'Enfance* como organismos oficiais junto ao governo republi-

cano de coordenação internacional para o envio de ajuda humanitária para a Espanha ⁷.

A visibilidade internacional da guerra e sua crise humanitária aumentaram as pressões nos governos nacionais ao longo dos anos de 1937 e 1938, incluindo as dessas entidades internacionais somadas aos trabalhos de comissões parlamentares que viajavam à Espanha. O objetivo era erodir as barreiras diplomáticas que impediam, por exemplo, o comércio com o território republicano, construídas com a finalidade de evitar o envio de armas para dentro da Espanha, mas que atingiam também produtos como comida, medicamentos, material sanitário etc.

Diante desse contexto, o comitê executivo do *International Committee of Coordination* organizou em Paris mais uma conferência, realizada entre os dias 1 e 2 de Dezembro de 1938, quando foi decidido a organização do *International Food Commission for the Civilian Population of Spain*, um órgão técnico, formado para coordenar a compra e o envio de comida em bases regulares, dirigido pelo chefe do comitê sueco, senador Georg Branting, e que atuaria paralelo ao *International Committee of Co-ordination*. O novo órgão tinha como função traçar as linhas para uma campanha internacional e regular para a arrecadação de fundos. Isso resultou na organização de eventos locais, como a *French Conference of Relief to the Civilian Population*, organizada em Paris em 28 de janeiro de 1939, levando a organização do *French Committee of Coordination for Aid to the Spanish Civilian Population*.

A queda de Barcelona, em 26 de janeiro de 1939, e a migração em massa de refugiados para a França significaria uma nova linha de atuação do *International Committee of Coordination*. O comitê executivo do órgão passa a acompanhar no local o deslocamento de refugiados e organiza uma reunião emergencial na cidade de Perpignan, nos Pirenéus, em 9 de fevereiro de 1939, para a qual atenderiam representantes de todas as quatro organizações internacionais a fim

⁷ LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.25.

de organizar diretrizes para o trabalho humanitário a partir de então⁸.

O fim da guerra não significaria, assim, o fim das atividades do *International Committee of Coordination*. O papel do órgão seria manter as atividades entre os comitês nacionais sob o slogan “o apoio ao povo espanhol continua”. O *International Committee* dividiu o foco de suas atividades em três grandes frentes: a) apoio moral e material ao povo espanhol, por meio de uma campanha contra a chamada “*Ley de responsabilidades políticas*”, editadas por Francisco Franco no dia 9 e publicada no dia 13 de fevereiro de 1939, que atribuía toda a culpa pela guerra a todos aqueles identificados com o lado republicano; b) apoio aos refugiados espanhóis na França, patrocinando os campos de refugiados e defendendo o direito do asilo para evitar a repatriação forçada; c) uma campanha massiva de informação internacional sobre as condições dos refugiados.

O comitê organizou também a visita de delegados internacionais aos campos de refugiados da guerra na França e na Argélia, sendo as atividades publicizadas internacionalmente através de panfletos e *newsreels*. E todos os esforços do comitê seriam concentrados na organização do *International Emergency Conference for Spanish Refugees*, realizada em Paris, entre 15 e 16 de julho de 1939.

A CONFERÊNCIA EMERGENCIAL INTERNACIONAL DE APOIO AOS REFUGIADOS ESPANHÓIS DE JULHO DE 1939

A conferência, realizada entre 15 e 16 de julho de 1939, ecoou todos esses dilemas. Além de reunir delegados de entidades ao redor

⁸ No final da guerra civil, em 1939, a *Centrale Sanitaire Internationale*, por exemplo, atuaria também como uma entidade de classe de caráter transnacional, ajudando a repatriar médicos que atuaram do lado republicano a seus respectivos países de origem. Sobre isso, ver o relatório de George Jeger para o órgão britânico *Spanish Medical Aid Committee* sobre as deliberações da Conferência da CSI realizada em Paris entre 1 e 2 de abril de 1939, sob o título de *Report on combined conference in Paris of Centrale Sanitaire Internationale, the Committee for Children, the International Food Commission, and the International Co-ordinating Committee*. Arquivo 292/946/43/18, Modern Record Center, University of Warwick. Disponível online: <https://mrc-catalogue.warwick.ac.uk/records/TUC/A/12/946/43/18>

do globo, sintetizando suas atividades naquele ano, mostrou as extensões humanitárias da crise espanhola e seu peso para a diplomacia da época.

O relatório da conferência, publicado em diversos idiomas, foi dividido em três partes: 1) “Resumo da solidariedade internacional”, 2) “Contribuição de todas as nações” e 3) “Atividade internacional”. Nesta última, o relatório sintetizou as atividades das quatro outras entidades internacionais: “*The international Committee of Coordination and Information*”; “*The Centrale Sanitaire Internationale*”; “*The Office Internationale Pour L’Enfance*” e “*The International Food Commission for Civilian Population of Spain*”.

A primeira parte do relatório retoma as contribuições das diversas entidades internacionais que atuaram até aquele momento em diferentes localidades ao redor do globo. Mais à frente, reunidas em torno de entidades que passaram a coordenar os trabalhos nacionais, criou-se uma campanha unificada em prol da Espanha republicana, mitigada por redes de contato transnacionais, costuradas pelos trabalhos de organizações como o *International Committee of Coordination and Information* e suas entidades correlatas.

Na Argentina, por exemplo, primeiro país elencado no relatório⁹, os trabalhos dos diversos comitês nacionais que surgiram em apoio à causa republicana desde 1936, passam a ser coordenados pela “*Federation of Organs for Aid to Republican Spain*” (FOARE). Além de congregar as atividades de diversos grupos locais, o papel de entidades como a FOARE foi de filiar essas entidades ao *International Committee of Coordination and Information*. Da mesma maneira, outras entidades passam a coordenar as ações locais de ajuda humanitária ao lado republicano da Guerra, tal como a *Junta Argentina de Médicos pro Ayuda Sanitária a España Republicana*, que também se filia a *Centrale Sanitaire Internationale*, responsável pela coordenação logística de arrecadação e remessa de material sanitário para a Espanha¹⁰.

⁹ O relatório da conferência elenca as contribuições dos diversos comitês nacionais ao encontro em Paris em ordem alfabética.

¹⁰ O relatório destaca que, entre 1938 e 1939, cerca de 1.397.420 de francos em material sanitário foram enviados da Argentina para a Espanha, inter-

Já no México, como dissemos acima, foi estabelecido o primeiro comitê internacional de ajuda aos refugiados espanhóis fora do território europeu, em outubro de 1936: *Comité de Ayuda a los Niños del Pueblo Español*, presidido por Amalia Alejandra Solórzano Bravo, esposa do então presidente Lázaro Cardenas. Assim como seus similares internacionais, o comitê mexicano reunia o trabalho de outras entidades, a fim de coordenar o apoio humanitário à Espanha republicana e, em 1938, já havia arrecado uma soma de 100 mil pesos¹¹. Em outubro de 1938, seria formado a *Federation of Organs of Aid to the Spanish Republic of Mexico*, que seria o responsável por coordenar a recepção dos refugiados espanhóis no país a partir de então.

Ainda na América do Sul, outro país em que a Guerra Civil Espanhola teve impacto decisivo em sua política local e que teve grande importância na campanha transnacional de apoio aos refugiados espanhóis foi o Uruguai¹². Naquele país, a coordenação das atividades ficou a cargo do *Comité Nacional pro Defensa de la Republica Democratica Española* (e que mais a frente mudaria o nome para *Comité Nacional de Ayuda al Pueblo Español y defensa de la Democracia*), fundado em 2 de agosto de 1936. O comitê se dividiu em

mediados por essas entidades. LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.3.

¹¹ LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.16.

¹² O caso do Uruguai é correlato a de outros países latino-americanos que, à época, se viam envoltos em regimes autoritários e traçaram paralelos para o debate sobre a democracia dentro de suas fronteiras nacionais a partir do exemplo da Espanha. Desde março de 1933, o Uruguai vivia em um regime autoritário pró-fascista, depois do golpe de Estado promovido por frações conservadoras do partido colorado. Em setembro de 1936 (quase que simultaneamente a ruptura com a URSS), as forças conservadoras não tardariam em romper relações diplomáticas com a República espanhola e, simultaneamente, declarar apoio a “Espanha Nacional”, sob a justificativa de violação das leis internacionais por parte dos republicanos. Enquanto isso, colorados batllistas, nacionalistas independentes, socialistas e comunistas declararam apoio a República espanhola. ZUBILLAGA, Carlos. “El Centro Republicano Español de Montevideo: entre la solidaridad y la realpolitik”. *Migraciones y exilios*. 9-2008, 9-30.

mais de 130 filiais locais, em 20 distritos de Montevideo¹³. O comitê uruguaio conseguiu arrecadar um total de 3.524.841 francos. Mais ainda, segundo o relatório do *Committee of Co-ordination*, o comitê uruguaio teve papel fundamental para arregimentar apoio de outros comitês na América do Sul, depois do *Congreso por la Defensa de la Democracia*, realizado em Montevideo.

Outro país no continente americano em que a Guerra na Espanha repercutiu de maneira profunda foi nos EUA. A ajuda humanitária estadunidense ficara a cargo do *Medical Bureau and North American Committee to Aid Spanish Democracy*, sob a presidência do bispo metodista e reformista social Francis J. McConnell e do médico fisiologista Walter B. Cannon, como seu secretário executivo. A entidade reunia dezoito organizações afiliadas e cooperava com diversos outros órgãos de alcance nacional. A entidade se dividia em diversos comitês especiais, a fim de ampliar sua capacidade de arregimentação: comitê para as mulheres, comitê psicológico, comitê de engenheiros, entre outros¹⁴. Além de promover eventos de caráter internacional, reunindo delegados de outros comitês fora dos EUA, a entidade foi responsável por uma campanha massiva para o fim da neutralidade das democracias liberais em relação ao conflito espanhol. O *Committee of Coordination* estimou que entre 1 de outubro de 1936 e 31 de maio de 1939, a entidade estadunidense foi responsável por angariar a soma de 2.650.000 dólares estadunidenses (cerca de 100 milhões de francos em cotação da época), destinados a Espanha republicana¹⁵. Mais à frente, a entidade seria rebatizada como *Spanish Refugee Relief Committee*, a fim de unificar os esforços humanitários para arrecadação e envio de ajuda à Espanha republicana.

Cruzando novamente o Atlântico, o impacto da Guerra Civil Espanhola na formação de entidades humanitárias às vésperas da Segunda Guerra Mundial foi decisivo. Na Bélgica, por exemplo, o *Comité Belge de Cordination et d'Information pour l'Aide à l'Espagne*

¹³ LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.21.

¹⁴ Op. cit., p.20.

¹⁵ Op. cit., p.21.

Républicaine, foi formado em agosto de 1937, ligado ao Partido Trabalhista Belga, tendo como seu presidente o senador trabalhista Henri Rolin. Assim como nas entidades americanas, o comitê belga aglutinou outras entidades locais e passou a coordenar as atividades de arrecadação e envio de mantimentos para a Espanha, entre elas *Comité de Vigilance des Intellectuels Antifascistes*, *Students of the Free University of Brussels* e a *Secours Populaire Belge*, braço da entidade, *Women's Committee against War and Fascism*¹⁶. Em junho de 1939, sob os auspícios do Comité de Coordenação Belga, foi criado o *Comité de Liaison pour l'Aide aux Réfugiés*, que por sua vez reuniu diversas outras entidades menores, tais como *Catholic Committee of Assistance to the Refugees*, *Bureau Belge pour le Droit d'Asile*, entre outros¹⁷.

Já na França, as atividades de coordenação da ajuda humanitária às vítimas civis da guerra na Espanha a partir de 1939 ficaram a cargo do *Comité Français de Coordination pour L'Aide aux Populations Civiles de L'Espagne Républicaine*, fundado durante a conferência francesa de apoio a população civil na Espanha, organizada em Paris, em 28 de janeiro de 1939, e atuou durante cinco meses¹⁸. O comitê, além de organizar a arrecadação de ajuda enviada por diversos grupos locais franceses¹⁹, mediava as reivindicações humanitárias diretamente com deputados e demais membros do governo francês.

¹⁶ LP/ID/CI/42/3. "International Solidarity and the Spanish Republicans", International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.4.

¹⁷ Op. cit., *ibid*.

¹⁸ LP/ID/CI/42/3. "International Solidarity and the Spanish Republicans", International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.7.

¹⁹ Entre eles, de entidades como o *Comité d'Accueil aux Intellectuels Espagnols*, o *Comité d'Aide aux Combattants et aux Families des Volontaires*, o *Comité d'Accueil aux Enfants d'Espagne*, além das arrecadações dos diversos sindicatos franceses entre outros. Apenas a CGT francesa, havia coletado desde o início da guerra civil, em 1936, a soma de 12 milhões de francos, enquanto a *Union des Syndicats de la Région Parisienne* havia arrecadado apenas em 1938, 8 milhões de francos, a serem destinados como ajuda humanitárias para Espanha. LP/ID/CI/42/3. "International Solidarity and the Spanish Republicans", International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.9.

Além disso, foi responsável pelo assentamento dos refugiados espanhóis em solo francês e nos chamados *lodging centers* (centros de hospedagem)²⁰. Mais importante ainda, foi o papel desempenhado pelo comitê na organização da última conferência de amplitude nacional, realizada em Paris, entre 10 e 11 de junho de 1939, que declarou em suas resoluções a importância de integração dos refugiados espanhóis na sociedade francesa e nos outros países que os havia abrigado ao longo da guerra civil²¹.

A campanha francesa também se estendeu aos seus territórios coloniais. Na Argélia, a campanha era coordenada pela comissão local do *International Committee of Coordination* e pelo comitê de recepção dos Refugiados espanhóis²². Já na Tunísia, a campanha de apoio aos refugiados era tocada pela *Committee of Coordination of Tunisie*

²⁰ LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.7.

²¹ A resolução foi divulgada no panfleto: “*Asylum and work to the Spanish refugees*”, produzido pelo comitê e entregue a diferentes autoridades do governo francês para sua apreciação. LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.8. É importante lembrar que àquela altura, as leis que definiam as condições de refúgio e asilo político ainda eram tênues e deveras restritas no âmbito do direito internacional. Um preâmbulo do que viriam a se constituir efetivamente como uma legislação internacional de refúgio no pós-Segunda Guerra Mundial, surgem pela primeira vez, baseadas na *Convention relating to the International Status of Refugee*, editada pela Liga das Nações, em 28 de outubro de 1933. Essa resolução, por sua vez, era baseada em determinações da Liga das Nações de 12 de maio de 1926, quanto ao asilo de russos, armênios e refugiados assimilados que imigraram a partir dos territórios russos após a Revolução Bolchevique de 1917 e ao longo da Primeira Guerra Mundial. Disponível em: League of Nations, *Convention Relating to the International Status of Refugees*, 28 October 1933, League of Nations, Treaty Series Vol. CLIX No. 3663, <https://www.refworld.org/docid/3dd8cf374.html> [acessado em 4 de maio de 2020]

²² O relatório dava conta do número de 4 mil refugiados espanhóis na Argélia em 1939. LP/ID/CI/42/3. “International Solidarity and the Spanish Republicans”, International Emergency Conference for Spanish Refugees – July 15-16, 1939, p.10.

que, conjuntamente com os sindicatos locais, havia abrigado até então (1939) cerca de 2 mil refugiados²³.

Ainda na França, o papel desempenhado por outros grupos imigrantes mostrou o caráter transnacional da guerra civil e do apoio a seus refugiados. O relatório dá conta, por exemplo, da atuação de trabalhadores refugiados alemães residentes em território francês, que teriam arrecado a soma de 437.264,30 francos em “dinheiro ou similares” [sic]²⁴. Já dentro do território alemão, a ajuda era muito mais complexa, haja visto a repressão do governo nazista aos simpatizantes da República espanhola.

CONCLUSÃO

A conferência organizada pelo Comitê executivo da *International Committee of Coordination and Information for Aid to Republican Spain*, entre os dias 15 e 16 de julho de 1939, reforçou os laços transnacionais costurados pela guerra civil na Espanha entre diversas organizações políticas com representações em todos os continentes. Simultaneamente, o relatório evidenciou também os ecos da Guerra Civil Espanhola nos diversos contextos nacionais, especialmente naqueles países que, ao se engajarem como espaços de asilo aos refugiados da guerra, ampliaram seu teatro geográfico. Um terceiro ponto a ser destacado, tendo a guerra civil na Espanha como contexto, foi a ampliação dos debates sobre as leis internacionais de proteção ao refúgio e o direito de mobilidade humana mais de uma década antes da fundação da Organização das Nações Unidas, já que os países que se propuseram a permitir a entrada de refugiados espanhóis tiveram que se apoiar em um conjunto de determinações legais arcaicas, oriundas dos debates da Liga das Nações, ainda imerso no contexto em torno da Primeira Guerra Mundial.

A fim de propor uma abordagem crítica dos dados apresentados no relatório da *International Committee of Coordination and Information for Aid to Republican Spain*, retomemos brevemente como exemplo o caso do apoio das organizações humanitárias inglesas.

²³ Op. cit., ibid.

²⁴ Ibid.

Um ponto interessante a se considerar em meio a historiografia que trata da ajuda humanitária britânica às vítimas da Guerra Civil Espanhola, aponta o historiador britânico Tom Buchanan, é o argumento de que ela teria se desenvolvido de maneira mais ou menos uniforme em apoio aos republicanos, funcionando como uma força motriz de aglutinação política dentro do *Popular Front* local. Buchanan argumenta que, obviamente, houve interação entre diversos comitês e associações que trabalhavam individualmente, tais quais as *Spanish Medical Aid Committees*, os comitês de envio de comida, comitês da juventude e outros cuja interação resultaram na organização do *National Joint Committee for Spanish Relief*. Contudo, justamente pelas divisões políticas internas do lado republicano, pode-se argumentar que pensar em um movimento de apoio humanitário unificado é um grande exagero.

O termo *Aid Spain Movement* tinha uma clara conotação política, recorda Buchanan. Ele foi utilizado pela primeira vez pelo jornal oficial do *Communist Party of Great Britain*, o *Daily Worker*, que fazia listas de doações para a Espanha, ação que não podia ser separada de um projeto comunista de atuar como liderança na solidariedade internacional à República espanhola (BUCHANAM, 1997, p.97). Assim, persistiu o que Buchanan chama de “mito” da ajuda humanitária à Espanha, como um movimento unificado. A realidade, contudo, indica que os vários movimentos de apoio – políticos, religiosos e humanitários – eram variados, cada um com objetivos políticos específicos.

O *Spanish Medical Aid Committee*, criado em julho de 1936, foi a primeira organização criada estritamente com fins humanitários a intervir na guerra civil. A iniciativa partiu em conjunto de um grupo de médicos de esquerda e de Isabel Brown, comunista com grande experiência na organização de comitês de apoio às vítimas do fascismo. O chefe do comitê era o Dr. Charles Brook, secretário da *Socialist Medical Association*, responsável por formar uma unidade médica a ser enviada para a Espanha (BUCHANAM, 1997, p.101). Inicialmente atuando como uma unidade internacional, sem vinculação política direta com a guerra, a *Spanish Medical Aid* acaba sendo incorporada como uma unidade militar no exército republicano, o que

muda não apenas seu status de entidade humanitária como sua relação com a política da guerra, dentro e fora da Espanha.

Outra unidade médica que acabou sendo comparada – e até certo ponto, dita rival – da *Spanish Medical Aid* foi a *Scottish Ambulance Unit Committee*, formada em Glasgow, em setembro de 1936. Sua iniciativa foi de Sir Daniel Stevenson que, apesar de ter atuado em prol do governo Republicano, também foi um defensor dos tratados britânico-germânicos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial e, por isso, visto com cautela pela esquerda. Os escoceses, contudo, não tiveram o apelo dos ingleses, sendo que a maioria dos fundos que conseguiram reunir foram doados pelo próprio Stevenson (BUCHANAM, 1997, p.107).

Diante do caso inglês, fica evidente, então, que é necessária uma leitura crítica em relação aos dados apresentados no relatório produzido pela *International Committee of Coordination and Information for Aid to Republican Spain*. Especialmente no que tange a apresentação das diversas organizações de ajuda humanitária internacional como entidades coesas, trabalhando de maneira harmônica pelo apoio incondicional à causa republicana espanhola. Obviamente, o relatório não se trata de uma análise histórica profunda nem do contexto da guerra em si, nem da história das organizações humanitárias (seus dilemas e embates) no período entre as duas guerras mundiais. Mesmo assim, é necessário um olhar crítico, já que o documento pode ser instrumentalizado como fonte importante para reconstruir os caminhos da cooperação transnacional que atuou dentro e fora do teatro de guerra espanhola.

REFERÊNCIAS

Arquivos consultados:

People's History Museum, Manchester, Inglaterra
Modern Record Center, University of Warwick, Coventry, Inglaterra.

Outras fontes

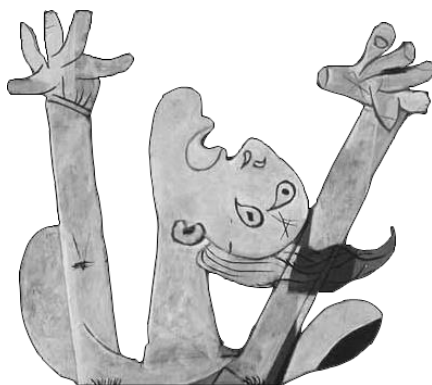
Ciné-archives: fonds audiovisuel du PCF – Mouvement Ouvrier et Démocratique: “Aide de la Centrale Sanitaire Internationale aux réfugiés Espagnols (I)”. Documentário. Dir. Jean-Paul le Chanois, Filme 35mm. Disponível online:
<https://www.cinearchives.org/catalogue-d-exploitation-494-58-o-o.html>

Bibliografia

- BUCHANAN, Tom. *Britian and the Spanish Civil war*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HERNANDEZ, Aurélio Velázquez. El proyecto de casas-hogar para los Niños de Morelia (1943-1948). *Tzintun – Revista de Estudios Históricos*. n.59, enero-junio 2014, pp.139-173. Disponível em: http://tzintzun.iih.umich.mx/num_anteriores/pdfs/tzn59/A4-CASAS-HOGAR.pdf
- League of Nations, *Convention Relating to the International Status of Refugees*, 28 October 1933, League of Nations, Treaty Series Vol. CLIX No. 3663, available at: <https://www.refworld.org/docid/3dd8cf374.html> [accessed 4 May 2020]
- PRESTON, Paul. *The Spanish Holocaust.: inquisition and extermination in Twentieth-century Spain*. London: Harper Press, 2012.
- REVAH, Mario Ojeda. *México y la Guerra Civil española*. Madrid: Turner, 2005.
- WESTWELL, Ian. *Condor legion : the Wehrmacht's training ground*. Hersham: Ian Allan Pub. 2004.
- ZUBILLAGA, Carlos. “El Centro Republicano Español de Montevideo: entre la solidaridad y la realpolitik”. *Migraciones y exilios*. 9-2008, 9-30.

O Brasil no turbilhão da Guerra Civil Espanhola

Paulo Roberto de Almeida



O CENÁRIO GERAL DA GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O século XX, na definição de vários historiadores, foi, com ênfase em sua primeira metade, a era dos extremos ideológicos, uma época de enfrentamentos de uma terrível violência entre potências conservadoras, ou de extrema direita, um regime comunista e as democracias liberais de mercado. Começando ao final da Grande Guerra, que seria posteriormente chamada de Primeira Guerra Mundial, o primeiro desafio, praticamente mortal, levantado contra os sistemas democráticos de mercado foi o bolchevismo, logo materializado na construção do comunismo na Rússia e na criação de uma organização internacional, o *Comintern*, para guiar a ação de outros partidos similares ao redor do mundo e canalizar financiamento direto desses outros partidos para objetivos que eram os da então recém-inaugurada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Os primeiros anos foram tomados por uma guerra civil entre partidários do antigo regime e os promotores do novo, em meio a intervenções estrangeiras e uma primeira crise econômica de proporções gigantescas, provocando inclusive fome e desnutrição generalizadas, estimulando um breve retorno a uma economia de mercado por parte do regime.

Pouco depois, ou praticamente simultaneamente, tomava impulso, primeiro na Itália, depois na Alemanha, e posteriormente em diversos outros países, a vertente fascista das mesmas correntes autoritárias, antiliberais, coletivistas, estatizantes, apenas que de sinal contrário. Se a vertente comunista se identificava com o legado jacobino e os setores mais extremados do igualitarismo radical da revolução francesa, por isso mesmo colocado no terreno da esquerda, e isso desde meados do século XIX, a tendência fascista passou a ser caracterizada como o ponto extremo da velha direita conservadora, mas ela representou também a exacerbação de correntes reacionárias e racistas, ao apelar para a violência e a eliminação física dos adversários políticos e de minorias étnicas ou religiosas. O resultado seria uma hecatombe poucas vezes vista na história, marcada sobretudo pelo holocausto judeu.

Em uma palavra: o mundo político ascendeu aos extremos quando tais correntes conquistaram o poder em países importantes daquela época, isto é, a Rússia comunista, de um lado, e a Itália fascista e a Alemanha nazista, de outro lado, estes dois logo agregados por uma outra potência fascista e militarista, o Japão expansionista da primeira metade do século. O confronto entre um e outro extremo foi de uma incrível violência, já que ambas as correntes manifestavam apreço pela eliminação física e o esmagamento dos adversários, e ambas patrocinavam golpes, revoluções e assaltos ao poder estabelecido. Os comunistas queriam eliminar a burguesia e os grandes proprietários, enquanto classes sociais, ao passo que os nazifascistas queriam eliminar da simples existência terrena as “raças inferiores”, em primeiro lugar os judeus, e escravizar literalmente os eslavos e outros povos em favor de um sistema absolutamente totalitário. A luta contra os comunistas, mas também contra os liberais e até os socialistas democráticos, era, portanto, uma tentativa de esmagamento e de submissão total, o que justificaria inteiramente a reação defensiva e até o engajamento na luta direta contra a extrema direita de todos os democratas sinceros e dos comunistas e socialistas.

Antes que a Europa e o mundo fossem novamente engolfados por uma nova guerra global, deslanchada em setembro de 1939 pelas potências fascistas, a Espanha serviu, por assim dizer, de teste político e militar no grande enfrentamento ideológico do século XX, ao colocar frente a frente, de um lado, democratas republicanos e socialistas moderados e, do outro, seus desafiantes da direita fascista, estes apoiados pelos regimes direitistas da Itália e da Alemanha nazista, aqueles secundados pelas forças de esquerda do mundo inteiro e especialmente pela União Soviética. O conflito foi, portanto, um episódio da guerra civil europeia, ainda que travado essencialmente no território espanhol (algumas operações se passaram no norte da África, de onde partiu Francisco Franco para liderar a rebelião nacionalista contra os republicanos).

O enfrentamento estava praticamente encomendado desde o início da década, em 1931, quando a Espanha deixou de ser uma monarquia para se tornar uma república reformista e progressista. Mais cedo ou mais tarde, aquelas ideologias opostas passariam do debate

político ao terreno das armas, como já tinha ocorrido em vários outros países: os contendores acreditavam realmente numa solução militar ao impasse. A guerra civil, iniciada em julho de 1936, demorou três anos para ser concluída, com a vitória dos direitistas espanhóis, dos monarquistas e representantes das classes abastadas, lideradas pelo general Francisco Franco, ultimada pela internação dos restos do governo e do exército republicano em cidades ou em campos do sul da França. O governo republicano se instalou no exílio, sendo que alguns países, como o México, o reconheceram como legítimo durante alguns anos, com refugiados dispersos em várias nações hispano-americanas, assim como na França, onde refugiados e familiares se instalaram durante décadas, tornando-se praticamente franceses a partir da segunda geração.

A Guerra Civil Espanhola tem, pois, essa característica peculiar em que ela não foi apenas, ou simplesmente, uma Guerra Civil Espanhola. Foi, basicamente, uma guerra civil internacional, ainda que travada essencialmente no território espanhol. À diferença de outras guerras civis – como a inglesa do século XVII, que surgiu de um conflito entre o rei absolutista e o parlamento – ou de revoluções políticas e sociais – como a francesa, que colocou o absolutismo em xeque, tanto por razões de representação política da burguesia, enquanto classe ascendente, quanto por uma aguda crise de abastecimento atingindo as camadas mais pobres da população –, a Guerra Civil Espanhola foi uma revolução política e social, ademais de um golpe contra o governo constituído, dentro de um conflito ideológico radical. De fato, se tratou de um dos mais graves enfrentamentos entre projetos alternativos de sociedade que marcaram um dos séculos mais brutais e destruidores da história da humanidade.

A SITUAÇÃO DA ESPANHA NO CONTEXTO INTERNACIONAL DOS ANOS 1930

A Guerra Civil Espanhola é, assim, inseparável do contexto internacional que prevaleceu na Europa e no mundo do entreguerras, colocando em confronto não apenas ideologias autoritárias bastante similares em seu formato – ainda que não em suas substâncias res-

pectivas – como também concepções completamente opostas de organização política, como podem ser governos democráticos de um lado e regimes autocráticos do outro, ademais de modos diferentes de organização social da produção, ou seja, economias de mercados mais ou menos livres de um lado, regimes coletivistas ou estatizantes do outro, como o socialismo soviético e o corporativismo fascista.

Ela foi o produto combinado de diversas rupturas daquela conjuntura, desde a Grande Guerra e a revolução bolchevique, de 1917, que dela deriva diretamente, da tomada do poder pelas milícias fascistas de Mussolini, em 1922, e das crises seguidas na ordem econômica do período, a começar pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929, pelas insolvências bancárias, a partir de 1931, e pela depressão que se seguiu. Aquela fase da história também assistiu à ascensão dos expansionismos militaristas nos anos 1930, a começar pela invasão da Manchúria pelo Japão em 1931, continuando pelo rearmamento agressivo da Alemanha sob Hitler, a partir de 1933, e a invasão, pela Itália fascista em 1935, da Abissínia (Etiópia), o único Estado africano membro da Liga das Nações. Mas ela também foi o resultado das estratégias e táticas contraditórias de Stalin, via III Internacional, nomeadamente a política de “classe contra classe” adotada a partir de 1928 – que viu os comunistas bolcheviques hostilizarem, num primeiro momento, bem mais os social-democratas e os trotskistas do que os fascistas –, mas depois recomendar uma política de “aliança de classes”, ou de frentes populares, inclusive na própria Espanha e na França. Mas Stalin também decidiu apoiar, contraditoriamente, tentativas insurrecionais, como a experimentada no próprio Brasil, em 1935, quando buscaram ultrapassar os compromissos “burgueses” que também foram ensaiados na China e em outros países simultaneamente.

Basicamente, a Guerra Civil Espanhola é fruto, também, e essencialmente, da própria crise política e social espanhola do início dos anos 1930, que levou à abdicação do rei, em 1931, e à instalação de um novo regime republicano, erigido em frágeis bases partidárias e parlamentares. Já se vivia, então, um contexto no qual apelos autoritários e claramente fascistas estavam sendo abertamente promovidos, entre outras regiões, um pouco em toda a Europa e na América

Latina: depois de Mussolini, Portugal deu início a um “Estado Novo” em 1928, diversos países latino-americanos e na Europa central conheceram golpes de Estado ou mudanças de regime depois da crise de 1929, e o próprio Japão, que tinha iniciado uma democracia parlamentar “burguesa” no bojo da revolução Meiji, começou uma descida para o fascismo militarista e expansionista no mesmo período.

A Espanha acumulou todos esses elementos ideológicos e institucionais na primeira metade dos anos 1930, tanto quanto se ressentia, desde há muitas décadas, de suas próprias contradições econômicas, sociais e políticas. O outrora mais poderoso império do início da era moderna tinha se convertido em uma economia atrasada, um país muito dividido em um contexto de outros exemplos mais pujantes de capitalismo industrial e financeiro, sob o controle das novas burguesias triunfantes em diversos países europeus. Não se pode descuar, tampouco, a importante esfera das mentalidades: uma Contrarreforma particularmente “bem-sucedida”, o que deixou a Igreja Católica especialmente retrógrada, e um conservadorismo político e social claramente reacionário, todos esses elementos caracterizados por altas doses de intolerância recíproca no seio de movimentos políticos à esquerda – inclusive um forte anarquismo sindicalista – e à direita do espectro ideológico então predominante numa Europa em crise generalizada.

Durante todo o período do conflito, desde julho de 1936 até março-abril de 1939, ambos os contendores em luta, os republicanos governamentais de um lado, os monarquistas e direitistas revoltosos de outro, contaram com apoio internacional e solidariedade política e material de suas correntes de adesão respectivas, o movimento democrático e comunista internacional, os primeiros; as forças organizadas do nazifascismo europeu, os segundos. A ajuda ativa, para ambos os lados, traduziu-se também no envio de contingentes de combatentes estrangeiros – voluntários e profissionais – que foram integrados às diversas forças e exércitos em presença nos campos de batalha, embora desproporcionais em número e em organização e, sobretudo, dispendo de logísticas militares diferenciadas e de suprimentos bélicos desiguais, quando comparados entre si.

A tragédia espanhola adquiriu imediatamente uma dimensão internacional. Se, de um lado, os conspiradores de direita, como escreveu Raymond Carr (1980, p. 135), esperavam o sucesso rápido do golpe militar, quase sem resistência nas guarnições de província, seguido de uma marcha triunfal sobre Madri, eles falharam em seu planejamento inicial. Se, por sua vez, o governo republicano pouco reagiu, no início, ao que chamou de “conspiração absurda”, ele ficou logo desiludido com a extensão da rebelião. Como afirmou, por outro lado, Edward Carr (1986, p. 39), a guerra civil se converteu logo em problema internacional: “O manifesto de Franco em *Las Palmas*, transmitido por rádio na manhã de 18 de julho de 1936, pode não ter chamado muito a atenção em Paris ou Londres, mas deve ter sido escutado com satisfação em Berlim e Roma”. Na vertente propriamente ideológica do conflito, a dimensão internacional da guerra civil que se iniciava ficou patente tanto para a União Soviética, que no entanto hesitou em engajar-se no apoio direto à República – preferindo integrar o Comitê de Não-Intervenção para não dificultar seu já complicado relacionamento com as democracias “burguesas” do Ocidente num momento de ascensão dos fascismos na Europa – como para os regime de direita, em especial a Alemanha hitlerista, que via num futuro regime “irmão” na península uma fonte segura de matérias-primas em caso de guerra – aliás já antevista e objeto de cuidadosa preparação – e um possível contrapeso a uma eventual guerra em duas frentes (BOLLOTEN, 1979, p. 102-105).

A vitória fascista no conflito espanhol deveu-se basicamente ao envolvimento das potências fascistas estrangeiras, Itália mussoliniana e Alemanha hitlerista. As democracias ocidentais não se envolveram, implementando embargos sobre armas e outros equipamentos militares. Sem a intervenção da Legião Condor, glória da aviação nazista da Alemanha, e a intervenção direta das forças fascistas italianas, o general Franco não teria logrado vitória. Foram essas forças as responsáveis pela tragédia de uma cidade mártir na região basca, o bombardeio aéreo da população civil de Guernica, onde católicos, aliás, lutavam pelos dois lados. Face a esse envolvimento maciço, a neutralidade da Grã-Bretanha e da França foi igualmente decisiva pela derrota do governo republicano.

Do lado republicano, a solidariedade internacionalista para com o governo legal de Frente Popular manifestou-se pela criação, em quase todo o mundo, dos “comitês de ajuda à Espanha republicana”, em especial pelo afluxo de voluntários estrangeiros, vários milhares deles, que se agrupariam nas “Brigadas Internacionais”.

O Brasil também se fez presente, embora modestamente, nesse movimento internacional de solidariedade, por meio do envio irregular e clandestino – pois que coordenado pelo Partido Comunista, então na ilegalidade – de um pequeno grupo de combatentes experimentados que, apesar de dispersos em diferentes unidades militares, distinguiram-se nas várias frentes de luta em que estiveram engajados em defesa da causa legalista, que também era identificada com a luta antifascista e com a causa do socialismo internacional (ALMEIDA 1999; BATTIBUGLI 2004; SOUZA 2005, 2009; MEIHY 2009, 2011; PEÑA-RODRIGUEZ 2017). Mas, o aporte de estrangeiros foi significativamente maior entre as forças de Franco, a exemplo dos soldados marroquinos integrados aos seus batalhões, com o acréscimo de pelo menos vinte mil alemães, mais de setenta mil italianos e cerca de dez mil portugueses enviados pelo primeiro-ministro português da ditadura do Estado Novo, Antonio de Oliveira Salazar.

EXACERBAÇÃO DO CONFLITO INTERNACIONAL NO BRASIL NOS ANOS 1930

Entre o final dos anos 1920 e o início da década seguinte, Stalin consegue consolidar sua dominação não apenas sobre o Partido Comunista da União Soviética, afastando ou eliminando seus principais concorrentes à direção do PCUS, mas igualmente sobre o movimento comunista internacional, que era representado pela Internacional Comunista, criada por Lênin no final de 1919. A orientação estratégica a partir de 1928, aliás coincidente com o abandono da vã esperança de uma revolução comunista internacional – que era um dos principais argumentos de Trotsky – e o início da política do “socialismo num só país”, foi a das diretivas, expedidas aos demais partidos comunistas nacionais afiliados ao *Comintern*, de “classe contra classe”, ou seja, o acirramento das lutas sindicais e operárias contra a bur-

guesia e os patrões, ao lado de uma hostilização aberta contra os partidos afiliados à Internacional Socialista, rapidamente identificados como aliados aos “inimigos de classe”, e daí chamados de “social-fascistas”.

O Partido Comunista do Brasil, “seção brasileira da Internacional Comunista”, não ficou imune a essa orientação sectária, de que é exemplo, mas apenas episódico, a recusa de um dos líderes das revoluções tenentistas dos anos 1920, o capitão Luís Carlos Prestes, de associar-se à revolução em preparação contra o governo Washington Luiz, para a qual ele tinha sido convidado para chefiar a vertente militar do movimento da Aliança Liberal. Já convertido ao marxismo, sob a influência de enviados da Internacional Comunista a Buenos Aires, não apenas recusou o oferecimento – secundado por generoso fornecimento de algumas dezenas de milhares de dólares para a aquisição de armas no exterior e seu posterior envio ao Brasil –, como denunciou essa revolução “liberal” como mais um exemplo de “traição” a uma verdadeira revolução socialista que, segundo Prestes, era a aspiração das “grandes massas exploradas do Brasil”. Pouco depois, Prestes embarcava para Moscou, onde seria preparado pelos líderes do *Comintern* para uma revolução comunista no Brasil (CARONE 1982; WAACK 1993; CHILCOTE 1982; DULLES 1977; HILTON 1991; BEZERRA 2019). O fracasso dessa política de hostilização das forças de corte nacionalista ou socialdemocrata – evidenciada em alguns rotundos exemplos, como na China – levou a uma mudança na linha estratégica ou nas prioridades táticas então seguidas.

A substituição, na direção do *Comintern*, de um dirigente da fase leninista (Manuilski) por um inteiramente devotado a Stalin (Dimitrov) marcou a passagem, no âmbito das táticas do movimento comunista internacional, da antiga posição sectária para uma política de “frentes populares”. No entrelaço de posições, contudo, a América Latina serviria de teste para ambas as táticas: no Chile se faria a experiência da unidade eleitoral do movimento de massas sob a forma de uma “frente popular”, enquanto no Brasil seria acelerada a marcha para a preparação de um levante armado, conforme intenção de Luís Carlos Prestes e do então secretário do PCB, Antonio Miranda (DULLES, 1977, p. 418-419). A missão da frente popular brasilei-

ra, antifascista e anti-imperialista, seria criar as condições para um levante nacional na base do “programa popular revolucionário”, para o que se utilizaria do grande prestígio de Prestes, notadamente no meio militar. A Aliança Nacional Libertadora (ANL) congregaria, efetivamente, grande número de oficiais militares, que depois integrariam o contingente brasileiro na Espanha, como por exemplo o Major Carlos da Costa Leite, revoltoso dos anos vinte e conhecido como o “Prestes da cidade” (AMADO, 1987, p. 169).

Outro militar de capacidade comprovada, que também lutaria mais tarde pela Espanha republicana, integrando a direção da ANL no Rio de Janeiro durante sua fase legal, era o 1º Tenente Nemo Canabarro Lucas. Revolucionário histórico, o Tenente Canabarro participou de todas as lutas do período tenentista, incluindo a revolução constitucionalista de São Paulo, em 1932, e uma atuação voluntária, do lado paraguaio, na Guerra do Chaco, durante 14 meses, tendo sido promovido a capitão do exército (CANABARRO LUCAS, 1979b). De uma forma geral, todos os militares brasileiros que viriam posteriormente a participar da Guerra Civil Espanhola militaram na ANL durante seu período legal e, grande parte deles, vinculados ou não ao PCB, tiveram envolvimento na preparação da insurreição aliancista e seus desdobramentos militares.

A maior parte, também, se encontrava no Rio de Janeiro à época da insurreição, apesar de que o Governo e as autoridades militares, alertados quanto às atividades aliancistas de muitos deles, se tenham encarregado, depois da decretação da ilegalidade daquela organização, em julho de 1935, de despachá-los para pontos longínquos no interior do país. O Major Costa Leite, para citar um caso, se encontrava comandando um regimento de artilharia em Bagé (MORENA, 1976), onde também estava servindo o jovem tenente Apolônio de Carvalho (CARVALHO, 1979a; 1997, p. 58). Ambos se dedicaram a organizar, mesmo veladamente, as bases da insurreição da Aliança Nacional Libertadora do Sul do país. No Rio Grande do Sul, se encontrava igualmente Roberto Morena que, depois de mais de um ano de exílio no Uruguai, se dedicava ao trabalho de organização do Partido Comunista nas cidades da fronteira e na região de Porto Alegre (MORENA, 1976).

De 23 a 27 de novembro de 1935, três insurreições isoladas, a partir de unidades militares localizadas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, desafiaram a ordem estabelecida, em nome da revolução popular e da ANL. Todas falharam em ganhar apoio popular; todas foram subjugadas rapidamente, dando a Vargas um pretexto para suspender a Constituição e instalar o estado de sítio prolongado, obscurecendo assim, temporariamente, as dificuldades políticas que tinham atingido seu clímax em novembro de 1935 (LEVINE 1970, p. 104).

Em Recife, o movimento se estendeu durante dois dias, 24 e 25, causando mais de cem vítimas e levando à derrota total dos revoltosos: o tenente Alberto Besouchet foi um dos poucos que conseguiu escapar (DULLES, 1977, p. 425). No Rio de Janeiro, a insurreição ficou restrita aos quartéis do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e da Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos, levando à prisão mais de 1.100 rebeldes e suspeitos (LEVINE, 1970, p. 119-120). No Rio Grande do Sul, Roberto Morena e os demais militantes da ANL foram “surpreendidos com a (notícia da) insurreição no Rio Grande do Norte; ninguém esperava”. Seguindo com atraso os combates em Pernambuco, Morena argumentou com seus companheiros que qualquer tentativa de se lançar a insurreição também no Rio Grande do Sul “resultaria fatalmente num desastre” (MORENA, p. 1976); contentaram-se, então, em lançar um manifesto apoiando a luta e opondo-se a que qualquer força estadual fosse em socorro do Governo Federal.

A repressão que se seguiu fez com que o PCB deixasse de existir efetivamente como organização política, embora sua estrutura organizacional permanecesse relativamente intacta. O Tribunal de Segurança Nacional, criado especialmente para julgar os revoltosos de 1935, funcionou ativamente nos dois anos seguintes. Já em dezembro daquele ano, o decreto governamental n. 558 determinava a perda de patentes e posto de oficiais, sem prejuízo de ação judicial, dos militares que haviam participado do movimento insurrecional nas unidades do Rio de Janeiro, entre os quais se encontravam futuros voluntários das Brigadas Internacionais: o 1º tenente Celso Tovar Bicudo de Castro e os 2ºs tenentes Joaquim Silveira dos Santos, Dinarco Reis e José Gay da Cunha (SILVA, 1970, p. 126). Em abril de 1936, pelo decreto n. 741, a mesma medida se aplicava ao major Carlos da

Costa Leite, ao 1º tenente Nemo Canabarro Lucas e aos 2ºs tenentes Apolônio Pinto de Carvalho e Alberto Bomilcar Besouchet (LEVINE, 1970, p. 166-167). Este último não chegou a sofrer prisão de espécie alguma e Roberto Morena, por exemplo, só foi preso no final de 1936, quando já se encontrava no Rio de Janeiro, trabalhando pela reorganização do Partido.

Nessa época, alguns dos participantes da insurreição no Rio de Janeiro já se encontravam presos, como o Aspirante de Cavalaria Homero Jobim que permaneceu na Casa de Detenção, à Rua Frei Caneca, de dezembro de 1935 a maio de 1936 (JOBIM, 1979). A maior parte dos integrantes do futuro contingente brasileiro permaneceria, contudo, detida um ano mais, até junho de 1937, pelo menos. O próprio líder da “intentona comunista”, Luís Carlos Prestes, foi detido pela polícia política de Vargas poucos meses depois, e sua prisão, no contexto da política espanhola fortemente influenciada pela esquerda, despertou inúmeras reações entre grupos dessa tendência no país, e mesmo entre políticos do novo governo, gerando fricções entre os dois países, com campanhas iniciadas em prol da libertação do dirigente comunista:

Entre abril e maio de 1936, Leocádia Prestes liderou na Espanha uma intensa campanha em prol da libertação de seu filho, sendo bem recebida, juntamente com sua filha Lygia, por vários setores da sociedade desse país. Nesse período, a sede da Embaixada brasileira teve suas paredes perfuradas por tiros. (SOUZA, 2009, p. 32-3)

Em 3 de junho de 1937, assume o cargo de Ministro da Justiça José Carlos de Macedo Soares que, poucos dias depois, determina a soltura de todos os prisioneiros políticos ainda não condenados, num gesto que ficou conhecido como a “macedada”: boa parte dos quadros militares da ANL e do PCB, assim como numerosos civis, foram colocados em liberdade. Nessa ocasião, segundo relata um dos principais organizadores dos brasileiros na Espanha,

se reuniu clandestinamente o Bureau Político do PCB, ampliado a alguns camaradas convidados examinando a situação política do país, a significação da luta do povo espanhol e as medidas a serem tomadas para organizar a solidariedade ativa com os combatentes espanhóis. Entre as decisões tomadas no curso dessa reunião, a de enviar um

contingente de militares saídos de prisão para se engajar nas fileiras dos combatentes das Brigadas Internacionais, foi uma das mais altas manifestações de solidariedade com aqueles que lutavam pela democracia, pela liberdade e pelo socialismo em seu país. (MORENA, 1975b, p. 70)

O Bureau Político do PCB pretendia formar um contingente de aproximadamente 100 voluntários (MORENA, 1975a), mas devido às difíceis condições em que se encontrava então o Partido, “bastante arriscadas e em razão da falta de recursos financeiros” (MORENA, 1975b, p. 70), não foi possível enviar esse número. Por outro lado, um certo número de militares experientes – como por exemplo Agildo Barata, Agliberto Vieira de Azevedo, Gregório Bezerra, Ivan Ramos Ribeiro – tinha sido condenado a duras penas de prisão, o que diminuiu ainda mais a quota de voluntários disponíveis para embarque.

No plano oficial, as relações diplomáticas se mantiveram formalmente corretas, embora tenha ocorrido um nítido esfriamento a partir da parte brasileira, a despeito da postura pragmática de Vargas, que resistiu às pressões do então chanceler, Macedo Soares, para o reconhecimento do estado de beligerância, como ressaltou uma estu-diosa da questão:

As relações diplomáticas entre Brasil e Espanha durante o conflito permaneceram em curso normal, apesar dos insistentes apelos do Ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, para que Vargas o autorizasse a tomar decisões no sentido de definir-se a favor dos rebeldes espanhóis. Embora não houvesse rompimentos oficiais, as diretrizes políticas do Governo Vargas deixavam evidente sua incompatibilidade com o governo legalmente constituído da Espanha.

(...) Houve, especialmente no período da Guerra Civil Espanhola, uma ampla repressão [da polícia política brasileira] às associações e aos imigrantes espanhóis que se mobilizaram na tentativa de auxiliar, material ou moralmente, os republicanos na Espanha. (SOUZA, 2009, p. 38-39)

O novo chefe da diplomacia brasileira, Oswaldo Aranha, a partir de março de 1938, confirmou uma postura política realista no contexto da Guerra Civil Espanhola, a despeito do fato de que o próprio

chefe de Estado brasileiro estava fornecendo café aos rebeldes de Franco:

Ao assumir a chancelaria, em março de 1938, Aranha promoveu uma política cautelosa com relação à Espanha, transmitindo oficialmente seu apoio ao governo legalmente constituído naquele país. Manuel Garcia Miranda, encarregado de negócios da Espanha no Brasil em meados de 1938, considerava o então chanceler brasileiro generoso com a causa republicana. (SOUZA, 2009, p. 42)

AS BRIGADAS INTERNACIONAIS NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Uma vez iniciada a rebelião dos generais direitistas, grande parte do Exército espanhol se passou para o lado dos revoltosos; as unidades que não o fizeram se encontravam eventualmente em regiões de forte influência revolucionária, socialista ou anarquista, tendo sido, portanto, “neutralizados” pelo clima de revolução política que logo começou a agitar o país. A República perde imediatamente grandes extensões de território ao norte e a oeste e, já em setembro, numa tentativa de cerco e ocupação rápida, as colunas fascistas se aproximam de Madri, provocando pânico na capital. A Embaixada do Brasil em Madri chegou a acolher um certo número de asilados políticos, cerca de 70 pessoas em princípios de 1937, mas a “atmosfera inóspita” que ali reinava determinou a saída voluntária de muitos deles, com o que apenas restavam menos de 40 no final de 1938 (RUBIO, 1979, p. 32 e 74-76). Informações de diversas fontes tendem a afirmar que “a representação diplomática do Brasil desenvolveu uma atuação inexpressiva e incompetente na resolução” da questão dos asilados (SOUZA, 2009, p. 63).

A resistência republicana à ofensiva franquista é vigorosa e, à medida que a guerra assume características de longa duração, a intervenção estrangeira em favor de Franco toma grandes proporções: não apenas aviões, tanques, navios, armas de artilharia e de infantaria são fornecidos em grandes quantidades aos generais direitistas, mas igualmente divisões inteiras de combatentes profissionais. Em abril de 1937, Mussolini já dispunha de mais de 70 mil homens com-

batendo sob as ordens de Franco (COVERDALE, 1975, p. 396); a contribuição de Hitler compreendia não apenas a Legião Condor, com centenas de pilotos, mas também companhias de tanques e, pelo menos, duzentos instrutores servindo nas tropas franquistas (CATTELL, 1955, p. 82), civis e militares, cerca de 16 mil homens no total, que, à diferença dos italianos (em grande parte, simples soldados rasos pagos para lutarem), possuíam especialização militar de algum tipo (THOMAS, 1977, p. 977). Os nacionalistas dispunham ainda de uma fonte inesgotável de tropas estrangeiras “voluntárias” – os “cipaios espanhóis” – que eram as forças marroquinas, incorporadas compulsoriamente ou à custa de dinheiro nas fileiras do exército de Franco: pelo menos 75 mil mouros combateram contra a República, sobretudo no período inicial da guerra civil (THOMAS, 1977, p. 980).

A dimensão internacional do conflito espanhol se revelou desde cedo, interessando a todas as forças e movimentos antifascistas engajados no combate contra as forças ascendentes da direita. No começo, a República buscou dispensar o apoio estrangeiro, além do fornecimento legal de armas, chegando mesmo a denunciar, por vezes em forma anônima, os aspectos mais graves da violação da soberania espanhola pelos governos da Alemanha, da Itália e de Portugal. Mas, a agravação da situação militar que, em alguns casos, se traduzia mesmo pela completa desagregação das tropas de combate, forçou-a a aceitar a ajuda externa, nem sempre destituída de interesses políticos. O Exército republicano, ou o que restou dele, estava praticamente desmantelado e, às tarefas propriamente militares se sobrepunham as de administrar amplas regiões em verdadeira revolução social, providenciar o abastecimento dos grandes centros urbanos, conduzir a expropriação de fábricas e latifúndios e, tarefa mais ingrata, manter o equilíbrio político entre as diversas correntes que compunham a Frente Popular.

No começo da guerra, o Secretariado Executivo do *Comintern* à época composto pelo secretário-geral Dimitrov, por Togliatti, Manuilski, Pieck, Kuusinen, Marty e Gottwald – reúne-se para discutir a organização da solidariedade com o Governo republicano que, em uma fase inicial, deveria ficar a cargo dos sindicatos e dos traba-

lhadores de todo o mundo. Em Paris, onde funcionava a sede europeia da Internacional Sindical Vermelha, organizou-se um comitê para arrecadar fundos para a República: o *Comitê International d'Aide au Peuple Espagnol* que, multiplicando-se brevemente por diversos países, dedicava-se essencialmente à ajuda humanitária.

No final de setembro, reuniram-se em Paris representantes do *Comintern* – Willi Muzenberg era o responsável pela seção da Europa Ocidental –, dos partidos comunistas da Itália (Togliatti), da França (Maurice Thorez) e o representante do *Comintern* na Espanha (o argentino Victorio Codovilla), decidindo-se efetuar a constituição de colunas internacionais que já vinham sendo espontaneamente formadas. Luigi Longo, do Partido Comunista Italiano e conhecido na Espanha pela alcunha de “comandante Gallo”, fica sendo o encarregado dos contatos com o Governo espanhol: em outubro se fazem os preparativos finais e o Governo republicano aceita a ideia (THOMAS, 1977, p. 452-454). Os estrangeiros que já se encontravam combatendo, precariamente distribuídos em colunas nacionais – os italianos com a coluna *Giustizia e libertà*, os alemães com a centúria *Thaelmann*, os franceses e belgas na coluna *Commune de Paris* – serão organizados em batalhões e enquadrados nas, agora chamadas, Brigadas Internacionais (BROUÉ-TÉRMIME, 1961, p. 348). “A formação das brigadas internacionais tornou-se então a principal tarefa do *Comintern*. Cada partido comunista foi instruído a enviar um certo número de voluntários. Em muitos casos, a cifra indicada era superior à capacidade de arregimentação de determinados partidos” (THOMAS, 1977, p. 454), como foi o caso do PCB.

No final de 1936, estimava-se que cerca de vinte mil voluntários estrangeiros já haviam cruzado a fronteira da França (THOMAS, 1977, p. 573). O número de latino-americanos a integrar as brigadas internacionais foi bastante reduzido: pouco mais de um milhar durante a duração do conflito, num total de cerca de 60 mil voluntários. O maior contingente era constituído de mexicanos, cujo governo sustentou política e materialmente a causa republicana. Eles eram seguidos pelos cubanos; venezuelanos e argentinos também constituíram uma boa fração do contingente latino-americano, que muitas vezes foi contado em dobro ou, inversamente, subestimado,

do fato da incorporação imediata de muitos desses voluntários, originais do país ou descendentes de espanhóis, nas próprias fileiras do exército republicano. Assim, muitos latino-americanos vivendo na Espanha ou espanhóis emigrados na América Latina acorreram voluntariamente em socorro da República, cujo número é, assim, difícil de ser precisado.

Uma estatística de julho de 1937, durante a batalha de Brunete, que registrou a máxima afluência de voluntários estrangeiros, assinalava, segundo Castells (1974, p. 379), um total de 47.804 brigadistas de mais de 70 nacionalidades, distribuídos nas diversas forças mobilizadas. O quadro abaixo apresenta o número para as nacionalidades mais representadas nas brigadas e as cifras respectivas para aqueles originários de países da América Latina.

Em que pese a estatística “inflacionada” apresentada por Castells – proveniente de fontes militares, mas que deve ter incluído certo número de brasileiros já residentes na península ibérica –, os “brasileiros” saídos do próprio Brasil não ultrapassaram três dezenas, se tanto, e sua participação apenas se verificou na segunda metade da guerra, integrados nos diversos batalhões internacionais – o italiano e o americano sobretudo – e em unidades especializadas do Exército republicano; um pequeno número vivendo na Espanha e em Portugal, também alistou-se nas tropas de voluntários, apesar de que, neste último caso, o governo salazarista, aliado de fato das forças fascistas, colocasse inúmeros óbices ao envio de combatentes pró-republicanos, que tinham de buscar outras vias para alcançar a Espanha, já que as tropas de Franco dominavam praticamente toda a região da fronteira. Finalmente, não se tem notícias de brasileiros que tivessem servido sob as ordens de Franco, apesar da simpatia despertada pela revolta nacionalista nos meios direitistas e abertamente fascistas do Brasil.

Voluntários estrangeiros nas Brigadas, por nacionalidade, 1937

| Países diversos | | América Latina | |
|-----------------|--------|----------------------|-----|
| França | 13.309 | México | 414 |
| Polônia | 4.411 | Venezuela | 138 |
| Itália | 4.349 | Cuba | 136 |
| Alemanha | 4.294 | Argentina | 89 |
| Estados Unidos | 3.262 | Brasil | 41 |
| Bélgica | 2.546 | Chile | 41 |
| Checoslováquia | 1.579 | Peru | 32 |
| Grã-Bretanha | 1.389 | Guatemala | 25 |
| Hungria | 1.505 | Equador | 24 |
| Iugoslávia | 1.304 | Uruguai | 22 |
| Áustria | 1.045 | Paraguai | 22 |
| Holanda | 743 | República Dominicana | 17 |
| Bulgária | 735 | Haiti | 15 |
| Canadá | 660 | Bolívia | 14 |
| Romênia | 577 | Honduras | 14 |
| Suécia | 557 | Nicarágua | 12 |

O Brasil no turbilhão da Guerra Civil Espanhola

| | | | |
|---------------------------|-----|-------------------------|-------|
| Suíça | 516 | Jamaica | 4 |
| Argélia | 468 | Total da América Latina | 1.060 |
| Lituânia | 358 | | |
| Finlândia | 346 | Países diversos (cont.) | |
| Judeus de países diversos | 326 | Noruega | 81 |
| Grécia | 216 | Austrália | 55 |
| Marrocos | 201 | União Soviética | 41 |
| Estônia | 173 | Turquestão (URSS) | 40 |
| Dinamarca | 172 | Montenegro | 39 |
| Irlanda | 165 | Luxemburgo | 33 |
| Letônia | 163 | Abissínia (Etiópia) | 31 |
| Portugal | 133 | Chineses dos EUA | 30 |
| Albânia | 86 | Japoneses dos EUA | 20 |
| Ucranianos de países div. | 82 | Índia | 20 |

Nacionalidades desconhecidas representadas nas Brigadas 578
 Total de voluntários estrangeiros estimados em julho de 1937 47.804
 Proporção de latino-americanos no total de voluntários est. 2,22 %

Fonte: Andreu Castells, *Las Brigadas Internacionales*, 1974, pp. 379-380.

OS VOLUNTÁRIOS BRASILEIROS NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Apesar de que algumas referências apontarem a existência de mais de trinta brasileiros combatentes na Espanha republicana, o número provável de voluntários saídos do Brasil não ultrapassaria 25, dos quais apenas 17 ou 18 foram mobilizados nos cenários de guerra e se tornaram efetivamente combatentes (GAY DA CUNHA, 1946, p. 156), sendo que vários outros não conseguiram ultrapassar barreiras fronteiriças (MORENA, 1975, 70). Em sua grande maioria, eram militares de patente, envolvidos em lutas políticas no Brasil contra o regime varguista, quase todos na casa dos vinte anos. Nem todos eram clandestinos ou perseguidos políticos; alguns dispunham de passaporte brasileiro e viajaram a partir de portos brasileiros, se bem que a maior parte dos voluntários tenha embarcado em Montevideu ou Buenos Aires. Com base em fontes diversas, pode-se apresentar a seguinte relação de voluntários brasileiros:

1) **Alberto Bomilcar Besouchet**. Servindo em Recife por ocasião do levante da ANL, o Tenente Besouchet participa da tentativa insurrecional levada a efeito em 24 de novembro; conseguindo escapar à repressão, Besouchet ganha o exterior e, ao estourar a Guerra Civil Espanhola, é provavelmente o primeiro dos brasileiros a se fazer voluntário pelo lado republicano. No primeiro semestre de 1937, quando a maior parte do futuro contingente brasileiro ainda se encontrava detrás das grades ou refugiada, Besouchet já estaria combatendo nas fileiras do POUM, de orientação anti-stalinista. Nessa condição, teria participado das “jornadas de maio” de 1937 em Barcelona, o enfrentamento armado entre partidários das “milícias populares” e organizadores do “exército popular”, de orientação comunista (BESOUCHET, 1979; BESOUCHET, 1981). A morte de Besouchet ocorreu em condições até hoje ignoradas.

2) **Apolônio Pinto de Carvalho**. Com 25 anos em 1937, expulso do Exército por sua militância na ANL, que lhe rendeu um ano e meio de prisão, o Tenente de Artilharia Apolônio de Carvalho é beneficiado pela “macedada”. Em junho do mesmo ano instala-se por

um curto período na Bahia, onde contata novamente o PCB; embarca, a partir de Salvador, com destino ao Havre (CARVALHO, 1997, p. 95). Apolônio serviu como tenente de Artilharia no Exército do Centro, participou da batalha de Teruel e, finalmente, da última tentativa defensiva do Exército republicano na Catalunha, antes de refugiar-se na França com os demais integrantes do contingente brasileiro.

3) **Joaquim Silveira dos Santos.** Tenente de Infantaria, foi um dos envolvidos no levante do 3º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1935; libertado na “macedada”, embarca logo em seguida para a Europa. Designado tenente do Exército do Centro, Silveira se distingue em diversas frentes de luta, como em Huesca, sendo gravemente ferido duas vezes num mesmo combate. Depois da retirada das Brigadas Internacionais, isolado, juntamente com Apolônio de Carvalho, dos demais brasileiros que se encontravam na Catalunha, o Tenente Silveira ainda cumpre diversas operações militares antes de ser enviado para a Catalunha e a França, no começo de 1939 (GAY DA CUNHA, 1946, p. 186).

4) **José Correia de Sá.** Sargento aviador, participante do levante na Escola de Aviação Militar do Rio de Janeiro, Correia de Sá acabava de completar 25 anos, em julho de 1937, quando partiu para a Espanha, depois de purgar vários meses de prisão. Saído clandestinamente do país, embarca em Montevidéu, com passaporte da República espanhola, nome espanhol e suposta naturalidade espanhola. Desembarcando na França, foi enviado a um campo de aviação em Los Alcaceres, onde desempenhou funções de instrutor de tiro aéreo, até ser mobilizado para a infantaria (CORREIA DE SÁ, 1979). Designado, com outros brasileiros, para o Batalhão Garibaldi, da XII Brigada, Correia de Sá foi para o serviço especial de comunicações e, mais tarde, para a tropa de combate; na condição de soldado, fez a batalha do Ebro, de onde conseguiu escapar sem receber ferimento de gravidade, um fato raro nesse batalhão.

5) **David Capistrano da Costa.** Também Sargento aviador e igualmente implicado na insurreição de 35, David Capistrano saiu da cadeia para a Espanha. Incluído no Batalhão Garibaldi, Capistrano teve brilhante atuação militar, sendo logo promovido a tenente. Enviado a diversas frentes, Capistrano foi ferido em um dos combates

do Centro-Sul. Em meados de 1938, comandando uma companhia, Capistrano participa da ofensiva do Ebro; na retirada das forças republicanas, imobilizou as tropas inimigas de metralhadora em punho, permitindo assim a retirada de seus homens e a reorganização dos combatentes republicanos em novas linhas de defesa (CANABARRO, 1979a).

6) **Eneas Jorge de Andrade**. Cabo de aviação e um dos mais jovens militares voluntários, Eneas de Andrade foi a única vítima, do contingente brasileiro, morto em combate. Integrante da segunda leva de voluntários brasileiros, foi para uma unidade militar de aviação, tendo sido promovido a tenente dessa força; morreu em combate sobre Saragoça, retornando de uma missão contra aviões alemães e italianos (MORENA, 1975b, p. 71).

7) **Nelson de Souza Alves**. Tenente da Polícia Militar no Espírito Santo, Nelson Alves participou do movimento aliancista, sofrendo prisão. Enviado pelo PCB à Espanha no segundo semestre de 1937, foi designado para a XII Brigada Internacional; ferido gravemente na batalha do Ebro, é transferido a Barcelona para ser evacuado pela fronteira francesa. Recuperado, volta a assumir o posto de comandante de pelotão em uma das unidades da XV Brigada, reorganizada quase no final da guerra; sua conduta foi exemplar em todas as frentes de combate de que participou.

8) **Roberto Morena**. Um dos poucos civis a participar do contingente brasileiro, Morena teve um papel proeminente em função de sua posição como líder do PCB. Sindicalista histórico, tinha já uma longa vocação internacionalista, participante que foi dos primeiros congressos de unificação do movimento trabalhador latino-americano, no ano de 1929, com a criação da Confederação Sindical Latino-Americana em Montevideu e sua vinculação à Internacional Sindical Vermelha, com sede em Moscou (RODRIGUES, 1979a, 1979b, 1987; ALMEIDA, 1991). Em Porto Alegre, por ocasião do levante aliancista, Morena passa alguns meses em prisão, no Rio de Janeiro, saindo com a “macedada”, no mês de junho de 1937. Imediatamente, organizou e despachou o maior número possível de voluntários para a Espanha, ele mesmo seguindo viagem em outubro daquele ano. Chegando na Espanha em novembro, Morena foi inicial-

mente ligado ao Batalhão Garibaldi: sua missão “era de ser o responsável pelos quadros brasileiros e de (se) incorporar a uma unidade militar com o cargo de comissário político. Teve pouca participação militar porque o secretariado do Partido Comunista Espanhol achou que precisava de alguns quadros no setor administrativo; optaram pela região de Alicante, onde foi instrutor do comitê central do Partido Comunista Espanhol” (MORENA, 1975a).

9) **Dinarco Reis.** Tendo ingressado na Aviação militar como soldado, em 1924, Dinarco Reis era 2º Tenente e militante do PCB em 1935, quando participou do movimento insurrecional de 27 de novembro; seguiu o mesmo itinerário dos demais voluntários: prisão em novembro de 1935 e expulsão do Exército, libertação condicional em junho de 1937, saída clandestina pelo sul do país e embarque em Montevideú. Designado para o 2º batalhão da XII Brigada, Garibaldi, serviu na Catalunha, no início como simples soldado, tendo sido promovido a cabo três meses depois. Exceção rara, Reis não foi ferido em combate, apesar de ter participado de todos os combates na frente do Ebro desde que chegou; exerceu funções não combatentes como especialista da Força Aérea; na fase final da guerra, foi designado capitão, tendo sido evacuado pouco depois com os membros do contingente brasileiro (REIS, 1981).

10) **Delcy Silveira.** Natural de Santa Vitória do Palmar (RS), cadete do último ano de Aviação, participou do movimento aliancista e comunista, foi preso e passou mais de um ano na cadeia, onde conheceu Roberto Morena. Libertado na “macedada” de 1937, saiu do Brasil, para o Uruguai, juntamente com Dinarco Reis, seu irmão Eny e Nelson de Souza Alves. Foi incorporado ao Batalhão Garibaldi no começo de 1938, entrando imediatamente em ação. Em julho de 1938, participou da batalha do Ebro, sendo ferido duas vezes nessa ofensiva. Silveira só foi ser oficial na fase final da guerra, passando a comandar um pelotão em uma companhia de metralhadoras (SILVEIRA, 1979).

11) **Eny Antonio Silveira.** Irmão de Delcy, era apenas estudante ginásial, sendo o mais jovem combatente brasileiro na guerra; teve que custear sua ida para a Espanha, o que não aconteceu com os demais, todos militares (SILVEIRA, 1979). Combateu na XII Brigada

(Batalhão Garibaldi), foi ferido na batalha do Ebro e, até pouco antes da evacuação, participou de tarefas militares no âmbito das brigadas internacionais (GAY DA CUNHA, 1946, p. 156).

12) **Nemo Canabarro Lucas**. Sem vinculações com o PCB, o Capitão de Cavalaria Canabarro declinou a oferta de alistar-se nas Brigadas Internacionais, preferindo servir no Exército republicano espanhol; designado oficial de Estado Maior na 218ª Brigada Mista da 34ª Divisão de Infantaria, que integrava o 10º Corpo do Exército do Leste, dedicou-se à inspeção de batalhões localizados nos Pireneus, contribuindo para o aperfeiçoamento da posição das armas pesadas; participou de operações defensivas e ofensivas, esteve ainda em ação na fase final da batalha do Ebro. Durante a evacuação, voltou a encontrar-se com os brasileiros, reagrupados na Catalunha e alinhou-se entre os participantes na proteção à retirada dos exércitos do Ebro e do Leste, para a fronteira franco-espanhola (CANABARRO LUCAS, 1967, 1979a, 1979b, 1979c).

13) **José Gay da Cunha**. Foi ajudante de ordens de Oswaldo Aranha, quando ministro da Fazenda, em 1932, voltando depois para a Escola Militar. Formado tenente de aviação, toma parte na insurreição de 1935, consegue escapar, mas se apresenta poucos dias após. Depois de vários meses de prisão, refugiou-se no Uruguai e viajou para a França em companhia de Assis Brasil (GAY DA CUNHA, 1979). Em abril de 1938 é incorporado à Brigada Mista do Exército republicano; nomeado comandante da 1ª Companhia, participa de diversas operações, inclusive da ofensiva do Ebro, onde é ferido gravemente; internado durante mais de um mês em hospitais militares, volta, no final do ano, ao corpo de voluntários da XV Brigada Internacional, na qual exerce funções de comando (GAY DA CUNHA, 1946, p. 156).

14) **Hermenegildo de Assis Brasil**. Cabo de aviação, figurava entre os mais jovens voluntários brasileiros, dentre os quais se distinguiu por extraordinária bravura em combates em diversas frentes. Designado como comandante de pelotão de uma unidade integrando a 31ª Divisão do X Corpo de Exército, nos Pireneus, Assis Brasil participou de violentos combates (CANABARRO LUCAS, 1967). Na fase final da guerra, ainda chegou a dirigir uma companhia, já na frontei-

ra com a França; saiu vivo da Espanha, mas veio a morrer na França, pouco depois (SILVEIRA, 1980).

15) **Carlos da Costa Leite**. O mais graduado e o mais idoso do grupo de voluntários brasileiros, o Major de Artilharia Costa Leite era um revolucionário histórico e um dos mais brilhantes líderes da ANL no Rio de Janeiro, antes de ser despachado para o comando de uma unidade de artilharia em Bagé, onde também serviu o jovem Tenente Apolônio de Carvalho. Na Espanha, Costa Leite serviu inicialmente como instrutor de um Centro de Organização e Preparação, em uma cidade da Catalunha, depois como comandante de uma unidade de artilharia do Exército do Ebro, num batalhão que participou da última ofensiva das forças republicanas naquela região (MORENA, 1975b, p. 71; GAY DA CUNHA, 1946, P. 156).

16) **Homero de Castro Jobim**. Ainda não havia atingido a maioria quando foi excluído do Exército, como aspirante de Cavalaria, em dezembro de 1935, após haver concluído o curso na Escola Militar do Realengo. Um mês antes, havia tomado parte em reuniões da insurreição aliancista, o que lhe valeu seis meses de prisão na Casa da Detenção do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1938, parte de Montevidéu para a Espanha; em abril é comissionado no posto de tenente do Batalhão Garibaldi da XII Brigada, seguindo imediatamente para a frente do Ebro; ferido diversas vezes, exerce o comando de uma companhia de infantaria durante a fase mais aguda dos combates. No mês de setembro, ferido gravemente no pulmão por granada de artilharia, é hospitalizado durante dois meses, em Barcelona. Ele seria ainda ferido duas vezes mais em outros combates na mesma região. Mesmo depois da retirada dos voluntários estrangeiros das frentes de combate, participa de diversas ações militares em localidades da Catalunha, no quadro da XV Brigada, desta vez no *Batalhão Lincoln*, ainda como tenente (JOBIM, 1979a, 1979b).

Os voluntários brasileiros, tendo chegado à Espanha a partir de meados de 1937 – com a exceção precoce do Tenente Besouchet –, combateram nos dois terços finais da guerra civil, permanecendo em território espanhol até os últimos momentos do esforço republicano: de julho de 1937 a janeiro de 1939, os brasileiros estiveram representados em todas as frentes de combate – de Belchite a Teruel, de Le-

rida ao Ebro, passando por Huesca e pelas campanhas de Aragão e das Astúrias e, finalmente, pela da Catalunha –, nas diversas armas militares engajadas na luta – artilharia, infantaria, cavalaria blindada e aviação militar – e também como comissários políticos de unidades específicas. Nesse período, apesar de efêmeros sucessos governamentais – a captura de Belchite, o ataque a Teruel, a ofensiva do Ebro –, as tropas rebeldes estiveram constantemente em avanço e a situação das forças republicanas e internacionais não deixou de ser crítica, mesmo se a melhor organização destas últimas, a partir de meados de 1937, conseguiu prolongar o conflito e postergar a derrota militar do Governo republicano. Mas, mesmo na ofensiva do Ebro, o destino da República estava selado.

Se a intervenção estrangeira do lado republicano não foi decisiva – em termos de homens ou armas – para o desempenho efetivo de guerra, mesmo se ela assumiu grande importância em determinados momentos da condução do conflito, já a ajuda das potências fascistas foi essencial para a vitória militar de Franco: sem ela, dificilmente o golpe militar de julho de 1936 teria se transformado em guerra civil e assumido as proporções que teve no decorrer dos três anos seguintes. Por outro lado, a capacidade de resistência da República espanhola, durante os três longos anos de uma cruel guerra civil, foi, antes de mais nada, a expressão de uma vontade política extremamente combativa, que só se poderia explicar pela moral elevada dos soldados e civis empenhados naquela resistência.

DERROTA E EVACUAÇÃO

Em abril de 1938, o território espanhol, ainda sob controle do Governo republicano, é dividido em duas partes como consequência da ofensiva fascista no estuário do Ebro e a conquista de Villaroz, no Mediterrâneo: a Catalunha fica isolada do centro, acrescentando novos problemas estratégicos às já pesadas tarefas do Governo de Valência. A tentativa de romper o domínio fascista sobre essa frente foi a última ofensiva coordenada do lado republicano: de julho a setembro de 1938, as forças combinadas republicanas, espanholas e internacionais, são concentradas na margem do Ebro, conseguindo

estabelecer uma cabeça de ponte de mais de 30 km no lado direito do rio. As Brigadas Internacionais, já parcialmente desagregadas nessa época, são totalmente engajadas nessa frente e nela os voluntários brasileiros recebem sua mais dura prova de combate: praticamente todos recebem ferimentos, de maior ou menor gravidade, ao participarem das ferozes lutas que se travam em torno da conquista de poucos palmos de terreno.

A 21 de setembro, em Genebra, perante a Sociedade das Nações, o chefe do gabinete republicano, Juan Negrin, anuncia a decisão do Governo espanhol de retirar todos os voluntários internacionais das frentes de combate, em uma controvertida tentativa de mostrar que o lado legalista não precisaria recorrer a forças estrangeiras para enfrentar um conflito interno. Os poderes fascistas, que nunca se haviam submetido ao controle do “Comitê de Não-Intervenção”, aproveitam-se desse gesto gratuito e unilateral para reforçar ainda mais a ajuda à Franco, esperando eliminar rapidamente a já debilitada resistência republicana. Os voluntários brasileiros, muitos deles internados em hospitais da Catalunha, são informados dessa decisão ao mesmo tempo em que recebem a notícia do Acordo de Munique, entre Daladier, Chamberlain e Hitler, consubstanciando a entrega da Checoslováquia à Alemanha. Roberto Morena enviou uma carta a todos os brasileiros combatentes na Espanha: “pela primeira vez Morena falava na retirada dos quadros brasileiros e na necessidade de preservar sua experiência para as lutas no Brasil” (SILVEIRA, 1979).

Em Barcelona, se encontravam no final de 1938 todos os voluntários brasileiros que tinham participado ultimamente de operações militares no âmbito do Exército do Leste: Gay da Cunha, Dinarco Reis, Homero Jobim, Correia de Sá, Delcy Silveira, Nelson de Souza Alves, David Capistrano, Nemo Canabarro, Costa Leite, Assis Brasil e Eny Silveira. Os demais, Joaquim Silveira, Apolônio de Carvalho e Roberto Morena ainda estavam no Centro, agora isolado dos Pireneus, e apenas os dois primeiros conseguiram chegar à Catalunha nos dois meses seguintes. A desmobilização é, contudo, parcial, já que nem todos os combatentes internacionais poderiam sonhar em voltar a suas pátrias. Os voluntários de países democráticos – fran-

ceses, ingleses, americanos e alguns latino-americanos como mexicanos e cubanos – foram retirados sem maiores problemas, mas os combatentes de países fascistas ou antidemocráticos não tinham para onde ir.

No final do mês de janeiro, mais de duzentas mil pessoas se acotovelam na fronteira francesa. Os anarquistas da FAI, que já há algum tempo antes se tinham retirado da Frente Popular e que, mesmo depois de abandonar as frentes de luta, tentam ainda conservar suas armas, provocam alguns incidentes, rapidamente debelados pelas forças organizadas dos voluntários internacionais (GAY DA CUNHA, 1946, p. 189). No dia 9 de fevereiro, finalmente, os voluntários atravessam a fronteira. Era o final das Brigadas Internacionais, que passam a fronteira num cenário de êxodo bíblico.

“Para todos os refugiados começa então a terrível provação do exílio. Na África do Norte ou na França, eles são internados em campos onde enfrentam condições materiais e morais muito duras, esperando o acolhimento por um país estrangeiro ou a autorização para permanecer na França” (BROUÉ-TÉMIME, 1961, p. 498). Com exceção de Morena, todos os demais brasileiros são encaminhados aos campos de Argelès-sur-mer ou de Saint-Cyprien – mais tarde ao de Gurs, nos Pirineus orientais – com dezenas de milhares de outros refugiados. Correia de Sá, que foi encaminhado ao de Argelès, diz que “os franceses nos encurralaram na praia, vinte quilômetros de mar, cercaram com arame farpado e nos deixaram lá, ao ar livre, na chuva, em pleno inverno, um vento terrível que levantava a areia; nos forneciam comida, aos tachos, mas nada de habitação” (1979).

Em abril, os voluntários brasileiros são visitados no campo pelo Conselheiro Carlos da Silveira Martins Ramos, encarregado de negócios junto ao Governo republicano espanhol, que se havia retirado com o Presidente do Conselho, Negrin, então já desligado da representação e lotado em Paris. Ele oferece passaportes aos que desejassem voltar ao Brasil, além de facilitar a vida dos demais, conseguindo cobertores e alimentos. Aqueles que não tinham condenação no Brasil aceitaram a repatriação. O diplomata, que relatou a Delcy Silveira ter ele próprio recomendado ao Governo brasileiro o reconhecimento do governo franquista, forneceu algum dinheiro e do-

cumentos de viagem aos brasileiros (1979). No mesmo mês, Nemo Canabarro, Homero Jobim, Nelson Alves e os irmãos Silveira receberam os passaportes e tomam um barco em Marselha, o vapor “Mendoza”, com destino à América do Sul.

Na volta ao Brasil, ficaram alguns dias detidos na Polícia do Rio de Janeiro e depois de interrogados ganham a liberdade. Os demais, isto é a maioria, permaneceriam ainda em campos de concentração durante vários meses, pelo menos até o começo da guerra, no mês de setembro. Com a construção do campo de Gurs – “os franceses instalaram barracas enormes nos Pirineus orientais e nos transportaram todos” – são transferidos para lá: Costa Leite, Assis Brasil, Joaquim Silveira, Gay da Cunha, Dinarco Reis, Correia de Sá, David Capistrano, Apolônio de Carvalho e Nelson Alves (CORREIA DE SÁ, 1979).

No primeiro semestre de 1940, o quadro político e militar se apresenta de maneira cada vez mais sombria no contexto da “*drôle de guerre*” que até então tinha sido a frente ocidental, depois da “absorção” da Polônia pelos dois aliados no Pacto Ribbentrop-Molotov de agosto de 1939, a Alemanha hitlerista e a União Soviética stalinista. A retomada de operações contra a França e a Inglaterra, frustrados garantidores da independência da Polônia, parecia inevitável. Um mês antes da nova ofensiva nazista contra os dois aliados da Mancha, diversos voluntários brasileiros ainda permaneciam nos campos de refugiados do sul da França. Tanto o Conselheiro Carlos da Silveira Martins Ramos, quanto o embaixador em Paris, tentam ajudar os refugiados brasileiros, sem lograr sucesso, porém:

Em abril de 1940, Luís Martins de Souza Dantas, embaixador do Brasil em Paris, solicitou ao Itamaraty a autorização para o Consulado de Marselha fornecer um atestado de nacionalidade para os brasileiros Hermenegildo de Assis Brasil, Costa Leite, Dinarco Reis e Apolônio de Carvalho, internados em um campo de concentração nos Pirineus. Explicava que se fazia necessário essa documentação, tendo em vista que esses haviam sido avisados que seguiriam para a linha de frente.

A tentativa de Souza Dantas [de] auxiliar os brigadistas brasileiros malogrou. O setor consular lembrou a SERE de que a solicitação era impropriedade e que já havia avisado a Embaixada de que tais brasileiros haviam perdido a nacionalidade brasileira, de acordo com o artigo 2 do Decreto-Lei n. 389 de abril de 1938. Tal artigo previa que

perderia a nacionalidade o brasileiro que “sem licença do presidente da República, aceitar comissão ou emprego remunerado de governo estrangeiro, como tal considera a prestação voluntária do serviço militar”. (SOUZA, 2009, p. 92)

Quando tem início a guerra contra a Alemanha, em setembro, as autoridades militares francesas fizeram pressão para que os combatentes internacionais e espanhóis se alistassem na Legião Estrangeira para lutar contra os alemães. “Inclusive, o General Gamelin, que tinha sido o Chefe da missão militar francesa no Brasil (e, nessa condição, professor de Costa Leite), foi ao campo e nos convida para integrar a Legião Estrangeira, com os mesmos postos que tínhamos na Espanha. Nós concordamos com a manutenção das patentes, mas não no quadro da Legião Estrangeira, que era uma força de repressão colonial, e sim no Exército francês, mas eles não aceitaram” (CORREIA DE SÁ, 1979). Pouco tempo depois, mesmo condenados no Brasil, Gay da Cunha e Correia de Sá conseguem, através da representação brasileira em Paris – onde trabalhava um sobrinho do ex-Ministro das Relações Exteriores, Pimentel Brandão –, passaportes de repatriados, concedidos pelo Consulado em Marselha; no começo de 1940, antes que os alemães rompessem a frente francesa, embarcam separadamente para a América do Sul. Os demais permanecem no campo vários meses mais, enfrentando em seguida destinos diversos.

Apolônio de Carvalho, Capistrano e Dinarco Reis fogem de Gurs, “aproveitando o caos reinante”, em meados de 1940 e vivem, legal ou clandestinamente, na França de Vichy, em regiões diversas e com ocupações diferentes. Dinarco Reis conta que “Hermenegildo, eu, Joaquim [Silveira]... conseguimos atingir Paris quando esta era ocupada pelos alemães. Costa Leite, Apolônio e outros foram para Marselha. Correia de Sá escapou para Portugal e Capistrano caiu preso pelos alemães sendo, porém, libertado e voltado a Marselha um ano depois” (REIS, 1981).

Correia de Sá, condenado no Brasil, vive alguns meses, clandestinamente, em Portugal, onde tenta alistar-se no Exército de Chiang Kai-chek para combater os japoneses que haviam invadido a China, mas não obteve ajuda da Embaixada chinesa em Lisboa. Detido no segundo semestre de 1940 pelas autoridades portuguesas, passa

algum tempo no Forte de Caxias, onde também se encontrava um dos líderes do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal. Expulso do país, com a ajuda do Cônsul brasileiro que lhe consegue o repatriamento, consegue entrar clandestinamente no Brasil, onde permanece alguns meses antes de juntar-se aos demais exilados em Buenos Aires (1979).

Em julho de 1941, Joaquim Silveira e Dinarco viajam para Marselha, onde já se encontrava Apolônio, de onde passam a Portugal em fins de 1941, juntamente com Capistrano. Este último viaja ao Uruguai, Silveira foi para o México e Dinarco entrou clandestinamente na Venezuela, onde passou quatro meses, viajando então ao Rio de Janeiro, onde permanece na ilegalidade, mas retomando os contatos com o PCB (Reis, 1981). Quanto a Assis Brasil, ainda no campo de Gurs, ele foi mobilizado compulsoriamente para as frentes de trabalho nos primeiros meses da guerra, sendo obrigado a reforçar a linha Maginot na fronteira franco-belgo-luxemburguesa. Depois da ofensiva alemã, Hermenegildo e outros quatro brasileiros ficam no mesmo campo de prisioneiros, de onde conseguem escapar, sob fogo de metralhadoras. Em 28 de junho de 1940, eles conseguem chegar a Paris, depois de 120 quilômetros de marcha noturna. Novamente a caminho da liberdade, Assis Brasil vem a morrer acidentalmente de septicemia durante uma extenuante jornada para a França de Vichy (BARATA, 1950, p. 127).

Apolônio de Carvalho, por sua vez, tendo feito contatos com militantes comunistas brasileiros, consegue estabelecer-se em Marselha, primeiro dando aulas de francês a judeus refugiados desejosos de emigrar ao Brasil, depois trabalhando no próprio Consulado, como auxiliar local (CARVALHO, 1997, p. 138-139). Em 1941, já se encontram reunidos em Marselha Costa Leite, Dinarco, Joaquim Silveira e Capistrano. Quando do rompimento de relações entre o Brasil e a Alemanha e da invasão por esta última da “zona livre” francesa, Apolônio deixa o serviço no Consulado e ingressa na resistência ao ocupante nazista, participando desde as primeiras horas da organização de grupos de guerrilheiros (CARVALHO, 1979a, 1979b, 1997, p. 144-145). Ele só retorna ao Brasil, depois de tantos combates, no final de 1946.

Costa Leite, Joaquim Silveira e Nelson Alves conseguem, de várias maneiras alcançar a América do Sul, refugiando-se em Buenos Aires, onde também chegaria, em meados de 1941, vindo da União Soviética, Roberto Morena, acompanhado do líder do PCB Fernando de Lacerda. Com a intensificação da campanha pela entrada do Brasil na guerra, ao lado dos aliados, vários dos exilados brasileiros em Buenos Aires operam uma entrada em massa no Brasil, com a intenção de se oferecerem voluntários para o eventual corpo expedicionário que se constituiria dessa ação: Nemo Canabarro, no Brasil, lança a ideia de formação de um “Exército de Voluntários Americanos” para combater nos campos da Europa o totalitarismo fascista, tentando forçar, sem resultados nessa fase, uma mudança na orientação pró-Eixo do Governo Vargas. Os exilados brasileiros não conseguem, contudo, maior repercussão com seu controvertido ato: são todos presos à sua entrada na fronteira e enviados para a ilha-prisão de Ilha Grande no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Paulo Roberto. “Brasileiros na Guerra Civil Espanhola, 1936-1939: combatentes brasileiros na luta contra o fascismo”, *Sociologia e Política*. Curitiba, ano 4, n. 12, junho 1999, pp. 35-66; ISSN: 0104-4478 (disponível no link: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39262>; acesso em 8/11/2019).
- ALMEIDA, Paulo Roberto. O Brasil e a Guerra Civil espanhola: participação de brasileiros no conflito, *Hispanista*, v. II, n. 5, abril-junho 2001; disponível no link: <http://www.hispanista.com.br/revista/artigo37esp.htm>; acesso: 8/11/2019.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. “Internacionalismo Proletário no Cone Sul: A Experiência Internacional do Sindicalismo Brasileiro em Princípios do Século”, *Resgate: Revista de Cultura*. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, n. 3, 1991, pp. 33-52.
- AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança: Vida de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

- BARATA, Agildo. “Figuras do Movimento Operário: Hermenegildo de Assis Brasil”, *Problemas*, Rio de Janeiro: nº 26, maio 1950, pp.118-128.
- BATTIBUGLI, Thaís. *A solidariedade antifascista: Brasileiros na Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. Campinas, SP; São Paulo: Autores Associados; Edusp, 2004.
- BESOUCHET, Augusto. *Questionário*, Rio de Janeiro: 26 de outubro de 1979.
- BESOUCHET, Lúcia. *Depoimento ao autor*, Madri, 11 e 12 de março de 1981.
- BEZERRA, Gustavo. *O Livro Negro do Comunismo no Brasil: Mitos e falácias sobre a história da esquerda brasileira*. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2019.
- BOLLOTEN, Burnett. *The Grand Camouflage: The Spanish Civil War and Revolution, 1936-39*. New York: Praeger, 1961.
- BOLLOTEN, Burnett. *The Spanish Revolution: The Left and the Struggle for Power during the Civil War*, Chapel Hill: The University of Carolina Press, 1979.
- BROUÉ, Pierre e TÉMIME, Émile. *La Révolution et la Guerre d'Espagne*. Paris: Minuit, 1961.
- CANABARRO LUCAS, Nemo. *Entrevista concedida a John W. F. Dulles*, Rio de Janeiro: 30 de outubro de 1967.
- CANABARRO LUCAS, Nemo. *Idem*, Rio de Janeiro: 26 de junho de 1979a.
- CANABARRO LUCAS, Nemo. *Entrevista concedida ao autor*, Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1979b.
- CANABARRO LUCAS, Nemo. *Carta ao autor*, Rio de Janeiro: 15 de novembro de 1979c.
- CARONE, Edgard. *O PCB*. Vol. 1: 1922-1943. São Paulo: Difel, 1982.
- CARR, Edward H. *The Comintern and the Spanish Civil War (1984)*, consultado na versão espanhola: *La Comintern y la Guerra Civil española*. Madri: Alianza Editorial, 1986.
- CARR, Raymond. *Modern Spain, 1875-1980*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- CARVALHO, Apolônio Pinto de. *Entrevista concedida ao Pasquim*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 532, 7-13 de setembro, 1979a.

- CARVALHO, Apolônio Pinto de. *Entrevista concedida ao autor*, Paris: 27 de setembro, 1979b.
- CARVALHO, Apolônio Pinto de. *Vale a Pena Sonhar*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CATELL, David T. *Communism and the Spanish Civil War*, Berkeley: University of California Press, 1955.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração (1922- 1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CORREIA DE SÁ, José. *Entrevista ao autor*, Rio de Janeiro: 23 de julho de 1979.
- COVERDALE, John F. *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, Princeton: Princeton University Press, 1975.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- GAY DA CUNHA, José. *Um Brasileiro na Guerra Espanhola*. Porto Alegre: Globo, 1946; 2ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- GAY DA CUNHA, José. *Entrevista ao autor*, São Paulo: 7 de dezembro de 1979.
- HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- HILTON, Stanley. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991.
- JOBIM, Homero de Castro. “O relato de um gaúcho que foi à Espanha lutar pela democracia”, entrevista a Jacques Wainberg, *Correio do Povo*, Porto Alegre: 1º de julho 1979a.
- JOBIM, Homero de Castro. *Entrevista com o autor*, Porto Alegre: 16 de novembro de 1979b.
- LEVINE, Robert M. *The Vargas regime: The critical years, 1934-1938*. New York: Columbia University Press, 1970.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A revolução possível: história oral de soldados na guerra civil espanhola*. São Paulo: Xamã, 2009.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (ed.). *Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

- MORENA, Roberto. *Entrevista concedida a Leandro Konder e Pedro Scuro Neto*, Bonn, junho; “Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro”, Milão: Itália, 1975a.
- MORENA, Roberto. “La Solidarité Brésilienne avec la Lutte des Républicains Espagnols, souvenirs d’un combattant”, *Études Brésiliennes*. [Paris:] ano 1, n. 2, julho, pp. 69-72, 1975b.
- MORENA, Roberto. *Entrevista concedida ao autor*, Praga: 27 de dezembro, 1976.
- PEÑA-RODRÍGUEZ, Alberto. “Portugal, Brasil y la guerra civil española: nuevos abordajes”, in: VIÑAS, Angel, BLANCO, Juan Andrés (dirs.). *La Guerra Civil española, una visión bibliográfica*. [s.l.:] Marcial Pons Historia, 2017, pp. 507-518.
- REIS, Dinarco. *Carta ao autor*, Rio de Janeiro: 4 de abril de 1981.
- RODRIGUES, Pedro. “Roberto Morena: 60 Anos de Militância Sindical”, *Plural*. São Paulo: ano I, nº 4, abril-junho, pp. 68-81, 1979a.
- RODRIGUES, Pedro. “O Sindicalismo Internacional e o Movimento Operário no Brasil: a experiência dos anos vinte”, *Plural*. São Paulo: ano II, nº 5, julho-setembro, pp. 49-71, 1979b.
- RODRIGUES, Pedro. “Brasileiros na Espanha”, *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: vol. 9, p. 125-158, 1980.
- RODRIGUES, Pedro. “Roberto Morena: o Operário, o Militante, o Homem”, *Memória e História*, São Paulo: nº 3, Instituto Astrojildo Pereira/Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro/Editora Novos Rumos, pp. 15-32, 1987.
- RUBIO, Javier. *Asilos y canjes durante la guerra civil española: aspectos humanitarios de una contienda fratricida*, Barcelona: Planeta, 1979.
- SILVA, Hélio. 1935, *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SILVA, Hélio. 1937, *Todos os Golpes se Parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SILVEIRA, Delcy. *Depoimento ao autor*, Porto Alegre: 17 de novembro de 1979.
- SOUZA, Ismara Izepe de. “Caminhos que se cruzam: as relações entre Brasil e Espanha (1936-1960)”, Tese de doutorado em His-

- tória Social na Universidade de São Paulo; orientadora: Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo: USP, 2009.
- SOUZA, Ismara Izepe de. “A diplomacia brasileira e a Guerra Civil Espanhola”, in: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (ed.). *Guerra Civil Espanhola: 70 anos depois*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, pp. 139-156.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Solidariedade Internacional: a comunidade espanhola e a polícia política diante da Guerra Civil da Espanha (1936-1946)*. São Paulo: Humanitas, 2005.
- THOMAS, Hugh. *The Spanish Civil War*. 3ª ed., Harmondsworth: Penguin, 1977.
- WAACK, William. *Camaradas – Nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Mulheres na guerra e a memória do conflito civil espanhol

Maria Helena Rolim Capelato

Haverá paz entre nós
Como Cristo nos ensina?
Ou nunca será possível
A solução do problema?

Trecho do poema *Canção outonal*, de Federico Garcia Lorca
(1898-1936)



INTRODUÇÃO

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi considerada um “balão de ensaio”, ou seja, uma prévia para a Segunda Guerra Mundial (SALVADÓ, 2008). A Espanha, que se manteve neutra durante a Primeira Guerra Mundial, beneficiou-se dessa posição por conta de suas exportações para França e Inglaterra. No entanto, tal crescimento econômico que resultou em ampliação e modernização da indústria espanhola, acabou ficando concentrado nas mãos de uma minoria. Os preços dos produtos dispararam e a riqueza não resultou em aumento dos salários. A evidente concentração de riqueza gerou movimentos populares que reivindicavam contenção de preços e direitos sociais.

A disparidade social provocou conflitos que foram se ampliando. Nesse contexto de crise, ocorreu um golpe de Estado liderado por Primo de Rivera. O golpe foi vitorioso e, em 1923, o capitão general da Catalunha, assumiu o poder e instaurou uma ditadura.

Com apoio do Rei Afonso XIII e de setores conservadores (patronato e clero principalmente), Rivera prometeu regenerar a sociedade e restaurar a ordem. Ao assumir o poder, eliminou os partidos políticos, bem como instituições representativas do governo. Criou a *Unión Patriótica*, novo órgão de Estado, composto por tecnocratas responsáveis pelo desenvolvimento econômico com ênfase na indústria nacional. E prometeu a construção de grandes obras públicas.

O ditador perseguiu anarquistas, comunistas e líderes regionalistas. Na Catalunha, proibiu o uso de uma língua regional em atos públicos e suprimiu a primeira experiência de autogestão implantada na Espanha.

A ditadura foi apoiada por católicos, conservadores e corporativistas adeptos do fascismo. Dentre esses grupos havia divergências importantes. Nesse contexto de divisão política, Primo de Rivera não conseguiu fazer frente a uma oposição composta por socialistas, republicanos, estudantes, operários e intelectuais que se manifestavam contra o regime; até mesmo os militares passaram a conspirar contra o ditador. Em 1930, Afonso XIII abdicou do poder e se exilou em Paris.

Com o fim da ditadura, instaurou-se a República e a Espanha viveu um período de implantação de políticas progressistas, tais como a expansão do ensino básico e a reforma agrária. No entanto, os conflitos entre as forças de direita e esquerda continuaram e foram se acirrando. Os conservadores formaram um partido de extrema direita, denominada Falange Tradicionalista Espanhola das Juntas Ofensivas Nacional-Sindicalista. Em 1931, a coligação de partidos vitoriosa era chamada de *Conjunción Republicano-socialista* e incluía, além do PSOE e da *Acción Republicana de Azaña*, a *Derecha Liberal Republicana*. Coligação que empossou Niceto Alcalá-Zamora como presidente e Azaña como primeiro-ministro.

O resultado das eleições provocou reação dos conservadores. Destacou-se o Exército, que se organizou em uma coalisão de oficiais de alta patente sob a liderança do General Francisco Franco e que se rebelou contra o novo governo. Em 17 de julho de 1936, após a tentativa de outro golpe de Estado, teve início a guerra civil, que terminou em novembro de 1939, ou seja, durou mais de 3 anos e resultou na morte de cerca de 500 mil pessoas. Com a vitória de seu exército, Franco assumiu o poder em 1º de abril de 1939 e nele permaneceu até sua morte em 1975. Ou seja, a ditadura espanhola durou 36 anos.

Com a vitória do franquismo a história da Espanha se modificou completamente. Franco instaurou um regime de natureza totalitária, com o beneplácito da religião católica. Conquistou o apoio de uma ampla base social que se identificava com a ideologia propagada pelo regime: a família se constituía como peça-chave da sociedade e o papel submisso da mulher foi definido a partir da família, da religião e da Pátria. Elas passaram a ser nomeadas como “mães da pátria” e “mulheres do lar”.

MULHERES NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA EM DEFESA DA REPÚBLICA

Alguns autores, especialistas na história da Guerra Civil Espanhola, comentam que muito se escreveu sobre a participação das Brigadas Internacionais nessa Guerra, mas pouco se sabe sobre as mulhe-

res brigadistas. No entanto, esta afirmativa pode ser contestada por meio do artigo de Ana Martinez Rus, publicado com o título *Mujeres y Guerra Civil: um balance historiográfico* (RUS, 2008).

A autora aborda as várias publicações que analisaram o papel das mulheres na guerra civil durante os últimos dez anos. A partir do levantamento bibliográfico sobre o tema, afirma que, tais pesquisas revelaram a importância da atuação das mulheres dos dois lados da guerra, tanto no front, como nas retaguardas. No que se refere à metodologia de trabalho e levantamento das fontes, a autora concluiu que, tanto as histórias locais, como a história oral, permitiram o conhecimento mais amplo relacionado às imagens, à ideologia e a percepção mais aguçada sobre as inquietudes das mulheres. Menciona ainda as referências sobre as diversas funções que elas desempenharam durante a guerra.

A autora constatou também que predominaram os estudos sobre as mulheres republicanas, tanto as que se destacaram nessa luta, como as participantes anônimas. Esclarece que a realização dessa pesquisa foi motivada pelo seu interesse em recuperar a luta das “vencidas”, os discursos emancipadores e igualitários que contribuíram para motivar as forças políticas e bélicas em defesa da República.

Dentre as inúmeras referências sobre o papel das mulheres na Guerra Civil Espanhola, cabe destacar a obra publicada pela historiadora austríaca Renée Lugschitz, sobre as combatentes estrangeiras que lutaram ao lado dos republicanos. Seu livro, intitulado *Luchadoras en España. Mujeres extranjeras en la Guerra Civil Española* (LUGSCHITZ, 2012), foi resultado de uma pesquisa baseada em vasta documentação. Segundo a autora, que dedicou quinze anos escrevendo o livro, mais de 35 mil voluntários, procedentes de cerca de cinquenta países, chegaram à Espanha para lutar contra a ditadura franquista. Entre eles, Lugschitz apontou a existência de centenas de mulheres.

Na bibliografia sobre a presença das mulheres na guerra civil é importante mencionar o livro da inglesa Liz Willis, traduzida para o português com o título *As mulheres na revolução civil espanhola* (WILLIS, 2017). A autora se refere às condições “opressivas e repres-

sivas” da vida das espanholas na época: jornadas longas e trabalho mal remunerado; uma condição muito inferior à dos homens.

A Constituição de 1931, promulgada durante o período republicano, representou um avanço em relação aos direitos das mulheres: definiu o direito de voto feminino e aprovou a lei do divórcio por “justa causa”. Essa mudança favorável na legislação fortaleceu o papel das mulheres e até mesmo estimulou a participação de muitas delas na luta em defesa da República. Nesse período, o tema do feminismo ganhou visibilidade e os direitos das mulheres passaram a ser reconhecidos.

No entanto, as mudanças de costumes eram lentas e atingiram apenas uma parcela restrita da sociedade, de onde se destacou o grupo *Mujeres Libres* que se encarregavam de serviços públicos, enfermagem, educação e orientações em grupos de debate referentes à emancipação feminina. A historiadora Margareth Rago analisou os objetivos dessa agremiação criada com o intuito de retirar as mulheres do confinamento doméstico e do obscurantismo religioso. Com esse mesmo propósito, surge o *Instituto Mujeres Libres* – “Casa de la Dona Trabajadora”, em Barcelona. Nesse espaço, eram oferecidos cursos e oficinas, além de palestras (RAGO, 2005, p. 132-152).

A autora menciona, nesse mesmo texto, a atuação de uma personagem feminina singular, a anarquista Federica Montseny, que ocupou o cargo de Ministra da Saúde e Assistência Social no final de 1936. Durante sua gestão, propôs ampla reforma na saúde, descentralizando o atendimento, reorganizando os hospitais e criando casas para abrigo de mulheres carentes. Empreendeu reformas ousadas, tais como a divulgação maciça de informações sobre o controle de natalidade, a legalização do aborto em condições controladas e a construção de refúgios para mulheres desprotegidas, incluindo as prostitutas. A partir de um trabalho educativo, essas mulheres tiveram chance de mudar de vida (RAGO, 2005, p. 134).

Quando ocorreu a insurreição militar, com objetivo de derrubar o regime republicano, houve resistência imediata ao golpe: líderes partidários, militantes da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) e Federação Anarquista Ibérica (FAI) organizaram uma luta armada na qual muitas mulheres tiveram participação intensa.

Segundo Liz Willis, as mulheres participaram em comitês, organizaram milícias, foram ativas na tomada de decisões, marcando presença nas frentes de combate e se destacaram em inúmeras outras atividades. Elas criaram maternidades e creches, organizaram comitês de bairro, encarregaram-se da provisão de alimentos, fornecimento de munição e participação em redes de comunicação, dando suporte aos homens que trabalhavam nas fábricas de munição e aos que lutavam nas trincheiras.

A União da Juventude Socialista contava com a presença de quase 30.000 mulheres. Há, também, registro da presença de mulheres estrangeiras na guerra. A escritora e filósofa francesa Simone Weil permaneceu um tempo na Espanha durante o conflito, apoiando os republicanos.

Ainda sobre a participação feminina na guerra, destaca-se outra personagem marcante na memória do conflito: Isidora Dolores Ibárruri Gómez, uma revolucionária, conhecida com o pseudônimo de *La Pasionaria*. Aos vinte e cinco anos, filiou-se ao Partido Comunista, onde exerceu papel proeminente. Durante a guerra, tornou-se célebre ao instigar os republicanos contra as tropas do General Franco com os dizeres: “*Para vivir de rodillas, es mejor morir de pie!*” e “*No pasarán!*”.

Com a vitória de Franco, em 1939, ela se exilou na URSS, regressando à Espanha em 1977, após a morte do Generalíssimo. Eleita para o Congresso dos Deputados, permaneceu líder honorária do Partido Comunista de Espanha até à sua morte, em 1989. Teve uma longa vida e faleceu aos 94 anos.



Imagem 1 - La Passionaria em público. Disponível em:
< <https://vermelho.org.br/2016/07/19/agosto-buonicoire-80-anos-da-guerra-civil-espanhola/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.



Imagem 2 - Marina Ginesta. Disponível em:
< <https://incrivelhistoria.com.br/marina-ginesta-guerra-civil-espanhola/>>.
Acesso em: 23 jan. 2020.



Imagem 3 - Mulheres em posição de tiro. Disponível em: <
https://www.diariodesevilla.es/ocio/Reporteras-Guerra-espanolas_o_1264674025.html>. Acesso em: 23 jan. 2020.

Como se pode notar, a partir das imagens acima, a participação feminina foi de extrema importância na guerra. As mulheres atuaram tanto na luta por seus direitos, como no *front* de combatentes, deixando marcas notáveis na história das mulheres espanholas.

O APOIO DAS MULHERES À FALANGE ESPANHOLA

Na década de 1930, a situação política espanhola mudou com o aparecimento de uma série de partidos inspirados no regime fascista italiano. Em outubro de 1933 surgiu, em Madrid, um movimento denominado Falange Espanhola, liderado por José António Primo de Rivera, filho de Miguel Primo de Rivera, que havia governado a Espanha de forma ditatorial entre 1923 e 1930.

Primo de Rivera era admirador da Itália fascista e seu líder Mussolini. Como defendia a implantação de um estado totalitário, formou milícias uniformizadas, os chamados “camisas azuis”, que faziam a saudação fascista com o braço direito estendido. O movimento se diferenciava dos demais regimes totalitários porque defendia o catolicismo.

Com a vitória do governo socialista nas urnas, em abril de 1931, Primo de Rivera foi preso por atividades políticas e as sedes falangistas foram fechadas em todo o país. A partir desse momento, os atritos entre o governo republicano espanhol e os grupos conservadores se intensificaram e o resultado desses conflitos foi o golpe militar liderado pelo General Francisco Franco. Nesse contexto, teve início a Guerra Civil Espanhola, em 17 de julho de 1936.

A Fundação de Auxílio Social, representante das mulheres católicas, atuou, intensamente, durante a guerra. As integrantes dessa organização realizaram um trabalho social ligado a outros grupos conservadores como Sagrada Família e Mulheres do Lar.

Essas organizações femininas ultraconservadoras foram constituídas anteriormente, durante o regime republicano. Nesse período, elas promoviam campanhas contra as medidas renovadoras propostas ou adotadas pelo governo. Lutaram contra os movimentos que defendiam os direitos das mulheres e se opuseram, fortemente, à proposta de lei do divórcio. As “mulheres do lar” eram católicas e pregavam o recato até na maneira de vestir. Em nome do pudor, criticavam as “pernas descobertas”.

No plano político, Pilar Primo de Rivera, irmã de José António Primo de Rivera, destacou-se como figura proeminente no grupo falangista, facção que, antes da guerra se opunha às pautas defendidas por Franco e, posteriormente, aderiram ao franquismo.

No entanto, apesar das desavenças entre Franco e Primo de Rivera, fervoroso adepto do fascismo italiano, o general conseguiu se apropriar das milícias falangistas, que haviam crescido intensamente durante o conflito, graças à filiação de adeptos de outros partidos de direita que não possuíam milícias.

Com a vitória de Franco, em abril de 1939, a Falange se tornou o único partido político existente na Espanha até a morte do ditador em 1975.

A BOA MULHER FALANGISTA

A Secção Feminina da Falange (SFF), que continuou dirigida por Pilar Primo de Rivera, permaneceu atuante, sempre em aliança com a Igreja, desde 1934 até 1977. Chegou a atingir o número de 600.000 mulheres espanholas ligadas a essa organização, que sobreviveu na Espanha até o início da redemocratização.



Imagem 4 - Mulheres falangistas, com Pilar Primo de Rivera à esquerda.
Disponível em: < <https://historiaeweb.com/2018/07/30/seccion-femenina-falange/>>. Acesso em: 23 jan. 20

Durante o período franquista, a SFF representou um dos alicerces do regime atuando na doutrinação das mulheres e enquadrando-as à moral dominante. Pilar foi uma das personalidades mais influentes e poderosas no mundo político e social da Espanha sob a ditadura.

A SFF atuou nos “corações e mentes” das mulheres espanholas por meio de mensagens de orientação comportamental. No que se referia às questões sexuais, indicavam como deveriam se portar em relação aos seus parceiros, sempre lembrando que a satisfação do

homem era mais importante que a das mulheres. Cabia a elas obedecer ao marido incondicionalmente. É famosa a frase de Pilar sobre as mulheres: “*Las mujeres nunca descubren nada; les falta el talento creador reservado por Dios para inteligencias varoniles*”.

Não se pode negar que a mentalidade inculcada na formação dessas mulheres contribuiu muito para a manutenção do regime. Elas foram homenageadas no ato de comemoração da vitória na guerra. Franco louvou a mulher espanhola nos seguintes termos:

En esta hora no quiero olvidar a la admirable mujer española que supo conducir a sus hijos hacia la lucha y la muerte, hasta el punto de que no sé qué es más sublime en esta gesta, si el hijo que cae o la madre heroica y sublime que lo empujó hacia la gloria¹.

GUERRA CIVIL ESPANHOLA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRODUÇÃO CULTURAL

A Guerra Civil Espanhola marcou a história do século XX e teve grande impacto no contexto internacional. A historiografia sobre o tema é vasta e o acontecimento inspirou a produção de memórias, construção de monumentos e manifestações culturais bem diversas. Durante a guerra, artistas, nacionais e internacionais, distribuíam livros e encenavam peças de teatro entre os republicanos.

Personagens de destaque participaram do conflito ou se manifestaram contra os fascistas. Jornalistas como Erika e Klauss Mann, filhos de Thomas Mann, o fotógrafo húngaro Robert Capa (2010) e sua namorada, a jornalista e fotógrafa alemã Gerda Taro, participaram de batalhas. Taro acabou morrendo durante uma batalha nas cercanias de Madri. Tinha 26 anos.

O escritor britânico George Orwell fez parte das milícias do P.O.U.M – *Partido Obrero Unificación Marxista*; a filósofa francesa Simone Weil lutou na Batalha de Teruel junto com os milicianos de seu país e André Malraux participou de missões aéreas. Brasileiros também marcaram presença nas brigadas internacionais, dentre

¹ Palabras del Caudillo citadas en “Escritos, discursos y circulares”. *Sección Femenina de FET y JONS*. Madrid, 1943, p. 99.

outros Apolônio de Carvalho, membro importante do Partido Comunista do Brasil. Octavio Paz tentou se alistar nas Brigadas, mas foi aconselhado a realizar o trabalho de propaganda dos republicanos em guerra. O escritor mexicano esteve presente no Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura em 1937.

Neruda era grande amigo do poeta Federico Garcia Lorca que foi um dos primeiros personagens importantes a ser fuzilado pelos fascistas. O poeta chileno relata o grande sofrimento que essa morte lhe causou. Anos mais tarde, ele fez um comentário importante sobre a guerra. Segundo Neruda, nenhum conflito, até então, despertara a atenção de artistas e intelectuais do mundo todo como a Guerra Civil Espanhola.

A bibliografia sobre a guerra civil é muito vasta e se renova constantemente. Sobre as obras recentes, menciono o livro do historiador Josep M. Buades, intitulada *A Guerra Civil Espanhola*. Ensaio para a Segunda Guerra Mundial (BUADES, 2013). O título do livro já indica a abrangência dessa guerra, considerada, pelo autor, uma das cinco guerras civis mais importantes da história.

O autor expõe três aspectos para justificar sua tese: 1) a Guerra Civil Espanhola não foi somente uma guerra, mas também uma revolução econômica e social em que setores da direita e da esquerda se enfrentaram para defender suas ideias; 2) a grande participação de estrangeiros nessa guerra: os falangistas receberam apoio logístico da Itália e da Alemanha; os republicanos receberam apoio da União Soviética e contou com a presença dos batalhões de brigadistas estrangeiros; 3) o impacto internacional inspirou escritores e artistas que, por meio de suas obras, denunciaram a forte repressão do exército franquista. O livro analisa as consequências do conflito a partir de uma perspectiva inovadora, ou seja, como personalidades importantes do mundo cultural se expressaram com críticas severas às atrocidades dos espanhóis nacionalistas/fascistas.

No que diz respeito às análises acadêmicas sobre a Guerra Civil Espanhola menciono, não só historiadores, mas especialistas de outras áreas como literatos, antropólogos, etnógrafos, linguistas que elegeram o tema como objeto de estudo. Além das inúmeras interpre-

tações históricas, a guerra, também inspirou a construção de memórias, romances e filmes.

MEMÓRIAS

No dia 4 de agosto de 1939, quatro meses após o final da Guerra Civil Espanhola, foi instalado, em Madrid, sob o comando de Franco, o primeiro Conselho de Guerra, dando continuidade às atrocidades cometidas durante o conflito. Esse conselho foi responsável pela condenação à morte, por fuzilamento, de sessenta e três membros da *Juventud Socialista Unificada*. Em 5 de agosto, foram fuziladas treze jovens mulheres, entre 18 e 29 anos. Manifestações memorialistas sobre o episódio ocorrem até os dias atuais. Foi criado um coletivo que passou para a história com o nome *Las Trece Rosas*.

A memória desse episódio mereceu, e continua merecendo, muitas homenagens. Filmes, espetáculos de dança, composição de canções são produzidos para manter viva a memória dessa atrocidade. A *Fundación Trece Rosas* foi criada em 2004 com o intuito de preservar a memória histórica do período. O Partido Comunista Espanhol e outras associações homenageiam as vítimas da ditadura franquista e, todo dia 5 de agosto, prestam tributos às mulheres assassinadas. Em 1988, uma placa comemorativa foi inaugurada no local do fuzilamento.

Os “lugares de memória” nos quais elas são homenageadas se sucedem ano a ano. Em Madrid, entre as Avenidas de España e Juan de Borbón, estão localizadas treze fontes de água: em cada uma delas consta o nome das jovens. Nas comemorações dos 70 anos do fuzilamento, em 2009, foi instalada, em nome do “Povo de Madrid”, outra placa dedicada às jovens. Nesse mesmo ano, o grupo de rock *Barriada* lançou um disco chamado *La tierra esta sorda*, no qual dedicam duas canções às jovens assassinadas. E, em 2011, outro grupo de música denominado *Nach*, apresentou outra canção, “Disparos de Silencio”, em homenagem às jovens. O episódio dramático deixou muitas marcas na memória da sociedade espanhola, razão pela qual tem sido alvo de muitas homenagens e continua inspirando a criação de livros e filmes.

Em 2004, o autor Carlos Fonseca escreveu o romance *Trece Rosas Rojas*, tendo como referências cartas e testemunhos familiares e, em 2007, o cineasta Emilio Martinez Lázaro, transformou o romance em filme que ganhou o Prêmio Goya de melhor ator coadjuvante.

Nesse mesmo ano foi aprovada uma lei [Ley de Memória Histórica de España, 52/2007, de 26 de dezembro de 2007] com o intuito de reconhecer os direitos dos que sofreram perseguição e violência durante a Guerra Civil Espanhola e a ditadura. Tal lei fomentou tanto eventos de caráter memorialístico, quanto a realização de filmes e obras literárias sobre o tema. É possível supor que o filme em questão tenha sido beneficiado por essa lei.

LITERATURA E CINEMA

Há inúmeras releituras sobre a Guerra Civil Espanhola; ela inspirou escritores, cineastas, artistas plásticos nacionais e estrangeiros que procuraram retratar os horrores cometidos durante o conflito.

Na literatura, merece destaque o livro de George Orwell *Homenagem à Catalunha*, publicado em abril de 1938. Trata-se de um relato pessoal com base nas suas observações *in loco* sobre a guerra.

Entre os vários romances escritos sobre o tema, alguns inspiraram a produção de filmes de grande sucesso. O livro *Por quem os sinos dobram*, de Ernest Hemingway, publicado em 1940, certamente é o mais emblemático. Adaptado para o cinema em 1943, com título homônimo, conquistou grande sucesso de bilheteria e crítica. O filme foi estrelado pelos atores Ingrid Bergman, Gary Cooper e Katina Paxinou, que ganhou o Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante.

Anos mais tarde, em 1991, o filme *Ai Carmela*, escrito e dirigido por Carlos Saura foi selecionada como representante da Espanha para o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, com grande repercussão internacional. O enredo conta a vida de um casal de artistas mambembes, capturados durante a guerra civil e obrigados a representar para divertir as tropas franquistas. Na mesma década, em 1999, José Luis Cuerda lançou *La lengua de las mariposas*, que tem como pano de fundo o conflito de 1936; neste cenário, mostra a vida de um me-

nino obrigado a se sujeitar às ordens de um grupo de jovens fascistas. Já no século XXI (em 2006), outra produção cinematográfica também causou impacto por abordar a história de uma menina vivendo na Espanha franquista. Sob uma perspectiva inédita, ou seja, na qual sonho e realidade se confundem trazendo para o universo de fantasia o cruel cotidiano da Espanha fascista. O filme *O labirinto do fauno*, do mexicano Guillermo del Toro, ganhou três *Oscars*: melhor trilha sonora, melhor filme estrangeiro e melhor roteiro original.

Embora muitos livros e filmes tenham conquistado grande sucesso nacional e internacional, a obra mais reverenciada sobre a Guerra Civil Espanhola é o quadro *Guernica*, do pintor catalão, Pablo Picasso. Testemunho do episódio dramático, ocorrido na pequena aldeia basca de Guernica, bombardeada pelos alemães em abril de 1937. As imagens provocam grande impacto ao expressar a devastação causada pelas forças nazistas, aliadas do General Franco.

Nas comemorações dos 80 anos da Guerra Civil Espanhola, não apenas o Governo da Espanha, mas também europeus e americanos, fizeram homenagens simbólicas em memória do acontecimento. Em tempos tão turbulentos como os que estamos vivendo, a lembrança dos horrores dessa guerra é uma lição de história que merece ser lembrada.

REFERÊNCIAS

- ACKELSBERG, Marta A. *As mulheres na Guerra Civil Espanhola*. S. Paulo: Ed. Elefante, 2019.
- BEEVOR, Antony. *La Guerra Civil Española*. Barcelona: Ed. Crítica, 2005.
- BUADES, Josep M. *A Guerra Civil Espanhola*. O palco que serviu para a Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Editora Contexto, 2019
- CAPA, Robert. *Ligeiramente fora de foco*. S. Paulo: Cosac Naify, 2010
- Fotografía e información de guerra. España 1936-1939. Colección Punto y Línea. Bienal de Venecia, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A, 1977.
- GRAHAM, Helen. *Guerra Civil Espanhola*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

- HEIBERG, Morten. *Emperadores del Mediterráneo: Franco, Mussolini e la Guerra Civil Española*. Barcelona: Ed. Crítica, 2003.
- MARTINEZ RUS, Ana. *Mujeres y Guerra Civil: un balance historiográfico*. Universidad Complutense de Madrid: Disponible: http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/0213-2087/article/view/12538
- RAGO, Margareth. Novos modos de subjetivar. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, Florianópolis, jan/abr.2018.
- REIG TAPIA, Alberto. *Ideología e história sobre la represión franquista y la guerra civil*. Madrid, Ediciones AKAL S.A, 1986.
- RICHARD, Michael. *Un tiempo de silencio*. La guerra civil y la cultura de la represión en España de Franco. 1936-1945. Barcelona, Crítica, 1999.
- SALVADÓ, Francisco J. Romero. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro; Ed. Jorge Zahar, 2008
- SANTOS, Juliá. *Memoria de la guerra y del franquismo*. Madrid: Ed. Taurus, 2006.

AUTORES E AUTORAS

ÂNGELA MEIRELLES DE OLIVEIRA

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela mesma universidade. Pesquisou o antifascismo em perspectiva transnacional nos países do Cone Sul e nos Estados Unidos. É autora do livro *Palavras como Balas. Intelectuais e imprensa antifascista no Cone Sul (1933-1939)*, publicado pela Editora Alameda (2015). Atualmente é professora de História das Américas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

BEATRIZ JOSEFINA FIGALLO

Doctora en Historia Contemporánea por la Universidad Complutense de Madrid. Miembro de número de la Academia Nacional de la Historia de la República Argentina. Profesora titular de Historia del Siglo XX en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad Católica Argentina. Investigadora del CONICET y directora a cargo de su Unidad Ejecutora en Red IDEHESI (Instituto de Estudios Históricos, Económicos, Sociales e Internacionales). Se ha dedicado al estudio de la historia internacional de la Argentina, en sus vínculos con América Latina y España. Entre sus publicaciones destacan: *El Protocolo Perón-Franco. Relaciones hispano-argentinas, 1942-1952* (1992), *Diplomáticos y marinos argentinos en la crisis española. Los asilos de la guerra civil* (2007), *Argentina-España. Entre la pasión y el escepticismo* (2014), “La Revolución Libertadora y la Guerra Civil Española como mito de origen. Identificaciones y paradojas de dos dictaduras de liberación” (2018). Ha editado el libro *Desarrollismo, franquismo y neohispanidad. Historias conectadas entre España, América Latina y Argentina* (2018).

CHRISTOPHER VIALS

Professor of English and the Director of American Studies at the University of Connecticut. He is the author of *Haunted by Hitler: Liberals, the Left, and the Fight against Fascism in the United States* (2014) and co-editor, with Bill Mullen, of *The US Antifascism Reader* (2020). He is also in the leadership of his country's Campus Antifascist Network. Vials researches U.S. left and right wing movements and their cultural impacts, and is currently at work on a book on right-wing violence in the United States. He has spoken on the subject of fascism on NPR, PBS, and CBC radio.

ISMARA IZEPE DE SOUZA

Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no qual leciona na área de Política Externa Brasileira: história e contemporânea e docente do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). É doutora e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), possuindo pesquisas e publicações sobre os seguintes temas: Imigração Espanhola; Relações diplomáticas entre Brasil e Espanha; Política Externa Brasileira e suas intersecções com a imprensa.

MARIA HELENA ROLIM CAPELATO

Professora Titular de História da América Latina Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2006) e Professora Sênior da mesma universidade (2018). Pesquisadora do CNPQ 1 A (Área de História) e Coordenadora do Comitê de Avaliação da área de História/ CNPq, de 2008 a 2009 e 1997 e 1998. É autora do livro *Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e peronismo*, publicado pela Editora UNESP (2008).

MATHEUS CARDOSO DA SILVA

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, com Pós-doutorado pelo Departamento de História da Universidade Estadual Paulista e estágio de pós-doutorado na *Queen Mary, University of London*. Atualmente está preparando livro sobre a atuação transnacional do *Left Book Club*, editora que exerceu grande influência entre os grupos da esquerda britânica de 1936 e 1948.

NURIA TABANERA GARCIA

Licenciada en Historia de América por la Universidad Complutense de Madrid y Doctora en Historia por la Universidad de Valencia, donde ahora ejerce como Profesora Titular en el departamento de Historia Moderna y Contemporánea. Se ha especializado en Historia de las Relaciones Internacionales y en la historia de las culturas políticas en América latina. Entre sus últimos trabajos está *Historia Internacional de América Latina (1776-1945)*, Madrid, Síntesis, 2018.

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

Doutor em Ciências Sociais (Universidade de Bruxelas, 1984), mestre em Planejamento Econômicos (Universidade de Antuérpia, 1976) e diplomata de carreira desde 1977, tendo desempenhado diversas funções na Secretaria de Estado e em postos no exterior. Foi diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Itamaraty (2016-2019); possui várias obras nas áreas de relações internacionais e de história diplomática.



EDITORA
TODAS AS
MUSAS

C.N.P.J. 12.650.462/0001-33

www.todasasmusas.com.br

todasasmusas@gmail.com

O livro que ora se apresenta traz ao leitor múltiplas dimensões da internacionalização do conflito civil espanhol, contribuindo para o robusto arcabouço de conhecimento sobre um dos eventos europeus mais estudados no século XX. Tal interesse pela Guerra Civil Espanhola pode ser atribuído a inúmeros motivos, mas é fato que um dos principais está em sua capacidade de despertar a atenção, o engajamento e a solidariedade dos povos americanos.



COLEÇÃO TEMPOS HISTÓRICOS N. 23

